

anais de
história de
além-mar

XIX

ANO 2018

CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

 **CHAM**
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH – UAc



anais de história de além-mar

XIX
2018

PERIODICIDADE	Anual
DIRECÇÃO	João Paulo Oliveira e Costa
COORDENAÇÃO	João de Figueirôa-Rêgo
SECRETARIADO	Cátia Teles e Marques
CONSELHO DE REDACÇÃO	Alexandra Pelúcia (CHAM / NOVA FCSH) Cátia Teles e Marques (CHAM / NOVA FCSH) Edite Alberto (CHAM / NOVA FCSH) George Evergton Salles de Souza (Universidade Federal da Bahia) João de Figueirôa-Rêgo (CHAM / NOVA FCSH) José Javier Ruiz Ibáñez (Universidad de Murcia) Rui Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; CHAM / NOVA FCSH)
CONSELHO CONSULTIVO	Ana Isabel Buescu (CHAM / NOVA FCSH) André Teixeira (CHAM / NOVA FCSH) Ângela Domingues (Universidade de Lisboa/CH) Angelo Alves Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora) António de Almeida Mendes (Université de Nantes) Avelino de Freitas de Meneses (CHAM / Universidade dos Açores) Barbara Karl (Textilmuseum St. Gallen) Cátia Antunes (Universiteit Leiden) Fernando Bouza Álvarez (Universidad Complutense de Madrid) Hervé Pennec (Centre national de la recherche scientifique) Ines G. Županov (Centre national de la recherche scientifique) István Rákóczi (Eötvös Loránd Tudományegyetem) José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) João José Reis (Universidade Federal da Bahia) José C. Curto (York University) José Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa) Leonor Freire Costa (Universidade de Lisboa) Malyn Newitt (King's College London) Miguel Ángel de Bunes Ibarra (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) Miguel Metello de Seixas (Universidade Lusíada de Lisboa; IEM / NOVA FCSH) Nuno Senos (CHAM / NOVA FCSH) Pedro Cardim (CHAM / NOVA FCSH) Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo/Cebrap) Rogério Miguel Puga (CETAPS / NOVA FCSH) Tónio Andrade (Emory University) Zoltán Biedermann (University College London)
EDIÇÃO E PROPRIEDADE	CHAM — Centro de Humanidades Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa Universidade dos Açores
SEDE ADMINISTRATIVA	Av.ª de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa anais.cham@fcs.unl.pt http://www.cham.fcs.unl.pt
REVISÃO DE TEXTO	Margarida Baldaia
CAPA E PROJECTO GRÁFICO	Patrícia Proença
COMPOSIÇÃO	Edições Húmus
IMPRESSÃO	Papelmunde – V. N. Famalicão
TIRAGEM	300 exs.
ISSN	0874-9671
DEPÓSITO LEGAL	162657/01

anais de história de além-mar

XIX
2018

CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES



REFEREES 2018-2019

Os artigos publicados nos *Anais de História de Além-Mar* são submetidos a arbitragem científica, em regime de *double blind peer-review*. A fim de garantir o anonimato na edição para a qual colaboram, os árbitros são apresentados a cada dois volumes.

Os *Anais de História de Além-Mar* estão referenciados e indexados nas seguintes bases de dados internacionais:

AERES	ERIH Plus	MIAR
America: History and Life	Fonte Academica	Qualis/Capes
CARHUS Plus	Historical Abstracts	Scopus/Elsevier
CIRC	Latindex (catálogo)	SHERPA/RoMEO
classifICS	MEDLINE/PubMed	SJR
		Ulrich

O CHAM – Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/HIS/04666/2013.

Índice

- 7 Nota de Abertura
João Paulo Oliveira e Costa
-

ARTIGOS

- 11 Comércio entre o porto de Bristol e Portugal no final da Idade Média, 1461–1504
Flávio Miranda, Hilario Casado Alonso
- 37 Ultrapassando fronteiras comerciais: a carta de Anton Welser a Conrad Peutinger sobre a exportação de prata para Portugal (1504)
Jürgen Pohle
- 53 O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental
Luís Filipe F. R. Thomaz
- 87 Las tácticas de Gabriel de Rivera para vincularse con el servicio de la defensa contra Li-Ma-Hong en las Islas Filipinas durante el siglo XVI
Antonio Real Botija
- 109 Black people in the Canary Islands: evolution, assimilation and miscegenation (16th-17th centuries)
Germán Santana Pérez
- 137 Questioning frontiers and comparing perspectives: noble archival practices in the Iberian Peninsula (15th-19th Centuries)
Maria João da Câmara
- 163 A Corte portuguesa no Brasil: O Sistema de Aposentadorias nas tramas da História e do jornal *Correio Braziliense* (1808-1821)
Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio, Reginâmio Bonifácio de Lima, Lucas Gomes do Vale
- 189 Do Novo ao Velho Mundo: indígenas da Amazônia na Alemanha dos naturalistas Spix e Martius
Maria Leônia Chaves de Resende, Klaus Schönitzer
- 221 Procedimentos & Normas editoriais | Editorial Process & Guidelines

Nota de Abertura

Tem o leitor em mãos mais um número dos *Anais de História d'Além-Mar*. Graças ao esforço e eficácia do Coordenador e da Secretária, bem apoiados pelo novo Conselho de Redacção, conseguimos acertar definitivamente o passo e ultimar a revista no ano próprio. Orgulhamo-nos do caminho percorrido desde a sua criação, no já distante ano 2000, e particularmente da modernização consumada nos últimos anos.

Sabemos que, desde cedo, os AHAM ganharam reputação internacional, mas agora são os indicadores oficiais que o confirmam particularmente pela baixa percentagem de artigos publicados em relação aos textos submetidos. Nos últimos anos recebemos candidaturas vindas de três dezenas de países e de todos os continentes e reforçámos também o carácter internacional do corpo de *referees*.

Estes dados mais a série numerosa de índices em que a revista está registada dão-nos maior ânimo para completarmos a segunda década de existência e prepararmos os tempos vindouros que serão, decerto, ainda mais complexos e mais exigentes. No entanto, como ao longo destes anos temos assistido ao crescimento (em número e qualidade) da comunidade historiográfica que trabalha os temas da expansão ultramarina europeia, estamos seguros que a nossa comunidade de autores, árbitros e leitores continuará a crescer.

Lisboa, 30 de dezembro de 2018

João Paulo Oliveira e Costa

artigos

Comércio entre o porto de Bristol e Portugal no final da Idade Média, 1461-1504

Flávio Miranda*, Hilario Casado Alonso**

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 11-36. ISSN 0874-9671

Resumo

Embora as relações comerciais anglo-portuguesas para o período tardo-medieval sejam bem conhecidas, a indexação numa base de dados de quase 11 mil registos de entrada e de saída da alfândega de Bristol permite-nos questionar e repensar o comércio externo de Portugal. É com base nesses livros de contas guardados nos arquivos nacionais britânicos (Kew, Londres) que este artigo examina o comércio entre Bristol e Portugal, entre os anos de 1461 e 1504. Estas fontes inéditas permitem perceber a relevância económica de Portugal no quadro europeu, bem como o carácter preponderante de Lisboa enquanto grande cidade de comércio internacional.

Palavras-chave: Bristol, Portugal, comércio atlântico, redes mercantis.

Data de submissão: 10/01/2018

Data de aprovação: 16/06/2018

Abstract

Although the study of Anglo-Portuguese commercial relations is well-known for the later Middle Ages, a new database containing up to 11 thousand records of entry and exit in the Bristol customs allows us to rethink Portugal's foreign trade. Buttressed by these Customs Accounts preserved at the National Archives (Kew, London), this article examines the trade between Bristol and Portugal, for the period from 1461 to 1504. These sources enable us to place Portugal within the framework of European economy, and to confirm Lisbon's preponderance as city of international trade.

Keywords: Bristol, Portugal, Atlantic trade, merchant networks.

Date of submission: 10/01/2018

Date of approval: 16/06/2018

* CITCEM, Universidade do Porto, Portugal. *E-mail:* fmiranda@letras.up.pt .

** Universidad de Valladolid, Espanha. *E-mail:* hilario@emp.uva.es .

Comércio entre o porto de Bristol e Portugal no final da Idade Média, 1461-1504

Flávio Miranda, Hilario Casado Alonso

Introdução

A literatura sobre as relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra para o período medieval tem uma longa tradição entre os historiadores portugueses e estrangeiros, e o seu estudo mais antigo tem mais de um século de existência. Em Inglaterra, as bases deste conhecimento historiográfico foram lançadas, em 1906 e 1907, por V. M. Shillington e, mais tarde, em 1992, 1997 e 2013, por W. R. Childs¹. Os contributos da historiografia portuguesa são mais recentes, das décadas de 1980 e 2010, e refletem sobretudo abordagens político-económicas². Quase todos estes autores, assim como historiadores franceses, são unânimes em afirmar que, a partir da segunda metade do século XV, ocorreu uma peculiar transformação nas rotas do comércio internacional na Europa ocidental, marcada pelo desvio dos mercadores de Bristol de Bordéus para Lisboa³. Essa derivação mercantil foi definida por imposição da guerra sobre a economia, com a reversão político-administrativa da Gasconha – até 1453, o principal mercado de vinho para os mercadores ingleses – que, após o final da Guerra dos Cem Anos, foi incorporada em definitivo no reino da França. Que consequências para o comércio externo de Portugal é que decorreram dessa alteração política e económica em França?

O principal resultado desta mudança foi um aumento considerável do comércio anglo-português, propulsionado pelos mercadores bristolianos, oriundos de uma das mais importantes cidades mercantis da baixa Idade Média. Num estudo de 1933, E. M. Carus-Wilson descreveu o comércio externo de Bristol especificando que, sob o prisma anglo-português, no século XV “os homens do mar de Inglaterra superavam os portugueses, e que os grandes carregamentos de mercadorias chegavam a Bristol pela mão de mercadores de Bristol, em navios de Bristol”⁴. Embora esse fenómeno de predominância dos agentes e dos meios de Bristol sobre Portugal – e, no

¹ Shillington 1906, 109-132; Shillington and Chapman 1907, 3-126; Childs 1992, 195-219, 1997, 27-49, 2013.

² Fonseca 1986; Faria & Miranda 2010, 109-128. Ver também Marques 1987, 42-43.

³ Por exemplo, Bove 2009, 47.

⁴ Carus-Wilson 1933, 220-221.

fundo, sobre as restantes regiões da Europa ocidental com as quais a cidade interagiu comercialmente – seja incontestado, existe uma série de outras questões ainda por resolver. Quão absoluto era o domínio de Bristol no comércio anglo-português? No quadro das trocas da Europa ocidental, que importância teve o reino de Portugal no comércio externo dessa cidade? Que portos em Portugal acolheram os mercadores bristolianos e que relevância económica tiveram? E terá sido o vinho o produto que mais se destacou no âmbito deste comércio anglo-português?

Os registos da cobrança de impostos das alfândegas inglesas constituem uma das mais importantes fontes para o estudo do comércio do Ocidente europeu tardo-medieval. O direito a cobrar impostos sobre as mercadorias importadas e exportadas era um dos mais antigos privilégios dos monarcas. Em Inglaterra, existem evidências desta prerrogativa desde o século XII, embora os impostos alfandegários tenham conhecido a sua estruturação mais profunda somente a partir dos séculos XIII e XIV, de forma a que a coroa pudesse financiar-se para as suas guerras no estrangeiro. As fontes utilizadas neste estudo, conhecidas arquivisticamente como “*customs’ accounts: the particulars*”, correspondem a livros que o *Exchequer* (o tesouro) enviava para os oficiais das alfândegas, para que estes pudessem registar os impostos cobrados. Nesses livros, os controladores assentavam o número e o nome das embarcações no porto; o nome do mestre; a data de chegada ou de partida; o mercador em cujo nome as mercadorias eram transportadas; a origem geográfica do mercador em três categorias (índigena, alienígena ou hanseático)⁵; e o conteúdo preciso da carga que estava sujeita a impostos alfandegários, com o valor cobrado⁶.

Este estudo é sustentado por 10 470 registos de entrada e de saída dos registos da alfândega do porto de Bristol, para os anos entre 1461 e 1504, com os dados atrás descritos⁷. Através deste manancial documental, con-

⁵ Esta divisão tem que ver com motivos fiscais: os ingleses são apresentados como “índigenas”, os estrangeiros como “alienígenas” (“*alien*”), e os mercadores da Hansa como “hanseáticos”.

⁶ Estas informações encontram-se bem explicadas na página oficial dos The National Archives, <http://www.nationalarchives.gov.uk/help-with-your-research/research-guides/medieval-customs-accounts/>. Acedido em 24 de maio de 2018.

⁷ The National Archives [TNA], Kew, London, E122, Bristol Customs Accountss. As contas aduaneiras referem-se aos anos de 1461, 1465, 1466, 1469, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1485, 1486, 1503 e 1504. Os anos de 1461, 1476, 1477 e 1478 não contêm entradas sobre Portugal. Para o século XV, estes são os anos para os quais se possuem livros de contas, sendo que alguns se encontram incompletos. Os autores deste artigo agradecem a Evan T. Jones e Margaret M. Condon pela partilha da sua base de dados, criada no âmbito do “Cabot Project” da Universidade de Bristol.

segue-se perceber que embarcações conectaram Portugal com Bristol, em que período essa atividade foi mais intensa, que agentes intervieram nessa relação comercial, quais eram as suas origens geográficas, que mercadorias transacionaram e que valores foram pagos na alfândega inglesa.

De forma a esclarecer os problemas enunciados ao longo desta introdução, este artigo encontra-se dividido em sete partes. A primeira apresentará Bristol e os livros de contas portuários, discutindo as suas potencialidades para a história económica. A segunda examinará o comércio externo de Bristol numa perspectiva comparativa, de forma a aferir a relevância de Portugal para a cidade inglesa no contexto europeu. A terceira incidirá sobre os agentes envolvidos no comércio entre Bristol e Portugal, explicitando que estes contactos mercantis não eram exclusivamente bidirecionais. A quarta exporá a origem das embarcações num quadro ibérico alargado. A quinta analisará os produtos transacionados, com os seus valores e tendências. A sexta versará a sazonalidade das trocas, relacionando os fluxos comerciais com os períodos de navegação e de comércio. Por fim, a sétima concluirá o estudo, discutindo a relevância de Bristol para o comércio externo de Portugal.

Bristol e os livros de contas portuários

Segundo padrões atuais, a Bristol medieval era uma cidade pequena, com cerca de oito mil habitantes, embora de tamanho suficiente para se afirmar como o segundo porto mais importante de Inglaterra. Num reino com cerca de dois milhões de habitantes, Bristol destacou-se como centro regional de abastecimento de um espaço amplo, que incluía Somerset, Gloucestershire, Gales do Sul e parte das West Midlands. As razões do sucesso comercial de Bristol dever-se-ão, conforme afirmam Jones e Condon, ao grau de comprometimento que os seus mercadores empregaram nas suas atividades, conseguindo, alguns, ser mais ativos do que os de Londres⁸. Consequentemente, em Bristol, o comércio externo era efetuado sobretudo por mercadores, marinheiros e embarcações nativos.

Esta intensa atividade comercial é comprovada pelos livros de contas da alfândega de Bristol, nos quais se registou o pagamento de taxas alfandegárias. A partir desta fonte, é possível reconstruir um quadro alargado do comércio externo de Bristol, que demonstra que o estuário do rio Severn funcionava como uma antecâmara de interligação do Oeste inglês

⁸ Jones & Condon 2016, 6.

com o Atlântico Norte. De Bristol, partiam as embarcações que desenhavam uma elipse mercantil entre a Islândia, a norte, e a Península Ibérica, a sul. As penetrações no Mediterrâneo foram ocasionais e esporádicas, por consequência da distância e da animosidade que os mercadores ingleses enfrentaram por parte dos italianos. Talvez por causa da proximidade ao mar, da experiência de navegação e do conhecimento das pioneiras viagens de exploração dos reinos ibéricos, também Bristol, em finais do século XV, participou em iniciativas de expansão oceânica. O caso mais conhecido é o das expedições empreendidas por Giovanni Caboto – conhecido em Bristol por John Cabot – em busca da ilha de Brasil⁹.

A região na qual Bristol se inseria era famosa pela produção de matéria-prima para as indústrias têxteis, sobretudo a lã, mas também pelo fabrico de tecidos e de panos. Estes eram, sem dúvida, os produtos de maior valor acrescentado que saíam pelo porto de Bristol, com destino a quase toda a Europa ocidental. Inversamente, passavam pela alfândega, por exemplo, enxofre da Islândia, vinho de Bordéus, ferro do País Basco, pastel de Castela e açúcar de Portugal¹⁰.

Contabilizando-se as entradas e as saídas por cada país ou região, foi com a Irlanda (39,89%) que Bristol estabeleceu o maior número de contactos comerciais, seguindo-se a Espanha (21,37%), Portugal (17,51%) e Bordéus (13,77%)¹¹; quanto a Antuérpia, Bayonne, Bergen, Bretanha, Cardiff, Chepstow, Guernsey, Islândia, La Rochelle, Pisa, Swansea e Zelândia, juntos, não chegaram a representar um valor apreciável (7,46%)¹². Um maior volume de fluxos comerciais ou de entradas mercantis não significou, no entanto, um maior valor transacionado.

⁹ Jones & Condon 2016.

¹⁰ TNA, E122/20/5, f. 31; E122/19/4, f. 10v; E122/19/11, f. 4v; E122/174/3, m. 1v; E122/19/4, f. 12.

¹¹ Este artigo atualiza valores e percentagens que poderão ser encontrados em outros dois trabalhos dos mesmos autores.

¹² Percentagens calculadas a partir dos 10 470 registos dos TNA, E122, Bristol Customs Accounts.

Ano	Imposto	Espanha	Portugal	Bordéus	Irlanda
1461	£2657,94	£1091,75	£-	£419,67	£210,27
1465	£4995,28	£391,42	£2919,06	£1093,82	£558,11
1466	£7936,58	£788,75	£3856,65	£1753,17	£929,05
1469	£2959,21	£286,50	£1646,92	£433,88	£117,67
1471	£9476,94	£4354,84	£415,83	£2430,64	£717,38
1472	£10 352,13	£5520,46	£1267,79	£1807,33	£532,46
1473	£12 561,89	£6243,27	£2341,54	£1752,83	£553,58
1474	£5924,26	£3188,52	£1281,50	£787,42	£449,48
1475	£9823,06	£6021,94	£741,79	£1411,38	£724,90
1476	£3010,63	£2019,25	£131,96	£-	£287,17
1477	£16,00	£16,00	£-	£-	£-
1478	£1,67	£1,67	£-	£-	£-
1485	£5816,00	£947,08	£1214,13	£1069,25	£201,96
1486	£16 139,64	£5934,79	£3347,32	£3410,29	£2610,15
1503	£3952,15	£227,38	£683,09	£1297,93	£1529,92
1504	£20 711,67	£5474,84	£3001,30	£6465,30	£3719,61
TOTAL	£116 335,02	£42 508,45	£22 848,88	£24 132,90	£13 141,70

¹ Impostos tributados na alfândega de Bristol sobre as transações com Espanha, Portugal, Bordéus e Irlanda, 1461-1504.

Fonte: TNA E122, Bristol Customs Accounts.

Partindo dos livros de contas para os anos que se encontram transcritos e indexados em base de dados, a partir de 1461 e até 1504, conseguem-se obter os valores brutos cobrados pelos oficiais régios da alfândega de Bristol sobre as mercadorias (tabela 1).

Usando como referência o valor absoluto de imposto cobrado (£116 335,02) para calcular o contributo individual de cada país ou cidade, obtém-se uma posição destacada da Espanha, com 36,54%; bem acima dos 20,74% de Bordéus, dos 19,64% de Portugal e dos 11,30% da Irlanda. O significado destes valores é óbvio: embora a Irlanda fizesse chegar a Bristol um número de mercadorias maior do que outros países, regiões ou cidades, os produtos obtidos em Espanha, Bordéus e Portugal teriam um valor acrescentado superior, que era refletido no imposto cobrado¹⁵. Um valor que escapa a estes cálculos é, no entanto, o custo do frete e do seguro de uma embarcação para uma viagem, que muitas vezes protegia os mercadores contra

¹⁵ Sobre o sistema fiscal inglês, veja-se o trabalho clássico de Gras (1918).

“*risicum, periculum et fortunam dei maris et gentium*”¹⁴. Só assim é que poderíamos saber, em termos proporcionais, qual seria o proveito obtido entre uma viagem curta, de baixo valor e de lucro pequeno, e uma viagem longa, de custo alto e de lucro elevado.

A análise à tabela 1 permite observar uma outra evidência. Logo atrás de Espanha, em termos de valor arrecadado na alfândega, surge a cidade de Bordéus com £24 132,90. Não é, no entanto, pelo valor que Bordéus se evidencia – embora seja significativo que uma só cidade ultrapasse países e regiões inteiros em termos absolutos. Um dos motivos apontados pela historiografia inglesa para a aproximação comercial de Bristol a Portugal tem sido o da perda de Bordéus – isto é, da Gasconha – para a França, que assim teria criado a necessidade de os ingleses encontrarem um mercado alternativo para o abastecimento de vinho. O que os livros de contas sugerem é que, pelo menos a partir da década de 1460, os problemas político-económicos entre ingleses e franceses poderão ter sido sanados ou minimizados, uma vez que o volume de comércio entre Bristol e Bordéus se intensificou. Sendo assim, que sentido faria para os mercadores de Bristol navegarem até Portugal para comprarem vinho, quando o poderiam obter em Bordéus, tal como o faziam anteriormente? Ou será que havia outros produtos com interesse para a economia de Bristol? Antes, porém, de respondermos a estas questões, convirá perceber para que partes de Portugal é que os mercadores de Bristol navegaram, durante estas décadas, para que se conheça em detalhe a geografia das trocas.

Portugal na rota de Bristol

No âmbito das relações comerciais anglo-portuguesas, a existência de uma rota comercial entre Portugal e Bristol é, de acordo com as fontes disponíveis, bastante antiga. A presença de mercadores de Portugal no estuário do Severn conhece-se, pelo menos, a partir de 1309¹⁵. Mas terá sido a partir do último quartel do século XIV que o comércio entre Bristol e Portugal se intensificou. No final da década de 1370 e primeiros anos de 1380, viajaram de Portugal para Bristol, por exemplo, as embarcações *Santa Maria*, *São João*, *São Jorge*, *Santiago* e *Santo António* de Lisboa; as *Santa Maria*, *São Dinis*, *São Nicolau* e *Gracedieu* do Porto; e a *São Pedro* de Viana¹⁶. Vinho por

¹⁴ Um seguro para proteger dos “riscos, perigos e fortunas do mar e das gentes” (Spufford 2003, 31). Para uma relação entre o custo e duração da viagem e o tipo de carga no âmbito dos seguros marítimos, veja-se o trabalho de Hoover (1945, 173, 192-193).

¹⁵ TNA, E122/15/1.

¹⁶ TNA, E122/16/4, fs. 4, 5; E122/16/17; E122/20/9, f. 8v; Carus-Wilson 1967, 183.

panos terá sido o motivo destas viagens, sendo que, em muitas ocasiões, as fontes sugerem que as embarcações haviam sido fretadas por mercadores ingleses. A mesma rota entre Portugal e Bristol foi igualmente estabelecida por embarcações galesas e inglesas: *Mary of Chepstow* e *Mary of Wales*; e as *Andrew*, *Gracedieu*, *Isabel*, *Juliane*, *Katerine*, *Marie*, *Katerine* e *Trinity* de Bristol, para dar alguns exemplos¹⁷.

Após duas décadas de intensa atividade comercial entre Bristol e Portugal, abriu-se um hiato no final do século XIV e primeira metade do século XV. Os motivos desta interrupção não são perfeitamente claros, podendo sugerir que se gerou um desinteresse comercial mútuo, talvez acelerado pela falta de cordialidade marítima entre portugueses e ingleses durante este período¹⁸. Daí que, com o final da Guerra dos Cem Anos e a aparente mudança de rotas da Gasconha para Portugal, tenha ocorrido um ressurgimento da atividade mercantil com Bristol. Vejamos para que locais, em Portugal, é que as embarcações e os mercadores de Bristol navegaram durante a segunda metade do século XV e inícios do século XVI.

Destino	Registos	Percentagem
Lisboa	1557	84,94%
Algarve	244	13,31%
Madeira	22	1%
Viana	5	0,27%
Não especificado	5	0,27%
TOTAL	1833	100%

2 Número de registos de entrada e de saída de mercadorias relativas a portos marítimos portugueses na alfândega de Bristol, 1461-1504. Fonte: TNA, E122, Bristol Customs Accounts.

A tabela 2 apresenta o número de registos de entrada e de saída de mercadorias na alfândega de Bristol relativas a portos marítimos portugueses, para o período sob análise neste estudo. O predomínio de Lisboa é avassalador, contabilizando quase 85% de todo o comércio com Bristol, seguindo-se o Algarve com pouco mais de 13%, a ilha da Madeira com 1%, e Viana com quase 0,3%¹⁹. Em cinco casos, os oficiais da alfândega de Bristol não indicaram o local de origem, anotando simplesmente “Portugal” nos seus

¹⁷ Carus-Wilson 1967, 192, 193, 194, 195, 201.

¹⁸ Faria & Miranda 2010, 109-128.

¹⁹ Esta Viana corresponde a Viana do Castelo.

rolos. É interessante verificar que, no caso do Algarve e da Madeira, os oficiais não tenham sentido a necessidade de especificar a origem em maior detalhe ou não tenham sido informados pelos mestres do local preciso em que a carga havia sido carregada ou descarregada em Portugal. Se no caso da Madeira é provável que as embarcações tenham desancorado no Funchal, as entradas relativas ao Algarve poderão ter correspondido, entre outros, aos portos de Lagos ou de Tavira.

Existe uma ausência notória neste quadro de espaços mercantis portugueses: a cidade do Porto²⁰. Devido à falta de esclarecimentos empíricos, as explicações para este fenómeno são meramente especulativas e resumem-se a três teorias: ao carácter mercantil do Porto que, tal como Bristol, procurava recusar a presença massiva de mercadores estrangeiros no seu espaço urbano, preferindo ter os seus navios, os seus mestres e os seus agentes nos mercados estrangeiros²¹; o desinteresse do Porto pelo comércio de Bristol e de Bristol pelo Porto, uma vez que Lisboa, em Portugal, e Southampton, em Inglaterra, poderiam providenciar os produtos que ambas as cidades necessitavam para os seus mercados domésticos; ou o simples facto de as embarcações e os mercadores do Porto serem assíduos pelos portos de Lisboa e do Algarve. Recorde-se, aliás, que há várias décadas que Lisboa concentrava em si o monopólio do comércio externo de todas as mercadorias, com a exceção de figos secos, vinho e sal que poderiam ser exportados por qualquer outro porto do reino²².

Os agentes e suas origens

Foi, então, em Lisboa que os mercadores de Bristol estabeleceram o seu centro de operações no reino de Portugal. Uma escolha que fazia todo o sentido, por várias razões. Para além dos motivos demográficos e de economia de escala (ser a maior cidade do país, logo, o maior mercado), a Lisboa da segunda metade do século XV havia-se tornado no coração de uma vasta rede atlântica e intercontinental, que interligava o Norte da Europa com o Medi-

²⁰ A bibliografia sobre o Porto é vasta e também não apresenta uma explicação cabal para a ausência dos mercadores portuenses do comércio com Bristol. Não obstante, consultar, entre outros, os trabalhos de Amândio Barros sobre a atividade mercantil do Porto (1997, 167-230, 2016).

²¹ É nesse sentido que surgem várias petições ao rei por parte dos mercadores do Porto, embora disfarçadas de uma roupagem argumentativa alternativa. Veja-se, por exemplo, o documento em Marques 1944, supl. vol. 1, 415, doc. 60.

²² Barros 1945-1954, vol. 10, 173-174. Ver também a discussão num capítulo de Amélia Aguiar Andrade e Flávio Miranda (2017, 341).

terrâneo, a costa ocidental de África e as ilhas da Madeira e dos Açores²³. Por Lisboa passavam, mas também viviam colónias de, ingleses, bretões, flamengos, hanseáticos, castelhanos, galegos, andaluzes, valencianos, genoveses, milaneses, pisanos, florentinos e mercadores de outras origens europeias²⁴.

A comunidade de mercadores ingleses em Lisboa surgiu em meados do século XIV, conhecendo-se a existência de uma feitoria nessa cidade pelo menos a partir de 1352²⁵. Nas fontes portuguesas, encontram-se documentados mercadores com origem em Bristol nas chancelarias régias em mais do que uma ocasião, solicitando ao rei cartas de segurança para a entrada e saída de Lisboa. Em 10 de junho de 1456, por exemplo, William Dam, William Pany e William Hoadim requereram ao rei Afonso V (r. 1438-1481) um salvo-conduto com a duração de cinco anos²⁶. Anos mais tarde, em 1463 e em 1470, o mesmo rei outorgou carta de segurança a John Jay the Young, John Hanks e Philip Estagam, todos eles de Bristol²⁷. W. R. Childs coloca a possibilidade de alguns destes mercadores terem estabelecido ligações amorosas com mulheres portuguesas, estabelecendo famílias, uma vez que, anos mais tarde, surgem em Inglaterra mercadores portugueses com o nome de João Inglês e João de Bristol²⁸. Ambos pagaram imposto em Inglaterra com o estatuto de “*alien*” – estrangeiro. Tendo em conta a forte presença de mercadores ingleses em Portugal, qual é que seria a percentagem de mercadores portugueses integrados nas rotas do comércio com Bristol?

	Origem	Registos	Percentagem
Lisboa	Nativo	1505	97%
	Estrangeiro	52	3%
Algarve	Nativo	230	94%
	Estrangeiro	14	6%

3 Nacionalidade dos mercadores envolvidos no comércio entre Bristol e Lisboa, e Bristol e o Algarve, 1461–1504.

Fonte: TNA, E122, Bristol Customs Accounts.

²³ A bibliografia sobre Lisboa é muito vasta. Ver os trabalhos citados por Miranda e Faria (2016, 241-266).

²⁴ Para além da bibliografia citada nas notas anteriores, ver Rau 1956, 56-83, 1971, 97-117; Sequeira 2015a, 47-62, 2015b, 21-34; Guidi Bruscoli 2014.

²⁵ Childs 2013, 120.

²⁶ Marques 1944, supl. vol. 1, 527, doc. 1166.

²⁷ Arquivos Nacionais Torre do Tombo [ANTT], *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, f. 149v; liv. 16, f. 4.

²⁸ Childs 2013, 120.

A tabela 3 comprova a superioridade numérica de mercadores de Bristol no comércio com Portugal: apenas 3% de todo o comércio entre Bristol e Lisboa estiveram na mão de mercadores portugueses. É um número muito baixo, especialmente se se tiver em conta que estamos a falar de um universo de 1557 registos de entrada e de saída. E o mesmo se poderá dizer em relação ao Algarve, uma vez que o comércio efetuado por nativos dessa região portuguesa não ultrapassou os 6%.

	Origem	Registos	Percentagem
Madeira	Nativo	3	14%
	Estrangeiro	19	86%
Viana	Nativo	0	0%
	Estrangeiro	5	100%

4 Nacionalidade dos mercadores envolvidos no comércio entre Bristol e Lisboa, e Bristol e o Algarve, 1461-1504
Fonte: TNA, E122, Bristol Customs Accounts.

Estas percentagens apenas se alteram quando examinado o volume de intercâmbios comerciais entre Bristol e Viana e a Madeira, conforme se pode observar na tabela 4. Nestes dois casos, os livros de contas de Bristol registaram mais mercadores estrangeiros no comércio com a Madeira (86%) e Viana (100%) do que nativos ingleses. Claro que, em ambos os casos, o número de registos é insignificante no quadro geral do comércio externo de Bristol.

Somando-se os números todos, os mercadores nativos contabilizam 95% de todos os registos de entrada e de saída nos livros de contas de Bristol, suplantando largamente os mercadores portugueses, que apenas conseguem atingir a marca dos 5%. Mesmo assim, é interessante verificar na mesma fonte documental que é um número ligeiramente superior ao dos mercadores espanhóis em Bristol, os quais perfazem apenas 3% do total²⁹.

Que explicações poderão existir para que a diferença percentual entre os mercadores portugueses e os ingleses na rota de Bristol seja tão acentuada? Em primeiro lugar, as características económico-sociais de Bristol, mencionadas no início deste artigo: a sua enorme capacidade mercantil, e uma certa recusa em aceitar mercadores “estranhos” no seu porto. Em segundo lugar, a ausência de mercadores de Portugal na rota de Bristol foi, certamente, motivada por questões de estratégia comercial e de distanciamento geográfico dos seus principais eixos marítimos³⁰. Recorde-se que,

²⁹ Valores calculados em Casado Alonso e Miranda 2019.

³⁰ Miranda 2013, 76.

na segunda metade do século XV, Portugal se encontrava a executar um processo de expansão comercial de amplitudes vastas – com gentes, embarcações e recursos pelas ilhas atlânticas e pela costa ocidental de África –, ao mesmo tempo que privilegiava o seu entreposto comercial em Bruges, na Flandres. Para além disso, Lisboa beneficiou, de facto, do seu estatuto de centro mercantil e de plataforma agregadora de mercadores europeus. Faria pouco sentido os mercadores de Portugal estabelecerem concorrência direta com uma rota que funcionava bem na mão dos de Bristol. Confirma-se, assim, a afirmação de Carus-Wilson feita mais acima neste artigo³¹.

A origem das embarcações

Segundo Carus-Wilson, não eram apenas os mercadores que eram de Bristol: os mestres e embarcações também teriam origem na cidade do Severn. A capacidade mercantil de Bristol sempre foi, de facto, uma das suas forças, uma vez que possuía um número muito elevado de embarcações e de marinheiros experientes na navegação atlântica³².

Porto de Origem	Percentagem
Bristol	60,43%
Bristol?	8,56%
Não identificado	5,92%
Fuenterrabía	4,86%
Barnstaple	4,49%
Combe Martin/Ilfracombe	3,80%
Lisboa	3,38%
San Sebastián	2,54%
Londres	1,74%
Pasajes	1,74%
Tenby	0,79%
Northam	0,58%
Castro Urdiales	0,37%
Porto	0,32%
Viana	0,26%
Chepstow	0,21%
TOTAL	100,00%

5 Origem das embarcações envolvidas no comércio entre Bristol e Portugal, 1461–1504.

Fonte: TNA E122, Bristol Customs Accounts.

³¹ Ver nota 4.

³² Jones & Condon 2016, 4.



6 Origem das embarcações envolvidas no comércio entre Bristol e Portugal, 1461-1504

A partir dos 1833 registos de entrada e de saída inscritos nos livros de contas de Bristol, consegue-se calcular a percentagem correspondente à origem das embarcações fretadas para o comércio com Lisboa. Ao todo, foram identificados catorze portos europeus, com uma predominância clara

do de Bristol, com 60,43%. Um valor que poderia aumentar até próximo dos 70% se se considerarem os registos que deixam dúvidas quanto à sua identificação geográfica³³. Em segundo lugar nesta tabela, excluindo-se a interrogação e os locais não identificados ou especificados, surge o porto de Fuenterrabía – ou Hondarribia – no País Basco. Isto faz tanto ou mais sentido se se considerar o comércio externo de Bristol no âmbito mais alargado da Península Ibérica. A análise das mesmas fontes indica que, para o comércio Bristol-Espanha, os ingleses utilizaram 26,23% dos seus navios de Bristol, surgindo, em segundo lugar, as embarcações fretadas em Fuenterrabía, com 25,89%³⁴. De acordo com as fontes existentes, a *Marie de Fuenterrabía*, com o mestre Esteban de Luna, é associada a 62 registos de importação de mercadorias de Lisboa para Bristol, assim como a 19 de Espanha e a 27 de Bordéus³⁵. Este exemplo confirma, de certa forma, a flexibilidade das rotas mercantis e dos agentes de comércio no espaço euro-atlântico.

Estes dados confirmam, também, a presença moderada de embarcações ibéricas no comércio entre Portugal e Bristol e o predomínio de fretes realizados em Inglaterra, que contabiliza 80,4%; segue-se a Espanha atlântica com 9,51%, Portugal com 3,96%, Gales com 0,21%, existindo ainda 5,92% de embarcações cuja origem não se conseguiu identificar. Colocando os portos de origem no mapa, percebe-se que os principais centros de saída de embarcações para o comércio entre Bristol e Portugal se situam numa faixa de proximidade à cidade inglesa, bem como no País Basco e na Cantábria. Se é certo que os barcos de Bristol predominaram nesta rota, a verdade é que os mercadores ingleses também dependeram de embarcações originárias de outras partes da Inglaterra e da Península Ibérica.

Os produtos transacionados

O comércio entre Bristol e Portugal fez-se graças ao movimento contínuo de centenas de embarcações inglesas, galesas, espanholas e portuguesas que efetuavam a importação e a exportação de mercadorias. O produto-chave de todo este comércio terá sido o vinho – pelo menos, foi a mercadoria que motivou, segundo E. M. Carus-Wilson, o desvio das rotas de Bordéus para Lisboa³⁶. Mas os oficiais da alfândega de Bristol registaram nada mais que 38

³³ A interrogação diz respeito a embarcações que são comumente identificadas como sendo de Bristol, mas que, nos registos alfandegários, foram inscritas sem associação de lugar.

³⁴ Calculado a partir de TNA, E122, Bristol Customs Accounts.

³⁵ TNA, E122/20/5 fs. 3v, 4, 4v, 16v, 17, 21.

³⁶ Ver nota 4.

mercadorias diferentes de origem portuguesa³⁷. Para além dos grandes produtos de exportação, como o vinho e o azeite, o porto de Bristol recebeu, por exemplo, cortiça, sabão e marmelada provenientes de Portugal³⁸.

Produto	% Portugal	Imposto	% Global
Vinho	17,05%	£3896,00	18%
Azeite	12,12%	£2768,60	33%
Cera	5,37%	£1228,03	79%
Açúcar	2,61%	£595,90	71%
Sal	1,72%	£393,93	47%
Fruta	1,41%	£322,25	69%
Vinagre	1,18%	£270,25	77%
Pimenta	0,82%	£187,83	54%
Mel	0,50%	£114,38	12%
Cortiça	0,07%	£16,17	23%

7 Seleção de produtos portugueses importados para Bristol, imposto arrecadado e percentagem global nos registos alfandegários, 1461-1504.

Fonte: The National Archives, E122, Bristol Customs Accounts.

O produto que predominou nos porões das embarcações foi, no entanto, o vinho. Na alfândega de Bristol, este produto contabilizou 17,05% da atividade mercantil com Portugal, sendo secundado pelo azeite com 12,12%. Estes dois produtos representaram, inequivocamente, a base das importações de Portugal, embora a cera, o açúcar e, também, o sal constituíssem mercadorias relevantes.

A coluna mais à direita da tabela 7 permite-nos estabelecer uma comparação importante entre a relação do produto português com a percentagem global do seu valor na alfândega de Bristol. Dos 10 470 registos portuários na alfândega de Bristol, contabilizaram-se £116 335,02 de imposto cobrado (conforme o quadro da tabela 1). Desse valor chegou-se à conclusão de que £22 848,88 correspondem a movimentações mercantis entre Bristol e Portugal – representando, portanto, 19,64%. O que a tabela 7 indica é o total de vinho contabilizado pela alfândega na sua relação com o produto exclusivamente português: assim, 18% de todo o vinho que entrou em Bristol durante o período analisado era proveniente de Portugal. Mais interessante será verificar que 33% de todo o azeite importado era português; e que

³⁷ Referimo-nos aos produtos do reino, das ilhas e da costa africana.

³⁸ TNA, Bristol 'Particular' Customs Accounts, 1503/4, f. 13, 14, 46, 47, 60v; E122/19/4, f. 11v, 12v; E122/176/27, m. 3v; E122/20/5, f. 29v.

Portugal funcionou como fornecedor predominante de cera (79%), açúcar (71%) e vinagre (77%).

Dependendo de a origem ser Lisboa ou Madeira, o açúcar português chegou a Bristol pela mão de diferentes intermediários³⁹. O açúcar proveniente da capital portuguesa foi importado sobretudo por mercadores ingleses⁴⁰. Quanto ao açúcar importado da Madeira, este circulou provavelmente em embarcações portuguesas e foi negociado por mercadores de Portugal⁴¹.

A leitura da tabela 7 também coloca em evidência a tipologia produtiva do reino de Portugal. A lista de produtos revela que, no seu conjunto, os mercadores ingleses procuravam ou encontravam em Portugal, predominantemente, produtos agrícolas ou seus derivados. Para além disso, tendo em conta a fase já avançada da expansão oceânica portuguesa no Atlântico, não deixa de ser significativo encontrar-se tão fraca expressão de determinados bens, o que poderá ser indicativo de uma lenta mudança nos padrões de consumo em Inglaterra ou, então, uma falta de oferta para exportação no mercado de Lisboa. Assim que as fronteiras entre oceanos se esbatem, no início do século XVI, começam também a afluir a Bristol a pimenta, a canela e a noz-moscada vindas de Portugal⁴².

Os barcos nunca navegavam vazios, nem sequer os que fizeram a exploração ultramarina. Por isso, se as embarcações chegavam a Bristol carregadas de produtos portugueses, o que é que elas carregavam nas viagens de Bristol para Lisboa ou para o Algarve? A resposta é mais ou menos óbvia: panos – categorizados genericamente pelo seu tamanho, características e tipo (“*dozen strait*”, “*kersey*”, “*welsh strait*”)⁴³. É muito provável que as embarcações não seguissem para Portugal apenas carregadas de panos, podendo estes serem distribuídos por outros portos ibéricos antes da sua chegada a Lisboa. Esta hipótese faz sentido se se considerar o frete de embarcações bascas para o comércio anglo-ibérico, o que permitia viagens triangulares entre Bristol, Fuenterrabía e Lisboa. Infelizmente, as fontes não são claras em relação a esta possibilidade.

Para além do tipo de produto, é necessário considerar o seu custo. Uma vez que os panos são um produto acabado, o seu valor acrescentado é muito

³⁹ Sobre o açúcar, ver Rau e Macedo 1962, Vieira 2002.

⁴⁰ TNA, E122/19/4, fs. 12, 12v; E122/19/8, f. 3v; E122/19/11, f. 2v; E122/20/5, fs. 9, 16v, 17, 17v, 18, 24, 24v, 25, 25v, 27v, 28, 29v, 30.

⁴¹ TNA, E122/20/5, fs. 31, 31v.

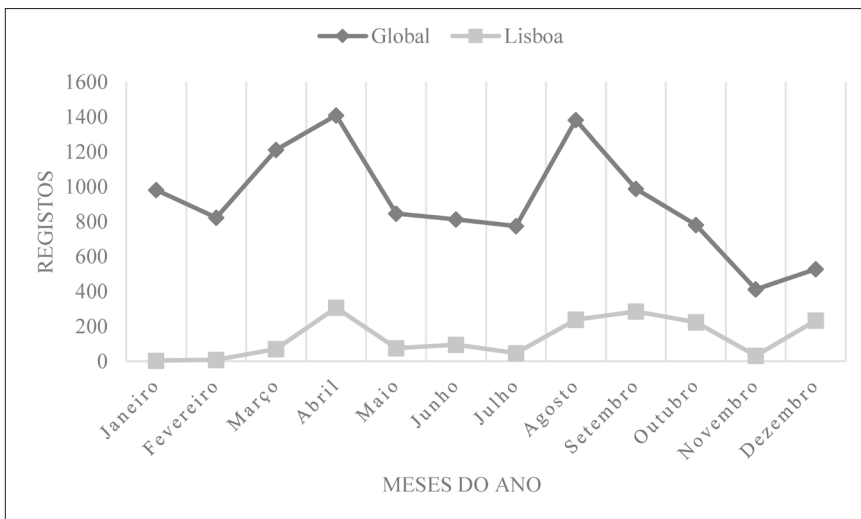
⁴² TNA, Bristol ‘Particular’ Customs Accounts, 1503/4, fs. 13v, 46, 46v, 47, 60.

⁴³ TNA, E122/19/3 f. 1v; E122/19/4, f. 15; E122/19/8, f. 3. Sobre a importação de panos em Portugal, ver Ferreira 1983.

superior ao da maioria dos bens do comércio externo português. De acordo com os valores fornecidos pelos livros de contas de Bristol, o comércio de panos para Portugal foi contabilizado na alfândega em números acima das 10 mil libras. Ver-se-á, na conclusão, para que lado é que a balança comercial entre Portugal e Bristol pendeu.

A sazonalidade das trocas

Em que período do ano é que as trocas entre Bristol e Portugal se tornavam mais intensas? Que produtos é que eram transacionados durante esses períodos? Uma vez que o comércio marítimo – tal como a vida medieval em quase todos os seus quadrantes – se pautava pelas estações do ano e pelas épocas produtivas e das colheitas, existe uma relação quase imediata entre os fluxos comerciais e os meses do ano, conforme se pode observar na figura 8.



8 Variação mensal dos registos globais e de Portugal na alfândega de Bristol, 1461–1504.
Fonte: TNA, Bristol Customs Accounts.

Em primeiro lugar, esta distribuição quantitativa revela que a sazonalidade do comércio entre Bristol e Portugal era em tudo igual à de outros portos europeus, com duas épocas altas: uma na primavera, e outra no final do verão e primeiros dois meses de outono. Isto significa que, passado o inverno e o período mais perigoso para a navegação em alto mar, as embarcações mercantis iniciavam a sua atividade em meados de março, atingindo um pico de comutações durante o mês de abril.

O segundo período de época alta corresponde ao final do verão e ao início do outono. Os livros de contas da alfândega de Bristol registam, para este período, 746 entradas para o comércio com os portos portugueses. Em termos percentuais, durante os meses de agosto, setembro e outubro os mercadores ingleses efetuavam 46,1% das suas transações anuais com Portugal, representando 19,1% de todo o comércio que entrava por Bristol.

A melhoria das condições climáticas e a facilidade de navegação não são a explicação principal para este crescendo de atividade durante os meses estivais. Agosto, setembro e outubro são meses de colheitas, de vindimas, de transformação da uva em vinho, de secagem de frutos em figos secos e uvas passas⁴⁴. Significa isto que, a partir do final do verão, os mercadores passam a ter ao seu dispor um volume superior de produtos para negociar e exportar. Para além das questões climáticas, é muito provável que o comércio externo aumentasse durante certas épocas do ano, em ocasiões festivas. Durante a Idade Média, as uvas passas e os figos secos eram considerados como “frutos da Quaresma”, existindo uma procura suficiente nos mercados ingleses que justificasse a sua importação de Portugal e de Espanha⁴⁵.

Mês	Vinho	Azeite	Cera	Açúcar	Sal
Janeiro	£196,00	£4,00	£4,00	£4,00	£0,00
Fevereiro	£0,00	£0,00	£0,00	£0,00	£0,00
Março	£929,00	£267,00	£278,00	£8,40	£62,50
Abril	£675,00	£502,60	£185,00	£19,00	£20,40
Maiο	£72,00	£2,00	£0,00	£0,00	£7,10
Junho	£64,00	£344,00	£95,50	£62,50	£46,70
Julho	£225,00	£93,00	£11,20	£8,00	£0,00
Agosto	£42,00	£804,00	£268,50	£58,00	£82,10
Setembro	£93,00	£513,00	£146,50	£436,00	£90,13
Outubro	£146,00	£229,00	£112,00	£0,00	£85,00
Novembro	£0,00	£0,00	£0,00	£0,00	£0,00
Dezembro	£1454,00	£10,00	£127,33	£0,00	£0,00
TOTAL	£3896,00	£2768,60	£1228,03	£595,90	£393,93

9 Variação mensal de produtos portugueses, em imposto cobrado, na alfândega de Bristol, 1461-1504
Fonte: TNA, Bristol Customs Accounts.

⁴⁴ Sobre a produção, transformação e exportação de figos secos durante a Idade Média, ver Miranda 2016, 77-97.

⁴⁵ Paviot 1995, doc. 348.

Se é verdade que as épocas de baixa movimentação mercantil produzem, em teoria, um menor volume de negócios, também será expectável obter o oposto para as épocas altas. Será essa a explicação, muito provavelmente, para o crescendo de importação de vinho durante o mês de dezembro. Uma vez que a vindima se poderá prolongar até meados de outubro, dezembro surge não só como um mês de abundância de oferta, mas como uma das últimas oportunidades de importação antes do pico do inverno. Os vinhos produzidos nesse outono que não fossem consumidos ou exportados de imediato correriam o risco de avinagrar e de perder qualidades. Por outro lado, é necessário ter em conta que os vinhos portugueses e espanhóis, assim como os do Mediterrâneo, também poderiam ser vinhos envelhecidos, de tipo moscatel, com muito açúcar e grau alcoólico, o que facilitaria a sua exportação durante outras épocas do ano. Estes vinhos, feito o devido estágio, resistem muito melhor à passagem do tempo. Em meados da década de 1460, Leo de Rozmital, e os seus dois companheiros viagem Schaseck e Tetzels, testemunharam em primeira mão características de um vinho mais adocicado. Quando entraram em Portugal pelo Douro, vindos de Castela, encontraram uma paisagem abundante em figos, amêndoas e “vinhos feitos de uvas passas, feitos ao estilo do vinho grego”⁴⁶. Mas, no global, não era esse o tipo de vinho importado de Portugal pelos bristolianos nem pelos ingleses em geral, uma vez que os de importação portuguesa pagavam taxas alfandegárias correspondentes a vinhos não doces⁴⁷. É curioso verificar, no entanto, que o vinho da Madeira – conhecido na documentação estrangeira como “*malmsey*”, isto é, de malvasia –, e que era comum nos portos flamengos, não aparece em nenhum registo da alfândega de Bristol⁴⁸.

Alguns produtos, no entanto, não apresentam flutuações tão grandes ao longo do ano: é o caso, por exemplo, do azeite e da cera. Sobre o azeite, é muito provável que este fosse um produto de importação para uso industrial, em vez de consumo doméstico, podendo ser aplicado na construção civil, na iluminação e nas indústrias têxteis. A inexistência de picos de importação poderá demonstrar, de certa forma, a ausência de uma preocupação com a qualidade do produto – o que seria muito diferente se o azeite fosse utilizado para consumo. Dependeria, portanto, da qualidade da gordura vegetal e do seu período de maturação, uma vez que era considerado

⁴⁶ Rozmital 1957, 105.

⁴⁷ Childs 2013, 99.

⁴⁸ Roover 1945, 191.

como sendo “o mais saudável para a alimentação e medicina; e quando é azeite velho é bom para a lã”⁴⁹. Para além disso, recorde-se que a tradição culinária no Norte da Europa privilegiava a manteiga, o sebo e a banha em vez do azeite. Aliás, mesmo em Portugal chegou a existir tal distinção durante a Idade Média, preferindo-se a manteiga na hora de cozinhar⁵⁰.

Em relação à cera, uma vez que contabilizava 79% de toda a cera importada para Bristol (tabela 8), não é de admirar que a sua importação fosse mais ou menos constante ao longo do ano (tabela 9). As fases de menor intensidade de importação deste produto correspondem, de uma maneira geral, a momentos de menor atividade mercantil. Isto leva-nos a questionar, no entanto, o estado atual dos estudos sobre a produção de cera em Portugal na Idade Média, um produto de exportação para o Norte da Europa pelo menos desde o final do século XII⁵¹. E que, por vezes, se considera ser de “escasso valor económico”⁵². Será necessário investigar mais a fundo sobre as regiões produtivas e os canais de distribuição deste bem tão essencial para a utilização doméstica, mas também para uma utilização religiosa, cultural e administrativa.

Conclusão

Os arquivos portugueses não dispõem, para o período medieval, de uma fonte idêntica a estes livros de contas da alfândega de Bristol. Por isso, é apenas com base neste tipo de documentação estrangeira que o historiador consegue reconstruir, de certa forma, o quadro das trocas externas do reino para o final da Idade Média. Um quadro que se consegue preencher, apesar das lacunas seriais destes mesmo livros, com números aproximados e percentagens sobre os produtos transacionados, as quantidades negociadas e os agentes envolvidos.

Para além desta riqueza quantitativa, ficou patente que as estruturas comerciais não se resumem a contactos mercantis bidirecionais. Apesar de os mercadores de Bristol dominarem quase em absoluto o comércio com Portugal, agentes portugueses, bascos e de outras partes da Europa contribuíram para o comércio externo português durante esta fase. É de estranhar, apenas, a ausência quase completa dos mercadores da cidade do Porto neste negócio – embora tenham surgido embarcações do Porto ao serviço

⁴⁹ Nossa tradução do original em inglês medieval (Jenks 1992, 307-308).

⁵⁰ Santos 2006, 139-155.

⁵¹ Gilliodts van Severen 1904, vol. 1, 20.

⁵² Barros 1945-1954, vol. 9, 112, vol. 10, 355; Marques 1987, 171.

de ingleses –, assim como de mercadores italianos. Por outro lado, a ausência de mercadores italianos do comércio com Bristol poderá justificar ainda mais o interesse que genoveses e florentinos tinham, a partir de Lisboa, por outros mercados: em particular, por Londres e por Bruges⁵³. E o facto de estes números provarem, mais uma vez, a importância comercial de Lisboa no quadro da economia europeia tardo-medieval.

Existe uma percentagem adicional que foi guardada para esta conclusão: a relação entre as importações e as exportações a partir de Bristol. Uma vez que os ingleses compravam tantos produtos diferentes e em quantidades tão elevadas, poder-se-á dizer que a balança comercial foi favorável a Portugal? Se se tiver em consideração o valor do imposto cobrado na alfândega – pelos produtos que entram e que saem –, tudo levará a crer que a balança comercial foi ligeiramente desfavorável aos portugueses. As exportações de panos e produtos têxteis de Bristol para Portugal contabilizaram 51,01%. Muito provavelmente, o investimento de Bristol em Portugal não se deveu tanto ao interesse pelos vinhos – que seriam de boa qualidade e mais baratos do que em Bordéus –, mas mais ao simples facto de que existia um bom mercado consumidor de panos ingleses⁵⁴. Tudo isto basta, no entanto, para se perceber que a cidade de Bristol e seus mercadores terão sido extremamente importantes no comércio externo de Portugal, com impactos significativos na produção e circulação de mercadorias. É muito provável que Bristol estivesse muito bem posicionada enquanto parceiro comercial privilegiado em Portugal, mas as lacunas documentais portuguesas não permitem, infelizmente, estabelecer uma hierarquia para o seu comércio externo – na qual surgiriam também Bruges, Valência e cidades italianas.

A fonte não se encontra esgotada neste estudo. Uma análise mais refinada dos agentes (mercadores e mestres de embarcações) poderá fornecer dados concretos sobre a personalidade económica dos mercadores portugueses na Idade Média. Será necessário, para isso, que se procure cruzar esta documentação com a de outros portos ingleses, mas também com as fontes espanholas e italianas. Será, de igual forma, importante que se avance na cronologia e que se examinem os livros de contas da alfândega de Bristol, por exemplo, para os anos de 1516 e 1517⁵⁵. Só com esse estudo é que se poderá compreender as continuidades – aparentemente, muitas – e as mudanças – algo tímidas – no quadro geral dos produtos importados de

⁵³ Por exemplo, TNA, E122/194/25; Cobb 1990, doc. 16.

⁵⁴ Embora os panos também pudessem, posteriormente, ser exportados para África (Sequeira 2014, 166).

⁵⁵ Pitt 2006, 38-47.

Portugal pelos ingleses. Mudanças que ocorreriam com o avançar da expansão oceânica, a chegada à Índia e a descoberta do Brasil – no fundo, com a emergência da nova economia-mundo do século XVI.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer aos editores da revista, ao avaliador anônimo externo pelos comentários, questões e sugestões, e ainda a Joana Sequeira, José Miguel Zenhas Mesquita e Helena Teixeira pela leitura crítica deste trabalho.

Fontes Manuscritas

Arquivos Nacionais Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V.*

The National Archives, Kew, Londres, E122, Bristol Customs Accounts.

Fontes Impressas e Bibliografia

ANDRADE, Amélia Aguiar, & Flávio Miranda. 2017. “Lisbon. Trade, Urban Power and the King’s Visible Hand”. In *The Routledge Handbook of Maritime Trade Around Europe, 1300-1600: Commercial Networks and Urban Autonomy*, coordenado por Wim Blockmans, Justyna Wubs-Mrozewicz and Mikhail Krom, 333-351. Londres: Routledge.

BARROS, Amândio. 1997. “Barcos e gentes do mar do Porto, séculos XIV-XVI”. *Revista da Faculdade de Letras – História* 14 (2): 167-230.

BARROS, Amândio Jorge Morais. 2016. *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha.

BARROS, Henrique da Gama. 1945-1954. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.^a ed. 11 vols. Lisboa: Sá da Costa.

BOVE, Boris. 2009. *Le Temps de la Guerre de Cent Ans, 1328-1453*. Paris: Belin.

CARUS-WILSON, E. M. 1933. “The Overseas Trade of Bristol”. In *Studies in English Trade in the Fifteenth Century*, coordenado por Eileen Power and M. M. Postan. Londres: Routledge.

CARUS-WILSON, E. M. 1967. *The Overseas Trade of Bristol in the later Middle Ages*. 2nd ed. Nova Iorque: Barnes & Noble.

CASADO ALONSO, Hilario, & Flavio Miranda. 2019. “El comercio entre Castilla e Inglaterra a través de los puertos de Bristol y Bilbao (1461-1504)”. In *Expresiones del poder en la Edad Media. Homenaje al profesor Juan Antonio Bonachía Hernando*, ed. M^a. I. del Val Valdivieso, J. C. Martín Cea & D. Carvajal de La Vega. Valladolid: Universidad de Valladolid (no prelo).

CHILDS, Wendy R. 1992. “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century”. *Transactions of the Royal Historical Society* 2: 195-219.

CHILDS, Wendy R. 1997. “Anglo-Portuguese relations in the fourteenth century”. In *The Age of Richard II*, coordenado por James L. Gillespie, 27-49. Nova Iorque: Sutton Publishing.

CHILDS, Wendy R. 2013. *Trade and Shipping in the Medieval West: Portugal, Castile, and England*. Porto: Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales.

- COBB, Henry S., ed. 1990. *The Overseas Trade of London. Exchequer Customs Accounts, 1480-1*. London: London Record Society.
- FARIA, Tiago Viúla de, & Flávio Miranda. 2010. “‘Pur Bone Alliance et Amiste Faire’: Diplomacia e Comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”. *CEM: Revista do CITCEM* (1): 109-128.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira. 1983. *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no Século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FONSECA, Luís Adão da. 1986. *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GILLIODTS van Severen, Louis, ed. 1904. *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*. Bruges: Louis de Plancke.
- GRAS, Norman S. B. 1918. *The Early English Customs System*. Cambridge, Mass.: Harvard University.
- GUIDI BRUSCOLI, Francesco. 2014. *Bartolomeo Marchionni. «Homem de Grossa Fazenda» (ca. 1450-1530): un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: L.S. Olschki.
- JENKS, Stuart. 1992. “Werkzeug des spätmittelalterlichen Kaufmanns: Hansen und Engländer im Wandel von memoria zur Akte (mit einer Edition von The Noubre de Weyghtys)”. *Jahrbuch für fränkische Landesforschung* LII (I): 283-319.
- JONES, Evan T., & Margaret M. Condon. 2016. *Cabot and Bristol's Age of Discovery. The Bristol Discovery Voyages, 1480-1508*. Bristol: University of Bristol.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1987. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. 12 vols. Vol. 4, *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- MARQUES, João da Silva, ed. 1944. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MIRANDA, Flávio. 2013. “Before the empire: Portugal and the Atlantic trade in the late Middle Ages”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 5 (1): 69-85. doi: 10.1080/17546559.2012.758452.
- MIRANDA, Flávio. 2016. “Die Saga der portugiesischen Feigen. Der Handel mit dem Nord- und Ostseeraum im Mittelalter”. *Hansische Geschichtsblätter* (133): 77-97.
- MIRANDA, Flávio, & Diogo Faria. 2016. “Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV”. In *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Coordenação de João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente,

- Mário Farelo e Miguel Gomes Martins, 241-266. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- PAVIOT, Jacques, ed. 1995. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482): recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian.
- PITT, Catherine Rachel. 2006. "The Wine Trade in Bristol in the Fifteenth and Sixteenth Centuries". M. A. Medieval and Early Modern History, University of Bristol.
- RAU, Virgínia. 1956. "Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini". *Revista da Faculdade de Letras* (XXII): 56-83.
- RAU, Virgínia. 1971. "Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni mercador-banqueiro florentino em Lisboa nos meados do século XV". *Do Tempo e da História* IV: 97-117.
- RAU, Virgínia, & Jorge de Macedo. 1962. *O açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- ROOVER, Florence Edler de. 1945. "Early Examples of Marine Insurance". *The Journal of Economic History* 5 (2): 172-200.
- ROZMITAL, Leo of. 1957. *The Travels of Leo of Rozmital*. Editado por Malcolm Letts. Cambridge: Hakluyt Society by Cambridge University Press.
- SANTOS, Maria José Azevedo. 2006. "O Azeite e a Vida do Homem Medieval". In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Coordenação de DCTP, 139-155. Porto: Universidade do Porto.
- SEQUEIRA, Joana. 2014. *O Pano da Terra. Produção Têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto.
- SEQUEIRA, Joana. 2015a. "A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV". *De Medio Aevo* 7 (1): 47-62.
- SEQUEIRA, Joana. 2015b. "Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV". In *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de Mercadorias, Pessoas e Ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*. Organização de Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini, 21-34. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste.
- SHILLINGTON, Violet Mary. 1906. "The Beginnings of the Anglo-Portuguese Alliance". *Transactions of the Royal Historical Society* (20): 109-132.
- SHILLINGTON, Violet Mary, & A. Beatrice Wallis Chapman. 1907. *The Commercial Relations of England and Portugal*. New York: Burt Franklin.

- SPUFFORD, Peter. 2003. *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe*. New York: Thames & Hudson.
- VIEIRA, Alberto. 2002. “A Madeira e o mercado do açúcar. Séculos XV-XVI”. In *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Região Autónoma da Madeira. Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Ultrapassar fronteiras comerciais: a carta de Anton Welser a Conrad Peutinger sobre a exportação de prata para Portugal (1504)

Jürgen Pohle*

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 37-52. ISSN 0874-9671

Resumo:

No início do século XVI, com a abertura da Rota do Cabo à Índia, o comércio luso-alemão intensificou-se consideravelmente. Poderosas casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga, atraídas pelas especiarias e outras riquezas orientais, estabeleceram-se em Lisboa. Os mercados-banqueiros alemães tinham uma relevância especial para a Coroa de Portugal porque detinham, na Europa, um papel dominante como fornecedores de prata e de cobre, dois metais que eram imprescindíveis para efectuar as trocas comerciais no Espaço Índico. Todavia, existiram inicialmente barreiras alfandegárias, nomeadamente nos Países Baixos, que dificultaram a exportação da prata alemã para Portugal, como mostra a carta de Anton Welser.

Palavras-chave: Comércio luso-alemão; Expansão Portuguesa; exportação de prata; casas comerciais da Alta Alemanha.

Data de submissão: 10/01/2018

Data de aprovação: 25/07/2018

Abstract:

At the beginning of the sixteenth century, as a consequence of the opening of the Cape Route to India, the Portuguese-German trade reaches increased considerably. Attracted by spices and other oriental riches, several powerful trading houses from Augsburg and Nuremberg settled in Lisbon. The German merchant-bankers had special relevance to the Crown of Portugal because they occupied a dominant role in Europe as suppliers of silver and copper, two metals that were irreplaceable for trade in the Indian Ocean. However, there were initially customs barriers, namely in the Netherlands, which made it difficult to export German silver to Portugal, as the letter by Anton Welser shows.

Keywords: Portuguese-German trade; Portuguese overseas expansion; silver exports; Upper German trade houses.

Date of submission: 10/01/2018

Date of approval: 25/07/2018

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. Bolseiro de Pós-Doutoramento no âmbito do projecto estratégico do CHAM financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2013). *E-mail:* jpohle65@gmail.com .

Ultrapassar fronteiras comerciais: a carta de Anton Welser a Conrad Peutinger sobre a exportação de prata para Portugal (1504)

Jürgen Pohle

A carta de Anton Welser a Conrad Peutinger, datada de 11 de Dezembro de 1504¹, é um documento raras vezes referenciado na historiografia, sobretudo na de língua portuguesa². Trata-se, no entanto, de uma fonte de relevância fundamental para o entendimento das relações económicas, na sua fase inicial, entre a Coroa portuguesa e as grandes casas comerciais alemãs. O conteúdo da carta revela como a companhia³ dos Welser-Vöhlín⁴ de Augsburg tentava ultrapassar as barreiras alfandegárias que, por volta de 1504, existiram nos Países Baixos para conseguir exportar a sua prata para Portugal.

É de realçar que, desde a chegada à Europa das riquezas comerciais do Espaço Índico através da Rota do Cabo, Portugal procurou adquirir grandes quantidades de prata e cobre para garantir a continuidade das trocas comerciais no além-mar. A maior parte das minas de prata e de cobre encontrava-se na Europa Central, nomeadamente no Tirol, na Saxónia, no Harz, na Boémia e na Hungria. A exploração das minas esteve maioritariamente

¹ A carta encontra-se na Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, nomeadamente no espólio de Conrad Peutinger (2º Cod. Aug. 382º. Zu Konrad Peutingers Literar. Nachlass 1 – Hss. betr. Schifffahrt nach Amerika und Indien, Dok. VIII). A carta faz parte de uma colecção de vários documentos referentes aos Descobrimentos Portugueses entre 1499 e 1505. A valiosa colecção foi encontrada em meados do século XIX pelo antigo bibliotecário da biblioteca da cidade de Augsburg, Benedikt Greiff, que a publicou em 1861 («Briefe und Berichte»).

² A. A. Banha de Andrade (1972) refere-se ao conteúdo da colecção de Conrad Peutinger acima citada, analisando a maioria dos documentos nela integrantes. No entanto, em relação à carta de Anton Welser, menciona apenas a existência da mesma (*ibidem*, vol. 1, 351, nota 4).

³ Nos documentos originais quinhentistas é habitualmente utilizado o termo «companhia» para designar as grandes empresas de Augsburg e de Nuremberga. É, porém, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista organizacional, não se pode comparar estas firmas com as grandes companhias comerciais por acções (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o século XVII.

⁴ Entre 1496 e 1498, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlín de Memmingen, uma companhia que, até à sua extinção em 1517, se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250 000 florins constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Sobre os Welser(-Vöhlín) e as suas relações comerciais com Portugal, vd. Häbler 1903, 1-37; Kellenbenz 1985; Almeida 1994; Michaelsen 2005; Walter 2009; Pohle, 2015a; 2015c; 2017, 133-144; Häberlein 2014a; 2014b; 2016.

nas mãos da alta finança alemã, geralmente em consequência de serviços creditícios prestados aos respectivos «senhores da terra» que arrendavam as minas aos seus principais credores.

A importância dos metais, que os mercadores-banqueiros-industriais alemães forneceram a Portugal, sobretudo nas primeiras décadas de Quinhentos, foi várias vezes destacada na historiografia. Vitorino Magalhães Godinho⁵ e Manuel Nunes Dias⁶ sublinham «o enorme papel representado por aqueles metais alemães»⁷ na Rota do Cabo. O governo português caiu, porém, segundo A. A. Marques de Almeida, numa dupla dependência:

A estratégia negocial da Coroa portuguesa foi condicionada pelo papel da Feitoria de Antuérpia e cerceada pela posição que os mercadores alemães ocupavam no comércio internacional dos metais e na mineração da prata e do cobre. D. Manuel foi sempre prisioneiro desta realidade inexorável e, sem fundos financeiros próprios, procurou garantir os metais contra as especia-rias. Este jogo é importante na avaliação do papel dos mercadores alemães em Lisboa.⁸

No reinado de D. Manuel I foram importados, por intermédio da feitoria de Antuérpia, anualmente, cerca de 10 000 quintais de cobre⁹. A maior parte deste metal era proveniente das minas que os Fugger exploravam na Hungria¹⁰. Em relação às quantidades de prata que a Coroa portuguesa adquiriu através das casas comerciais alemãs, Philipp Robinson Rössner estima que, no primeiro quartel do século XVI, cerca de 5,5 toneladas de prata foram transferidas anualmente para Portugal via Antuérpia¹¹. Segundo este historiador, praticamente toda a prata da Europa Central encontrou, neste período, o caminho para o Espaço Índico via Lisboa¹².

Para uma melhor contextualização do tema exposto, segue-se uma breve nota introdutória referente à fixação das poderosas firmas alemãs em terras lusas.

⁵ Godinho s.d., *passim*.

⁶ Dias 1963/64, *passim*.

⁷ Dias 1989, 563.

⁸ Almeida 1993, 55.

⁹ Godinho s.d., vol. 2, II.

¹⁰ Já em 1503 chegaram à cidade do Escalda 41 navios, vindos de Danzig, carregados com o cobre dos Fugger. Cf. Häberlein 2016, 63.

¹¹ Cf. Rössner 2012, 305. Vd. também: Häberlein 2016, 68; Goris 1925, 240 e *passim*.

¹² Rössner 2012, 263. Cf. Westermann 2011; 2013, 471.

As grandes casas comerciais da Alta Alemanha¹⁵ estabeleceram-se em Portugal a partir de 1503, como consequência da abertura da Rota do Cabo pelos Portugueses¹⁴. Com a chegada das especiarias asiáticas a Portugal, várias empresas de Augsburg e de Nuremberga apressaram-se a enviar representantes para Lisboa. Os primeiros que entraram em contacto com a Coroa portuguesa foram os Welser, ou seja, a companhia dos Welser-Vöhlín. Esta companhia alcançou, em Fevereiro de 1503, privilégios muito vantajosos que abriram caminho para uma participação directa da alta finança alemã no comércio ultramarino português. No âmbito da sua política de expansão, D. Manuel I havia, desde logo, percebido que os mercadores-banqueiros da Alta Alemanha poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores dos metais de que Portugal mais necessitava para garantir as trocas comerciais no ultramar. Consequentemente, alargou os direitos dos Alemães nos anos seguintes. O denominado «Privilégio dos Alemães», que contemplava os privilégios que lhes haviam sido concedidos pelo *Venturoso*, entre 1503 e 1511¹⁵, evidencia o estatuto excepcional que as companhias alemãs possuíam em terras portuguesas. Tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, os parceiros comerciais mais relevantes da monarquia portuguesa. O Privilégio dos Alemães superou os privilégios outorgados a comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal e foi, como salientaram Virgínia Rau¹⁶ e Maria Valentina Cotta do Amaral¹⁷, o mais cobiçado por mercadores estrangeiros no século XVI. Este Privilégio valia em princípio para todas as empresas e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10 000 cruzados. Os privilegiados ficavam isentos de pagar tributos e impostos pela prata que trouxessem. Em relação a outros produtos importados, como cobre e latão, pagavam apenas a dízima. Tinham o direito de assentar casa dentro e fora dos muros de Lisboa para armazenar mercadorias, que deveriam ser preferencialmente despachadas

¹⁵ Dentro da Alemanha, são de distinguir, entre outras regiões, uma «Baixa Alemanha», que se refere às planícies do Norte do império, e uma «Alta Alemanha», que se situa no Sul, mais precisamente na Baviera e na Suábia, com uma topografia mais montanhosa.

¹⁴ Sobre o estabelecimento das grandes casas comerciais alemãs em Portugal, vd. Marques 1987; Ehrhardt 1989, 95-110; Kellenbenz 1990, vol. 1, 49-61 e *passim*; Grosshaupt 1990; Almeida 1993, 55-62; Mathew 1999, *passim*; Pohle 2000, 97-134; 2017, *passim*.

¹⁵ O conjunto dos privilégios foi publicado em 1909 no *Arquivo Histórico Português* contando com diversas reedições. Cf. Denucé 1909, 381-388; «Privilégios concedidos a alemães» 1959; Ferreira 1969.

¹⁶ Rau 1970.

¹⁷ Amaral 1965, 29-31 e *passim*.

nas alfândegas e na Casa da Moeda pelos funcionários reais. Os representantes das firmas privilegiadas podiam andar armados dia e noite, desde que «os quaees seruidores nã serã espanhoes»¹⁸. Tinham um juiz próprio para os seus assuntos e ainda um notário. Aqueles mercadores que investissem na construção naval em Portugal deviam receber privilégios alargados. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto os restantes mercadores tinham de pagar 10% de sisa. «Mas o grande privilégio dos alemães, aquele que despertava o interesse dos outros mercadores, era o de poderem ir comerciar *in loco*, na Índia»¹⁹.

No dia 1 de Agosto de 1504, Lucas Rem, o primeiro feitor dos Welser em Lisboa, concluiu um contrato com a Coroa portuguesa que permitiu às casas comerciais dos Welser, Fugger, Höchstetter e Gossembrot de Augsburg, bem como dos Imhoff e Hirschvogel de Nuremberga, investir directamente na armada que partiria, no ano seguinte, para a Índia²⁰. Estas firmas formaram, com alguns mercadores italianos, um consórcio que financiou três navios da armada de D. Francisco de Almeida. Para a armação dos três navios, era necessário um capital de 65 400 cruzados. 75% da soma tinham de ser pagos em dinheiro e 25% em metais preciosos²¹.

Ainda em 1504, algumas empresas alemãs tencionaram transferir prata para Portugal. A referida carta de Anton Welser, líder da companhia dos Welser-Vöhlín, a Conrad Peutinger²² mostra que surgiram inicialmente problemas por causa de uma lei que proibia a exportação deste metal dos Países Baixos. Em Dezembro de 1504, Anton Welser terá sido informado sobre esta situação por um funcionário da empresa que actuou em Antuérpia. Consequentemente, no Inverno de 1504/05, a companhia dos Welser-Vöhlín, através de Peutinger, dirigiu-se a Blasius Hölzl, secretário de

¹⁸ Denucé 1909, 386.

¹⁹ Amaral 1965, 31.

²⁰ Greiff 1861, 8.

²¹ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, vd. Hümmelich 1918; Andrade 1972, vol. 1, 475-488.

²² O célebre humanista Conrad Peutinger (1465-1547) era genro de Anton Welser (1451-1518) e sócio da companhia dos Welser-Vöhlín. Entre 1497 e 1534 assumiu, em Augsburg, a função de *Stadtschreiber*, que era o mais alto funcionário administrativo da cidade, responsável por toda a documentação (actas, processos etc.). Possuiu uma colecção notável de documentos referentes à Expansão Portuguesa. Várias fontes acerca das viagens dos Descobridores foram-lhe enviadas directamente por Valentim Fernandes, ilustre tipógrafo e, desde 1503, notário e tabelião dos mercadores alemães estabelecidos em Lisboa. Sobre Conrad Peutinger e o seu papel nas relações luso-alemãs, vd. Lutz 1958, 54-64; Lopes 2007, 30-34; Pohle 2014; 2015b.

Maximiliano I, para conseguir com a ajuda deste uma licença especial para poderem transportar prata pelos Países Baixos. Para alcançar este objectivo, solicitaram ao «rei dos romanos»²³ e designado imperador que aconselhasse, neste sentido, o arquiduque Filipe *o Belo*, seu filho e regente dos Países Baixos. Argumentaram que a prata não era aí comprada, mas que apenas passava por esse território. A prata servia para comprar em Lisboa especiarias e outras mercadorias, que depois eram transferidas para os portos neerlandeses, trazendo assim vantagens económicas para as terras e cidades do arquiduque. Anton Welser alegou também que todo o comércio de prata no Sacro Império Romano-Germânico iria sofrer consequências negativas se não fosse permitida a livre passagem deste metal pelos Países Baixos, sendo que o prejuízo para o próprio imperador não seria de pouca monta. Por isso, Maximiliano I deveria convencer o seu filho, pois também os danos económicos nos Países Baixos seriam enormes, uma vez que o comércio de prata desviar-se-ia, certamente, para Génova ou para os portos franceses e espanhóis. Não dispomos de uma resposta concreta por parte de Maximiliano I a esta questão, mas existem vários documentos que provam a troca de correspondência entre Conrad Peutinger e Blasius Hölzl nos meses seguintes e que confirmam a urgência que o assunto teve para os Welser²⁴. De qualquer forma, a argumentação de Anton Welser deve ter convencido os dois monarcas²⁵, pois, nos anos seguintes, deparamo-nos com barcos carregados de prata no caminho dos Países Baixos para Portugal²⁶. Este facto não teria sido possível sem a iniciativa de Anton Welser, que é transmitida na referida carta de 1504, a qual, seguidamente, apresentamos com uma tradução portuguesa²⁷.

O documento é constituído por três partes:

1.^ª a carta de Anton Welser a Conrad Peutinger, datada de 11 de Dezembro de 1504;

²³ Maximiliano I (1459-1519) foi eleito «rei dos romanos» em Frankfurt no ano de 1486, ou seja, ainda em vida do imperador Frederico III. Ascendeu ao trono do pai após a morte deste, em 1493. De facto, Maximiliano foi imperador a partir desta data. Apenas quinze anos depois, com o consentimento do papa Júlio II, foi-lhe atribuído oficialmente o título imperial. Em Fevereiro de 1508, o habsburguês foi proclamado sacro imperador na catedral de Trento. Sobre Maximiliano I e Portugal, cf. Krendl 2002; Pohle 2016.

²⁴ Cf. König 1923, 48-50.

²⁵ Lutz 1958, 57.

²⁶ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2^o Cod. Aug. 390, Fol. 469v.-472.

²⁷ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2^o Cod. Aug. 382^a, Dok. VIII. Vd. também «Briefe und Berichte» 1861, 163-166; König 1923, 45-48; Rössner 2012, 252-254.

2.^o uma cópia de parte de uma carta que havia chegado a Augsburg dois dias antes, enviada de Antuérpia, no dia 18 de Novembro de 1504, por um empregado dos Welser-Vöhlin;

3.^o um *post scriptum* de Anton Welser.

Ao honrado e eruditíssimo senhor Conrad Peutinger, doutor de direito, etc., na corte de Sua Majestade real, meu estimado senhor.

Companhia de Lisboa

+ Jesus Maria 1504, em Augsburg, no dia onze de Dezembro

Eruditíssimo, honrado e caro senhor doutor, receba a minha saudação amigável, bem como os meus muito prestáveis serviços a Vossa Excelência. Tenho a boa esperança, confiando em Deus, que chegou bem e a salvo, juntamente com os seus acompanhantes, à corte de Sua Majestade real e que aí se encontre de boa saúde. Aqui todos se encontram também bastante bem. Louvado seja Deus que, através do seu destino e da sua encarnação cheios de paz e misericórdia, nos conceda tudo quanto é bom.

Honrado e caro senhor doutor, recebi no dia 9 de Dezembro uma carta de Antuérpia, dos nossos que aí se encontram, em representação da venerável Companhia. Enviaram-nos, entre outras coisas, informações que, em trecho, tireis desta carta, a saber, os imensos cuidados que surgiram em relação ao envio da nossa prata daí para Lisboa. Como perceberéis através do conteúdo da referida cópia [da carta (NdA)], é proibido, pelo príncipe, exportar prata da sua terra. Agora seria o nosso diligente e sério pedido a Vossa Excelência requerere obter para nós (uma vez que seja feito com algum jeito), de

Dem wirdigen vnd hochgelerzten Herrn Conrat Peutinger der Recht doctor etc an K[öniglicher] Maj[estät] hoffe meinem gunstigen herrnn

Geselschafft Vlixbona

+ Jhus maria 1504 In aug[sburg] an dem aultfen tag decembris

Mein fraintlich gantz vnuerdrossen vnd willig dienst und gr[ü]s seyen Ewer wurden zuuor berayt hochgelertter vnd wirdiger Lieber herr doctor / Ich pin Inn gott guotter hofnung Ewer wird[en] seye mit sampt den gefertten wol vnd mit lieb an der K Maj.tt hoff chomen / vnd befinden Ewch alda In guoter wolmigender gesonthaytt / seyenn hier auch ale Inn zimlichem guotten wesenn / gott sey geloppt / der wolle vns durch sein gnädige fredensreyche zuo kunft vnd mentsch werdong In allem guotten bestetten /

Wirrdiger vnd Lieber herr doctor / mir Ist auf 9 dec[embris] ain brief von anttorf zuo chomen von den vnsern aldar / die Erbar g[om]p[anhi].³ antreffende meldend vns vnder anderm / als Ir Im auszug darvon hirr Inn / abnemen migtt / nemlich Etlicher sorgfelttigkayt halben so vns entspringen Ist / vom hinsenden vnsrer S[ilb]er von dann gen vlixbona / dan als Ir In gemelter copia hier In verstaun migen / es vom prinzen verboten ist / ainig Silber aus seiner gnaden land ze fieren / Nun were vnser fleyszig vnd Ernstlich gepett an Ewer wierd / Ir uns (wa es mit ainchem fuog gesein mocht) von K Maj.tt ain furdernus brief

Sua Majestade real, de um modo formalíssimo, uma carta abonatória, dirigida ao duque Filipe, que Vossa Excelência muito melhor saberia fazer do que nós o podíamos indicar, no sentido de que nos seja facultada uma passagem livre e segura para a nossa prata, que enviamos daqui, etc., para Lisboa, pelo território de Sua Alteza, via terrestre e fluvial. Tal (como nos parece) seria bem justo, uma vez que não compramos a prata, destinada para Lisboa, nas terras de Sua Misericórdia, mas importamo-la para aí a enviar. Queríamos deixar o assunto consigo, caro senhor doutor, e apresentar as nossas recomendações neste e noutros assuntos, pois cortejamos Vossa Excelência com especial e amigável boa vontade desejando justiça sem dano.

Além disso, caro senhor, encarregado de tudo isto é o nosso empregado Hans Sailer de Kempten que colocamos, neste assunto, a seu lado, para o caso de Vossa Excelência não permanecer tanto tempo na corte real até ao fim das negociações ou à promulgação dos seus resultados. Neste caso, Vossa Excelência deixe aí o nosso empregado com ordens e também instruções de como solicitar o assunto na chancelaria, etc., e como arranjar a tal carta. Esperamos que ele não falhe em nada contanto que o instruireis, etc. Esperamos ainda pela carta de Sua Majestade (= Maximiliano I (NdA)) ao rei francês e também pela carta para levar à Índia. Desejava que o senhor Blasius Hölzl²⁸ despachasse isso.

Estimado e caro senhor doutor, Christoph [Welser (NdA)] escreveu-vos anteriormente, por mim solicitado e em meu nome. O que nos interessa nos Países Baixos, por exigência das nossas necessidades, é que o nosso clementíssimo Senhor Arquiduque Filipe nos conceda e outorgue elementemente a passagem da nossa prata pela terra e domínio de Sua Excelência principesca,

Erlangtten vnd Impettriertten an Hertzogen philips aufs formlichest als dann Ewer wird fil paser wayst weder wiers angeben kinden / das wier vnser S[ilb]er die wier von hinnen etc aussenden per vlixbona freyen vnd sicheren pas hetten / durch seiner gnaden gepiet vff land vnd wasser / des der pillichayt (als vns gedeucht) wol gemes wer / dan wier die S[ilb]er die wir fir vlixbona vermainen / nit In seiner gnaden lander aufkaufen / sonder von hin[nen] etc darsenden / Weltt Ewch Lieber herr d[oct]or die sach anligen lausen / vnd vns In dem vnd anderm for Enpfolchen halten / des wir mit sondrem fräntlichen vnd wolgenaygtten willen vmb Ewer wiert begeren zuo sampt fil pillichen ze beschadenn /

weytter Lieber herr / zayger ditz Ist hans sayler von kempten vnser diener denn wir Ewch von der sach wegen zuo fiegen ob Ewer wiert so lang am kingklichen hoff nit verharren wurd pis zuo ausdruck oder End des handls das dan Ewer wiert gemelten vnsern diener hinder Ewch verlaussen mit befelch vnd auch ler wie er die sach In der kantzley // etc // solitztiern vnd solch brief erobren mige / hoffen er sölle nichtz versaumen so ferr Ir Ims weysenn etc hoffen darneben der Majt br[ief] an fr[anzösischen] K[önig] auch der brief In Indiam. Ich hofte her plese heltzl solt wol migen furdernn.

Gunstiger vnd Lieber herr d^o [/] Cristof hat ewch hie vor aus meim bvelch Inn meinem Namen geschriben. Was vns aber anligt im Niderland vnd wie vnser nottorft Erforderte vnss vnser genedigister herr ertzhertzog filips den pass vnserer S[ilber] durch seiner fursttl[ichen] gnaden Land vnd gepiet auf Land vnd wasser

²⁸ Secretário de Maximiliano I.

seja por via terrestre, seja por via fluvial. Não é apenas porque não a produzimos em terra de Sua Excelência, mas porque a enviamos com destino a Lisboa – e também porque trocamos a referida prata, quando chega a Lisboa, *in loco* por especiarias e outras mercadorias que depois trazemos até aos portos, campo, cidades, etc., de Sua Excelência principesca, exercendo com isso negócios. Assim aumentarão os tributos alfândegários, de modo que também a terra e o sustento dos súbditos de Sua Excelência principesca tirarão proveito e o comércio aí se manterá. Não transportamos unicamente prata pela terra de Sua Excelência principesca, mas também muitas vestes, que são produzidas e tratadas em vários lugares situados nas terras de Sua Excelência principesca. Tudo isto traz proveito a Sua Excelência principesca e aos seus súbditos. Vossa Excelência saberá bem e frutíferamente introduzir [na carta (NdA)] este e outros argumentos para benefício da causa. É necessário que o pedido a Sua Majestade real seja apresentado muito em breve e que neste, se achardes por bem, também seja esclarecido que a prata desvalorizará e baixará o preço nos locais onde se estabelece e mantém a interdição da passagem da prata, o que traria assim prejuízo a Sua Majestade, no que se refere à sua prata, que não seria de pouca monta. Além disso, a manter-se o bloqueio da passagem da prata, os negócios deverão desviar-se para outros portos marítimos pertencentes ao rei francês ou ao da Espanha ou em direcção a Génova, o que iria privar o comércio e a indústria dos Países Baixos, etc.

Ora, Vós sabeis dar às coisas boa cor e formas e uma consecução frutífera. Para que o Todo-Poderoso conceda mercê e boa sorte a vós e a nós e que com paz vos queira ajudar a chegar a casa. Amen.

Anthoni Welser

genedigklich verliche vnd zuo geb. Dan nit alain von dess wegen das wir sy In seiner gnauden Land nit Erzuigen sonder aus disen Landen hin ab senden fur vlisbona Vermainend – sonder auch darvmb das solhe silber so also gen vlisbona kumend aldau gegen Spetzery vnd ander kaffmanschaften vbergeben die wir darnach In seiner furstlichen gnaden portten Land staetten etc fiern vnd gewerb damit treiben. dar durch die zoell, land vnd narungen auch seiner furstlichen gnad vnderthanen genutzt vnd gemerdt werdend vnd der handl daselbst behalten [/] wir fiern auch nit alain silber Inn vnd durch seiner f[ürstlichen] g[naden] land sonder auch fil gwands das In seiner furstl g landen gemacht vnd berayt wirt In mer Staetten das alls seiner f gnad vnd dero vnderthaun zu^o nutze vnd fuogen walten Ist. Ewer wird wirt dass vnd anders der sach zuo guot wol bequemlich vnd fruchtperlich Ein zu fuern wissen / not Ist die furschrift K Majt fast statlich gestelt vnd obs ewch guot gedeycht darin auch angeregt wo den silbern der pass gespert werden vnd beleiben so wurd es unwird vnd abfal Im silber gebernn das dan seiner Maj.t an Iren silbern nit zu chlainem nachtail zaychen. Auch so mochten durch sperrung des pass die S[silber] an ander port des mers dem fr.^a kunig oder diem von Hispania gehörig oder gen Jenö gefiert die hendel vnd gewerb dardurch den niederlanden Entzogen werden etc

Nun Ir wist den dingen wol farb vnd gestalten ze geben. Vnd fruchtpers erlangen des vnd alles guote der almechtige Ewch vnd vns genau Verleychen ewch mit friden wider anheim helffen well amen.

Anthoni welser

+ Trecho de uma carta dos Países Baixos, de Antuérpia, dia 18 de Novembro.

Recebida em Augsburg a 9 de Dezembro de 1504.

Veneráveis caros Senhores, tendes de saber que sempre é proibido exportar prata destas terras. E desde que a prata, como sabem, foi roubada da urca²⁹, a terra está cheia. Os alemães levam consigo nada mais que prata e já há muitas mercadorias em Zieriksee³⁰. Foram abertas caixas e outros bens suspeitos. O funcionário superior procurava prata e, quando encontravam algo, estava perdido sem misericórdia. Em Zieriksee passam-se ladroagens. A situação em Arnemuiden³¹ é menos preocupante do que aí. Ora, por causa disso e de outras razões, seria bom que se tomassem providências para adquirir a licença do duque para podermos transportar prata pelo seu território, por terra e por água, pois importamo-la apenas nesta terra com a intenção de, a seguir, a exportar e não a compramos aqui nas suas terras. Deixai-nos saber o que vós, caros Senhores, nos aconselham. Devia conseguir-se uma carta da Majestade real dirigida ao duque Filipe que ordenasse que nenhum mercador piedoso da nação alemã da Alta Alemanha, que vive sob a águia³², seja importunado ou coisa semelhante, etc., deixando-o apenas negociar para nós e para a nossa Companhia.

+ Auszug aus briefs aus dem Niderland von Anttorff

d. 18 Noff. Inn augspurg Enpfangen auf 9 dec. 1504

Ersam lieb herren Ir hand vor wissenn daz stetz verpotten Istt Silber aus disenn landen ze fierenn. Vnd seyder S[ilb]er aus dem schiff Hulcka als Ir wist geraupt / Ist das land vol / die teutschen fieren nichtz dann S[ilb]er vnd haut man schonn Etliche gietter zuo zirichsea / kisten vnd mer guot das verdechtlich gewest Ist geöffnett / haut der Balgin³³ S[ilb]er gesuocht / vnd wan sy also etwz fendent were es onn gnaud verloreenn / zuo zirichsea gaut es biebisich zuo / sollichs Ist von armua minder zesorgen dann da / Nun auss solcher vnd mer vrsach wer guott man hette auf solchs fürsorg / vom hertzogen erlaupn[i]s zuo erlangen / dz wier S[ilb]er durch vnd aus seim. vff Land vnd wasser fierenn mochtten dann wier es doch Inn der mainong In dis Land fierenn das wir es wider dar auss fierenn wellenn / vnd wier kauften es hie In sein Landenn nit. /wz Ir vns lieb herren rautten des halb / Laund vns wissenn / Mann mochte von K Maj.tt befeleh brief zewege pringen an hertzogen ph[ilip]s. das kain frumer kaufman von teutscher nazionn auss dem ober Land vnder dem Adler gesessenn nit Ersuocht wurde oder der geleychenn etc fur vns vnd vnser geselschaft allain procurierenn laussenn.

²⁹ O autor não especifica o caso. Dado que a urca era um barco de transporte de preferência no Mar Báltico e no Mar do Norte, é pensável que o autor se refere a um acto de pirataria no trajecto marítimo entre Danzig (Gdansk) e os Países Baixos. Deste modo, alguns mercadores alemães devem ter preferido, pelo menos temporariamente, uma rota fluvial em direcção aos portos neerlandeses para o transporte da sua prata.

³⁰ Trata-se de uma pequena cidade portuária neerlandesa na província da Zelândia.

³¹ Pequena localidade na Zelândia, perto de Middelburg.

³² Símbolo heráldico do Sacro Império Romano-Germânico.

³³ *Bailli* (*ballivus*). Designava, desde finais do século XII, no Norte de França e nos Países Baixos, um alto funcionário administrativo do rei ou do senhor territorial.

Item, caro Senhor Doutor, em relação à carta que se obterá de Sua Majestade ajudai-nos a que nos chegue uma cópia da mesma.

Item Lieber herr doctor was für vns br[ief] von Maj.t erlangt werden da wollend verhelffen das vns Coppeyen der selben zuochumen.

Fontes Manuscritas

Staats- und Stadtbibliothek Augsburg

2° Cod. Aug. 382^a. *Zu Konrad Peutingers Literar. Nachlass*, 1.

2° Cod. Aug. 390.

Fontes Impressas e Bibliografia

ALMEIDA, A. A. Marques de. 1993. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa: Cosmos.

ALMEIDA, A. A. Marques de. 1994. «Welser». In *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. Vol. 2, 1085. Lisboa: Caminho.

AMARAL, Maria Valentina Cotta do. 1965. *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

ANDRADE, António Alberto Banha de. 1972. *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimientos Geográficos Portugueses*. 2 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

«BRIEFE und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass». 1861. In B. Greiff, ed. *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, 112-172. Augsburg: Hartmann'sche Buchdruckerei.

DENUCÉ, Jean. 1909. «Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). Document». *Arquivo Histórico Português* 7: 310-319, 377-392.

DIAS, Manuel Nunes. 1963/64. *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

DIAS, Manuel Nunes. 1989. «Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo». In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. *Actas*. Vol. 3, 563-584. Porto: Universidade do Porto/CNCDP.

EHRHARDT, Marion. 1989. *A Alemanha e os Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Texto Editora.

FERREIRA, J. A. Pinto. 1969. «Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI». *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 32: 339-396.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. s.d. [1985]. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2.^a ed. 4 vols. Lisboa: Editorial Presença.
- GORIS, J. A. 1925. *Étude sur les colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Louvain: Librairie Universitaire.
- GREIFF, B., ed. 1861. *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Buchdruckerei.
- GROSSHAUPT, Walter. 1990. «Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg». In Jean Aubin, ed. *La Découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, 359-397. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- HÄBERLEIN, Mark. 2014a. «Asiatische Gewürze auf europäischen Märkten: Das Beispiel der Augsburger Welser-Gesellschaft von 1498 bis 1580». *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte* 14: 41-62.
- HÄBERLEIN, Mark. 2014b. «Atlantic Sugar and Southern German Merchant Capital in the Sixteenth Century». In Susanne Lachenicht, ed. *Europeans Engaging the Atlantic: Knowledge and Trade, 1500-1800*, 47-71. Frankfurt/New York: Campus.
- HÄBERLEIN, Mark. 2016. *Aufbruch ins globale Zeitalter. Die Handelswelt der Fugger und Welser*. Darmstadt: Theiss/ WBG.
- HÄBLER, Konrad. 1903. *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld.
- HÜMMERICH, Franz. 1918. *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften.
- KELLENBENZ, Hermann. 1985. «Welser, Os». In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 6, 348-350. Porto: Figueirinhas.
- KELLENBENZ, Hermann. 1990. *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. 3 vols. München: Vögel.
- KÖNIG, Erich, ed. 1923. *Konrad Peutingers Briefwechsel*. München: Beck.
- KRENDL, Peter. 2002. «O Imperador Maximiliano I e Portugal». In Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano. *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, 87-110. Lisboa: Assírio & Alvim.
- LOPES, Marília dos Santos. 2007. «Os Descobrimentos Portugueses e a Alemanha». In Maria Manuela Gouveia Delille, coord. e pref. *Portugal-Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1, 29-60. Coimbra: Minerva Coimbra/Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- LUTZ, Heinrich. 1958. *Konrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*. Augsburg: Die Brigg.

- MARQUES, António Henrique de Oliveira. 1987. «Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI». In A. H. de O. Marques. *Portugal Quinhentista*, 9-32. Lisboa: Quetzal.
- MATHEW, K. S. 1999. *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*. New Delhi: Manohar.
- MICHAELSEN, Stephan. 2005. «The German Welser Company in Portugal and India in the Sixteenth Century». In F. da S. Gracias, C. Pinto e C. Borges, eds. *Indo-Portuguese History: Global Trends*, 337-344. Goa: s.ed.
- POHLE, Jürgen. 2000. *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster et al.: Lit.
- POHLE, Jürgen. 2014. «Peutingger, Conrad (e a sua colecção de documentos referentes à Expansão Portuguesa)». In *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* («Letras»). Lisboa: CHAM. Consultado em 17/11/2017. <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>.
- POHLE, Jürgen. 2015a. «Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all'inizio del secolo XVI e le loro testimonianze». *Storia Economica* 18/2: 315-329.
- POHLE, Jürgen. 2015b. «“Os primeiros alemães a procurar a Índia”: Maximiliano I, Conrad Peutingger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa». *AMMENTU. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe* 7: 19-28. Consultado em 26/10/2017. <http://www.centrostudisea.it/attachments/article/205/Ammentu%20007%202015.pdf>.
- POHLE, Jürgen. 2015c. «Rivalidades e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos». *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, n.º 3: 19-38. Consultado em 26/10/2017. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf.
- POHLE, Jürgen. 2016. «Maximiliano I e Portugal». In *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* («Antropónimos»). Lisboa: CHAM. Consultado em 7/1/2018. <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>.
- POHLE, Jürgen. 2017. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM. Consultado em 11/6/2018. <http://hdl.handle.net/10362/38843>.
- PRIVILÉGIOS concedidos a alemães em Portugal (An Deutsche in Portugal erteilte Privilegien). Certidão de Duarte Fernandez (Urkunde des Duarte Fernandez). 1959. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (3.ª série) 1: 119-159.

- RAU, Virgínia. 1970. «Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)». In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 15-30. Köln/Wien: Böhlau.
- RÖSSNER, Philipp Robinson. 2012. *Deflation – Devaluation – Rebellion. Geld im Zeitalter der Reformation*. Stuttgart: Franz Steiner.
- WALTER, Rolf. 2009. «Die Welser und ihre Partner im „World Wide Web“ der Frühen Neuzeit». In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, 11-27. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- WESTERMANN, Ekkehard. 2011. «Oberdeutsche Metallhändler in Lissabon und in Antwerpen zwischen 1490 und 1520». *Montánna história* 4: 8-21.
- WESTERMANN, Ekkehard. 2013. «Die versunkenen Schätze der „Bom Jesus“ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indiensglers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik». *VSWG* 100: 459-478.

O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental

Luís Filipe F. R. Thomaz*

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 53-86. ISSN 0874-9671

Resumo

O presente artigo procura reagir contra uma tendência ainda latente na historiografia indo-portuguesa: a de confundir a evolução económica do Estado da Índia com as vicissitudes da rota do Cabo, que na realidade eram assaz independentes entre si. A “Carreira da Índia”, pela rota marítima do Cabo da Boa Esperança, era explorada diretamente pela Coroa.

Ao invés, as finanças do Estado da Índia assentavam sobretudo nas alfândegas, onde era taxado o comércio conduzido por particulares, cujo rendimento subiu quase constantemente até atingir o apogeu em 1609. Para a prosperidade das alfândegas contribuíam tanto as mercadorias movimentadas pelos mercadores locais como as transacionadas por comerciantes portugueses, as mais das vezes radicados no Oriente como *casados*. Os dois eixos de maior circulação de mercadorias eram a linha Goa-Malaca-Maluco & Banda e a linha Goa-Malaca-Macau, com uma extensão para o Japão. A sua decadência apenas se precipita com a tomada de Maluco e Malaca pelos holandeses, entre 1605 e 1641, e com a expulsão dos portugueses do Japão, cerca desta derradeira data.

Palavras-Chave: Estado da Índia, rota do Cabo, rendas fundiárias, alfândegas, comércio regional, concessões de viagens.

Data de submissão: 24/09/2017

Data de aprovação: 14/08/2018

Abstract

The present article endeavours to react against a tendency of the old Indo-Portuguese historiography, which still survives nowadays: the tendency to confuse the economic evolution of the Portuguese *Estado da Índia* with that of the so-called *Carreira da Índia*, i. e., the exploitation of trade between Europe and India by the way of the Cape of Good Hope. The latter was mainly exploited by the Crown, and its profits benefited the metropolitan finances.

Conversely, the finances of the *Estado da Índia* lay on the custom-houses. The revenues of the custom-houses, where commerce conducted by private merchants was taxed, almost continuously increased along the 16th century, reaching its peak in 1609. The custom houses benefitted by the commerce of local traders as well as of Portuguese merchants, most of them *casados*, i. e., Portuguese who married local women and settled in the East. The most profitable lines were that from Goa to the Moluccas and Banda islands, and that from Goa to Malacca and then to Macao, with an extension to Japan. Their decline was precipitated by the conquest by the Dutch of the Moluccas in 1605 and of Malacca in 1641, and by the expulsion of the Portuguese from Japan about this latter date.

Keywords: Portuguese India, Cape of Good Hope route, land-bound rents, customs, regional commerce, concessions of voyages.

Date of submission: 24/09/2017

Date of approval: 14/08/2018

* CEHR, Universidade Católica Portuguesa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. E-mail: luisfilipethomaz@sapo.pt .

O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental

Luís Filipe F. R. Thomaz

Permanece assaz arraigada na historiografia portuguesa uma série de ideias que, sem serem rotundamente falsas, são pelo menos assaz simplistas, de que a principal é reduzir a presença portuguesa no Oriente à sua vertente territorial e política, o Estado da Índia.

Associada a esta anda geralmente outra, não menos redutora: a de que o poderio português no Índico entrou em rápida decadência logo após o final do governo de Afonso de Albuquerque, em 1515. Essa ideia resulta, pelo menos em parte, da adoção de uma conceção imperial da expansão herdada das crónicas da época, que focam sobretudo os feitos de guerra e a dilatação do Estado, o que finalmente constitui apenas uma das suas facetas, embora historicamente a primeira. De tal ponto de vista, o fenómeno a que chamámos a “grande soltura de Lopo Soares de Albergaria” – tão fundador da Índia Portuguesa que realmente existiu como as conquistas de Albuquerque no lustro precedente – apresenta-se necessariamente como a antítese da curta “época de ouro” que o precedera e como o início de um inexorável declínio.

A essa conceção anda frequentemente associada uma outra distorção, esta herdada da historiografia novecentista, em especial da obra de João Lúcio de Azevedo: a de ver na Carreira da Índia a trave central da economia dos portugueses no Oriente, sem conseguir entrever os circuitos comerciais que para além dela funcionavam, nem o papel que estes desempenhavam na sustentação das alfândegas do Estado, base principal das suas receitas.

Com efeito, quando em 1554 foi compilado o *Tombo da Índia*¹, as praças de Moçambique, Sofala, Quíloa, Melinde, Cananor, Chalé, Cranganor, Cochim, Couão e Ternate, onde não havia alfândegas, não davam qualquer rendimento ao Estado. Em Ormuz a alfândega, que constituía a única fonte de receita pública, rendia 27 234\$821 rs; a de Diu, por lapso, não foi computada, mas sabe-se que um pouco mais tarde dava um lucro de 43 200\$000²; e em Malaca as rendas da alfândega e do peso montavam em 9324\$000. Goa, que dispunha de alfoz (Ilhas, Bardês e Salsete), contribuía para o fisco com 69 774\$000, dos quais 18 688\$000 provinham de rendas fundiárias, 7905\$045

¹ Publicado por Felner 1868.

² Couto 1782, VII: ii, 3; cf. Godinho 1982, 69 e sqq.

de taxas urbanas sobre o artesanato e o comércio de retalho e 43 200\$000 de direitos aduaneiros, que assim representavam cerca de 62% dos ingressos. Apenas na Província do Norte superavam as rendas fundiárias, arrecadadas nas praganás ou grupos de aldeias, tanto as taxas sobre o comércio e o artesanato cobradas nas caçabés ou pequenos centros urbanos, como os direitos aduaneiros provindos dos mandovins ou pequenas alfândegas locais: estes cifraram-se em 1547 em 5806\$800, ao passo que as primeiras ascenderam a 23 356\$600 e as segundas a 8355\$600, representando assim os direitos aduaneiros apenas uns 15,5% da receita pública. Em Chaul os direitos do peso (espécie de alfândega) rendiam apenas 99\$000 e as rendas urbanas 1404\$600, ao passo que as páreas pagas pelo Nizamaluco³ ascendiam a 2520\$000. Em Ceilão a situação era similar, reduzindo-se o rendimento do Estado às páreas pagas em canela pelo reino da Cota, num total de 450 bares de 3 quintais o bar, o que corresponde a um valor de cerca 25 556\$000; quanto aos portos de Honor, Batecalá e Barcelor, pagavam páreas em arroz, para o sustento de Goa, num total de 4500 fardos, cujo valor exato não lográmos determinar, mas podemos estimar pelo alto em cerca de 810\$000, fazendo o estimo a 10 fanões malabares o fardo⁴ e o fanão a 1/20 do cruzado. No conjunto do Estado da Índia os réditos aduaneiros totalizavam assim cerca de 127 793\$000, ou seja, cerca de 60% da receita pública, que devia andar pelos 211 300\$000.

É curioso notar que a ideia de que a presença portuguesa no Oriente atingira o apogeu na época albuquerqueiana e a de que a prosperidade do Estado da Índia se poderia medir pelo movimento da Carreira se não deixam sobrepor, já que este não conheceu o seu máximo sob o governo do *Terrível*: a maior frota jamais enviada para a Índia foi a de Vasco da Gama na sua segunda viagem, em 1502-1503, bem antes portanto de Albuquerque, em que levou 15 navios, que todos vieram a salvamento; quanto à carga transportada no retorno, o *record* de pimenta importada num ano, 2264 toneladas métricas, cabe à armada de 1516-17, em pleno governo de Lopo Soares, seguindo-se-lhe a do ano imediato, com 2128 toneladas, e em terceiro lugar a de 1546-47, no governo de D. João de Castro, com 1872 toneladas. Há que notar, contudo, que para todo o período anterior a 1587 apenas dispomos de relações de cargas para 17 anos, o último dos quais é o

³ *Nizamul-Mulk*, “colar da realeza”, título dinástico dos sultões de Ahmadnagar.

⁴ Com efeito em 1516 em Cananor, não muito longe do Canará, o preço do arroz oscilava, consoante as qualidades, entre 8 e 12 fanões o fardo, como consta do *Livro da receita e da despesa do anno de 1516 feita a dita receita e despesa em Cananor*, conservado no *Núcleo Antigo* da Torre do Tombo, cuja transcrição agradecemos penhorado ao nosso prezado colega e amigo Artur Teodoro de Matos que gentilmente no-la facultou.

de 1548; não é, por isso, impossível que se tenham verificado outros *records* nos anos de que nos não ficam registos.

É difícil, para não dizer impossível, comparar nesta época os proventos da Carreira com os do tráfego regional que nutria as alfândegas, já que o último ano para que achamos dados sobre as cargas transportadas pela rota do Cabo é o de 1548, ao passo que sobre os réditos aduaneiros não há cifras globais antes da compilação do *Tombo da Índia* por Simão Botelho em 1554.

É só no período filipino que nos aparece uma fonte fidedigna que permite comparações precisas: o *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real Património do Reino de Portugal*, de Luís de Figueiredo Falcão, datado de 1607⁵. Nesse momento rendia o Estado da Índia um total de 355 560\$600; nesse total os réditos aduaneiros representariam um pouco mais de 225 contos de réis (67 999\$800 das alfândegas de Goa e Cochim, 6000\$000 dos direitos dos cavalos, 57 600\$000 da alfândega de Ormuz, 64 665\$000 da de Diu, 26 640\$000 da de Malaca, e ainda dois terços dos 1836\$000 que rendia a alfândega de Mombaça, de que o outro terço revertia para el-rei de Melinde, e mais uns pós das demais praças); corresponderiam assim a cerca de 63% das receitas arrecadadas. Na mesma época a Carreira da Índia, que movimentava cinco naus por ano, andava arrendada, à razão de 30 contos por nau, o que perfazia 150 000\$000, ou seja, menos de metade das rendas percebidas localmente, exatamente dois terços do que rendiam as alfândegas onde era taxado o comércio de pequeno e médio curso. Entretanto os quantitativos de pimenta trazidos da Índia haviam voltado a subir, atingindo de novo os níveis da primeira metade de Quinhentos. Haveria pois que juntar àqueles 250 contos o produto da venda de 20 000 quintais de pimenta a 30 cruzados (12\$000) o quintal, o que perfazia 240 000\$000. Obter-se-iam assim para a Carreira da Índia proventos da ordem dos 390 contos, o que de facto excederia ligeiramente o total dos réditos arrecadados *in loco*; mas há que notar que tal adição é falaz, já que o produto da venda da pimenta em Lisboa representa um lucro ilíquido – de que haveria a deduzir pelo menos o seu custo no mercado fornecedor, uma vez que as despesas de armação e transporte corriam por conta dos adjudicatários a quem estava arrendada a Carreira –, ao passo que os direitos das naus correspondiam a um ingresso líquido, sem custos para a Real Fazenda.

Seja como for, Carreira da Índia e comércio regional constituíam como que dois conjuntos secantes, com fraca intersecção entre ambos. Esta consistia fundamentalmente nos circuitos que conduziam ao Malabar, para daí embarcarem para Lisboa as mercadorias provindas de regiões periféricas,

⁵ Falcão 1859.

como eram os casos do cravinho, da noz-moscada e da maçã, oriundas da extremidade oriental da Insulíndia. As linhas de comércio regional, como as que uniam a Cochim Maluco e Banda, contribuía decididamente para o abastecimento da Carreira em especiarias; mas, enquanto as cargas máximas de pimenta trazidas para o Reino são da ordem das duas mil e tal toneladas e a média de c. 1044, os *records* do cravinho não ultrapassam as 71 toneladas em 1523 e as 72 em 1547, sendo a média de 26,8 toneladas. O contraste é menos notório se em vez de pesos compararmos valores, já que o preço do cravo em Cochim era nitidamente superior ao da pimenta: uns 10,48 cruzados por quintal daquele, contra 2,58 cruzados por quintal desta, pelo que os *records* registrados de uma e de outro valeriam 13 134 cruzados, no caso do cravo, e 114 532, no da pimenta, e as respetivas médias 4842 e 52 814 cruzados. De qualquer maneira, o cravinho representava assim no valor das cargas menos de 10%. Quanto à noz-moscada e à maçã, cujo comportamento é mais irregular, os *records* de que temos registro – 215 toneladas da primeira em 1513 e 312 da segunda no ano imediato – são verdadeiramente excepcionais, devido ao bom sucesso da primeira expedição portuguesa a Banda em 1512, já que as médias dos anos para que possuímos cifras se situam muito mais abaixo: em 60,6 toneladas anuais de noz-moscada e 33,1 de maçã, que valeriam em Cochim respetivamente 4378 e 5981 cruzados, portanto ainda menos que o cravinho. Ou seja: na melhor das hipóteses, as chamadas “especiarias raras” da Insulíndia não contribuiriam com mais de um valor de 23 493 cruzados para a carga das naus do Reino, quando a pimenta chegava a contribuir com 114 532.

Quanto à curta linha de comércio Ceilão-Cochim, que abastecia a Carreira de canela, contribuía na primeira metade do século XVI para a carga das naus com uma média de 121 toneladas anuais, ou seja, c. 2000 quintais, que valiam em Cochim, à razão de 4,74 cruzados por quintal, uns 5480 cruzados, um nadica mais do que as cargas médias de cravo ou de noz-moscada. Os circuitos da canela eram contudo assaz complexos, pois além da canela-fina ou cinamomo de Ceilão (casca do *Cinnamomum verum*, J. Presl., ou *C. Zeylanicum*, Blume, em pó) comercializavam-se outras espécies oriundas de outras regiões, como a cássia-lígnea [*C. cassia*, (L.) J. Presl, ou *C. aromaticum*, Nees], a canela em pau proveniente da China, e diversas outras espécies da Insulíndia e da Península Indochinesa, cada uma com seus mercados.

No seguinte quadro – reduzido ao sistema métrico decimal, correspondendo no caso das especiarias os números a toneladas, nos das drogas de botica a quilos – ver-se-á melhor o movimento de mercadorias vindas da Índia pela rota do Cabo nos anos de que, antes da época filipina, há registro:

ANOS	1501	1502	1503	1504	1505	1506	1513	1514
Número de navios	6	4	15	4	13	12	3	7
Pimenta	102	51,3	925	514	1075	889	772	1587
Gengibre	21	2,6	-	6,7	23	36	148	375
Canela	31	23	411	26	8,8	-	64	32
Cravinho	-	-	-	23	8,2	2,6	1,2	-
Lacre	3,1	1,3	-	19	0,4	-	5,9	0,8
Incenso	-	-	-	-	-	-	-	5,3
Sândalo vermelho	-	-	-	-	-	-	-	-
Sândalo branco	-	-	-	-	-	2	3,5	10
Canafístula	-	-	-	-	-	-	-	-
Pau-brasil	-	-	-	19	-	-	9,3	5,7
Cubebas	-	-	-	9,8	-	-	-	-
Noz-moscada	-	-	-	-	-	-	215	12,8
Maça	-	-	-	0,13	0,36	0,07	116	312
Cânfora	-	-	-	0,36	0,17	0,51	-	-
Salitre	-	-	-	-	-	-	-	-
Estanho	-	-	-	-	-	-	39	-
Galanga	-	-	-	-	-	-	-	-
Mirra	-	-	-	-	-	-	-	-
Cardamomo	-	-	-	-	207	-	-	-
Pimenta longa	-	-	-	92	-	-	-	-
Tamarindo	-	-	-	-	367	-	-	-
Almíscar	-	-	-	-	-	-	1750	-
Benjoim	771	1258	-	-	-	-	822	-
Aloés	-	-	-	-	118	-	-	-
Gálbano	-	-	-	-	252	-	-	-
Turbite	-	-	-	-	-	-	-	-
Espiquenardo	-	-	-	-	-	-	-	-
Palha de Meca	-	-	-	-	-	-	-	-
Erva lombrigueira	-	-	-	-	104	-	-	-
Ruibarbo	-	-	-	-	-	-	2470	-
Miobólanos	-	-	-	-	-	-	-	-
Anil	-	-	-	-	1578	-	-	5698
Cornalinas	-	-	-	-	-	-	-	-
Seda	-	-	-	-	-	-	4406	3364
Caurins	-	-	-	-	-	-	-	-
Referências	1	1	1	1	2	1	3	1

1. Godinho 1963-71, II: 103-5.

2. ANTT, *Cartas Missivas*, III-337, pub. por Bouchon 1971-76, III.

3. Godinho 1963-71, II: 103-4; Carta de Lisboa, 24.V.1513, Radulet & Thomaz 2002, 308.

1517	1518	1519	1523	1525	1526	1528	1530	1531	1547	1548
6	8	8	5	11	5	5	3	4	6	4
2264	2128	1792	386	915	1028	540	794	970	1872	1227
145	-	17,5	135	-	20	-	53	20	105	65
80	1342	47	12	51	59	9	43	31	20	16
11	5,6	39	71	20	35	8,6	42	35	72	28
51	66,4	14,1	-	-	-	-	-	-	19	42
3,1	2,6	-	-	-	-	-	-	0,24	-	-
-	27,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5,2	-	-	-	-	-	1,3	1,8	2	-	-
-	2,4	-	-	-	-	-	2	0,5	-	-
0,8	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	44	0,93	-	7,3	10,9	7	48	9,5
10,9	0,99	2,35	3,5	4,6	11,7	1,9	5,5	4,8	18,6	5,4
-	-	-	-	-	14,69	-	-	0,12	0,41	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,5	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	254	-
-	678	-	-	-	-	-	764	59	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	710	-
-	-	-	-	-	-	-	823	-	-	-
-	49,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	1658	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	378	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	430	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	205	-	-	-	118	-	-
-	-	-	-	-	-	-	705	59	450	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	851	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1322	2660	9400	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	1989	-	-	-	-
1	4	1	1	5	1	6	1	1	7	1

4. ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 705, pub. por Bouchon 1977.

5. Instrumento de Cochim, 21.I.1525, ANTT, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 16.

6. Instrumento de Cochim, 16.XII.1527, ANTT, *Corpo Cronológico*, I-38-50.

7. Godinho 1963-71, II: 105; ANTT, *Colecção São Lourenço*, vol. IV, fl 329.

Verificamos assim que a Carreira da Índia raramente absorveu mais de metade da produção pimenteira do Querala ou Malabar, cujo total orçava pelos 20 000 bares, ou seja, cerca de 60 000 quintais ou 3000 toneladas métricas. Destas vinham na primeira metade do século XVI para o Reino em média cerca de 1000, ou seja, um terço, e por volta de 1578 apenas um quarto⁶, recuperando um tanto em seguida, como vimos já. O resto, quando se não escapava para o Mar Roxo, era consumido localmente no Malabar e nas demais regiões da Índia, aonde boa parte era conduzida em récuas, por via terrestre, mas parte também por via marítima, pelas mãos de entrelopos portugueses. Deixamos de lado a China, que se abastecia sobretudo da pimenta de Samatra e Java, que aqui não computamos.

A proporção é mais baixa ainda no caso do cravinho, cuja produção anual em Maluco oscilava entre os 5000 e os 11 600 quintais⁷: não há notícia de terem embarcado para o Reino mais de 13,7% desse total, o que equivale a apenas 30% do quantitativo adquirido pelos feitores de Sua Alteza; o resto era consumido pelos mercados asiáticos, com especial relevo para a Pérsia, que, a dar fé a Andrés de Urdaneta, chegaria a absorver num ano 6000 ou mesmo 10 000 quintais, ou seja, 51% a 96% da produção total do Arquipélago⁸. Foi por essa razão que, quando em 1605 os holandeses se apoderaram do forte português de Amboino, nas Molucas do Sul, ameaçando os estabelecimentos portugueses do Norte, a Corte de Madrid decidiu colocar estes na dependência militar das Filipinas, de onde facilmente podiam ser socorridos em tempo útil, mas deixá-los na dependência económica de Goa: os castelhanos de Manila nem tinham acesso aos têxteis do Guzarate com que se mercava o cravo, nem mercado suficiente para dar escoamento a toda a produção deste⁹.

A fraca intersecção dos circuitos regionais do Índico com a rota do Cabo é ainda mais nítida no aspeto financeiro que no comercial. Os navios da Carreira da Índia eram armados no Reino, e para o Reino revertia o lucro proveniente da venda da sua carga, ao passo que o Estado da Índia, embora dependesse política e militarmente da Carreira, que lhe trazia os homens de armas, sustentava-se do seu próprio orçamento, em que os réditos aduaneiros constituíam quase dois terços. Ora estes provinham integralmente

⁶ Wicki 1961, 155. Para mais pormenores, veja-se Thomaz 1998.

⁷ Trata-se de quintais do peso novo de Lisboa, equivalentes a 58,752 kg, já que apenas a pimenta, por assim estar estipulado nos tratados com os poderes locais por que se lhe fixou o preço, continuou a pesar-se pelo peso velho, de 51,359 kg o quintal.

⁸ São os números aventados por Andrés de Urdaneta, que passou nove anos em Maluco, em informação dada a Carlos V a 26.II.1537, pub. por Fernández de Navarrete 1964, 226-250.

⁹ Lobato 2004; Pinto 2011.

da taxação do comércio regional, pois as mercadorias trazidas do Reino pela Carreira, explorada em regime de monopólio pela Coroa, não pagavam taxas.

É verdade que os orçamentos que até nós chegaram não são muito rigorosos, pois apenas contabilizam as receitas e as despesas correntes, deixando de lado os gastos extraordinários, nomeadamente os decorrentes da organização de expedições de socorro a praças ameaçadas, da construção de novos fortes ou da reparação dos antigos. No entanto, como todos contabilizam os mesmos tipos de receita e de despesa, a sua comparabilidade mantém-se pertinente. Ora o que resulta da sua comparação é que, tanto do ponto de vista dos réditos brutos como do do *superavit* orçamental, o Estado da Índia atingiu o apogeu financeiro por volta de 1609-10¹⁰.

Tudo indica que nessa época a Carreira da Índia sofrera, senão o catastrófico colapso que se tem pintado, pelo menos um sensível declínio em relação aos bons tempos da primeira metade de Quinhentos¹¹. É verdade que, como adiantámos já, não dispomos de cifras rigorosas para todo o período que vai de 1548 a 1587; mas dispomos de algumas estimativas fidedignas, que lançam alguma luz sobre essa época obscura. Em 1564 calculava o vice-rei D. Antão de Noronha que pela rota do Cabo se exportasse anualmente para a Europa uma média de 10 000 a 12 000 quintais de pimenta, o que equivale a c. 510 a 612 toneladas; portanto, em números redondos, 50% a 60% da média que havíamos obtido para a primeira metade da centúria. Tudo leva a crer que este declínio de deva em boa parte à revivescência da rota do Mar Roxo, reativada com sucesso pelos Otomanos, que em 1517 se haviam apoderado do Sultanado Mameluco do Cairo e feito de Suez um dos principais portos dos seus domínios, ao que se seguiu em 1538 a conquista de Adem, que se tornou a sua janela para o Índico. Segundo a estimativa de D. Antão, passariam por aí anualmente uns 20 000 a 25 000 quintais de pimenta, o dobro da que se escoava pelo Cabo¹².

Na década de 1570 os 12 000 quintais de pimenta que vinham anualmente da Índia e se vendiam a um preço médio de 14\$000, não podiam render mais do que 168 000\$000, ou seja, 42 000 cruzados. A este valor haveria acrescentar não só os das demais espécies, mas também os do anil, da seda, das porcelanas e dos outros artefactos da China e do Japão, que, sobretudo a partir da consolidação do estabelecimento português em Macau, c. 1557, ocupavam um lugar crescente nas cargas do Reino, sem contudo destronarem a pimenta.

¹⁰ Matos 1994, 1999, 2003, 1982, 1999.

¹¹ Cunha 1996.

¹² Boxer 1969.

Por outro lado, porém, tratando-se da estimativa de um rendimento bruto, haveria que deduzir dela todas as despesas decorrentes da armação das naus e da aquisição da carga a exportar para a Índia. É, por conseguinte, sumamente difícil comparar o rendimento da Carreira da Índia com o das viagens regionais no Índico, para o que dispomos dos dados assaz fiáveis que abaixo apresentamos, mas que respeitam a lucros líquidos. Seja como for, há pelo menos duas linhas de navegação cujo rendimento c. 1580 sem qualquer dúvida ultrapassava largamente o da Carreira da Índia: a de Goa a Banda, nos confins da Insulíndia, que rendia anualmente uma média de 39 500 cruzados, e a carreira Goa-Cochim-Malaca-Macau-Japão, que dava ao concessionário um lucro de 35 000.

Estes considerandos e cifras escolheitas que a título de exemplo aduzimos parecem-nos suficientes para demonstrar à saciedade quão desarrazoada cousa é reduzir a economia do Estado da Índia à exploração da rota do Cabo, e querer medir pelas vicissitudes desta a saúde económica, política ou militar daquele.

Os portugueses no comércio de Índia em Índia

Nos primeiros dez ou doze anos de presença portuguesa nos mares da Índia não achamos praticamente qualquer sinal de participação significativa em rotas de comércio regional, ou seja, no que mais tarde haveria de ser conhecido por “comércio de Índia em Índia”. A atividade mercantil limitava-se à compra de especiarias no Malabar a troco de ouro amoadado e de algumas mercadorias europeias, como cobre, chumbo, azougue, vermelhão e coral, que tinham procura assegurada nos mercados locais.

No entanto a própria lógica do sistema económico continha em germe a necessidade de mais tarde ou mais cedo intervir nas linhas de comércio local. A presença contínua de navios portugueses no Índico a partir de 1502-1503 e de um forte português em Cochim a partir do ano imediato exigiam o desenvolvimento de um comércio de vitualhas, já que a região do Quêrala ou Malabar não era autossuficiente em arroz, vendo-se obrigada a importá-lo da contracosta, sobretudo da zona do Choramandel ou Coromandel, onde se situa o fértil delta do Kaveri.

Por outro lado, Vasco da Gama apercebera-se no seu regresso da Índia em 1498 da importância de Sofala como escápula do ouro do “reino do Monomotapa”¹³. Ora, devido a uma assimetria mercantil que vigorou

¹³ I. e., *mwene mutapa*, “senhor do território”, título usado pelo imperador do Zimbabué.

desde a época romana à chamada “revolução industrial britânica”, o comércio da Índia com a Europa era deficitário para esta, já que a Índia, mais largamente dotada pela Natureza e não menos desenvolvida pelo engenho humano, tinha mais a oferecer-lhe que a demandar-lhe. O déficit da balança comercial tinha assim de ser compensado em metal soante. Nada mais natural, portanto, do que recorrer ao ouro de Sofala para comprar no Malabar especiaria. Isso implicava, todavia, que se adquirissem, para se trocarem por ouro, mercadorias com procura na costa africana, nomeadamente têxteis indianos, produzidos sobretudo no Guzarate. Mas os tecidos do Guzarate obtinham-se tanto a troco de ouro, cobre, chumbo, coral, vermelhão e outras mercadorias trazidas da Europa, como de especiarias da Insulíndia, como o cravo de Maluco e a maça e noz-moscada das pequenas ilhas de Banda. Mais tarde ou mais cedo, ver-se-iam os portugueses na necessidade de se interessar pelo comércio do Arquipélago.

No Malabar os agentes portugueses haviam-se desde logo defrontado com a hostilidade dos pardexis (“estrangeiros”), mercadores muçulmanos imigrados a que chamavam geralmente “mouros da Meca”, embora na realidade fossem na sua maioria originários do Egito. Os “mouros da terra” (os mápulas ou mestiços de árabe e malabar e os locais convertidos ao islão) mostraram-se, ao invés, assaz cooperantes, pois a presença dos recém-chegados acrescia-lhes as hipóteses de bons negócios, já que aumentava a procura das especiarias, de que eram os principais fornecedores, com a conseqüente tendência para fazer alçar os seus preços¹⁴. Mas a presença de agentes comerciais portugueses do lado de lá do Cabo Comorim foi desde logo encarada pelos negociantes locais como um perigo, e em 1506 Francisco Pereira e Estêvão de Vilhena, enviados em companhia de um filho de Gaspar da Índia a descobrir Malaca, reconhecidos como portugueses no Choramandel por mercadores mouros aí radicados que os tentaram matar, viram-se obrigados a fugir¹⁵.

A situação mudou radicalmente com as conquistas de Afonso de Albuquerque: nem Malaca, nem Ormuz, nem mesmo Goa eram autossuficientes em mantimentos: a primeira importava de Pegu, Sião e Java o arroz que consumia; as outras duas importavam-no sobretudo do Canará, o troço de costa entre o Malabar e Goa, tão fértil quanto estes mas nitidamente menos povoado.

¹⁴ Bouchon 1986-1987, II: 139 e sqq.

¹⁵ Carta de Gaspar da Índia a El-Rei, 16.XI.1506, pub. por Pato 1898, 371 e sqq.

Por outro lado, Albuquerque apercebera-se da rendibilidade do comércio de Índia em Índia; para mais que algumas linhas comerciais apresentavam um interesse estratégico além do económico: tal era, nomeadamente, o caso da rota dos cavalos entre o Golfo Pérsico e os portos que serviam o Decão, como Chaul e Goa, que, além de proporcionar fartos lucros, permitia interferir no equilíbrio político da península hindustânica, fornecendo montadas de guerra aos reinos amigos e negando-as aos hostis.

Das suas conquistas foi sem dúvida a de Malaca a mais prenhe de consequências, já que abriu aos portugueses as portas dos mares do Arquipélago, do Extremo Oriente e do golfo de Bengala. Albuquerque aproveitou-a de imediato, expedindo navios – muitos deles armados em parceria com o rico mercador tâmul de Malaca Nina Chatu – com enviados portugueses para Maluco e Banda (António de Abreu), Java (João Lopes de Alvim), China (Jorge Álvares), Sião (Duarte Fernandes) e Pegu (Rui Nunes da Cunha, Pero Pais)¹⁶. Essas viagens, que revestiam ao mesmo tempo um carácter diplomático e comercial, suscitaram a oposição dos muçulmanos locais, até aí assaz cooperantes, que não viram com bons olhos a intromissão dos portugueses nos seus circuitos comerciais; aliás, já em 1511, tanto os cabecilhas dos Marakkâyar¹⁷ como o próprio rei de Cochim, que se fez eco dos seus anseios, tentaram dissuadir Albuquerque de empreender a conquista de Malaca, que abriria aos portugueses as portas do gólfão do Bengala¹⁸. Nos anos imediatos a resistência foi encabeçada pelos mouros guzarates, a mais omnipresente das etnias comerciantes do Índico, que armaram sedições contra os portugueses em Chatigão em 1518, em Martabão em 1520, e nos anos seguintes em Ceilão, Pacém, Coulão, Maldivas, Ormuz e Calecute¹⁹.

A despeito delas, os portugueses começaram então a intervir não só nas rotas das especiarias (cravo de Maluco, noz-moscada de Banda) e das madeiras aromáticas (sândalo de Timor, cânfora de Bornéu, etc.), mas também nas dos mantimentos, de que o principal era o arroz, e nas dos têxteis. Estes provinham dos três centros mais industrializados do subcontinente indiano, o Guzarate, o Choromandel e o Bengala, e eram a principal moeda de troca para a aquisição de especiarias, lenhos perfumados e drogas de botica. A sua importância era primordial, já que sem eles se não podiam haver à mão drogas nem espécias; Duarte Barreto expressou-o belamente

¹⁶ Podem ver-se mais detalhes em Thomaz 1991.

¹⁷ Casta de mercadores tâmulos, oriundos do Coromandel, em bom número estabelecidos no Quêrala: *vide* Thurston & Rangachari, vol. V, s. v.

¹⁸ Para mais detalhes, *vide* Thomaz 1993, 49-64; 2004, 61-160.

¹⁹ Bouchon 1976, 194-198; Bouchon & Thomaz 1988, 158-161.

num parecer que deu a D. João de Castro, em que o preveniu para os perigos de se arrendar a rendeiros o trato de Paleacate²⁰:

Será caso, Senhor, de maneira que os fiandeiros não fiarão, nem os tintoreiros tengirão, nem os tecelões tecerão nem os mercadores tratarão. A Paleacate há-se-lhe de ter muito respeito, porque com suas roupas vem o mantimento de Jaua a Malaca, e sem ele se não pode soster a fortaleza. E delas se faz o cravo em Maluco e a noz e maça em Banda e o sândalo em Timor e o ouro de Menancabo e outras muitas fazendas, que se não fariam se estas roupas de Paleacate não fossem, que com elas se dá todo o rendimento alfândega.²¹

Como sobre os têxteis de algodão jamais impenderam monopólios realengos, devem desde cedo ter constituído a substância do comércio conduzido pelas *partes*, ou seja, pelos mercadores privados. Curiosamente, os seus circuitos não eram tão independentes dos da Carreira da Índia quanto possa parecer, já que desde c. 1518 até meados do século XIX Portugal importou constantemente tecidos indianos de algodão para revender tanto na costa de África como no Brasil²². E, no entanto, a maioria dos historiadores da economia não lhes prestou a menor atenção...

Ao lado das três sobreditas classes de mercadorias (espécias, drogas e afins, mantimentos e têxteis), uma quarta foi ao longo do século XVI tomando parte crescente quer no comércio de Índia em Índia quer no intercontinental, destinado aos mercados europeus: a dos produtos de luxo do Extremo Oriente, em que se contavam as sedas e as porcelanas, os objetos de charão (madeira ou verga lacada) e muitos outros artefactos. A seda aparece já na carga das naus do Reino em 1513, trazida sem dúvida da recém-conquistada Malaca, sem que contudo saibamos se provinha em última análise da China se do Norte de Samatra, onde também se fiava e tecia. O seu aparecimento relativamente tardio nos grandes circuitos comerciais explorados pelos portugueses explica-se pela dificuldade que estes experimentaram em aceder diretamente aos mercados do Extremo Oriente. Em Portugal pensava-se candidamente que era possível um estabelecimento permanente na costa chinesa, como o havia sido na África Oriental, na Índia e na Insulíndia, onde era fácil jogar com as rivalidades entre pequenos reinos e intervir ativamente na política local. Nos derradeiros anos do seu reinado, que constituem como que o canto de cisne do imperialismo manuelino, D. Manuel, ao mesmo tempo que mandava erguer fortalezas

²⁰ Em inglês Pulicat, Palaverkadü em língua local, o tâmul, a 13° 25' N, 80° 21' E.

²¹ Pub. integralmente in Thomaz 1998.

²² Santos 1998, 229-38.

em Matatana (costa oriental de Madagáscar), Baçorá, Pacém e Ternate²³, encomendava a seus agentes a construção de uma outra na costa chinesa²⁴; e ainda em 1522 D. João III nomeava Vasco Fernandes Coutinho capitão-mor da armada “que houver de andar da China pera Çamatra”²⁵ – o que, como sabemos, não chegou a ter efeito, visto que se gorara entretanto a tentativa de erguer um castelo português na China, ao mesmo tempo que era abandonado o pequeno forte erguido de Pacém, no extremo norte de Samatra.

Fora em 1515, no rescaldo da chegada ao Reino da nova do sucesso de Malaca, que D. Manuel concedera a Fernão Peres de Andrade a “capitania do descobrimento da enseada de Bengala e da China”²⁶; entretanto, em 1516, “a capitania das naos da viagem da China, com licença para que possa prover todos os officios”, fora já concedida a Jorge de Albuquerque, sobrinho do grande Afonso e capitão de Malaca²⁷, o que, pela sobredita razão, acabara também por ficar sem efeito. De facto, Fernão Peres, que devido ao incêndio da sua nau capitaina em Pacém não conseguira ir ao Bengala, foi pelo capitão de Malaca enviado prioritariamente ao Celeste Império, que alcançou no verão de 1517²⁸. Atingiu então Cantão, onde desembarcou o primeiro embaixador português junto da corte chinesa, Tomé Pires. Daí despachou para as Léquiás²⁹, que tradicionalmente mantinham intensas relações mercantis com Malaca, um dos seus capitães, Jorge de Mascarenhas, que, no entanto, não passou de Chinchéu³⁰, na província de Foquiém³¹. Seja como for, no ano imediato Simão de Andrade, irmão de

²³ Aubin 2006.

²⁴ Para esta fortaleza chegou a estar designado um capitão, Martim Afonso de Melo Coutinho, nomeado por carta régia de 21.II.1521.

²⁵ *RCI* 1954, n.º 101. A maioria das mercês deste tipo, exaradas em cartas régias, está registada por extenso nas Chancelarias Régias, que permanecem manuscritas na Torre do Tombo; só lhes faremos referência no caso de não constarem dos presentes registos, mais acessíveis.

²⁶ Mercê de 26.III.1515, *RCI* 1954, n.º 10.

²⁷ *RCI* 1954, n.º 46.

²⁸ Cf. Luís Filipe Thomaz, «Introdução» a Bouchon & Thomaz 1988; e Thomaz 1994, 401-486.

²⁹ 琉球, que se lê em japonês *Ryūkyū*, em cantonês *Lâu K'âu* e em mandarim *Liu Ch'iu*, o cordão de ilhas que se estende da Formosa ao Japão.

³⁰ Porto muito frequentado pelos portugueses no século XVI, que no entanto não é seguro se se deve identificar com 漳州 Chang Chou (no dialeto *hokkien*, falado na região, Chiāng-chiu) a 24° 30' N, 117° 41' E, se com 泉州 Ch'üan Chou (em *hokkien* Choân Chiu), a 24° 50' N, 118° 40' E (a Zaytûn dos árabes e de Marco Polo).

³¹ 福建, nome inventado na época T'ang (618-907) para designar a província onde se situavam as cidades de 福州, Fu Chou e 建甌 Ch'ien Ou, formado pelo primeiro elemento de uma e outra, pronunciado em mandarim Fu-Chien (transcrito por Fujian no sistema *pinyin*), em cantonês Fuk-kin e em dialeto local Hok-kien. A região mantinha tradicionalmente intensas relações com o Sueste Asiático e dela são oriundos muitos dos chineses aí imigrados, razão pela qual o dialeto *hokkien* é aí muito usado, nomeadamente em Singapura.

Fernão Peres, exasperou de tal maneira as autoridades chinesas com seu comportamento abusivo, que provocou o aprisionamento de Tomé Pires e o encerramento da China ao comércio português.

É evidente que a China – que, dada a função de mediação e equilíbrio cósmico que atribuía ao seu soberano, único Filho do Céu, não aceitava manter em pé de igualdade relações bilaterais com qualquer outra potência – jamais poderia consentir na presença de uma fortaleza estrangeira em território seu³². A missão dos dois Andrades estava, por conseguinte, previamente votada ao fracasso em tudo quanto se não limitasse ao comércio.

Seja como for, as relações com a China quedaram interrompidas durante quase um decênio, até que em 1527-28 Jorge Cabral, capitão de Malaca, acolheu bem mercadores chineses aí surtos e enviou por eles mensagens de paz às autoridades chinesas. Quase de imediato, os mercadores privados portugueses que, como a seguir veremos, enxameavam já pela zona de Malaca lançaram-se em catadupa para os portos do Celeste Império, obrigando o governador Martim Afonso de Sousa (1542-45) a morigerá-los o ímpeto mediante o lançamento de uma taxa especial de 10% sobre os bens que trouxessem a Malaca, onde os mercadores nativos pagavam apenas 6%³³.

Foi graças a eles que a presença portuguesa se arraigou na China, que, como muitos outros impérios terrestres e talassófbos, estava disposta admitir num número limitado de portos os mercadores estrangeiros necessários à sua respiração comercial. Foi, segundo tudo leva a crer, em Liampó³⁴ que c. 1540 se estabeleceu a primeira colônia espontânea de mercadores portugueses, cujos desmandos levaram as autoridades chinesas a expulsá-los *manu militari* c. 1544. Foi certamente a partir daí que em 1543 três comerciantes, António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto, atingiram pela primeira vez o Japão, desconhecido dos geógrafos árabes e apenas referido no Ocidente por Marco Polo (c. 1290) e Tomé Pires (c. 1515).

Da grande soltura de Lopo Soares de Albergaria às viagens de Macau ao Japão

Neste ponto terá já certamente compreendido o leitor por que motivo disseramos de começo que a *grande soltura* de Lopo Soares de Albergaria era,

³² Fairbank 1974.

³³ Vide *Tombo da Índia* (Felner 1868, II: 106).

³⁴ Nome que os portugueses davam à cidade chinesa de Ning Po 寧波, a 29° 52' N, 121° 33' E, e, ao que parece, também a uma pequena ilha vizinha.

na história do Oriente português que realmente foi, um momento tão fundador quanto as conquistas de Albuquerque.

Tudo leva a crer que, tal como Vasco da Gama e D. Francisco de Almeida, Lopo Soares representava uma linha política anti-imperialista e antimonopolista (que por isso podemos classificar de “liberal”, no sentido económico do termo) que, embora maioritária no conselho de D. Manuel, não contava com o apoio dos círculos mais próximos do soberano nem com o do próprio monarca, embalado num sonho de cruzada apocalíptica e de império universal.

A oposição aos monopólios realengos data praticamente do momento em que D. Afonso V avocou à Coroa os que o Infante D. Henrique estabelecera sobre comércio africano. O primeiro documento que a atesta é um capítulo apresentado às Cortes de 1472 pelos representantes dos concelhos³⁵. Sob D. João II a oposição tornara-se mais virulenta, contestando quer a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, quer a da Graciosa, nas margens do Lucus, a montante de Larache e acabando por recorrer ao assassinio de um pobre príncipe jalofo refugiado em Portugal para inviabilizar o estabelecimento oficial na foz do Senegal. A oposição procurava assim preservar o Atlântico como um espaço de liberdade longe dos olhares da Coroa, de cuja proteção na ausência de concorrentes sérios podia prescindir.

Foi contra o voto do Conselho Régio que D. Manuel enviou à Índia Vasco da Gama, tanto em 1497 como em 1502, quando Pedro Álvares Cabral havia já trazido para Portugal a triste nova de que, afinal, a Índia não era maioritariamente povoada de cristãos, prontos a alinhar com os seus correligionários ocidentais na grande cruzada contra o Império Mameluco que o *Venturoso* planeava, mas de hindus, estando para mais sujeita a maior parte do seu território a potentados muçulmanos.

Foi mediante um estratagema ousado que D. Manuel conseguiu enviar para a Índia como governador um dos seus fiéis, Afonso de Albuquerque: nomeou-o para substituir D. Francisco de Almeida meses após a largada deste para o Oriente, por alvará secreto que apenas deveria exhibir quando o vice-rei terminasse o seu triénio. As fulgurantes vitórias de Albuquerque pareciam confirmar que, tal como o vaticinava o significado etimológico do nome do soberano, “Deus connosco”, a Providência estava, de facto, do lado dos portugueses³⁶; e isso permitiu a D. Manuel reconduzi-lo para um

³⁵ Sobre a evolução dos monopólios, *vide* Thomaz 1998, 48-80.

³⁶ *Cf.* Thomaz 1990, 35-103.

segundo triênio, uma vez expirado o primeiro em 1512. O seu desaire em Adem, no ano imediato, a que se somou o que as armas portuguesas pouco depois sofreram na Mamora e, quase ao mesmo tempo, o falecimento da Rainha D. Maria, esteio da ideia imperial manuelina e protetora de Albuquerque, não permitiram, contudo, a recondução deste para um terceiro mandato. O Conselho apropriou-se do poder, reduzindo a um papel simbólico o soberano, que, descorçoado, pensava em abdicar e fazer-se monge³⁷, e impôs como governador Lopo Soares, primo do barão do Alvito, corifeu da oposição.

Segundo Gaspar Correia, um dos primeiros atos do novel governador foi dar “licença a todos que nauegassem e fossem tratar por onde quisessem”³⁸; e, de facto, possuímos uma carta sua ao capitão de Malaca aconselhando-o a adotar o mesmo procedimento³⁹.

O resultado foi o que se podia esperar, tanto mais que os soldados recebiam quase sempre o seu soldo com enorme atraso, resultante em última análise do crónico défice da balança comercial entre a Índia e Portugal, que fazia com que todo o numerário fosse pouco para adquirir no Malabar as cargas de especiaria: inçaram aventureiros, mercadores entrelopos, corsários e mercenários para toda a redondeza do Índico, lançando-se sobretudo para as áreas marginais em que não havia presença oficial portuguesa nem controle da Coroa, como era o caso do golfo de Bengala, dos mares do Arquipélago e do Extremo Oriente ou da Zambézia. Escusado será dizer que todos esses lançados, que não traziam do Reino mulher nem tencionavam tão depressa lá tornar, se cruzaram a breve trecho com mulheres nativas, dando assim origem, ao cabo de uma geração, a uma numerosa população de mestiços ou *topasses*⁴⁰. A sua composição étnica não era assim muito diferente da dos *casados*, os soldados que, na sequência da política de casamentos mistos posta em prática por Albuquerque, decidiram arraigar-se nas praças portuguesas tomando esposas locais, a quem ficaram reservados os cargos concelhios nas municipalidades que se foram constituindo. Tornou-se especialmente próspera a comunidade de Cochim, protegida pelo rajá local, com cujo apoio podia jogar contra as pretensões hegemónicas da empresa oficial⁴¹. Finalmente, entre os *casados* da costa do Malabar e

³⁷ Góis 1909-1911, IV: xxvi; Andrada 1976, I: iv-vi.

³⁸ Correia 1922-1969, II: 466.

³⁹ ANTT, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 132.

⁴⁰ Literalmente “bilingues”, do neo-árico *dabhâṣi* (< sânscrito **dvi-bhâṣya*), “bilingue, intérprete”, através do dravídico *tuppâci* ou *tuppâyi* (cf. Dalgado, *Glossário...*, s. v.)

⁴¹ Podem ver-se mais pormenores in Thomaz 2008.

os *topasses* da contracosta, a única diferença relevante era a maior proximidade daqueles aos poderes constituídos e o estigma de ilegalidade que de certo modo marcava estes.

O que mais importa notar é o facto de os *topasses* do Coromandel terem fundado uma série de repúblicas mercantis que constituíam do outro lado da península hindustânica uma espécie de *império-sombra*, rival do império oficial do Mar Árabe⁴². A primeira formou-se em Meliapor⁴³ c. 1523; foi dela que derivou a que c. 1554 se estabeleceu em Negapatão⁴⁴. Depois da queda desta às mãos dos holandeses, os habitantes mudaram-se para Porto Novo ou Parangipettai⁴⁵, onde em 1657 constituíram nova comunidade do mesmo tipo. Origem semelhante tiveram tanto Macau, c. 1557, como o estabelecimento de Solor, de que há notícia desde 1559⁴⁶. Já Sundiva⁴⁷, numa ilha das bocas do Ganges, era mais propriamente uma república de corsários, que vendiam seus serviços sobretudo ao vizinho reino de Arração⁴⁸.

Como nota Gaspar Correia⁴⁹, foi em vão que o sucessor de Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira (1518-21), pôs “grande defesa que nenhum homem passasse do cabo de Comorim para lá”, enviando João Moreno, com uma caravela armada, para assegurar o controle; sem embargo, “havida enformação do feitor do muyto proueito da terra”, ele próprio lá mandou “alguns homens de sua valia pera se aproueitarem” – e assim continuou o fluxo para a contracosta de aventureiros e mercadores

que se assentaram pelos lugares tratando, do que muito folgaram os digares, pera terem fauor pera sua nauegações; com que os nossos armauão e mandauão suas fazendas, e então abrirão as nauegações desta costa pera Bengala, Tanaçarim, Pegú, Martabão, em que os nossos hião nas embarcações dos mercadores, às vezes em trajos como os da terra; em que muitos descobrirão os pratos e se fizeram muy ricos, e erão muyto possantes nas terras de toda a costa de Choramândel, pelo fauor que com elles tomauão os digares da terra, que o João Moreno lhe nom fazia tantos males como fazia.

⁴² Retomamos a feliz expressão de George Winius (Winius 1983), que no entanto parece não se ter dado conta da amplitude do fenómeno.

⁴³ Mayilāppūr, a 13° 2' N, 80° 16' E, hoje subúrbio meridional de Madrasta ou Chennai.

⁴⁴ Nāgappaṭṭinam, a 10° 46' N, 79° 49' E.

⁴⁵ 11° 29' N, 79° 45' E.

⁴⁶ Carta do P.^o Baltasar Dias ao P.^o António de Quadros, provincial dos jesuítas, Malaca, 3.XII.1559, pub. por Jacobs 1974, doc. 88, pp. 299 e sqq.

⁴⁷ Sandwip ou Sondvîp, a 22° 29' N, 91° 29' E.

⁴⁸ Cf. Pelúcia 1999.

⁴⁹ Correia 1922-1969, II: 568.

De feito, como já havia sucedido em Pegu e em Bengala, estes entrelpos, que não faziam aos poderes locais a sombra que faziam os enviados oficiais bastas vezes acompanhados de força armada, entenderam-se frequentemente com as autoridades da terra para manter ao largo os agentes diplomáticos e comerciais do Estado da Índia; e as mais das vezes, com sucesso. Seja como for, a Coroa, que ao advento de D. Filipe I contava já no Mar Arábico onze posições fortificadas, jamais logrou estabelecer-se do mesmo modo nas costas do golfo de Bengala.

Houve tentativas de resolver a questão pela força, como fez em 1540 o vice-rei D. Garcia de Noronha, sobrinho de Afonso de Albuquerque, que decidiu enviar à contracosta uma armada encarregada de arrasar a colónia mercantil de Meliapor e obrigar toda a gente a regressar “à Índia”⁵⁰, o que acabou por ficar sem efeito. Mas em 1568 discutia-se ainda a oportunidade de empreender uma ação idêntica, o que tampouco se efetivou⁵¹. O facto de os lançados do Coromandel terem muitos interesses em comum com os casados de Cochim e Goa, que dominavam as municipalidades, e, por intermédio destes, com os próprios capitães e vice-reis deve ter pesado ponderosamente no insucesso de quejandas tentativas.

É verdade que na primeira metade do século XVII alguns *Livros das Cidades e Fortalezas* incluem entre as do Estado da Índia uma ou outra fortificação nas costas do golfo de Bengala⁵²; trata-se na realidade ou de colónias de mercadores como Meliapor (a que os Filipes atribuíram foro de cidade), que decidiram com a anuência pelo menos tácita dos poderes locais cercar-se de muralhas, ou então de fortes erguidos por aventureiros, como o de Sirião, junto a Rangum, construído por Filipe de Brito e Nicote, que se fizera eleger rei dos *mons* do Pegu em revolta contra o domínio de Bramá⁵³. Já Negapatão resistiu com êxito à tentativa do vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares (1629-35), de integrar a povoação no Estado da Índia e erguer aí uma fortaleza.

Ao fim e ao cabo, tanto os governantes da Índia Portuguesa como a própria Coroa acabaram por se acomodar à situação e chegar a um *modus vivendi* com as colónias espontâneas de mercadores e aventureiros, na maioria das quais por volta de 1582 havia já capitães nomeados por El-Rei, encarregados de administrar justiça aos residentes e forasteiros de passagem, ainda que

⁵⁰ Correia 1922-1969, IV: 112.

⁵¹ Wicki 1961.

⁵² Assim *v. g.* Carneiro 1990; Carita 1999; etc.

⁵³ Guedes 1994.

sem vencerem qualquer salário da Real Fazenda. Viviam por conseguinte apenas de *proes e percalços*, ou seja, de emolumentos diretamente percebidos de seus dependentes. Em Solor, onde os missionários dominicanos construíram um forte c. 1565, houve a partir de 1585, embora não de forma contínua, capitães nomeados pelo vice-rei ou pelo próprio Rei⁵⁴; em Macau só os houve a partir de 1623, conquanto a povoação tivesse recebido já em 1586 foro de cidade portuguesa.

Já muito antes disso se haviam as autoridades resignado a utilizar os estabelecimentos informais de mercadores como intermediários comerciais e os seus portos como escalas para as expedições oficiais que despachavam de Goa, de Malaca ou de Cochim. Foi assim que se generalizou nos mares a leste de Ceilão um sistema de “concessões de viagens”, pelo qual El-Rei concedia a particulares (em geral fidalgos e outros servidores cujos serviços queria recompensar) o direito de fazer em condições privilegiadas viagens de comércio entre certos portos. Infelizmente não achamos nenhum documento que especifique exatamente essas condições, a não ser a mercê de uma viagem ao Porto Grande de Bengala feita por D. João de Castro a Miguel Ferreira em 1547, “carregando primeiros que os outros navios sobre os quais terá jurisdição”⁵⁵. A mesma cláusula vigorava já, com grande escândalo dos mercadores, para o navio de El-Rei que se mandava a Paleacate⁵⁶.

A bem dizer a primeira concessão de viagem de que temos conhecimento é a mercê da “capitania do descobrimento da enseada de Bengala e da China” a Fernão Peres de Andrade, a que aludimos já. A viagem, feita em navios d’El-Rei, tinha um escopo diplomático: encetar relações com aquelas zonas; mas era ao mesmo tempo uma expedição de comércio, público-privada, em que o concessionário podia comerciar por sua conta. Do mesmo tipo era sem dúvida a concessão de uma viagem à China feita em 1516 a Jorge de Albuquerque, de que falámos também. Tirante, porém, o caso destas nomeações para a China, consignadas nas Chancelarias ou no *Registo da Casa da Índia*, parece que a designação dos capitães de tais navios cabia por então ao capitão de Malaca; só em 1527 topamos com a nomeação de Paio Guedes como capitão dos juncos que em Malaca se armavam para Banda, “com ordenado à custa dos armadores dos ditos juncos segundo o costume da terra, como o houveram os capitães que até aí tinham sido

⁵⁴ Thomaz 2017a e 2017b.

⁵⁵ Biblioteca da Ajuda, Livro das mercês que fez [D. João de Castro] aos homens que serviram El-Rei N. S. no cerco de Dio, *códice 51-VIII-46*, sumariamente pub. por Baião 1927, 303.

⁵⁶ Baião 1927, 308.

nomeados pelos capitães de Malaca⁵⁷, o que parece indicar que a Coroa avocou então o direito de proceder a essas concessões. Nos anos imediatos, novas nomeações: em 1531 D. João III concede a Tristão de Sousa, fidalgo de sua casa, “a capitania da nao do trato que anda de Cochim para Malaca” por três anos⁵⁸; em 1541 Duarte de Miranda recebe, em recompensa de seus serviços, “a capitania das naos do cravo que vam a Maluco”⁵⁹ e Gil de Castro, a capitania do navio que for de Malaca para Ceilão⁶⁰; e em 1546 regista-se a mercê da capitania dos navios que vão de Choromandel a Malaca a Luís Mendes de Vasconcelos⁶¹ e a de duas viagens à China a Leonel de Sousa⁶², que, como é bem sabido, foi quem em 1553-54 negociou com as autoridades chinesas de Cantão o estabelecimento de uma colônia de mercadores portugueses em Macau. Em 1548 topamos com a mercê da “capitania das naus que vão da Índia a Bengala” a Cristóvão de Castro⁶³ e em 1552, a da capitania das naus que vão da Índia para Pegu a Sebastião de Ataíde, por três viagens⁶⁴; mas nada nos garante que outras mercês congêneres não tenham sido entretanto feitas, sem que delas nos quede registro.

A partir desta época grande parte das concessões é feita por duas viagens, para que o agraciado se possa ressarcir na segunda viagem de eventuais prejuízos na primeira; tal é por exemplo o caso da mercê de “duas viagens para Malaca pela via de Paleacate” outorgada em 1562 a Pero Henriques⁶⁵. Nalguns casos, difíceis de determinar dado o laconismo dos documentos, a concessão era feita em regime de exclusividade, o que logicamente apenas era viável nas viagens que tinham como ponto de partida um porto português em que fosse possível o controle. Tal era nomeadamente o caso das viagens de Macau ao Japão, reservadas ao capitão-mor da carreira, em cujo navio deviam os demais interessados carregar suas mercadorias, pagando-lhe o devido frete. Além da existência desses “portos coutados”, a que a documentação alude sem enumerar e que por conseguinte não sabemos exatamente quais eram, impendiam sobre as viagens as limitações impostas pelas *Ordenações da Índia*, promulgadas por D. Manuel a 8 de setembro

⁵⁷ Carta Régia de 14.III.1527. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 30, fl. 56.

⁵⁸ Carta Régia de Palmela, 15.III.1531. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 9, fl. 18.

⁵⁹ A 12.I.1541, *RCI* 1954, n.º 340.

⁶⁰ A 20.I.1541, *RCI* 1954, n.º 338.

⁶¹ A 5.II.1546, *RCI* 1954, n.º 373.

⁶² A 23.XII.1546, *RCI* 1954, n.º 380.

⁶³ A 5.III.1548, *RCI* 1954, n.º 400.

⁶⁴ A 5.I.1552, *RCI* 1954, n.º 450.

⁶⁵ AHG, *Registo da Casa dos Contos*, liv. 3, fl. 219 v, sum. in *Arquivo Portuguez Oriental* [doravante APO], fasc. 5, 2.ª p., doc. 409, p. 498.

de 1520⁶⁶, que reservavam à Coroa o monopólio da pimenta, cravo, gengibre, canela, maçãs, noz-moscada, lacre, seda e tincal⁶⁷. O rigor destas medidas fora, no entanto, mitigado em 1533 em Malaca, de harmonia com uma decisão tomada outrora pelo governador D. Henrique de Meneses (1525-26), que parece ter entretanto permanecido adormecida, e em 1539 também em Maluco.

Os concessionários podiam ou armar o navio e efetuar a viagem ou então, com licença d'El-Rei, trespassar a outros o direito. Tudo leva a crer que no Mar Arábico, onde se não conhecem concessões de viagens, tenha continuado em vigor o antigo sistema de navegação comercial em navios da Coroa, cujos capitães eram ocasionalmente nomeados pelo soberano, mas mais geralmente pelo vice-rei; a seu lado efetuavam-se expedições de veniaga puramente privadas, pelo menos teoricamente autorizadas pelas autoridades, do que sabemos bem pouco. Seja como for, continuaram a mandar-se regularmente navios de Sua Alteza a Moçambique, Ceilão, Banda e Maluco, transportando o provimento para as fortalezas aí existentes, que consistia em têxteis indianos, usados tanto para adquirir mercadorias como para pagar as tropas.

O estabelecimento de portugueses em Macau c. 1557 veio viabilizar a criação de uma carreira anual Goa-Cochim-Malaca-Macau-Japão, entregue a concessionários. Esta linha de navegação, para que a Coroa designava os capitães-mores, tornou-se a breve trecho uma das mais rendosas do Oriente, pois permitia não só a importação de produtos orientais de luxo, como as sedas, as porcelanas e os móveis lacados, mas também a colocação de cobre europeu nos mercados do Extremo Oriente e a importação de grande cópia de prata japonesa. Foi com ela que se restabeleceu o intercâmbio direto entre a Índia e a China, que desde a suspensão das expedições marítimas chinesas comandadas pelo almirante 鄭和 Cheng-he ao Ocidente, ordenada em 1431 pelo imperador 宣德 Hsüan-te (1425-36), apenas comunicavam por intermédio de Malaca.

Entre 1563 e 1564 dá-se no régimen das concessões uma mutação importante: na primeira daquelas datas é concedida a João de Mendonça uma viagem de capitão-mor à China e Japão pela via de Malaca, em navio armado à sua própria custa⁶⁸; é a mais antiga menção que encontramos de concessão de viagem explicitamente feita em tal régime. Reciprocamente,

⁶⁶ Caminha 1807, 42-43.

⁶⁷ Por tincal designa-se o bórax (tetraborato dissódico) natural, impuro ($\text{Na}_2 \text{B}_4 \text{O}_7 \cdot 10\text{H}_2 \text{O}$), usado no curtume, na fabricação de esmaltes, vidro refratário, etc.

⁶⁸ A 17.II.1568, *RCI* 1954, n.º 723.

datam do ano imediato as últimas concessões com que topamos no regime antigo: a mercê de duas viagens da Índia a Malaca pela via do Choramandel a Manuel de Brito⁶⁹, a de outras duas a Francisco de Sousa Tavares⁷⁰, a de outras duas a Manuel Casquilho de Sousa⁷¹ e ainda a de duas outras a Luís Xira Lobo⁷², todas ainda em navio da Coroa e com o ordenado do regimento. As concessões eram válidas na vagante dos providos em data anterior, pelo que o último, no caso vertente Luís Xira Lobo, teria de esperar pelo menos seis anos para gozar a sua.

A partir de aí generaliza-se o sistema já em vigor desde o ano precedente para as viagens à China; é assim que achamos em 1565 registro da mercê de duas viagens de São Tomé de Meliapor para Malaca a D. Jorge de Meneses, “em navio seu, armado à sua custa, sem ordenado da Real Fazenda”⁷³, primeiro exemplo com que topamos de concessão de uma viagem no Golfo de Bengala no mesmo regime das da China e Japão. O mesmo D. Jorge recebeu na mesma data a capitania de Meliapor – único exemplo que conhecemos de uma nomeação régia para o povoado antes do período filipino – e, caso único também, uma viagem de Meliapor “para a Chendiva”, ou seja, para a república corsária de Sundiva⁷⁴.

O novo régimen de concessão aparece claramente explicitado na mercê feita no ano imediato a D. Diogo Lobo⁷⁵: duas viagens da Índia à China, uma via Malaca, outra via Sunda, com a faculdade de ir em pessoa ou enviar nau ao Japão, servindo de capitão-mor e provedor dos defuntos nos portos onde os não houvesse, em navios armados à sua custa e despesa, mas com a faculdade de pedir artilharia e outros aprestos emprestados nos almazéns de Sua Alteza. A função de provedor dos defuntos era rendosa, já que permitia ao seu detentor liquidar a fazenda dos que faleciam em viagem e negociar com ela até ao momento de a remeter aos herdeiros. Igualmente o era a de capitão-mor, com jurisdição não só sobre a frota mas também sobre os portugueses com que topasse, pois as alcavalas cobradas pela administração de justiça eram também vultosas.

⁶⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião, Doações*, liv. 16, fl. 18.

⁷⁰ *Ibidem*, liv. 16, fl. 29 v; AHG, *Registo da Casa dos Contos*, liv. 4, fl. 86 v, sum. in APO 1865, fasc. 5, doc. 479, p. 549; RCI 1954, n.º 613.

⁷¹ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião, Doações*, liv. 15, fl. 11; RCI 1954, n. 595.

⁷² ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião, Doações*, liv. 15, fl. 29; AHG, *Registo da Casa dos Contos*, liv. 4, fl. 121, sumariado in APO 1865, fasc. 5.º, 2.ª p., doc. 494, p. 556.

⁷³ AHG, *Ibidem*, liv. 4, fl. 83, APO 1865, fasc. 5.º, doc. 542, p. 592.

⁷⁴ A 25.I.1565, RCI 1954, n.º 644 e n.º 645.

⁷⁵ A 7.II.1566, AHG, *Registo da Casa dos Contos*, liv. 4, fl. 121, sumariado in APO 1865, doc. 554, pp. 600-601; Cf. RCI, n.º 660.

Data da mesma época, 1564, o primeiro alvará de licença conhecido para que o capitão de Malaca – ao arpeio da cláusula das *Ordenações da Índia* que proibia terminantemente os oficiais d’El-Rei de se empenharem na mercancia – pudesse mandar naus ou navios a comerciar, “tal como é costume os capitães de Malaca fazerem”, a Sião, Solor, Timor, Java, Bornéu, Patane, Achém, China, Japão e Sunda⁷⁶. Este costume, que não sabemos ao certo de quando data, perpetuou-se até ao fim do domínio português em Malaca, fazendo dessa capitania uma das mais apetecidas da Índia, pelos proventos que por tal viés proporcionava.

Não resulta absolutamente clara a parte que sob este regímen mantinha a Coroa no trato regional, de que dependia pelo menos para assegurar o carregamento das naus do Reino. Até à década de 1570 o abastecimento em maça e noz-moscada não suscitou problemas, uma vez que as viagens de Banda se continuavam a fazer em navios de Sua Alteza; foram contudo suspensas nessa época, devido à revolta de Ternate (1570-75), suscitada pelo assassinio do sultão Quechil Aeiro (*i. e.*, Kaicil Harun) por um sobrinho do capitão da praça; a situação só começou a regressar à normalidade c. 1578, quando o sultão de Tidore autorizou os portugueses a construírem na sua ilha uma fortaleza, cujos capitães mandavam a Banda pequenas embarcações a carregar de maça e noz-moscada. O abastecimento de cravo tampouco, graças ao complicado sistema adotado em 1539: toda a gente podia navegar para Maluco e mercar aí especiarias; mas em Malaca era obrigatório vender à feitoria régia um terço da carregação ao preço de custo, o que equivale a transportar gratuitamente a carga pertencente a El-Rei⁷⁷; sobre o resto incidia o choquel⁷⁸, ou seja, uma taxa que não sabemos bem se era paga em géneros, se em dinheiro. Se o transporte daí para a Índia se fizesse em navio da Coroa, acrescia ainda o frete. Quanto aos demais produtos não achámos informação concreta, mas é de presumir que vigorasse um regímen semelhante, permitindo a El-Rei fornecer-se sem custos para a Real Fazenda das mercadorias que ambicionava.

Finalmente em 1582 surge-nos o documento mais explícito e mais rico em informação sobre o sistema: um alvitre dado a Filipe II de Espanha, que acabara de cingir a coroa de Portugal, para que ao conceder soubesse o que concedia, contendo o lucro que em média se obtinha de cada viagem e,

⁷⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião, Doações*, liv. 16, fl. 35.

⁷⁷ Thomaz 1975.

⁷⁸ Substantivo singular refeito sobre o plural *choquéis*, do malaio *cukai* (pronunciado *chukai* ou *tsukai*), “direito aduaneiro, taxa, imposto”.

em certos casos, o preço a que em geral se trespassava a concessão⁷⁹. Como nos casos em que ambos os elementos são fornecidos o preço do trespasso corresponde em média a 51,79% do lucro auferido em caso de exploração direta, tomámos como índice deste, nos casos em que não consta, o dobro da quantia por que normalmente era vendida a concessão. Com base nesses elementos construímos o seguinte quadro com a estimativa do lucro médio de cada viagem:

Viagens do Golfo de Bengala:

Do	Choramandel	a Malaca	6000 cruzados
“	“	a Pegu	6000 cruzados
“	“	a Martabão	1000 cruzados
“	“	a Tanaçarim	1000 cruzados
“	“	a Junçalão (Phuket)	900 cruzados
“	“	a Quedá (Kedah)	900 cruzados
“	“	a Paltapalem	500 cruzados
“	“	a Maçulipatão (Machilipatnam)	1200 cruzados
“	“	a Pipli (Orissa)	9000 cruzados
“	“	a Porto Pequeno de Bengala (Satgaon)	5000 cruzados
“	“	a Porto Grande de Bengala (Chittagong)	2000 cruzados

Viagens do Mar da China:

De	Goa	a Macau e ao Japão	35 000 cruzados
“	Macau	a Sunda	6500 cruzados
“	“	a Patane (Sião)	1000 cruzados
“	“	a Timor	1000 cruzados
“	“	a Sião e ao Japão	1500 cruzados

Viagens da Insulíndia:

De	Goa	a Banda	39 500 cruzados
“	“	a Maluco	12 500 cruzados
“	Malaca	a Macau (“viagem das drogas”)	10 000 cruzados
“	“	a Bengala	3000 cruzados
“	“	a Martabão	400 cruzados
“	“	a Tanaçarim	400 cruzados
“	“	a Junçalão (Phuket)	400 cruzados
“	“	a Quedá (Kedah)	400 cruzados
“	“	a Perak e Bruas	1400 cruzados
“	“	a Pão (Pahang)	1000 cruzados
“	“	a Patane	800 cruzados
“	“	ao Camboja	1000 cruzados

⁷⁹ Manuscrito 3.217 da Biblioteca Nacional de Madrid (de que existe outra cópia na Real Academia de la Historia de Madrid, *Salazar, H, 26*) pub. por Luz 1953, 1-144.

De Malaca	a Sunda	10 000 cruzados
“ “	a Balambuão (Blambangan)	2500 cruzados
“ “	a Bornéu (Brunei)	5500 cruzados
“ “	a Macaçar	2000 cruzados
“ “	a Solor	900 cruzados
“ “	a Timor	1000 cruzados

Recorde-se que um cruzado valia 400 réis e equivalia a 3,45 g de ouro.

Este quadro, a que o melhor que pudemos demos forma gráfica no mapa anexo⁸⁰, permite-nos não só um conspecto das vias comerciais utilizadas pelos mercadores portugueses na Ásia Oriental, mas também a ponderação do seu valor relativo, que, como acabámos de ver, variava consideravelmente, correspondendo o lucro das rotas mais rendosas (viagens de Goa a Banda e de Goa a Macau e ao Japão) a quase cem vezes o das linhas mais modestas. De uma maneira geral, pode dizer-se que os portugueses – que se limitaram a imitar os mercadores asiáticos seus predecessores – exploraram essencialmente a complementaridade entre a Ásia tropical, mais dotada de produtos vegetais pela Natureza mas menos desenvolvida em indústria humana, e a Ásia subtropical, fundamentalmente coincidente com os dois velhos mundos da Índia e da China, mais ricos em artefactos mais ou menos luxuosos, das baratas cotonias e joias falsas do Guzarate às sedas, brocados e porcelanas do Celeste Império. As duas rotas de comércio mais rendosas coincidiam assim com os dois grandes eixos comerciais da Ásia do Sueste: o dos mares de Java e Banda e o dos mares da China, Meridional e Oriental⁸¹.

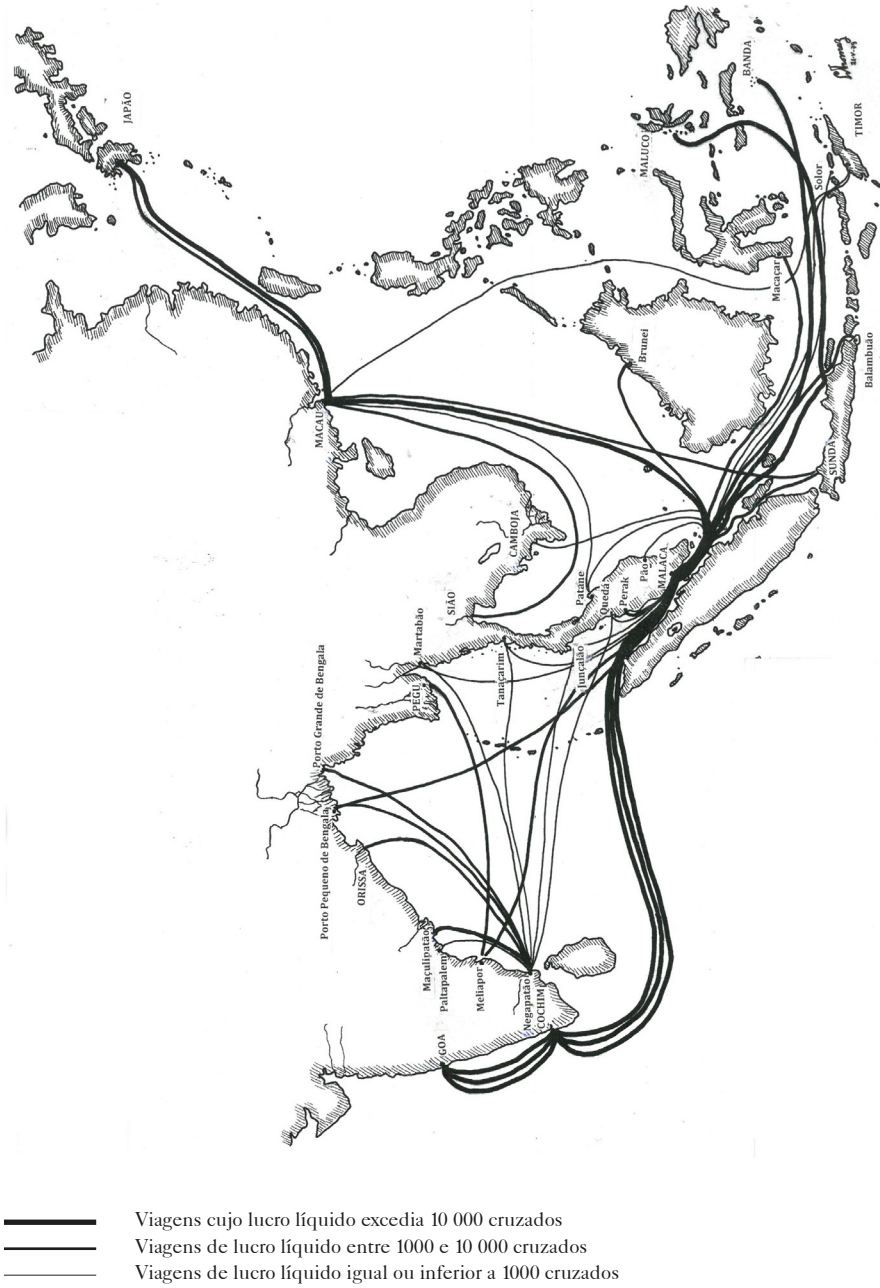
O sistema parece ter funcionado satisfatoriamente durante quase um século, já que apenas foram as consequências retardadas da chegada dos holandeses à Insulíndia que o vieram desarticular. De facto, em 1596, navegando em direitura do Cabo da Boa Esperança para o estreito de Sunda, para assim eludirem o controle dos portugueses, os batavos haviam aterrado em Samatra e começado a comerciar nas ilhas do Arquipélago. Em 1602 foi criada na Holanda a VOC (*Vereenigde Oostindisch Compagnie*, “companhia reunida das Índias Orientais”), com poderes majestáticos não só para fazer comércio mas também para empreender conquistas⁸². Embora tenha, logo

⁸⁰ A nossa ideia inicial era representar cada rota por um traço de espessura diretamente proporcional ao lucro que dela se auferia, mas tal ideia revelou-se inexecutável, dado que os lucros variam na proporção de quase um para cem, o que obrigaria a desenhar a linha mais grossa com quase cem vezes a espessura da mais fina.

⁸¹ Cf. Thomaz 1979.

⁸² Boxer 1965.

A rede mercantil portuguesa na Ásia Oriental c. 1580



desde 1602-03, ameaçado Malaca, tentando bloquear-lhe o Estreito, foi só em 1605 que infligiu à Coroa de Portugal a primeira perda territorial, ao apossar-se do forte de Amboino, nas Molucas do Sul, que os portugueses haviam cristianizado e onde haviam introduzido a cultura do craveiro.

No ano seguinte, no rescaldo da sua instalação em Amboino, as ilhas de Maluco, para mais facilmente poderem ser socorridas, passaram da dependência do vice-rei de Goa para a do governador espanhol de Manila, embora continuando a ser exploradas comercialmente pelos portugueses, os únicos que tinham acesso aos têxteis indianos com que se mercava a especiaria. Um ano depois, porém, os holandeses lograram estabelecer-se na ilha de Ternate, onde ergueram um forte; ainda que uma expedição enviada de Manila tenha conseguido recuperar parte da ilha – onde o último baluarte, desde a Restauração apenas espanhol, só veio a ser evacuado em 1663 –, não foi jamais possível desarraigar dela a VOC.

Em 1609 a concorrência batava estendeu-se à Índia, pois a Companhia logrou estabelecer-se em Paleacate, umas 12 léguas a norte de Meliapor. Dez anos depois, Ian Pieterzon Coen, o “Albuquerque neerlandês”, instalou em Jacarta, rebatizada de Batávia, a capital dos domínios holandeses na Ásia, ao mesmo tempo que as ilhas de Banda, que estavam já sob sua influência desde 1609, eram definitivamente incorporadas no seu território. Os portugueses perderam assim o controle sobre a mais lucrativa das rotas marítimas que haviam explorado.

Em 1638-39 a situação agravou-se dramaticamente, pois, ao mesmo tempo que os jesuítas portugueses eram expulsos do Japão, que assim se fechava ao seu trato, os holandeses desembarcavam em Ceilão, iniciando a sua conquista, e os ingleses em Madrasta, uma légua a norte de Meliapor, a que começaram a fazer séria concorrência. Finalmente, em 1641, Malaca, principal *pivot* da rede comercial portuguesa na Ásia oriental, capitulava aos holandeses.

Tal como o temos descrito, o sistema das viagens era findo. A partir de Goa e de Macau continuaram, é certo, a fazer-se rendosas expedições de comércio; mas o Oceano Luso-Índico de antanho terminara já seus dias.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico de Goa [AHG]

Registo da Casa dos Contos, livs. 3 e 4.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT]

Carta Régia de 14.III.1527, *Chancelaria de D. João III*, liv. 30, fl. 56.

Carta Régia de Palmela, 15.III.1531, *Chancelaria de D. João III*, liv. 9, fl. 18.

Cartas dos Vice-Reis, n.º 132.

Colecção São Lourenço, vol. IV, fl. 329.

Instrumento de Cochim, 16.XII.1527, *Corpo Cronológico*, I-38-50.

Instrumento de Cochim, 21.I.1525, *Cartas dos Vice-Reis*, n.º 16.

Chancelaria de D. Sebastião, Doações, livs. 15 e 16.

Biblioteca da Ajuda

Livro das mercês que fez [D. João de Castro] aos homens que serviram El-Rei N. S. no cerco de Dio, cód. 51-VIII-46.

Bibliografia

ANDRADA, Francisco de. 1976. *Crónica de D. João III*, introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, Porto.

ARCHIVO Portuguez Oriental [APO]. 1865. Nova Goa: Imprensa Nacional, fasc. 5, 2.^a p., doc. 409, p. 498.

AUBIN, Jean. 2006. *Le Latim et l'astrolabe*, vol. III: Études inédites sur le règne de D. Manuel. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

BALÃO, António Baião. 1927. *História Quinhentista (Inédita) do Segundo Cerco de Dio* [...]. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BOUCHON, Geneviève, e Luís Filipe Thomaz. 1998. *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.

BOUCHON, Geneviève. 1971-76. *Mare Luso-Indicum*, vol. III. Paris: Société d'Histoire de l'Orient.

BOUCHON, Geneviève. 1976. «Une route maritime du Golfe du Bengale». *Mare Luso-Indicum* III: 194-198.

- BOUCHON, Geneviève. 1977. *Navires et cargaisons: retour de l'Inde en 1518: Caderno dos oficiais da Índia da carregaçam das naos que vieram o anno de bxcbij*. Paris: Société d'Histoire de l'Orient.
- BOUCHON, Geneviève. 1986-87. «Reis e piratas no Malabar: o jogo da guerra marítima nas vésperas da segunda expansão europeia». In *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*, org. Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, vol. II. Lisboa: Presença.
- BOXER, Charles R. 1965. *The Dutch Seaborne Empire*. Londres: Hutchinson, 1965.
- BOXER, Charles R. 1969. «A note on Portuguese reactions to the revival of the Red Sea Spice Trade and the rise of Acheh, 1540-1600». *Journal of Southeast Asian History* X (3).
- CAMINHA, António Lourenço de. 1807. *Ordenações da Índia do Senhor Rei D. Manoel de Eterna Memória, Informação verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo Cosmographo Indiano Manoel Godinho de Erédia e Cartas em lingoagem Portuguesa de D. Jeronymo Osorio, Bispo do Algarve [...]*. Lisboa: Na Impressão Regia.
- CARITA, Rui (ed.). 1999. *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional / Edições INAPA.
- CARNEIRO, António de Mariz. 1990. *Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia* [reprodução do cód. iluminado 149 da Biblioteca Nacional], nota introd. e leg. Pedro Dias. Lisboa: Fundação Oriente.
- CORREIA, Gaspar. 1922-69. *Lendas da Índia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- COUTO, Diogo do. 1782. *Da Ásia – Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das Terras, e Mares do Oriente*. Lisboa: Na Régia Officina Typographica [reimp. Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1974], VII, ii, 3.
- CUNHA, João Manuel Teles e. 1996. *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árábico e Golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635*. Tese apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- FAIRBANK, John K. 1974. *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*. Harvard Oriental Series.
- FALCÃO, Luiz de Figueiredo. 1859. *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real Património dos Reinos de Portugal, Índia e Ilhas Adjacentes e outras particularidades, ordenado por Luiz de Figueiredo Falcão, secretário de el-rei Filipe II, copiado fielmente do manuscrito original e impresso por ordem do governo de Sua Magestade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- FELNER, Rodrigo José de Lima. 1868. *Subsidios para a História da Índia Portuguesa* (1. *O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas, por António Nunes*; 2. *O Tombo do Estado da Índia, por Simão Botelho*; 3. *Lembranças das cousas da Índia em 1525*). Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, D. Martín. 1964, *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, vol. III. Madrid: Atlas, Madrid.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1963-71. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols. Lisboa: Arcádia.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1982. *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) – Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- GÓIS, Damião de. 1909-11. *Crónica d'El-Rei D. Manuel*, col. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, vols. lix-lxix. Lisboa: Escritorio Rua dos Retrozeiros n.º 147.
- GUEDES, Maria Ana Marques. 1994. *Interferência e integração dos Portugueses na Birmânia (ca 1580-1630)*. Lisboa: Fundação Oriente.
- JACOBS, Hubert. 1974. *Documenta Malucensia*, vol. I. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- LOBATO, Manuel Leão Marques. 2004. *Comércio, conflito e religião: Portugueses e Espanhóis nas Ilhas Molucas, de 1552 a 1618*. Dissertação apresentada ao Instituto de Investigação Científica Tropical.
- LUZ, Francisco Mendes da. 1953. «Livro das Cidades e Fortalezas da Índia». *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXI: 1-144.
- MATOS, Artur Teodoro de Matos. 1982. *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: Estrutura Administrativa e Económica. Alguns elementos para o seu estudo*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MATOS, Artur Teodoro de Matos. 1994. «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI». In *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la Época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*, ed. Ana Maria Carabias Torres, 271-292. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- MATOS, Artur Teodoro de Matos. 1999. «A Importância do Brasil no Império Colonial Português». *Revista Portuguesa de História* Tomo XXXIII: 95-111.
- MATOS, Artur Teodoro de Matos. 1999. *O Orçamento do Estado da Índia, 1571*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Centro de Estudos Damião de Góis.

- MATOS, Artur Teodoro de Matos. 2003. *O orçamento do Estado da Índia de 1588*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- PATO, Raymundo Antonio de Bulhão Pato (dir.). 1898. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional.
- PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro. 1999. *Curso e pirataria portuguesa no golfo de Bengala*. Tese apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, Paulo Jorge Corino de Sousa. 2011. *No Extremo da Redonda Esfera (A rivalidade luso-castelhana no Extremo Oriente, séculos XVI-XVII)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- Registo da Casa da Índia [RCI]*. 1954. Introd. e notas Luciano Ribeiro, 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. 1998. «A Carreira da Índia e o Comércio Intercontinental da Manufacturas». In *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos – Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Angra do Heroísmo, 7 a 11 de Junho de 1996)*, Ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. R. Thomaz, 229-238. Angra do Heroísmo.
- THOMAZ, Luís Filipe (anot.), e Carmen M. Radulet (pref.). 2002. *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513). Fontes italianas para a sua História: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1975. «Maluco e Malaca». In *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina), ed. A. Teixeira da Mota, 29-48. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar [versão revista in *De Ceuta a Timor*, 537-565. Carnaxide: Ed. Difel, 1994].
- THOMAZ, Luís Filipe. 1979. «Les Portugais dans les Mers de l'Archipel au XVI^e siècle». *Archipel. Études interdisciplinaires sur le Monde Insulindien* 18: 105-125. [Versão inglesa «The Portuguese in the Seas of the Archipelago during the XVI century», in *Trade and Shipping in the Southern Seas*. Java Ocidental: SPAFA, Cisarua, 1985; reproduzida in *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, ed. Om Prakash, Aldershot, Hampshire: Ashgate Publishing, 1997; versão portuguesa in *De Ceuta a Timor*, 567-590. Carnaxide: Ed. Difel, 1994].
- THOMAZ, Luís Filipe. 1990. «L'idée impériale manuéline». In *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, 35-103. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. [Versão portuguesa: «A idéia

- imperial manuelina», in *Facetas do Império na História – Conceitos e métodos*, org. Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva, 39-104. São Paulo: Editora Hucitec, 2008].
- THOMAZ, Luís Filipe. 1991. *Nina Chatu and the Portuguese Trade in Malacca*, translated from the Portuguese by Fr. Manuel Pintado, with a foreword by A. Kalimuthu. Malaca: Luso-Malaysian Books. [Trad. de “Nina Chatu e o comércio português em Malaca”. In *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, vol. V. Lisboa, 1974; reimp. in *De Ceuta a Timor*, 487-512. Carnaxide: Ed. Difel, 1994].
- THOMAZ, Luís Filipe. 1993. «Diogo Pereira o Malabar». *Mare Liberum – Revista de História dos Mares* 5: 49-64.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1994. «Os Portugueses e o Mar de Bengala na época manuelina». In *De Ceuta a Timor*, 401-486. Carnaxide: Ed. Difel.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1998. *A Questão da Pimenta em meados do século XVI – Um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- THOMAZ, Luís Filipe. 2004. «O testamento político de Diogo Pereira, o Malabar, e o projecto oriental dos Gamas». *Anais de História de Além-Mar* 5: 61-160.
- THOMAZ, Luís Filipe. 2008. «Cochin and her role in Portuguese Asia». In *Exploring Cochin – Commemoration Volume – 450th Anniversary – Diocese of Cochin*, 68-95. Cochin.
- THOMAZ, Luís Filipe. 2017a. «La chronologie historique de Timor Oriental». *Archipel – Études interdisciplinaires sur le monde insulindien* 93: 199-217.
- THOMAZ, Luís Filipe. 2017b. «As grandes datas da história de Timor». In *O futuro ao nosso alcance – Homenagem a Roberto Carneiro*, 607-622. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- THURSTON, Edgar, e K. Rangachari. 1909. *Castes and Tribes of Southern India*, vol. V. Madrastra: Government Press. [reimp. Nova Delhi & Madrastra: Asian Educational Services, 1987].
- WICKI, José. 1961. «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos 1568 e 1569». *Studia* 8.
- WINIUS, George. 1983. «The Shadow Empire of Goa in the Bay of Bengal». *Itinerario* VII/2: 93-101.

Las tácticas de Gabriel de Rivera para vincularse con el servicio de la defensa contra Li-Ma-Hong en las Islas Filipinas durante el siglo XVI

Antonio Real Botija*

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 87-108. ISSN 0874-9671

Resumo

Este artigo mostra (através dos conceitos de “tática” e “estratégia” de Robert Folger) o desenvolvimento das táticas de Gabriel de Rivera nas duas estratégias de petição que os súbditos das ilhas Filipinas tinham para contactar com o Rei (a petição escrita e a procuração dos vizinhos) durante o século XVI. O objetivo do Rivera com estas táticas era garantir a sua relação com o serviço contra o corsário chinês Li-Ma-Hong, o qual lhe oferecia a legitimidade das suas novas *encomiendas*, o apoio dos outros *encomenderos* e a proteção contra o seu inimigo político.

Palavras-chave: táticas e estratégias, Folger, ilhas Filipinas, Li-Ma-Hong, petições.

Data de submissão: 02/11/2016

Data de aprovação: 09/07/2018

Abstract

This article shows –through the concepts of “tactic” and “strategy” of Robert Folger– the development of the tactics of Gabriel de Rivera in the two strategies that the Philippines islands subjects had in order to contact with the King (the written petition and the neighbour power of attorney) at the 16th century. The Rivera’s goal by using his tactics was to guarantee his relation with the service against the Chinese corsair Li-Ma-Hong, which offered him the legitimacy of his news *encomiendas*, the support of the others *encomenderos* and the protection against his political enemy.

Keywords: tactics and strategies, Folger, Philippines islands, Li-Ma-Hong, petitions.

Date of submission: 02/11/2016

Date of approval: 09/07/2018

* Ludwig-Maximilians-Universität, Alemanha; Universidad Pablo de Olavide, España. *E-mail*: real.antonio@campus.lmu.de .

Las tácticas de Gabriel de Rivera para vincularse con el servicio de la defensa contra Li-Ma-Hong en las Islas Filipinas durante el siglo XVI

Antonio Real Botija

La aplicación de los conceptos de “estrategia” y “táctica” de Folger a las peticiones de mercedes en la Monarquía Hispánica

El trámite administrativo para solicitar una merced por los servicios prestados en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII estaba compuesto por diversas fases: el memorial con súplica y razones que motivaban la petición de una merced, la resolución del Consejo correspondiente de la Monarquía Hispánica con el parecer o la consulta al monarca, la minuta en la que se anotaba la remuneración, las razones para su concesión, la obligación del agraciado y de las instituciones locales de las que dependía..., y la transformación de la minuta en cédula con la rúbrica regia. La petición del súbdito podía ir acompañada con resúmenes o “informaciones”, es decir, documentos que fortalecían y constituían pruebas para aumentar las posibilidades de éxito de la petición¹. Entre dichas “informaciones” podemos encontrar las informaciones de méritos y servicios², las cuales eran básicamente interrogatorios en los que un peticionario preguntaba a una serie de testigos, elegidos por el citado peticionario, sobre sus méritos y servicios para obtener una merced por parte de la Corona.

Estas peticiones de mercedes se realizaron desde distintos lugares de modo que constituyeron un elemento común de la cultura política hispá-

¹ Sandoval Parra 2014, 145-158.

² Los términos “relaciones”, “probanzas” e “informaciones” de méritos y servicios... pueden generar cierta confusión. Nosotros emplearemos el término “información” o “probanza” de méritos y servicios porque en nuestros expedientes de petición son los que nos aparecen con más frecuencia en relación a los interrogatorios realizados por parte de un peticionario en el archipiélago filipino, en México o en la Corte con el objeto de preguntar a una serie de testigos sobre sus méritos y servicios. Lo cierto es que estas “informaciones” o “probanzas” no son siempre homogéneas, puesto que, en ocasiones, no encontramos una serie de preguntas que componen un interrogatorio, sino un texto en el que aparece un resumen de los méritos y servicios de un peticionario y los testigos intervienen con sus declaraciones en virtud de los méritos y servicios de dicho texto. Gregori Roig, quien ha trabajado sobre las Indias y sus casos iniciales tienen como punto de partida el siglo XVII, ha especificado que el término “relación de méritos y servicios” corresponde al resumen de los méritos y servicios que se realizaba en las secretarías del Consejo de Indias a través de la información obtenida de los memoriales y las distintas pruebas documentales de los peticionarios presentadas en dicho Consejo, aunque para nuestros casos de la segunda mitad del siglo XVI apenas hemos encontrado dicho término. Véase Gregori Roig 2007, 356-372.

nica del siglo XVI. Así, Centenero de Arce y Córdoba Ochoa han estudiado cómo estas peticiones mostraban el desplazamiento de los hombres de armas por los diferentes escenarios bélicos, bien en la expansión ultramarina, bien en las guerras en Europa, y contribuían a generar un ideal de circulación para servir a dicha Corona³. Además, muchos soldados y hombres civiles realizaron probanzas de sus servicios al regresar de Berbería o Constantinopla a tierra de cristianos según Tarruell y, en consecuencia, crearon una “memoria de cautivos” en la que, si bien es cierto que las referencias a las circunstancias del cautiverio y al modo de conseguir la libertad fueron ejes fundamentales, también aparecieron como méritos los servicios bélicos prestados a la Corona con anterioridad a dicho cautiverio y el conocimiento de posiciones enemigas y de la lengua árabe, pues podían constituir saberes útiles para la Monarquía Hispánica⁴. Ahora bien, el uso de este procedimiento administrativo no se limitó a los súbditos de origen europeo en el Nuevo Mundo. Jurado ha demostrado que los linajes cacicales de Charcas también se valieron de este recurso, desde inicios del periodo colonial, para plasmar una representación histórica de la facción que respaldaba la versión del peticionario en virtud de un ideal de buen *kuraka* hispanizado: cristiano, descendiente de las élites locales que sirvieron fielmente al Inca y, tras la conquista, a la Monarquía Hispánica, cuya obediencia aceptaron voluntariamente. Las peticiones de estos linajes cacicales de Charcas demuestran el conocimiento que los mismos tenían de la cultura política hispánica, así como sus relaciones con las autoridades coloniales⁵. Esta idea también se aprecia en las probanzas presentadas por indígenas mayas, chontales o mexicanos en la provincia de Yucatán durante el siglo XVI⁶.

Dado que el estudio de caso de este artículo se contextualiza en las islas Filipinas y dicho archipiélago dependía del virreinato de Nueva España debemos conocer la legislación relativa a las peticiones emitidas desde las Indias. Así, a lo largo del Quinientos se conformó la legislación que reguló la forma en que debían presentarse las peticiones de mercedes desde dicha parte de la Monarquía Hispánica. Estas debían estar respaldadas por pareceres de las autoridades locales antes de llegar a la Corte como indica una cédula regia del 5 de junio de 1527. Tras la conquista del Perú y las guerras civiles ulteriores se produjo un incremento de peticiones,

³ Córdoba Ochoa 2009, 359-378. Centenero de Arce 2012, 137-162.

⁴ Tarruell Pellegrin 2013, 83-97.

⁵ Jurado 2014, 387-422.

⁶ Cunill 2014, 14-47.

especialmente, para demostrar como méritos la no pertenencia al bando rebelde en dichas guerras. Por ello, se concibió que las audiencias debían realizar, en cada caso, una información de oficio de carácter secreto y enviar un parecer sobre los méritos. Además, como demuestra una cédula de 1556, los peticionarios podían interrogar a quien considerasen oportuno previa autorización de la audiencia. Una cédula regia del 28 de septiembre de 1587 consolidó los requisitos: las informaciones realizadas por las audiencias debían tener carácter secreto, los testigos solo podían ser interrogados por los oidores, el fiscal de la audiencia debía firmar los pareceres que acompañaban las peticiones, los cuales debían ser escritos por uno de los oidores, las informaciones de oficio no se darían a las partes y se enviarían al Consejo de Indias, los gobernadores no podían recibir peticiones y se debía advertir a los solicitantes que, si no tenían en cuenta estas condiciones, el Consejo no consideraría su petición⁷.

Estas medidas no solo pretendían regularizar el proceso de petición desde el Nuevo Mundo, sino también reducir la presencia de peticionarios procedentes de dicho mundo en la Corte. El colofón de esta política regia llegó con una medida promulgada en 1588. Esta establecía que todas las personas (eclesiásticas o seglares), que estuvieran en la Corte para que el Consejo de Indias recibiera sus méritos y servicios, debían dejar sus papeles y memoriales y volver a sus villas y ciudades en el Nuevo Mundo para ser remunerados por sus servicios⁸. Por tanto, a lo largo que avanzaba el siglo XVI, la Corona reguló que los súbditos se comunicaran con ella a partir de la escritura en detrimento de la presencia física en la Corte para realizar sus peticiones particulares, aunque esta medida no impidiera (tal y como veremos posteriormente) el envío de un procurador para cuestiones relativas al bien común, es decir, al buen gobierno de villas y ciudades.

La escritura de las peticiones o de otros documentos por iniciativa de los súbditos garantizaba y certificaba la verdad individual de lo sucedido en las Indias y lo perpetuaba en la conciencia de la comunidad, pero la formalización escrita de dichas peticiones respondía al interés de la Corona de estar informada sobre lo que ocurría al otro lado del océano⁹. En este

⁷ Córdoba Ochoa 2013, 73-75.

⁸ Felipe II (San Lorenzo, 22-06-1588), "Prouisiones y cédulas despachadas en diferentes tiempos, que declaran y mandan la forma y orden que se ha de tener en las Indias, en hazer las informaciones de seruicios. Que [el Consejo de Indias] haga notificar a los que pretensosores que han venido de Indias que se bueluan y dexen sus recaudos". Véase Encinas, Diego de (Alfonso García Gallo), 1945, Lib. II, 175-176.

⁹ González Sánchez 2008, 13-30.

punto del artículo es pertinente que presentemos los conceptos de “estrategia” y “táctica” empleados por Folger para las peticiones de mercedes. Según Folger, el proceso de formalización de las peticiones a través de la escritura suponía la “estrategia” que reducía las posibilidades de los súbditos para comunicarse con el Rey a medida que avanzaba el siglo XVI. Así, este autor vincula este concepto de estrategia con las relaciones de méritos y servicios¹⁰ en función del poder, pues la Corona regularizó dicho proceso de petición, es decir, la estrategia equivaldría a la vía de comunicación con la que contaba dicho súbdito y que había sido establecida por dicha Corona. No obstante, Folger completa este primer concepto con otro: el concepto de “táctica”. Este hace referencia a las opciones con las que el súbdito cuenta para superar la estrategia del poder (la formalización escrita del proceso de petición) a través de acciones como, por ejemplo, la involucración de testigos adecuados, la elección del momento de petición... de modo que la táctica sería una reacción a las debilidades o a los resquicios de la estrategia de poder¹¹. De hecho, las debilidades o los resquicios de la estrategia regia eran posibles no solo por las acciones del peticionario, sino también por los propios intereses de las autoridades coloniales. En efecto, la formalización de la comunicación entre el súbdito y la Corona a través de la escritura no supuso un incremento del conocimiento epistémico de la segunda con respecto al primero durante el periodo colonial por varios motivos: entre ambos existía una cadena de autoridades coloniales, las decisiones coloniales (como la concesión de mercedes) no respondieron a una funcionalidad racional, sino a los intereses de las autoridades coloniales y las medidas regias no impidieron la confluencia de intereses entre los particulares y las autoridades coloniales. Ahora bien, la formalización de la escritura incrementó la comunicación política entre el súbdito y la Corona y, en consecuencia, la lealtad¹².

Más allá de la connivencia entre las autoridades coloniales y el súbdito que ejercía la petición, en este artículo nos concentraremos en desarrollar las tácticas que Gabriel de Rivera puso en marcha en el siglo XVI para asegurarse unas encomiendas concretas y deslegitimar a su enemigo político mediante su vinculación con el servicio de la defensa de las islas Filipinas contra el corsario chino Li-Ma-Hong (Li Feng) en las peticiones escritas, es decir, en virtud del concepto de estrategia de Folger. Asimismo, añadiremos una estrategia complementaria y su correspondiente táctica a

¹⁰ Este autor emplea el concepto de “relaciones de méritos y servicios” para hacer referencia a todo el expediente de petición.

¹¹ Para los conceptos de “estrategia” y “táctica”. Véase Folger 2011, 46-50.

¹² Brendecke 2012, 479-492.

través de esta figura de Rivera. No obstante, hay que describir previamente en qué consistió la defensa del archipiélago contra dicho corsario.

La defensa de las islas Filipinas contra el corsario chino Li-Ma-Hong

La famosa crónica de Antonio de Morga sobre el periodo inicial colonial en el sudeste asiático resume muy bien la presencia de dicho corsario, el cual huía de las autoridades imperiales chinas, cuando alcanzó las islas y atacó dos veces Manila (la primera a finales de noviembre y la segunda a inicios de diciembre de 1574) antes de refugiarse en Pangasinán (hasta mediados de 1575).

En su tiempo [de Guido de Lavezaris] vino el cossario Limahón, de China, con setenta navíos gruesos de armada, y mucha gente de guerra, sobre Manila, y entró la ciudad, y matando en su casa al maesse de campo, Marín de Goiti con otros espannoles que se hallavan en ella: passó al fuerte en que los espannoles se recogieron, siendo muy pocos, con fin de tomar la tierra, y sennorearse della. Los espannoles con un socorro que les traxo de Vigán, el capitán Joan de Salzedo, de la gente que consigo tenía (que vio pasar a este cossario por la costa, vino con él a Manila) se defendieron tan valerosamente, que matándole mucha gente, le hizieron embarcar, y salir huyendo de la baía y meterse en el río Pangasinam, a donde los espannoles le fueron a buscar, y le quemaron la armada, y le tuvieron cercado en tierra muchos días a este cossario, que en embarcaciones pequennas que allí hizo ocultamente, huyendo se salió a la mar, y dexó las islas.¹³

Este enfrentamiento contra el corsario chino supuso el inicio de los recelos y las inseguridades de dichos pobladores con respecto a los chinos durante todo el periodo colonial, a pesar del apoyo de algunos comerciantes sangleyes asentados en las islas (como Sinsay) a los primeros pobladores europeos y novohispanos contra las fuerzas de Li-Ma-Hong¹⁴. De hecho, la ayuda de Sinsay continuó más allá de la defensa. En efecto, tras la retirada del corsario a Pangasinán, se produjo la llegada de los juncos imperiales a Manila encabezados por el comandante de la guarnición costera, Wang Wanggao (conocido como *Homoncon* o *Oumoncon* en las fuentes castellanas), en búsqueda de dicho corsario. El gobernador interino tras la muerte de Miguel López de Legazpi, Guido de Lavezaris, se comprometió a su captura y entrega, vivo o muerto, a las autoridades chinas. Al haber conseguido este compromiso, el comandante accedió a llevar una embajada de la colonia castellana de Manila ante las autoridades provinciales de Fujian.

¹³ Morga, Antonio de (Patricio Hidalgo Nuchera) 1997, 28-29.

¹⁴ Gil Fernández 2011, 462-463.

Sinsay actuaría de intérprete de la misma. El objetivo principal de esta embajada española consistía en conseguir un enclave comercial estable en la costa de Fujian, a imagen y semejanza del que disfrutaban los portugueses en Macao desde 1557. La embajada no tuvo éxito político, pero dio un gran impulso al comercio entre Fujian y Manila. En cualquier caso, los ataques de Li-Ma-Hong constituyeron el principal hito defensivo durante el reinado de Felipe II, pues el corsario chino puso en peligro la propia existencia de los vecinos de Manila, así como su presencia en las islas generó levantamientos de los naturales, descontentos con la presencia hispánica en las islas, que retrasaron su cerco en Pangasinán por parte hispánica¹⁵.

Los primeros pobladores del archipiélago destacaron a menudo las referencias a su participación en los sucesos derivados (directa o indirectamente) de la presencia del corsario chino Li-Ma-Hong en las islas en sus informaciones de méritos y servicios de finales del siglo XVI. A continuación analizaremos la figura de Gabriel de Rivera y, en línea con los conceptos de Folger, las tácticas que llevó a cabo para vincularse con dicho hito defensivo con respecto a las estrategias que la Corona le permitía.

La vinculación de Rivera con el servicio contra Li-Ma-Hong

¿Quién era Gabriel de Rivera? Bertrand nos muestra que Rivera era un veterano de la guerra de Flandes, había participado en la batalla de San Quintín (1557), fue uno de los lugartenientes de Legazpi y cruzó el Océano Pacífico con él, luchó contra Li-Ma-Hong bajo el mando de Juan de Salcedo y, tras haberse casado en segundas nupcias con la viuda del maestre de campo Martín de Goiti, este encomendero había iniciado una carrera como negociante en paralelo a su carrera militar¹⁶.

Ahora bien, para el objetivo de este artículo hay que plantearse cuándo Rivera empezó a asociarse con la figura de Li-Ma-Hong en las informaciones de méritos y servicios, cómo lo hizo y si se produjo algún cambio en dicha asociación. Por ello, debemos comenzar con el primer testimonio de dicho Rivera con respecto al corsario chino. Dicho testimonio se encuentra en la información de méritos y servicios de Juan de Medrano, datada en Manila el tres de enero de 1576, es decir, apenas unos meses después de la huida de Li-Ma-Hong del cerco de Pangasinán. En la pregunta número nueve, Medrano interrogaba a los testigos sobre su presencia en la defensa

¹⁵ Ollé Rodríguez 2012, 53-57.

¹⁶ Bertrand 2015, 178.

de Manila cuando el corsario chino hizo el segundo ataque, es decir, a inicios del mes diciembre.

9 Yten si saben que al tiempo que el enenygo Limahón vino a esta çiudad y dio el segundo asalto, con estar enfermo y debilitado, sienpre anduue en medio de nuestro esquadrón acudiendo a vna parte y a otra con póluora a los soldados que no la tenían animándolos y en todo hize todo lo a my posible en seruicio de Su Magestad, digan lo que saben.¹⁷

El día diez de enero el capitán de infantería Gabriel de Rivera dio su testimonio en esta información de méritos y servicios y “a la nouena pregunta dixo que no la sabe porque, al tiempo que pasó lo que la pregunta declara, este testigo no estaua en esta çiudad”¹⁸. Por lo tanto, según su respuesta, no estuvo presente en Manila durante el segundo ataque.

Sin embargo, Rivera desarrolló una serie de tácticas a partir de la principal estrategia del poder (la petición escrita) posteriormente en las que dicho Rivera contradecía este testimonio, es decir, en el que negaba su participación en dicho hito, y se vinculaba intensamente con la guerra contra el corsario chino. La primera de estas tácticas era la más sencilla y ya la hemos visto en el caso de Medrano: su participación como testigo. Así podemos apreciarlo en la información de méritos y servicios que Gaspar de la Isla presentó en Manila el trece de junio de 1580. En la pregunta número tres de dicha información, este peticionario interrogaba a sus testigos sobre su llegada a Manila con el socorro del maestre de campo Juan de Salcedo, su participación en la defensa de la ciudad y el posterior cerco que se realizó al corsario en Pangasinán.

III Yten si saven que, quando el tirano Limahón vino sobre esta çivdad de Manila, el dicho Gaspar de Ysla fue vno de los que [v]inieron en companía del maese de canpo Juan de Salzedo al socorro desta dicha çibdad y saven e vieron que fue vno de los que pelearon en deffensa della, y ansimesmo digan e declaren si saven quel dicho Gaspar de Ysla fue vno de los soldados que llevó el maese de canpo Juan Sauzedo a la xornada de Pangasinán para hechar el cosario y tirano chino questava apoderado y hecho fuerte en el dicho río de Pangasinán.¹⁹

¹⁷ Archivo General de Indias [AGI], *Patronato*, 52, R9, f. 5r (Información de méritos y servicios de Juan de Medrano, Manila, tres de enero de 1576).

¹⁸ AGI, *Patronato*, 52, R9, f. 7r.

¹⁹ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N39, fs. 284r-284v (Información de méritos y servicios de Gaspar de la Isla, Manila, trece de junio de 1580).

La declaración de Rivera, capitán y alguacil mayor de gobernación de las islas, tuvo lugar el día quince de junio y en su respuesta a la pregunta número tres se puede apreciar de nuevo que vio y sabía que el peticionario cercó al corsario en Pangasinán, pero también que defendió Manila del ataque del dicho corsario tras llegar a la ciudad con Salcedo, es decir, en el segundo ataque del corsario chino. Por tanto, se puede deducir que Rivera sí estuvo presente en la ciudad durante dicho ataque según este testimonio a diferencia de su intervención en la petición de Medrano.

3 A la tercera pregunta dixo que la save como en ella se contiene porqueste testigo estava a la dicha sazón en esta çivdad de Manila e vido, questando zercada aviéndole dado asalto el tirano chino Limahón, vino al socorro della el dicho Gaspar de Ysla en conpañía del maese de campo Juan de Salcedo y este testigo save e vido quel dicho Ysla fue vno de los soldados que pelearon e trauaxaron en deffensa desta çibdad, en el qual dicho socorro siruió mucho a Su Magestad y asimesmo vido este testigo quel dicho Gaspar de Ysla fue en conpañía del dicho maese de campo al río de Pangasinán a dondestaba fortificado y refforçado e le hecharon de la tierra de Su Magestad, y que en ello hizo lo que hera obligado obedeciendo a sus mandadores, dando buena cuenta de todo aquello que se le mandava por sus capitanes e cavdillos, y esto responde.²⁰

La segunda de sus tácticas fue su aparición nominal en las propias preguntas de los interrogatorios, que podía implicar la intervención de testigos cercanos a él, en las peticiones de terceros. Así, lo apreciamos en la información de Pedro de Chaves presentada en Manila el día doce de septiembre de 1581. A pesar de la ausencia del capitán Rivera como testigo, encontramos la figura de Alonso Guillén de Buitrago, soldado de la compañía del dicho capitán, entre los elegidos para responder a las preguntas de Chaves. No obstante, como mencionamos al inicio de este párrafo, lo más destacable de esta táctica es su aparición nominal, pues en la pregunta número doce Chaves interrogaba a sus testigos sobre su apoyo al capitán Gabriel de Rivera durante el cerco al corsario chino en Pangasinán.

12 Ytem sy saben esta pregunta que, después de rendida la dicha armada y jente que en ella se halló, el dicho capitán Pedro de Chaues vyo que en tierra andaua refriega entre espannoles y los dichos tiranos y saltó a tierra con la jente y halló al capitán Grauiel de Ribera que con horden del maese de campo auía ydo la tierra adentro a reconocer el dicho sitio y fuerte y auía encontrado con la jente que salía huyendo de los navíos, el qual dicho capitán Pedro de Chaues y el dicho Grauiel de Ribera juntos con su jente

²⁰ AGI, *Filipinas*, 34, N39, fs. 286r-286v.

acometieron al dicho fuerte y lo entraron y saquearon, quemaron todas las cassas que en él hallaron, e no quedó más de un fortézillo donde se retiró el dicho tirano, y hecho esto por su horden y mandado del dicho maese de campo, por estar demasiado cansados y uenir la noche y auer muchos heridos, se retiraron al campo digan esta pregunta.²¹

La tercera táctica fue el aprovechamiento que Rivera hizo de los asuntos generales de las islas Filipinas para resolver sus cuestiones personales. En efecto, al menos entre 1582 y 1584, Rivera actuó como procurador de los intereses de los manileños en la Corte. Los principales puntos de esta representación giraron en torno a la necesidad de frenar el poder de los gobernadores en las islas en virtud de la experiencia de los primeros conquistadores y encomenderos de las mismas con el gobernador Francisco de Sande durante el ejercicio de su oficio entre 1575 y 1580, puesto que dicho gobernador se había beneficiado ilícitamente con el galeón de Manila, había hecho revisar las cuentas de las cajas reales de los oficiales de la Conquista e, incluso, había intentado sin éxito arrebatarles sus encomiendas, lo cual suponía una amenaza para los otros primeros encomenderos del archipiélago²². No obstante, dicha tarea de procuración no impidió a Rivera realizar una petición que le permitió recibir el título de mariscal de Bombón (provincia filipina donde tenía un repartimiento) el día veintidós de mayo de 1583 por sus servicios a la Corona, entre los cuales destacaba la guerra contra el corsario chino²³.

Esta tercera táctica es muy interesante por el factor tiempo y, sobre todo, porque supone tener en consideración otra estrategia más allá de la petición escrita desde las islas. Así, entre la segunda y la tercera de las tácticas podemos apreciar la importancia de la variable tiempo para la construcción de la vinculación de Rivera con respecto al corsario chino en distintos

²¹ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N58, f. 497r (Información de méritos y servicios de Pedro de Chaves, Manila, doce de septiembre de 1581).

²² Así, el Consejo de Indias valoró positivamente su petición de una audiencia en Filipinas y, ante los problemas que expuso sobre el perfil vitalicio de los gobernadores, dicho Consejo contempló la destitución del gobernador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa (sucesor de Francisco de Sande y que había recibido dicho cargo con el mencionado perfil) tras analizar su actuación y el fin del mencionado perfil vitalicio de los gobernadores. No obstante, la Corona no aceptó su petición de la perpetuidad de las encomiendas para los conquistadores y los primeros pobladores del archipiélago. Véase Díaz-Trechuelo López-Spínola 1970, 128-134. Díaz-Trechuelo López-Spínola 1998, 224-225. Bertrand 2015, 177 y 186-188.

²³ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 339, L.1, Segunda parte, fs. 46v-47v (Real cédula en la que se concede el título de mariscal de Bombón a Gabriel de Rivera, Madrid, veintidós de mayo de 1583). En la crónica de Morgia también aparece esta concesión. Véase Morgia, Antonio de (Patricio Hidalgo Nuchera) 1997, 58.

escenarios de la Monarquía Hispánica: cuando la mencionada información de Pedro de Chaves se presentaba con dicho Alonso Guillén de Buitrago como testigo en Manila a finales de 1581, Rivera estaba de camino a la Corte donde presentaría una petición sobre sus intereses particulares. Unos intereses particulares que se camuflaban debajo de su presencia en la Corte como representante de los intereses colectivos. Aquí se encuentra otra estrategia (la procuración de los vecinos de una villa o ciudad) contemplada por el poder (la Corona), aunque hubiera una tendencia en el Quinientos a primar la comunicación escrita y que se consolidaría poco después de la presencia de Rivera en la Corte, es decir, con la medida regia de 1588 que hemos descrito anteriormente para las peticiones particulares.

La cuarta de las tácticas fue una combinación de la primera y la segunda, es decir, la intervención como testigo y la aparición nominal en alguna pregunta. A pesar de que dicha táctica se produjo en 1588 debemos remontarnos al año 1581 para comprender la complejidad de la misma. Juan Cantero presentó una información sobre sus méritos y servicios en Manila el veintidós de noviembre de dicho año. Entre dichos méritos y servicios destacaba su participación en la guerra contra el corsario chino en la pregunta número ocho.

VIII Yten si s[a]ben, questando el dicho Juan Cantero en la yslandia de Mindoro, vino sobrestada çivdad el cosario Limahón con muchos nauíos de armada para la tomar y saltó en tierra para el dicho efeto con mucha gente y, sabido por el dicho Juan Cantero, como buen soldado seruidor de Su Magestad, esquivó vn nauío a su costa y vino al socorro del campo que tenía Su Magestad en esta çivdad y, por averse retirado el dicho cosario a Pangasinán, fue allá el dicho Juan Cantero al çerco que por Su Magestad se le fue a poner con el maese de campo Juan de Salzedo adonde el dicho Juan Cantero se mostró muy buen soldado y, como a tal, se le encargauan enboscadas y çentinelas perdidas e fue a reconocer el fuerte que el cosario tenía y entró dentro con otros veynte soldados que yvan con él y pelearon todo el día con los enemigos questavan en el dicho fuerte, e sienpre acudía a las cosas más peligrosas como buen soldado hasta tanto quel dicho cosario se fue huyendo, digan.²⁴

Siete años después, en 1588, Juan Cantero hizo otra información de méritos y servicios en Manila. En esta añadía nuevos méritos y servicios que había realizado durante los siete años transcurridos desde su primera petición, pero también repetía los servicios reflejados en su información de 1581. Ahora bien, dicha repetición estaba modificada en la pregunta de

²⁴ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N61, f. 574r (Información de méritos y servicios de Juan Cantero, Manila, veintidós de noviembre de 1581).

Li-Ma-Hong– en este caso, la interrogación número siete–, puesto que en el contenido aparece la participación del peticionario junto con el mariscal Rivera en Pangasinán.

VII Yten si sauen que, estando el dicho sargento Juan Cantero en la isla de Mindoro, vino sobre esta ciudad de Manila el cosario Limahón con gran poder de nauíos de armada para la tomar y saltó el dicho enemigo en tierra para el dicho efeto con toda su jente y, sabido por el dicho Juan Cantero, como buen soldado seruidor de Su Magestad, esquivó vn nabío a su costa y vino al socorro del campo que Su Magestad tenía en esta dicha çiudad y, por averse retirado el dicho cossario a las prouinçias de Pangaçinán, fue el dicho Juan Cantero al serco que por Su Magestad se le fue a poner con el maese de campo Juan de Sausedo donde el dicho Juan Cantero se mostró siempre muy buen soldado y, como a tal, se le encargauan enboscadas y sentinelas perdidas e fue a reconoçer el fuerte que el cossario tenía con el mariscal Grauiel de Riuera que en aquella sazón era capitán de infantería, el qual dicho cappitán y el dicho Juan Cantero y otros dies y nueue soldados reconoçimos el fuerte del enemigo y le entramos dentro y estuuimos ofendiendo a los enemigos hasta que de nuestro canpo nos bino socorro con el qual estuuimos peleando hasta que anocheçió donde se pasó mucho trauajo de sol, sed y cansancio, y en todo lo qual el dicho Juan Cantero se mostró soldado de mucho balor acudiendo siempre a las partes más peligrosas ynterponiendo sus fuerzas y ánimo como muy seruidor de Su Magestad, digan lo que sauen.²⁵

Gabriel de Rivera, que ya había regresado de su estancia en la Corte con el título de mariscal de Bombón, apareció como primer testigo en la información de Juan Cantero de 1588. Más allá de la combinación de la primera táctica (la intervención como testigo) y de la segunda táctica (la aparición nominal en la pregunta), que da lugar a una cuarta, el elemento más interesante de esta táctica es la demostración del peso de Rivera en la sociedad manileña, puesto que su intervención como testigo en la petición de Cantero supuso la modificación del contenido de una pregunta formulada por este último siete años antes y, como podemos apreciar, una nueva oportunidad para vincularse con dicho hito defensivo.

7 A la sétima pregunta dixo que este testigo sabe y bio como el dicho sargento Juan Cantero se halló en esta ciudad al tiempo que el cosario Limahón estaua sobre ella, no sabe este testigo de la parte que bino, ni de donde, e peleó aquí como buen soldado serbidor de Su Magestad e, ydo que fue el dicho cosario a las prouinçias de Pangaçinán, bio este testigo como el dicho Juan Cantero fue en su seguimiento con el maese de campo Jhoan de Sausedo e llegado allá bio este testigo como a buen soldado que le encar-

²⁵ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N61, F. 600v (Información de méritos y servicios de Juan Cantero, Manila, veintisiete de septiembre de 1588).

gauan sentinelas perdidas, enboscadas y otras cossas de peligro mostrándose en todo muy buen soldado e leal bacallo de Su Magestad, e yendo este testigo a reconocer el fuerte del enemigo con cantidad de soldados, entre los que lleuó, fue un<o> el dicho sarjento Juan Cantero, el qual reconocieron y entraron dentro y hizieron lo demás que la pregunta declara en todo lo qual vio este testigo que el dicho Jhoan Cantero peleó como buen soldado e leal bazallo de Su Magestad y esto es cosa pública e notoria e responde a esta pregunta.²⁶

La razón de la vinculación

¿Por qué llevó a cabo Rivera todas estas tácticas para vincularse con este hito defensivo? El punto de partida para responder a esta pregunta se encuentra en una información de méritos y servicios del mencionado Rivera realizada en Manila y datada en julio de 1572. Las preguntas de esta información se concentraron sobre los problemas de su encomienda –situada en el brazo de Nalpa, cerca del río Araut, en la isla de Panay– que Legazpi le concedió sin su pretensión y que no le permitía sustentarse. El principal problema de su encomienda, según Rivera, consistía en que había recibido un ataque de langostas. Dicho ataque destruyó los cultivos de arroz de los naturales, los cuales huyeron hacia los montes de la isla de Panay. El empobrecimiento de los naturales tras el ataque y la huida de los mismos hacia el monte impidieron a Rivera poder cobrar los tributos de su encomienda según su información. En esta información, Rivera añadía que la navegación desde Manila hacia la isla de Panay estaba llena de mares, golfos y costas bravas²⁷.

Ahora bien, la clave que explicar las tácticas para vincularse con dicho hito defensivo la encontramos en una información de oficio²⁸ sobre los méritos y servicios del propio Rivera datada en Manila en agosto de 1611. Antes de profundizar en dicha clave debemos destacar que la tercera pregunta de esta información de méritos y servicios nos muestra una con-

²⁶ AGI, *Filipinas*, 34, N61, fs. 605r-605v.

²⁷ Archivo General de Indias [AGI], *Patronato*, 52, R6, Segunda parte, fs. 2r-3v (Información de méritos y servicios de Gabriel de Rivera, Manila, diez de julio de 1572). El día treinta y uno de enero de 1571 Legazpi encomendó al alguacil mayor Gabriel de Rivera los naturales de los pueblos de Sogut en la boca del río Araut junto al mar y, al avanzar por el curso del dicho río, los naturales de los pueblos del brazo de Nalpa desde el pueblo de Maburul hasta el dicho pueblo de Nalpa, aunque si los indios encomendados superaban el número de cuatro mil deberían darse a otras personas. Véase AGI, *Patronato*, 52, R6, Segunda parte, fs. 10v-11r. Archivo General de Indias [AGI], *Patronato*, 24, R19, f. 9r (Relación de las encomiendas de indios despachadas por los gobernadores Legazpi, Lavezaris y Sande, Manila, dos de junio de 1576).

²⁸ En la práctica, las preguntas de las informaciones de oficio solían ser las mismas que las preguntas de las informaciones de parte. La modificación radica en los testigos, pues estos ya no eran escogidos por la parte, sino por las autoridades.

centración de cargos en la figura de Gabriel de Rivera. Esto es importante porque Rivera ha aparecido indistintamente con algunos de estos oficios (alguacil mayor, capitán o mariscal) en los distintos testimonios a los que hemos hecho alusión en este artículo para conocer su vinculación con el corsario chino. Por tanto, dicha concentración de cargos constituye la prueba de tratar al mismo individuo.

III Si sauen que al prinçipio que se començó a conquistar y descubrir estas dichas yslas se pasaron muy grandes y exçesiuos trauijos y peligros por andar de día y de noche con las armas en las manos, bogando en los nauíos que hauía de remo, segando y moliendo el arroz que hauían de comer y el dicho mariscal Gabriel de Riuerá, aunque era alguaçil mayor, se alló en todas las jornadas que se haçían de consideraçión siruiendo su plaça de capitán de infantería, y en muchas ocasiones de general y caudillo, y fue mucha parte para proueer el campo de Su Magestad de bastimentos en ocasiones que se pasaua extrema necesidad y trujo muchos pueblos y prouinçias de paz a obediencia y reconociéndose por basallos de Su Magestad, digan esta pregunta.²⁹

En la pregunta número siete de esta información de méritos y servicios, Rivera preguntaba a los testigos sobre la vinculación de las islas Filipinas con el virreinato novohispano en comunicación y trato en detrimento del caso peruano³⁰. La intención de la misma no era baladí, pues a inicios de la década de 1590 Rivera había residido en México y se había resistido a las presiones de la Corona para regresar al archipiélago filipino hasta el punto de poner en peligro su patrimonio en 1593³¹. De hecho, Rivera debió coincidir con Sande en México, ya que el antiguo gobernador del archipiélago recuperó su anterior oficio de oidor de la audiencia en México tras abandonar las islas del Poniente a inicios de la década de 1580 y lo ejerció hasta dicho año de 1593³².

²⁹ Archivo General de Indias [AGI], *Patronato*, 53, R20, f. 3v (Información de méritos y servicios de Gabriel de Rivera, Manila, veintiséis de agosto de 1611).

³⁰ AGI, *Patronato*, 53, R20, f. 4r.

³¹ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 339, L.2, Primera parte, fs. 44r-44v (Real Cédula a Gómez Pérez das Mariñas, gobernador de Filipinas, ordenándole que, si en los primeros navíos procedentes de Nueva España no llegaron el mariscal Gabriel de Rivera y el capitán Juan Pacheco Maldonado, residentes en Nueva España, se quite sus encomiendas, y que en adelante no dé licencia a ningún encomendero para salir sin causa forzosa, San Lorenzo el Real, diecisiete de octubre de 1593). Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 339, L.2, Primera parte, fs. 44v-45r (Real Cedula a Luis de Velasco, virrey de Nueva España, encargándole notifique al mariscal Gabriel de Rivera y al capitán Juan de Pacheco Maldonado, encomenderos en las islas Filipinas y residentes en Nueva España, que se vayan en los primeros navíos a residir en sus encomiendas, con apercibimiento que de no hacerlo se proveerán en otro, San Lorenzo el Real, diecisiete de octubre de 1593).

³² Bertrand 2015, 88-89 y 93.

La clave de esta información de méritos y servicios para la vinculación de Rivera en relación a la defensa del archipiélago contra el corsario chino Li-Ma-Hong se basa en que muestra los cambios que se dieron en el patrimonio del mariscal de Bombón a partir de dicho acontecimiento. En primer lugar, Rivera interrogaba a los testigos en la pregunta número seis sobre la concesión de una encomienda que el gobernador Lavezaris le dio por sus servicios, entre los cuales destacaba la guerra contra Li-Ma-Hong. Dicha encomienda se encontraba en la isla de Luzón, es decir, más cerca de Manila que la encomienda del río Araut, la cual vimos que se encontraba en la isla de Panay y había recibido de Legazpi por sus servicios en la Conquista.

VI Si sauen que por fin y muerte del dicho adelantado entró a goernar estas ysas, por cédula que hauía de Su Magestad, Guido de Labaçares y respeto de que el dicho mariscal yba continuando sus seruiçios con mucha puntualidad en espeçial en la ocasión que vino el cosario Limahón de China, hauiendo en esta ocasión avidase(?) como muy baliente capitán, el dicho goernador le reencomendó con cinco mill tributos en esta ysla de Manila, digan esta pregunta y remítanse a las cédulas presentadas en esta causa.³³

La pregunta número ocho de este interrogatorio nos muestra que Rivera hizo dejación de las encomiendas que tenía en beneficio de la Corona, puesto que el gobernador Sande le gratificó con los pueblos de la encomienda de su mujer Lucía del Corral. Ésta era la viuda del maestre de campo Martín de Goiti, el cual perdió la vida en la guerra contra el corsario chino.

³³ AGI, *Patronato*, 53, R20, f. 4r. En realidad, según la relación de encomiendas concedidas por los primeros gobernadores del archipiélago, Lavezaris dio diversas encomiendas a Rivera. Así, el día uno de abril de 1574, es decir, antes del primer ataque del corsario, el gobernador Lavezaris gratificó a Rivera con una encomienda de tres mil indios en el río de Bolinao y en la isleta de Lumbay y, en el caso de que allí no hubiera indios suficientes, en el río Cagayán. Una nota en la documentación indica que Rivera hizo dejación de esta encomienda al casarse con la viuda de Martín de Goiti. Posteriormente, el veintiuno de marzo de 1575, es decir, durante el cerco al corsario en Pangasinán, este gobernador concedió a Rivera una encomienda de mil indios de otro encomendero (no se especifica el nombre) en la zona donde moraban uno de los grupos que más resistencia ofrecieron a la Monarquía Hispánica en las islas Filipinas: los zambales. Otra nota señala que hizo dejación de ella por las encomiendas del maestre de campo Martín de Goiti. Más tarde, el trece de agosto de dicho año, el mencionado gobernador otorgó dos mil indios para Rivera y otro capitán, Gaspar Ramírez, en unos pueblos y ríos de Paracale y, si no los hubiera, se les otorgaría en los pueblos más cercanos por encomendar. En la nota de esta concesión se indica que Rivera dejó su parte y que ni siquiera se sabía que los indios estuvieran pacíficos, ni contados, ni cobrados. Todos los lugares de estas concesiones se encuentran en la isla de Luzón. Véase AGI, *Patronato*, 24, R19, fs. 23v, 27r y 29v.

VIII Si sauen que, luego que llegó el dotor Françisco de Sande aquestas yslas, halló casado al mariscal Gabriel de Riuera con donna Luçia del Corral, muger que hauía sido del maese de campo Martín de Goyte que hauía muerto en la guerra del cosario Limahón, y goçando todas las encomiendas referidas le hiço nueua merced y encomienda de pueblos que tenía su muger por muerte del dicho su marido, y los pueblos que el dicho mariscal tenía en primera vida los puso en la Corona real y creen y tienen por çierto los testigos que la dicha merced que el dicho dotor Sande le hiço fue en primera vida y por nueua merced por los muchos seruiçios del dicho mariscal, digan esta pregunta y remítanse a la cédula presentada en esta causa.³⁴

En relación a la construcción de la vinculación de Rivera con el corsario chino, esta concesión del gobernador Sande debió darse entre enero y junio de 1576. Por un lado, hemos visto la negación de Rivera sobre su participación en la defensa de Manila durante el primer ataque del corsario chino en la información de méritos y servicios de Juan Medrano en el primer mes del año de 1576 y, por otro lado, el registro de encomiendas concedidas por los gobernadores, Legazpi, Lavezaris y el propio Sande está datado en junio de dicho año. En este registro no aparece dicha concesión, aunque sí aparecen notas sobre el disfrute de Gabriel de Rivera de las encomiendas del difunto Martín de Goiti en Bombón, Bulacán y Narvacán tras contraer matrimonio con su viuda³⁵.

Como demuestra la pregunta número nueve, Rivera se encontraba en un proceso de pleito en 1611 en relación al patrimonio que adquirió del gobernador Sande al concebirlo como primera vida y abandonar sus antiguas encomiendas, las cuales ofrecían mayores tributos, especialmente la encomienda del río Araut en la isla de Panay. En efecto, paradójicamente, la encomienda que en el pasado solicitó cambiar porque un ataque de langostas había

³⁴ AGI, *Patronato*, 53, R20, f. 4r. La llegada del gobernador Sande a las islas Filipinas se produjo el veinticinco de agosto de 1575, es decir, poco después de la huida de Li-Ma-Hong de las islas Filipinas. Véase Morga, Antonio de (Patricio Hidalgo Nuchera) 1997, 47 y 49. Como hemos visto, en una información de méritos y servicios de 1572 Rivera solicitó que le cambiaran su encomienda en la isla de Panay por otra encomienda debido a las consecuencias de una plaga de langostas en la misma y a la lejanía de Manila. Entretanto, ya hemos visto que el gobernador Lavezaris le ofreció diversas concesiones. La cédula de recomendación correspondiente al expediente en el que se inserta dicha información fue dirigida al gobernador Francisco de Sande a finales de marzo del dicho año 1575. Véase Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 339, L.1, Primera parte, fs. 66r-66v (Cédula regia en la que se recomienda al gobernador Francisco de Sande que gratifique a Gabriel de Rivera, San Lorenzo el Real, treinta de marzo de 1575).

³⁵ Según la relación sobre las encomiendas concedidas por los primeros gobernadores, solo se ofrecen cifras de las encomiendas de Bombón (ocho mil indios, es decir, el doble que la encomienda de la isla de Panay y muy superior a las concesiones que Lavezaris le hizo en la isla de Luzón) y Narvacán (dos mil indios). Véase AGI, *Patronato*, 24, R19, fs. 18r, 20v y 22v.

tenido un impacto negativo en la recaudación de tributos daba una mejor recaudación a inicios del siglo XVII.

IX Si sauen que por entender el dicho mariscal como siempre a entendido que la merced, que en nombre de Su Magestad, el dotor Sande le hiço de la encomienda sobre que es este pleito hiço dejaçión de las encomiendas que tenía por merced de los gouernadores passados en primera vida y, si entendiera lo contrario, no hiçiera dejaçión de sus encomiendas por ser mucha más cantidad de tributantes de los que se le dieron nueuamente y con esta buena fee los a goçado treinta y siete annos y otros tantos a que goça el rey nuestro sennor de la que el dicho mariscal tenía en la isla de Panay, en el río de Araut la qual es la mejor encomienda que ay en las yslas de los Pintados y los gouernadores pasados no la an querido encomendar, y las demás encomiendas y reencomiendas del dicho mariscal el dicho dotor Sande las repartió en <tre> personas beneméritas, en las quales ay más tributos que los que agora goça el dicho mariscal Gabriel de Ribera, digan esta pregunta.³⁶

Por tanto, podemos apreciar que el interés patrimonial estaba detrás de todas las tácticas que llevó a cabo Rivera en el siglo XVI para construir su vinculación en torno al servicio en la guerra contra el corsario chino Li-Ma-Hong. Dicha guerra suponía una oportunidad: el abandono de su lejana encomienda inicial en la isla de Panay y el acceso a las encomiendas de la viuda de uno de los manileños que perdieron la vida en el primer ataque de Li-Ma-Hong. De hecho, Gabriel de Rivera también desarrolló la táctica de su intervención como testigo en esta última línea sobre las posibilidades que ofrecían las viudas tras la guerra contra el corsario. En efecto, en 1581, Rivera participó como testigo en la información de méritos y servicios de Juan de Ávila, el cual pretendía acceder a la encomienda que Rodrigo Alonso, difunto durante los ataques de Li-Ma-Hong, había disfrutado en la isla de Panay hasta su fallecimiento porque Ávila estaba casado en segundas nupcias con Ana Ortiz, viuda de dicho Alonso³⁷.

Conclusión

Si seguimos los conceptos de “estrategia” y “táctica” empleados por Folger, podemos concluir que Rivera llevó a cabo una serie de tácticas (la intervención como testigo, la aparición nominal en preguntas, con o sin testigos cercanos a él, en peticiones de terceros, el cambio de contenido de la pregunta de informaciones escritas entre distintos años) en el marco

³⁶ AGI, *Patronato*, 53, R20, fs. 4r-4v.

³⁷ Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N53, fs. 411r-412r (Información de méritos y servicios de Juan de Ávila, Manila, dieciséis de abril de 1580).

de la estrategia regia, es decir, la formalización de la comunicación de las peticiones particulares con la Corona a través de la escritura desde las islas Filipinas. Asimismo, cabe añadir la posibilidad de otra estrategia más allá de las peticiones escritas desde las islas Filipinas (la participación en la estrategia de la representación de los intereses colectivos en la Corte), así como su correspondiente táctica (el aprovechamiento de dicha estrategia para realizar una petición particular). Estas tácticas en el marco de dichas estrategias le valieron para vincularse con el servicio contra Li-Ma-Hong que le había permitido acceder a una mejor encomienda a través de su matrimonio con Lucía del Corral. De hecho, el caso de Juan de Ávila muestra un matiz más profundo en su táctica de intervención de testigo, pues lo hacía en apoyo de peticionarios cuyas mujeres había enviudado previamente durante la presencia del corsario chino en el archipiélago.

Este nombre de Juan de Ávila coincide con el nombre del padre del niño Diego de Ávila, cuyo proceso ha sido trabajado de manera magistral por Bertrand³⁸. Esta idea es relevante porque nos permite conectar con una elevación de las conclusiones a otro nivel: el servicio contra el corsario chino no solo suponía una oportunidad para obtener una primera encomienda para mucho peticionarios o para acceder a otras (por ejemplo, el caso de Rivera), ya que también implicaba desacreditar la figura del gobernador Sande, es decir, la persona a la que le correspondía la concesión de encomiendas, incluso, tras segundas nupcias como hemos comprobado con el caso de Rivera tras los ataques de Li-Ma-Hong, pero también era la persona que había amenazado la posición de los encomenderos de las islas Filipinas, tal y como hemos visto entre los motivos que suscitaron la representación de Rivera de los intereses manileños en la Corte a inicios de la década de 1580.

Esta idea se sustenta en dos razones. En primer lugar, este gobernador llegó a las islas con posterioridad a dicho hito defensivo de modo que no podía vincularse con él, aunque algún miembro de su familia lo intentara. Un ejemplo lo encontramos en la tercera pregunta de la información de méritos y servicios de su hermano Bernardino de Sande.

III Yten si saben que el anno de setenta y seis fue el dicho don Bernardino de Sande a seruir a Su Magestad e le siruió por soldado del capitán Esteuan Rodríguez de Figueroa en la prouinçia de Dulac, en la paçificación della,

³⁸ En caso de tratarse del mismo Juan de Ávila, la madre del niño Diego de Ávila no era Ana Ortiz, cuyo segundo marido fue dicho Juan de Ávila, sino Isabel de Arias. Véase Bertrand 2015, 37.

que es en la ysla de Leyte, que estaua alcada, e otras partes de los pintados y fue a la ysla de Bindanao con el dicho capitán Esteuan Rodríguez y a paçificar la ysla de Marinduque, las quales yslas estauan alçadas por aber muerto a sus encomenderos y con la venyda del cosario de China, y quedaron paçificas de aquella vez la dicha ysla de Leyte y Marinduque, la qual dicha jornada duró seys meses poco más o menos en que se siruió mucho a Su Magestad y se pasaron muchos trauaxos, digan lo que saben.³⁹

A pesar de no haber estado presente durante la guerra contra el corsario chino, el intento del hermano del gobernador de asociarse con dicho hito posiblemente estribara en su comprensión de la relevancia del mismo en la comunidad. Esta relevancia supone la segunda razón del descrédito de Sande: su importancia en las celebraciones de la ciudad. En efecto, la fiesta cívica fundamental de la ciudad de Manila no hacía referencia a su fundación por Legazpi en 1571, pues se trataba de la fiesta de San Andrés, la cual conmemoraba precisamente la defensa de la ciudad ante los ataques del corsario chino⁴⁰.

Por tanto, el desarrollo de tácticas por Rivera en el siglo XVI que lo vincularon con este servicio particular en las peticiones ajenas y propias no solo legitimaría las mejores encomiendas que consiguió a través de su segundo matrimonio y la ulterior concesión de Sande, sino que dicha mera vinculación podía constituir una garantía para conservarlas frente a la amenaza del propio Sande, puesto que dicho servicio implicaba una alianza con los primeros encomenderos (acompañantes de Legazpi), o los que aspiraban a ser encomenderos tras servir contra el corsario chino, en detrimento de Sande, a quien había correspondido la concesión de encomiendas en las islas, había intentado arrebatar algunas durante su gobierno y podía intentar influir para intentarlo de nuevo desde México contra sus enemigos en las islas que habían desacreditado su labor como gobernador.

En efecto, los encomenderos, entre los que Rivera se encontraba, habían participado en el proceso del niño Diego de Ávila en el que se difundía un rumor que dañaba la imagen del gobernador Sande al asociar su llegada al archipiélago con demonios⁴¹. Por ello, la vinculación de los

³⁹ Archivo General de Indias [AGI], *Patronato*, 52, R17, fs. 3r-3v (Información de méritos y servicios de Bernardino de Sande, Manila, dos de mayo de 1581).

⁴⁰ La veneración de San Andrés se debe a que el primer ataque de Li-Ma-Hong se produjo en la víspera del día del dicho santo (30 de noviembre) y la resistencia de la ciudad ante dicho ataque se contempló como un milagro. Alva nos muestra que la fiesta estaba instaurada entre finales del siglo XVI e inicios del siglo XVII. Véase Alva Rodríguez 1997, 112-115.

⁴¹ Para la participación de los encomenderos en dicho proceso en contra del gobernador Véase Bertrand 2015, especialmente la segunda parte del tercer capítulo, 177-214.

mismos con el principal hito defensivo para la vida cívica de Manila bajo el liderazgo de Rivera constituía otra vía para quebrar el prestigio de dicho gobernador en el espacio público insular. Un deterioro de la imagen de Sande que continuó en el archipiélago incluso tras su abandono de las islas, tal y como hemos apreciado en el caso de Juan Cantero.

De hecho, la combinación de ambas vías de desprestigio de Sande (vincularlo con demonios en el trabajo de Bertrand y desvincularlo del servicio contra el corsario chino) puede que constituya la explicación más profunda del cambio de postura y/o la insistencia de Rivera para asociarse con el servicio contra Li-Ma-Hong, puesto que el testimonio de Rivera en el que negaba su participación en el mismo en la información de Medrano se dio en 1576, el proceso del niño Diego de Ávila se inició en 1577 y la primera intervención de Rivera como testigo en la que afirmaba su participación en la guerra contra Li-Ma-Hong se produjo en la información de méritos y servicios de Esteban Rodríguez de Figueroa, es decir, en 1578⁴². En efecto, tan solo un año después del inicio del proceso del niño y dos de la información de Medrano.

¿Decía Rivera la verdad con respecto a dicho hito defensivo antes o después de la información de Medrano en 1576? Consideramos que la respuesta a esa pregunta no es fácil de responder, ni tan relevante. En nuestra opinión, lo más importante no es averiguar si Rivera mentía o no antes o después de dicha información, o si decía medias verdades antes o después de la misma, sino intentar dilucidar la siguiente pregunta: ¿por qué se produce el cambio en su testimonio? Consideramos que el aprovechamiento de una nueva oportunidad para obtener encomiendas y el descrédito de aquel que las concedía, pero también las podía arrebatar, constituye la respuesta a dicha cuestión.

⁴² Archivo General de Indias [AGI], *Filipinas*, 34, N50, fs. 343v-345v (Información de méritos y servicios de Esteban Rodríguez de Figueroa, Manila, veinte de octubre de 1578).

Bibliografía

- ALVA RODRÍGUEZ, Inmaculada. 1997. *Vida municipal en Manila*. Córdoba: Universidad de Córdoba.
- BERTRAND, Romain. 2015. *Le longs remords de la Conquête. Manille-Mexico-Madrid. L'affaire Diego de Ávila (1577-1580)*. Paris: Seuil.
- BRENDECKE, Arndt. 2012. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Traducido por Griselda Mársico. Frankfurt am Main: Vervuert/ Madrid: Iberoamericana.
- CENTENERO DE ARCE, Domingo. 2012. “¿Una monarquía de lazos débiles? Circulación y experiencia como formas de construcción de la Monarquía Católica”. In *Oficiales reales. Los ministros de la Monarquía Católica, siglos XVI-XVII*, coordinado por Manuel Lomas Cortés y Juan Francisco Pardo Molero, 137-162. Valencia: Departament d’Història Moderna, Universitat de València.
- CÓRDOBA OCHOA, Luis Miguel. 2013. “Guerra, imperio y violencia en la Audiencia de Santa Fe, Nuevo Reino de Granada, 1580-1620”. PhD diss., Universidad Pablo de Olavide.
- CÓRDOBA OCHOA, Luis Miguel. 2009. “Movilidad geográfica, capital cosmopolita y relaciones de méritos. Las élites del imperio entre Castilla, América y el Pacífico”. In *Las redes del imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, dirigido por Bartolomé Yun Casalilla, 359-378. Madrid: Marcial Pons.
- CUNILL, Caroline. Julio-diciembre 2014. “El uso indígena de las probanzas de méritos y servicios: su dimensión política”. *Signos históricos* Vol. 16, N.º 32: 14-47.
- DÍAZ-TRECHUELO López-Spínola, María Lourdes. 1970. “El Consejo de Indias y Filipinas en el siglo XVI”. In *El Consejo de Indias en el siglo XVI*, editado por Demetrio Ramos y Luis Suárez Fernández, 128-134. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- DÍAZ-TRECHUELO López-Spínola, María Lourdes. 1998. “El primer asentamiento español en Filipinas, 1565-1598”. In *Las sociedades ibéricas y el mar al final del siglo XVI. Vol. 6 Las Indias*, coordinado por María del Rosario González Martínez, 224-225. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa 98’.
- ENCINAS, Diego de. 1945 (1596). *Cedulario indiano. Vol. 2*. Editado por Alfonso García-Gallo. Madrid: Cultura Hispánica.
- FOLGER, Robert. 2011. *Writing as poaching: interpellation and self-fashioning in colonial relaciones de méritos y servicios*, Leiden/Boston: Brill.

- GIL FERNÁNDEZ, Juan. 2011. *Los chinos de Manila. Siglos XVI e XVII*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macao.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. 2008. *Homo viator, homo scribens: cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVIII)*, Madrid: Marcial Pons, Ediciones Historia.
- GREGORI ROIG, Rosa María. 2007. “Representación pública del individuo. Relaciones de méritos y servicios en el Archivo General de Indias (siglos XVII-XVIII)”. In *El legado de Mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*, editado por Antonio Castillo Gómez y Verónica Sierra Blas, 356-372. Gijón: Trea.
- JURADO, María Carolina. 2014. “‘Descendientes de los primeros’. Las probanzas de méritos y servicios y la genealogía cacical. Audiencia de Charcas, 1574-1719”. *Revista de Indias* Vol. 24, N.º 261: 387-422.
- MORGA, Antonio de. 1997 (1609). *Sucesos de las islas Filipinas*. Editado por Patricio Hidalgo Nuchera. Madrid: Polifemo.
- OLLÉ RODRÍGUEZ, Manel. 2012. *La empresa China: de la armada invencible al galeón de Manila*. Barcelona: Acantilado,
- SANDOVAL PARRA, Victoria. 2014. “El procedimiento administrativo para la concesión de mercedes pecuniarias en la España de los Austrias”. In *Felipe II y Almazarrón: la construcción local de un imperio global. Vol. 1 Vivir, defender y sentir la frontera*, editado por María Martínez Alcaide y José Javier Ruiz Ibáñez, 145-158. Murcia: Universidad de Murcia.
- TARRUELL PELLEGRIN, Cecilia. 2013. “Memorias de cautivos, 1574-1609”. In *Memoria personal. Una altra manera de llegir la Història*, editado por Ignasi Fernández Terricabras, Óscar Jané Checa y Eulàlia Mirallés Llori, 83-97. Bellaterra (Barcelona): Universitat Autònoma de Barcelona.

Black people in the Canary Islands: evolution, assimilation and miscegenation (16th-17th centuries)

Germán Santana Pérez*

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 109-136. ISSN 0874-9671

Resumo

Este artigo pretende dar uma visão precisa sobre a população negra nas Ilhas Canárias, não necessariamente escrava. O texto está estruturado em duas grandes partes: a primeira apresenta um panorama geográfico e cronológico da presença demográfica de afrodescendentes; e a segunda aborda a alienação, a assimilação e a vida quotidiana. Damos uma estimativa do número de africanos que chegaram às Ilhas. Tentamos associar os elementos da economia e da sociedade canárias às características específicas africanas, o que nos permite formar uma imagem da época em que as originalidades específicas deste grupo podiam ser observadas neste ponto do Atlântico.

Palavras Chave: África, população subsariana, negros, escravos, assimilação, Ilhas Canárias.

Data de submissão: 07/10/2017

Data de aprovação: 16/06/2018

Abstract

We wanted to give an accurate view on the black population in the Canary Islands, not only as slaves. The text is structured in two large parts, the first one relative to a geographical and chronological overview of the demographic presence of people of African descent and the second to alienation, assimilation and daily life. We will give an estimate on the number of Africans arrived in the Islands. We attempt to bring together the own elements of the Canarian economy and society with the African specific features, which allow us to set a picture of times in which the own originalities of this group in this Atlantic spot can be seen.

Keywords: Africa, sub-Saharan, black people, slaves, assimilation, Canary Islands.

Date of submission: 07/10/2017

Date of approval: 16/06/2018

* Universidad de las Palmas de Gran Canaria, España. *E-mail:* german.santana@ulpgc.es .

Black people in the Canary Islands: evolution, assimilation and miscegenation (16th-17th centuries)

Germán Santana Pérez

Since before the definitive conquest of the islands in 1496 finished, black population had already arrived, both from the incursions made in the sub-Saharan and Moroccan coast (and which arrived in those lands through sub-Saharan caravans), and from the trading activity from the south of Senegal river. Some slaves came from the Iberian Peninsula, accompanying their masters or from the trade with Madeira (Vieira 1991, 63-66; See also for the case of Azores Vaz do Machado, Gregorio and Silva 2013). After the conquest, their number increased with the purpose of both replacing the reduced native population after the subjugation, together with the Berber slaves, and preventing an excessive rise in the wages of the new colonial society in order to obtain competitive production. Slaves were cheap workforce in a time in which after the conquest wars the population was small. They meant an alternative, so that the wages of non-qualified free workers did not rise, as well as assigning population to an unstable border territory in a forced way.

Sub-Saharan population shared space with another enslaved population, the North African or Berber one, at least until the late 16th century, and it was a majority. Tens or hundreds of arrivals in the neighbouring sub-Saharan coast were counted, and they were called '*cabalgadas*' (Pérez Embid 1948; Rumeu de Armas 1956; Lobo Cabrera 1982; Salafrañca Ortega 2004; Gambín García 2015). Also, there were American and Asian slaves in a minimum number, coming from the European expeditions and trade in the 16th and 17th centuries. Together with Africans, the majority of the population of this new society was constituted with European colonists, who came from all over Europe, although most of them were Iberian, and with native survivors, who originally had a North African origin, and who were also object of slavery during the conquest period. With the North African corsair incursions, particularly those coming from Argel and Sale, many Canarians were enslaved at the same time in order to be sold in North African (Anaya Hernández 2006, 171-92) markets.

The increasing black slave population was a minority, but significant. Its presence was irregular depending on the islands and the areas of each island. Its function was not to colonise the just conquered land in a voluntary way, but they were assigned to that land according to the needs

of the Europeans. Like all slavery systems, their movement capacity was restricted. This group would be the largest among the slaves.

These Africans had a clear social status: being slaves or coming from slavery, with the stigma involved in it. Apart from this, the colour of their skin was also a clear sign that distinguished them from the rest of communities. The sub-Saharan was integrated in the new society, but not in an equal way. They were at the lowest and poorest level. Their descendants had few opportunities to improve their social status in a very hierarchical society in terms of prestige, honour, privilege, wealth, property possession, race and gender. In the Canary Islands, the fact that the majority of the population was white, did not give them many opportunities. Unlike Cabo Verde (Soares 2013, 20-22), no sub-Saharan could have an alderman or judge position or any relevant administrative position.

Their origin was very varied; they had different languages, religions, ethnic groups and cultures. Although all of them were called 'negroes' in the islands, except for the mulattos, the truth is that diversity was one of their features. The first separation was made among those who had just arrived and had a limited command of Spanish Castilian (*bozales*), and the acculturated ones (*ladinos*) who did know the language, and also among the different skin shades (*loro, moreno, de color vasa, membrillo cocho, coro, pardo, atezado, prieto*). Slaves were brought from Rivers of Guinea (located between the Senegal River and Sierra Leone), Cape Verde, Malagueta Coast (Liberia), Magarabomba (Sierra Leone), Elmina, São Tomé, Congo, Angola, and in general from all over the Western African coast, from Senegal to Namibia. Apart from this, we have to add that many slaves were captured in the interior of the continent, hundreds of kilometres away from the coast. The markets in the Rivers of Guinea, Cape Verde and São Tomé stood out during the 16th century, but from the second decade of the 17th century until 1640, many of them had an Angolan origin. Among the ethnic groups there were *jolofes, fulos, berbesin, zapes, mandingas, banus, arares, haffor, jagas, bulamas, papeis, manicongos* and *branes*.¹ Also, the

¹ Archivo Histórico Provincial de Las Palmas [AHPLP], Francisco Gallego, leg. 1.083, year 1628, Gran Canaria, fol. 295 r.v. In July 1628, Agustín Rodríguez, citizen of Telde, forced himself to give a female slave called Isabel, aged 24, 'from bran nation' with her son, called Juan, aged 2, to Nicolás Martínez de Escobar, alderman of Gran Canaria; Juan Fernández Fleitas, leg. 1.087, year 1623, Gran Canaria, fol. 321 r. Francisco de Salas, citizen of La Palma, sold Teresa Macías, citizen of Las Palmas, a black slave named Antonio of Banu caste, for 1,050 reales; José Bethencourt Herrera, leg. 1.320, year 1661, Gran Canaria, fol. 184 v. Captain Nicolás Vandevala de Aguiar, citizen of La Habana, sold Inés Andrés González, citizen of Las Palmas, a black slave named María del Pino "from Arare nation" for 1,850 reales; This origin is also collected in Manuel Lobo Cabrera, op. cit., 1982, pp. 137-140. The location of African nations is common in the documentation of Canarian notarial records.

jaga ethnic group, from Angola, has been found and *biafras* or *beafar*, whose origin is the current Cameroonian and Nigerian coast. Of course, the slaves from Angola, Cape Verde, Congo, São Tomé and Guinea were mentioned in a more generic way.

Geographical and chronological overview of the demographic presence of people of African descent in the Canary Islands

It is difficult to specify the number of sub-Saharan Africans living on the islands, and even more difficult is to specify their evolution in Modern History. We do not have specific censuses regarding this minority on the islands scale. We are not certain either of their percentage regarding the rest of the population, due to the same deficiencies to know the total number of inhabitants. In addition, an important number of liberated slaves, who started to increase in the 17th and 18th centuries, joined the slaves. The main counts come from churches, particularly through baptism and decease books, and from sales and other notarial protocol documents, with the subsequent gaps due to the lack of proper counting by the authorities.

Bruquetas de Castro estimates that 25% of the population in Lanzarote was slave between 1618 and 1650, reaching the number of 400 people, from which more than 55% were black and 20% mulattos. However, we believe that this percentage is maybe a little exaggerated, since during this period 299 sales were made, from which 163 were black slaves. To this, we have to add 58 mulattos who represent 19.7% of the sales. We believe that the amount for 32 years should not be applied to one specific year and or compared to the total population, which is only likely (Bruquetas de Castro 1995, 39-40). This was not an impediment for the number of slaves and their percentages to be significant here, probably around 15%. What is clear in any case, is that at least in the group of slaves, the majority of them were sub-Saharan, regardless of the *Moriscos*' presence before that date, difficult to specify, since the island had suffered four big invasions from 1569 to 1618 by Barbary corsairs, who captured almost 2,000 people and destroyed numerous written sources.

We do not have information about the slaves in Fuerteventura in the Ancien Régime. The lack of sources for this island and the bad preservation explain this deficiency. However, the number would be smaller, since Lobo Cabrera has found only 80 sales throughout the 17th century (considering the deficiency in the sources), which he considers to be between 2.5 and 5% of the total population (Lobo Cabrera 1993, 21-22).

We believe that despite this worthy study, such a small number of slaves in a century is not believable (not even a sale per year), so we believe that his percentages are not reliable either. The situation for the 16th and 18th centuries is even more obscure.

In Gran Canaria we have different numbers in different times. This island, and particularly in the city of Las Palmas is without doubt where there is more information about the number of slaves and their evolution from the 16th to the 19th centuries. Manuel Lobo was able to compile 1,956 sales, without taking into consideration the donations in the 16th century in the Eastern Canary Islands (Lobo Cabrera 1982, 142). In the reign of Philip III, Elisa Torres has found the presence of 849 slaves (Torres Santana 1991, 141). In the reign of Philip IV we have been able to find 1,230 of them in Gran Canaria, Lanzarote and Fuerteventura in sales, transfers and donations, although the number of slaves must have been greater, since this number would reach up to 1,799 if we counted other types of documents (Santana Pérez 2000, 68). The complete absence of series in all those studies makes us think that this number was actually larger. The slaves who were sold in auctions hardly ever appeared in the documents. This method must have been relatively frequent, especially for those coming in slave trader ships or those whose sale was simply done verbally. A census for black people was made in Gran Canaria in 1667 and the result was 6,478 between black people and moriscos (Sosa 1994, 59), although we do not know how many of them were slaves and how many were free.

Slave baptisms in Telde involved 16.5% in the 1520 decade, although the total of slaves in the 16th century was between 7 and 9%, around 391 (Rodríguez Calleja and Viera Ortega 2007, 62 and 69-70). In the areas of the interior of the islands, associated to self-supply crops, the percentage and number must have been lower in general. The census of Teror of 1595, which included the current towns of Teror and Valleseco, done at the request of the Inquisition by the priest Juan Ribero states that there were no *moriscos*, although he did mention slaves, who, we have to suppose, were black or mulattos. The slaves were 12 men and 8 women, which means 4.71% of the total population. He did not mention children and babies who had not received communion.² The proportion had decreased in this area the next century, since 1605 and 1725 only 70 slaves were baptised in that church, 1.1% of the total of baptised people (Trujillo Yáñez 2010, 23). In the town of Agüimes, 140 of them were baptised between 1602 and 1800

² Archivo de Acialeázar [AA], Obispado 1.

and only 6.4% was not native. That percentage was low in any case, 2.1% in the 17th century and 0.7% in the 18th century (Suárez Grimón and Quintana Andrés, 156-58). The majority of them used to do craftsmanship activities and domestic work, more than agriculture and stockbreeding in a place or cereal and stockbreeding economy. In Arucas, the percentage of slave population was 3.72% in the first half of the 17th century and 2.78% in the second half. For Moya, the percentage was 5.10% in the first half and 1.14% in the second one (Rodríguez Calleja 2007, 105).

Benedicta Rivero's study about the population in the Vegueta neighbourhood in the city of Las Palmas, gives the considerable amount of 281 slaves (Rivero Suárez 1992, 75) in the late 17th century, in 1679. We are now in a time where the demand of slaves has begun to decrease quickly, increasing the percentage of freed slaves. Lobo Cabrera and Diaz Hernandez, through parish registers, have reached the conclusion that the baptised slaves in this city between 1601 and 1725 constitute 8.6%, although the proportion is much greater in the early 17th century, 13.4% between 1601 and 1610, and minimum in the early 18th century, 3.42% between 1700 and 1725. That study includes 922 children of slave couples who were baptised during the first four decades of the 17th century, while between 1641 and 1680, 941 more children were baptised. Almost 70% of the baptised were children (Lobo Cabrera and Díaz Hernández 1984, 189-223). If we take into consideration the 18th century, the slaves constitute 1.75% of the baptised in Las Palmas, reaching an insignificant 0.11% in the second half (Lobo Cabrera, López Caneda, and Torres Santana 1993, 188).

In La Palma we also know about relatively accurate studies of its capital. The slaves represent 15.1% of the baptised in Santa Cruz de La Palma between 1564 and 1700, with a total number of 2,910 individuals, although we have to take into consideration that this number includes both those who were born in the island and those coming from Africa who received the sacrament there. It is symptomatic that the number of baptised starts to decrease after 1650 (Lobo Cabrera and Quintana Andrés 1997, 68). Slightly more moderate are the sources for the island, at least in the first quarter of the 17th century (Toledo Bravo de Laguna and Bruquetas de Castro 1998). We should not forget that the existence of sugar mills in Argual and Tazacorte and in San Andres and Saucos involved the use of slave workforce.

In El Hierro, this number was practically insignificant, since there was a small population, which by its own production model demanded little slave workforce. There was not much mix of black people and *moriscos* during the 16th century and in the 1680 census only 34 slaves for the total of 3,148

people appear. From this number, 65% were located in Valverde (Quintero Rebozo 1997, 339 and 380-81), capital of the island. In La Gomera, the amount was higher. Both islands went towards a subsistence economy with scarce connection with the outside, although in this last island there was several sugar mills. Most part of the slaves were located in the capital, San Sebastian, where in the 1680 census there were still 52 people, 5.36% of the census in that jurisdiction and in Hermigua, where there were sugar mills and numerous lands dedicated to vine, there were 62, 6.6% of the total. The number in Agulo, only two, 0.5% of the population, Alajero with two more, Vallehermoso, with 20, 1.75%, Chipude with 12, 2.27% (Díaz Padilla and Rodríguez Yanes 1990, 259-272), going towards a personal consumption economy and without big elements of social status, their number and percentage is noticeably lower.

After the conquest, Tenerife became the island with more population. In the 17th century, more than half already lived in the island. The existence of black slaves was almost immediate (Marrero Rodríguez 1966). In the city of La Laguna, the most populated of the Islands, 1,658 slaves were baptised between 1548 and 1599, from which 75.5% were called negroes and 10.6% were called *prietos* (Marcos Martín 1980, 16-19). Between 1650 and 1661 a total of 132 slaves was baptised, between La Concepcion and Los Remedios churches, while the number of deceased reached 328 (Rodríguez Yanes 1997, 853). In the second half of the 16th century, 15% of the baptised in La Laguna were slaves. In the port of Santa Cruz, the baptisms in the only church in the area indicate 4.14% of the baptised (Cioranescu 1977, 108). In 1779, in Adeje, the slaves and the liberated meant 5.7% of the total population in the town (Díaz Frías, 1999, 149). In Tacoronte, the slaves, mainly black or mulattos, constituted 2.39% of the baptised, with an average of 2.35 baptised slaves per year between 1676 and 1688 (Sánchez Herrero 1975, 273-274). We barely know studies for the thriving centres of Puerto de la Cruz, La Orotava and Garachico.

For the 16th century, Lobo Cabrera has counted 563 liberated slaves through notarial documents, which include both black, and *moriscos*, and which mean 28,69% of the slaves counted in that century by this author (Lobo Cabrera 1983, 26). We have been able to identify 171 more liberated slaves in Lanzarote and Gran Canaria for the period between 1621 and 1665.³ From those, 33.91% were black and 53.19% were mulattos, being the importance of liberated *moriscos* or Berber small in comparison to the 16th

³ This information is based on notarial record unpublished.

century. Something that was the same as the previous century is the fact that more women than men were liberated, 60.11% and 39.88% respectively. We have little information for what happened at the end of the 17th century and the 18th. In any case, the percentage of liberation was always significant since the 16th century, although it speeded up after the second half of the 17th century.

Their replacement index is low. Among the female Africans who have children, the usual case was to have one; in some areas it was almost 70% of the total. Replacement indexes between 1.1 and 1.4, also usual in other Atlantic geographies were common in the Canary Islands. In studies of sales from both the 16th century (Lobo Cabrera) and the 17th century (Bruquetas de Castro, Santana Perez) there is a majority of men against women, about 60% of men against 40% in women. However, this proportion equals and even leans in favour of the females in studies of partial baptisms, although there were a great number of new-born slaves here, who had similar percentages per sex as a norm. This would coincide with the situation in other cities with slaves, such as Cadiz (Morgado García 2013).

As a consequence of all this information, we estimate that the number of black slaves who came to the Canary Islands or who were born there between the late 15th century and the 19th century was around 14,000. Most of them would arrive between 1550 and 1640. This does not mean that all of them reached an old age and that their replacement index was normal: it was the opposite, since it was significantly low, so not all their genetic inheritance was transferred to the future generations. With all of this, the percentage of mulattos gradually increased and it speeded up significantly after 1640. We would have to incorporate a significant number of *moriscos* to this group, particularly relevant during the 16th century. Therefore, we are talking about a ‘society with slaves’ and not a ‘slave society’.

As a result of the studies about mitochondrial DNA and the Y chromosome, we know that in the current population the sub-Saharan contribution of mother’s lineages is greater than father’s, which indicates that although most of the slaves were males, their efficiency to incorporate to the Canarian population was lower than the females’. In the calculations about the mix of the current populations, sub-Saharan population constitutes only 3% of mother’s lineages, although the Tenerife population reached a significant 12% in the 18th century through the genetic characterisation of the mitochondrial DNA. Y chromosome analysis reduced those percentages to 6% in the 18th century and 1% in our days (Maca Meyer 2002; Fregel Lorenzo 2009/10, 175-80).

Año	Lanzarote	Fuerteventura	Gran Canaria	Tenerife	La Gomera	La Palma	El Hierro
1595			Teide 391 slaves 7-9%; Teror-Vallesco 20 adult slaves 4.71% (Rodríguez Calleja and Viera Ortega)				
1548-1599				En La Laguna 1.658 slaves 15% (Marcos Martín)			
1564-1700						2.910 baptized slaves 15.1% (Lobo Cabrera/ Quintana Andrés)	
Siglo XVII			1.956 sales of slaves (Lobo Cabrera)				
1600-1621			849 sales of slaves (Torres Santana)				
1601-1725			Las Palmas 8.69% (Lobo Cabrera and Diaz Hernández)				
1602-1800			Agüimes 140 slaves, 2.1% in 18 th century) and 0.7% in 18 th century (Suárez Grimón and Quintana Andrés)				
1605-1725			Teror 70 slaves 1.1% (Trujillo Yáñez)				
1618-1640	400 slaves-25% (Bruquetas de Castro)						
1618-1640		15% slaves (Santana Pérez)					
1621-1665			1.230 sales of slaves (Santana Pérez)				

Año	Lanzarote	Fuerteventura	Gran Canaria	Tenerife	La Gomera	La Palma	El Hierro
1650-1661				En La Concepción y Los Remedios 132 baptized slaves			
1667			6,478 black people and mortiscos (census) 281 slaves (Rivero Suárez)				
1680					San Sebastián 52 slaves 5.36%; Hermigua 62 slaves 6.6%; Agulo 2 slaves 0.5%; Alajeró 2 slaves; Vallehermoso 20 slaves 1.75%; Chipude 12 slaves 2.21% (Díaz Padilla and Rodríguez Yanes)		34 slaves (census)
1676-1688				Tacoronte 2.39% black and mulattos people (Sánchez Herrero)			
1ª/2 siglo XVII			Arucas 3.72%; Moya 5.10% (Rodríguez Calleja)				
1ª/2 siglo XVII			Arucas 2.78%; Moya 1.14% (Rodríguez Calleja)				
XVIII		2.5-5% slaves (Lobo Cabrera)					
1779				5.7% slaves and liberated (Nelson Díaz)			
1ª/2 siglo XVIII			Las Palmas 0.11% (Lobo Cabrera, López Caneda and Torres Santana)				

1 Estimated slaves in Canary Islands

We can differentiate several stages in the arrival of the sub-Saharan. Admitting that the first ones would arrive in the last decades of the 15th century, we can extend the first stage until 1570 approximately. Their number increases, especially after the second half of the 16th century, but the presence of the *moriscos* is still higher. The end of the *cabalgadas* to Barbary marks the end of the importance of the *moriscos* as slaves and the overwhelming amount of black people. It coincides in time with the peak of sugar export, which attracts slave workforce. It is the moment of construction of a new society after the conquest. In this first stage, most Africans come from the Rivers of Guinea, and via these Rivers, from their redistributing centre in Cape Verde, to which we have to add other areas such as Malagueta Coast, Magarobomba, Elmina, and Sao Tome, which redistribute at the same time toward the Gulf of Benin and Biafra.

The second stage takes place between 1570 and 1640. In this stage, the period of Iberian Union takes place. The arrival of sub-Saharan slaves is higher, not only in percentage, but also in number; it is the Golden Age of the arrival of black people to the islands. We estimate that more than half of the sub-Saharan, who arrived during the Modern era, came during this period. The Canary Islands are the start point of the Spanish expeditions to Africa and America. The cultivation of the vine replaces the sugarcane. Although the demand for slave labour is lower with wine production, slave imports remain flourishing. Cape Verde and Guinea stand out until approximately 1610, to the extent where, according to the customs performance books, 85% of the boats coming in between 1609 and 1610 came from the Canary Islands (Santos 1995, 37). We have to add the massive arrival of slaves from Angola after these dates (Santana Pérez 2015), a general trend, which was also present in other areas, such as the Hispanic Caribbean (Wheat 2016, 258).

Between 1640 and 1668 there are only a few sub-Saharan slaves who introduce in the Islands. The Golden Age of the slave trade in the Canary Islands is broken. International political instability significantly affects the possibilities of trade with Africa. The loss of Portugal and the difficulties to start the slave Atlantic trade can be felt in the Islands. The Crown looked at the Canarians' Portuguese partners with suspicion (Santana Pérez 2017) in their trips to Africa.

After 1668 until 1690, there is a slight recovery in the amount of sub-Saharan entering the Islands, but the previous number is never reached. The standardisation of obtaining slaves both with Portugal and other powers such as Holland or England makes that slave ships arrive regularly in the islands again. However, the Canarians were gradually less involved in this

trade. At the same time, the demand is also lower compared to how it was before 1640, the trade with Cape Verde changes, and slave import in the islands decreases (Duncan 1972; Andrade 1996; Pereira n.d.).

After 1690 and during the 18th and 19th centuries until the abolition of slavery in the Iberian Peninsula and the adjacent islands in 1837, the number of new slaves is almost insignificant, curiously coinciding with the peak of the Atlantic Slave Trade. The great majority of those baptised will be mulattos now. The population figures from before the conquest have been recovered in the Canary Islands, so there is no danger of wages or production costs being excessively high. In addition, we see the highest figures in vine crops, so slave workforce is gradually less needed. The fact of Canarians emigrating to America becomes a usual and everyday phenomenon.

Alienation, assimilation and daily life

The black people of the Canary Islands arrived being slaves, and even when they obtained their freedom, they were still under the stigma of slavery, poverty and race. They constituted one of the lowest groups in society. Even being a minority, their increasing number concerned the population, particularly the authorities, which feared that the Canary Islands could become one of the Antilles of the 17th century or the nearby Cape Verde (Klein 1986, 42; Teixeira 2004, 164-66; Andrés-Gallego 2005, 19; Soares 2013, 20-22), where the population, black or mulattos, was a majority. They were also worried that the privileges of the white people against the black people were in danger, especially the privileges of the dominant groups. The appreciation of the arrival process of Africans was greater compared, at the same time, to the number of white populations who emigrated to America on a regular basis, searching for better opportunities. Since the beginning of the 16th century, in 1536, the Governor Bernardino Ledesma, complaining and exaggerating said: 'in this island of Gran Canaria, there are more Berber and negro slaves than citizens' (Lobo Cabrera 1983, 44).

Black people were accused of organising possible riots and altercations of all kinds. It was believed that they were closely linked to crime. The idea of relating illegal activities to the Africans was not new, since it existed since the 16th century. These human groups were constantly blamed for stealing livestock and being highwaymen, as some official declared in the sessions of the Council of Tenerife.⁴ The fear of the citizens increased in

⁴ Archivo Municipal de La Laguna [AMLL], Acuerdos del Cabildo, Tercer Libro Capitular, 7-VIII-1525, Folio 34 r.

the darkness of the night. The officer don Pedro de Ocampo made these accusations and some others in one of his explanations to the Tenerife Council in the decade of the 80's of the 17th century.⁵ Essentially, this consideration was a hidden way of consolidating the established hierarchy and social system, reminding the lowest social groups their condition of subjection, so that they did not break the rules of the game; generalising, they were accused of being out of the prevailing social structure, which meant distance in their capacity of decision regarding political subjects; this is, an ideological defence against these dispossessed groups with which white people had to live.

Part of the apprehension against the Africans came from the suspicion that they kept practising their old religion, since converting to Catholicism was an essential condition imposed to both free citizens and slaves. They had to be baptised and educated in the 'true' Catholic faith, but this education was not always present in their owners. In addition, being Catholic did not guarantee freedom, since the slaves had been earned by 'fighting with loyalty', and therefore, they and their descendants belonged to their masters until they changed their mind. According to Catholic theologians and thinkers, slavery had its origin in sin. It was considered legal and legitimate, in conformity with nature and laws, admitted by the Holy Scriptures, by the Church, by civil and canon law, and by the customs of many cultures, although diverse authors believed that the slavery of the majority of black people was unfair, since it did not adjust to wars promoted by reason and right, but it was based on captures through tricks and traps (Garía Añoveros 2000, 206-14). The truth is that the sum of black and mulatto women was the majority of the reported by the Canarian Inquisition for the crime of sorcery and witchcraft between 1499 and 1714, 19.64% and 25,86% respectively from differentiated ethnic groups, compared to whites, gypsies, Canarian indigenous, Jews and moriscos, with lower percentages (Fajardo Spínola 1992, 323-24).

Another fear when buying them from foreigners (mainly from Portuguese, English and Dutch) was contributing to the release of the always-scarce money in the islands, silver export and smuggling promotion, absolutely against the mercantile policy prevailing at that moment. In addition, the increase of population caused by introducing Africans, made them think that the wheat would not be enough for the rest of the citizens.⁶

⁵ AMLL, Exposiciones de Personeros, booklet 6, without fol..

⁶ AMLL, Exposiciones de Personeros, booklet 6, without fol..

Slavery and perceptions of Africanness had an influence in many aspects of life. In ‘racial purity’, these races coming from Africa were seen as being inferior, since they did not have clean blood like the old Christians.⁷ Calling an authority negro or *morisco* could be the object of a report for harm and slander. This distinction was aimed to consolidate the criterion of hierarchy and prevalence of the old Christians against the new ones inside the Ancien Régime society. As José Antonio Piqueras points out, coercion is based on punishment and psychological deprivation (Piqueras 2011, 153).

The fact that they came from far-off lands in unhealthy conditions after the voyage, the frequent existence of epidemics (although they were not introduced by sub-Saharan Africans) caused them to be considered guilty of introducing diseases. The authorities tried to do their best with the health examinations of those coming from Africa in the ships. The Councils took these measures, in which the slaves were examined one by one. These exams are valuable as historical source because the authorities asked how many people had died during the voyage.⁸ Death reached those who were less strong, such as children, the elderly and the ill. The descriptions of child death in the crude official documents about the physical exams are still moving.⁹ In the ship called *La Cargadora de leche*, which arrived in Gran Canaria from the Elmina fortress in 15th October 1652, many slaves had died without being baptised.¹⁰ The conditions were harsh during the voyage, since apart from overcrowding, the cold and the diseases, the slaves were subject to physical abuse by their captors, which included the lack of food

⁷ AHPLP, Cala Valdés, Domingo de, leg. 1.494, year 1700, fols. 97 r.-98 v. 13 January 1700, captain don Rodrigo Marin de Cubas, perpetual alderman of Gran Canaria, answered some questions regarding blood cleaning about Pedro Lopez saying that ‘his ancestors were old Christians with a lineage free of all the bad races, such as Jews, Moorish, negroes, mulattos and those who just converted to the Catholic Holy Faith’.

⁸ AMLL, Sanidad, 2, booklet 9, s./fol. In 1700 the ship *El Sol* arrived in the Santa Cruz de Tenerife port, with 40 black people, and since they left from Cape Verde, only two had died, one of them aged 5.

⁹ AMLL, Sanidad, 2, booklet 6, s./fol. Juan de la Fuente, when coming back with his ship from Cacheo and Guinea Rivers stated that out of the 100 slaves that he brought, about 12 had died, due to the cold weather, and they were all infants.

¹⁰ Archivo del Museo Canario [AMC], Fondo de la Inquisición, expediente XVI-6, s./fol. In the interrogation carried out by the Inquisition on Pedro Lunque, merchant of the ship, the Dutch consul and several witnesses, the emphasis is placed on the necessity of the baptism of the slaves before they die, in which they were sold to Catholics and in the proper registration of the merchandise.

(Torres Santana 1989, 775).¹¹ The conditions of those who survived the voyage were pitiful, to the point where emergency baptisms were made in the Canary Islands for those who could die in the following hours.

Despite this situation of control and alienation, integration took place, but not at an equal level. The Africans would end up by mixing with the rest of the Canarian population. In the way, they would lose their language, their religion, their customs and the greatest part of their culture. There are very few words left in the Canarian popular dialect with sub-Saharan origin (for example, *bemba*, *cachimba*, *guasa*, *macuto*, *ñame*, *tangana*, *tonga*). In this sense, we should talk about assimilation, more than integration. Their presence appears in the abundant toponymy referring to them. Terms like *la negra*, *el negro*, *el mulato*, *la mulata*, and *Guinea* are relatively abundant in the Canary Islands. The population did not only have illegitimate children with Africans, but marriage between races in the low social classes became relatively normal. Mixed-racial sexual unions became a constant and a main feature in the new Canarian society. Even in the 19th century, visitors like Olivia Stone, the French anthropologist René Vernau or writers like Jules Verne in his novel *The Thompson Travel Agency* mentioned the black village in the Southeast of Gran Canaria, which actually was a place with black and mulatto elements, which still existed around the area of the Tirajana gully. Also, we have photographs of the late 19th century of mulatto people, as we know for the case of La Palma or Gran Canaria.

Worrying about the slaves' good living conditions was not a priority among the Canarian institutions. Slavery was an old phenomenon, which had existed in the Canary Islands since the very same moment of the conquest, and questioning it was not worth it.

Feelings like rootlessness, sense of loss, fear and impotence were present in this sector of society. Although the voice of the defeated is rarely considered, some testimonials talk about this difficult relationship. In 1659, the captain Francisco Ortiz de Padilla, citizen of Las Palmas, had given the letter of freedom to a female slave called Gregoria, who, according to him, would not stop slandering him, so he requested the justice to revoke the letter of freedom.¹² The owner's argument was that the slave owed should respect him after being released. However, this woman decided to settle past accounts endangering their own freedom. More frequent was that the

¹¹ Francisco de La Cruz, the court Clerk of Gran Canaria, sued Domingo Gonzales in the early 17th century for being the grand master of a ship that came from Cape Verde, where five slaves had died for not having fed them.

¹² AHPLP, Moya, Francisco de, leg. 1.207, año 1659, Gran Canaria, fol. 434 r.v.

negotiation between the owner and the slave to obtain his freedom will not come to fruition, with the consequent feeling of helplessness on the part of the person who wanted to achieve their freedom.

Apart from liars (their word meant nothing compared to a free man's), thieves and fond of running away, they were branded as sleepyheads and unwilling to work, arrogant, troublemakers, weak-bladdered, gamblers, fond of bad habits, sodomites, whores and heavy drinkers. Precisely, and despite the prohibition of buying without their master's permission, alcoholism must have been a constant way out to this life of alienation.

A slave received more punishments for the fact of being a slave, and most of the times it involved corporal punishment, lashes, apart from others such as exile or fines. In 1531, the decrees of Gran Canaria Council established that any slave without a license, who was found out of his house at night, after the sound of the bell, would be sent to prison and receive 50 lashes tied up to the whipping post. They could not meet for a meal or to go dancing during the day or at night; they could not own a house either and sleeping out of their master's home was not allowed. Those who ran away had to be captured, taken to prison and be whipped (Morales Padrón 1974, 43). This way, in Tenerife, in 1522, the council admitted that the slaves did more harm at night than during the day, so in La Laguna and La Orotava the council ordered to ring the bell as a curfew so the slaves were not on the streets, unless they came from outside towards their master's farm. Those who were captured had to be taken to a prison cell and be released in the morning by paying 30 *maravedis* (Serra Rafols and De la Rosa 1986, 128).

Some foreign travellers witnessed the violence that the Spanish and Portuguese used against their slaves in the Atlantic colonies in the 16th century, particularly in the Canary Islands. One of them was the Frenchman André Thevet, who in the middle of the 16th century wrote about the slaves in the descriptions of the Canary Islands that 'they were very harshly treated by the Spanish, especially by the Portuguese, even worse than if they were among Turkish or Arabs. I have to say it because I have seen how bad they were treated' (Pico and Corbella 2000, 22).

The mark of their masters was another usual way of violence. Different types of marks were branded, most of the times it was the owner's initial, in different parts of the body such as their chest or their face. In December 1652, Francisco Hernández Ramos, citizen of Las Palmas, sold a mulatto slave called Amaro, aged 22 or 23 to Gaspar de Aponte Jimenez, citizen of Garachico for 1450 real. This slave had a property mark on his face; he had run away and he was not in his master's possession, with the condition

that he did not stay in Gran Canaria.¹³ The slave was considered a thing for which the owner had the right to mark his property. In various cities of Spain the habit of marking them was common (Morgado García 2013, 212-13).

After the Council of Trent, there was an insistence regarding the family's inviolability, even if they were slaves. The Church admitted that the Africans had an immortal soul and they were given the right to receiving the sacraments, recommending a good treatment to the slaves and manumission, although legalising the relationship and advising the slaves to accept their condition as a way of penitence (Romero Pellitero 2013, 129). In the bishop Don Cristobal de la Camara y Murga's Synodal documents, he insisted that the masters did not stop slave marriages, which indicates that some of them were already doing it in that moment. The problem for the Church was cohabitation. For the masters who did not follow the law, the punishment was the excommunication (Cámara y Murga 1631, 123). Although the Church insisted in the fact that marriages or young children were not separated, it was not always like this, and in some cases, the babies or youngest children were rapidly separated from their mothers. In November 1647, Agustina Ramírez, citizen of Guia, said that she owned a black female slave called Maria, who had had 3 mulatto children, and the youngest of them called Miguel, 3 months old, was given to Salvador Perez, her brother-in-law and his wife Ana de Betancor.¹⁴

Some slaves rebelled against the oppression and confronted their masters. One of them, Diego, a black slave, went to Las Palmas prison for hurting his master Martin Hernandez.¹⁵ It was relatively frequent to find slaves who were in prison in the moment of their sale, in many cases for common crimes. The runaway slaves were called rebels, who were relatively common in the early 16th century. Many of them acted in organised groups, endangering properties, especially livestock, concentrating in the mountainous and wooded areas of the interior of the island. Although most of them were natives, soon other black people followed their path. In January 1519, the Tenerife Council confirmed that many criminals and white and *prieto* slaves had risen up and were still rising up on the island, causing a great damage, so the council had to provide an officer to take the slaves (Serra Rafols and De la Rosa 1986, 21-22).

¹³ AHPLP, Ascanio, Luis, leg. 1.263, year 1652, fols. 369 v.-370 r.

¹⁴ AHPLP, Moya, Francisco de, leg. 1.201, año 1647, fol. 181 r.v.

¹⁵ AHPLP, Leal Camacho, Juan, leg. 1.107, año 1641, fols. 187 v.-188 r.

The daily life was also full of violence. Any moment was good to remind the African inferior level and their second-class, impure nature. We know that on 3 April 1602, after a group of black people and free ones paid for the image of Benedict the Moor, they attended the service in San Francisco, before the preacher Fray Fabian de Casanova, who told them from the pulpit that this festivity was not pleasant to God because it was created with the money the slaves stole from their masters. The Africans' reaction was to move the image to El Salvador church, celebrating the festivity there in successive years (Marín González 1999, 66). These incidents were not isolated and similar episodes also occurred in other parts as in Andalusia, where the civil and religious authorities used racist terms in the usual way towards the emancipating will of the slaves (Stella 2000, 127). Some of the slaves who were punished by their masters, for example with lashes, ended up dead when their master could not control his fury attacks. Insults, slaps and humiliations must have been their daily life. This is what happens with captain Gonzalo de Quintana, notary of the Holy Office, who gave his authorisation to Domingo de Olivares in Lanzarote so that, appointing him steward in his farm, could order, rule and whip his servants and slaves (Bruquetas de Castro 1995, 100).

Canarian mills had a limited number of workers, which did not usually exceed forty. Generally an important part of workers were slave workforce, but there were other combined relations of production, such as wage earners or sharecroppers. However, according to what we know from the studies about the slaves in the mills, it seems that the majority of them were black (Viña Brito 2006, 378). Also, we have to take into consideration that most part of the Canarian population did not work in the sugar cane crops in this moment, even if it was the main product for exportation, since other exportation and subsistence products had an important place in terms of professional occupation.

A great number of slaves was still demanded once the sugar crops start decreasing or in islands where there were no mills. The most populated areas and the places where the groups with more resources in the islands lived were those that demand a greater number and percentage of slaves. This was so because a great amount of the Africans worked doing craftsmanship activities or domestic service. However, it is true that we find them practically in all sectors, although the sectors related to the sea had their doors closed most of the time. On the contrary, in interior areas, dedicated to self-sufficiency crops had a lower demand of slave workforce, although in the cereal-producing islands, like Lanzarote, it was frequent to find them in the fields.

Some citizens, and not only the wealthiest ones, sometimes had more than ten,¹⁶ and it was not infrequent that many of the masters had between three and five, although there were many masters who only owned one single slave, particularly the middle-class groups. They were considered capital, although humans with a soul, whose possession generated wealth, and they could even solve some economic problem their master could have.¹⁷

The slaves were forced to do the hardest tasks. However, among those jobs, the executioner one stands out. In 1532, the Tenerife Council forced a black slave called Pedro to do this task. This slave had been accused of being a thief, deserving, according to the council, sentence to death by hanging, so he escaped from prison and withdrew in Santo Domingo monastery and in order to replace the death sentence and other corporal punishments, the friars were asked to hand him over, being sentenced to being an executioner for life (Serra Rafols and De la Rosa 1986, 361). This option of turning slaves into executioners was not new, because in 1519 the slave Juan de Castilla, owned by Francisco Díaz, was forced to do that job, indicating a three-gold *dobla* salary per year in thirds for the master (Serra Rafols and De la Rosa 1986, 24).

Black people were present in all the aspects of daily life in the 16th and 17th centuries. It was practically impossible not to find them in the main population centres. They were also present in written documents, on the charters to bring them from the African continent or in the Inquisition processes, in the council decrees, protocol books related to their sale or auctions, wills, donations, in their land purchase and artisan work.

From the 16th century, slave trade had been used to pay for some fortification works, like the walls enclosing Las Palmas, since in 1576 Philip II had authorised the shipment and sale of captives to America in order to finance them (Herrera Piqué 1984, 92). This strategy was carried out afterwards in order to build this type of works. La Palma obtained the favour of 500 slave licenses and with those benefits the island could have a quay in Santa Cruz de la Palma port, a tower in La Caldereta and the money left

¹⁶ AHPLP, Mirabal Rivero, Bartolomé, leg. 1.193, year 1658, Gran Canaria, fol. 422 v. In an advanced year as 1658, Diego Rodríguez Travieso, citizen of Arucas, declared having 10 slaves, black and mulattos: Francisco, Juana, Francisco, Luis, Silvestre, Lucia, Paula, Esteban, Juan y Maria.

¹⁷ AHPLP, Monguía Betancourt, Juan, leg. 2.747, year 1643, Lanzarote, fol. 238 r. In his will, in August 1643, Pedro de Cabrera Betancor, citizen of Lanzarote, declared that when he got married, he received as dowry a Little slave called Simon, aged 10, who he had to sell 10 or 12 years ago, due to his need to subsist because of all the bad years that Lanzarote and Fuerteventura had.

could be used in fortifying the island.¹⁸ In 1669, the Count of La Gomera asked the authorities in the mainland to be provided with the granted permission as a cost allowance, in order to get 100 black people in Angola or Cape Verde and sell them in New Spain. With the benefits obtained, he wanted to contribute to the island's fortification; however, this request did not cause any interest (Rodríguez Vicente 1985, 388-89). Without doubt, the slave trade was so profitable that it occasionally allowed financing expensive constructions, such as defence ones.

Many of the slaves grouped around religious brotherhoods, standing out Nuestra Señora del Rosario and San Sebastian in the islands, where they could mix among equals, protected by a religious tradition (Alemán González 2012, 1.443-46). El Salvador church in Santa Cruz de La Palma, in one of the relevant chapels, the *Cristo de los Mulatos* is watching over, called this way by the Brotherhood, the Mulattos, who took looked after him. We believe that mulattos mainly constituted this brotherhood, descendants of African slaves settled in the islands between the 16th and the 17th centuries. In fact, several mulatto and black people brotherhoods existed in the islands.

Black representations, and particularly African ones in Canarian churches and chapels are significant. We can estimate that this is the richest region regarding these types of images in Spain, together with Andalusia in relation to the population. Images of black Africans are reflected in both positive and negative ways. It is true that there are many images of black Balthazar, Benedict the Moor, or the black Virgin Nuestra Señora de Regla, but in other paintings and sculptures there are black people burning in hellfire, in daily scenes working in domestic service or even as a devil, which sometimes has black skin, while he is defeated by the Archangel (Devisse and Mollat 1979; Aponte Ramos 1992; Morabito 2000; Martín Casares and García Barranco 2010; Vincent 2010; Méndez Rodríguez 2011).¹⁹ In any case, the abundant black community in the islands caused fear and they had to be reminded of their social position, within the lowest social groups.

In La Encarnacion church in La Palma there is an image of Baby Jesus, surrounded by gold vegetal rinceaux that carry a series of angels. Although it is not an African representation, this image was a donation made by a

¹⁸ Archivo General de Simancas [A.G.S.], Guerra y Marina, leg. 339, 536.A part of these licenses were sold by Hernan Rodríguez Perera, citizen of Seville, in that city and in others by Juan de Alarcon.

¹⁹ This type of representations is also common in the rest of Spain, along with others such as the 'Miracle of San Cosme and San Damiano'.

freed female slave called Francisca del Rosario. This image had a name on it, Joseph Lvis del Rossario, Francisca's son. 14 July 1737 this freed woman declared, before dying, that her son had given her an image of Baby Jesus with a gold portable platform before embarking for Campeche, and her last will was to give the image to the patron of La Encarnacion church (Pérez Morera 1994). This image could date back to the early 18th century and it would also be a proof of the integration of African people in La Palma, as well as the assimilation of Christian religious beliefs and their use as a way of increasing their level or social reaffirmation.

Some African music and dances had also an influence in the Canarian music and dances, some of them with a strong sensual content, like the 'pampano roto', which was danced in the Southeast of Gran Canaria and has always been related to the presence of Africans on the island. *Gurumbe* and other African music were listened by Eugenio Salazar, governor of the Canary Islands, played by militiamen with African origin between 1567 and 1573 (Swiadon 1998, 133-47). These types of music were not the only ones heard and seen in the islands at all.

Conclusions

The sub-Saharan population of the Canary Islands meant the fourth essential population contribution to the new Canarian society, together with the already existing native population, the Europeans and the North Africans. After the second half of the 16th century, their number was higher than the North Africans'. Because they formed a group who had been brought in a violent way, characterised by the stigma of slavery and negritude, their social position was low, which together with the fact of being a minority, gave them scarce opportunities for social advancement.

We have estimated that the number of black people who arrived or who were born in the islands during almost four centuries is 14,000, although the low replacement rates made impossible preserving the legacy of all of them. The early-started mixed-racial sexual unions made that the number of mulattos increased, particularly after 1640. It is precisely the time between 1570 and 1640 when more sub-Saharans were brought and when their percentage is higher as a population group. It will be in the late 17th century when their demand decreases almost definitely, and therefore, their number and percentage reduces dramatically.

Their contribution to Canarian life was important, not only as work-force both in the fields, and especially in the production of sugar cane,

the craft industry and domestic context, but also in other aspects of the everyday and cultural life (cost of defence buildings, dance, music, words, images, participation in brotherhoods and religious manifestations, toponymy, etcetera). There would not be a Canarian society the way we understand it nowadays without the existence of that African population.

The assimilation was early, keeping after the appreciated freedom a low social position. The presence of slaves was very residual for the 18th century, but black people and mulattos still lived in the islands until the total miscegenation with the white majority.

Manuscript Sources

Archivo de Acialcázar [AA]

Obispado 1.

Archivo General de Simancas [A.G.S.]

Guerra y Marina, leg. 339.

Archivo Histórico Provincial de Las Palmas [AHPLP]

Leg. 1.083 (1628), leg. 1.107 (1641), leg. 2.747 (1643), leg. 1.201 (1647), leg. 1.263 (1652), leg. 1.193 (1658), leg. 1.207 (1659), leg. 1.494 (1700).

Archivo Municipal de La Laguna [AMLL]

Acuerdos del Cabildo, Tercer Libro Capitular.

Exposiciones de Personeros, booklet 6.

Sanidad, 2, booklet 6 and 9.

Archivo del Museo Canario [AMC]

Fondo de la Inquisición, expediente XVI-6.

Printed Sources and Bibliography

ALEMÁN GONZÁLEZ, Francisco Héctor. 2012. *Estudio de las interacciones mentales, económico y sociales en la Gran Canaria de la Edad Moderna. Un proceso de conformación: Las cofradías y las hermandades*, tesis inédita. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

ANAYA HERNÁNDEZ, Luis Alberto. 2006. *Moros en la Costa. Dos siglos de corsarismo berberisco en las Islas Canarias (1569-1749)*. Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, UNED.

ANDRADE, E. Silva. 1995. *Les Îles du Cap-Vert de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1640-1975)*. París: L'Harmattan.

ANDRÉS-GALLEGO, José. 2005. *La esclavitud en la América española*. Madrid: Encuentro Ediciones, Fundación Ignacio Larramendi.

APONTE RAMOS, Dolores T.. 1992. *La representación del africano subsahárico en el discurso colonial, 1450-1618*, University Microfilms International. Northwestern University.

- BRUQUETAS DE CASTRO, Fernando. 1995. *La esclavitud en Lanzarote 1618-1650*. Madrid: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- CÁMARA Y MURGA, D. Christoual. 1631. *Constituciones Synodales del Obispado de la Gran Canaria, y su santa iglesia, con su primera fundación, y traslación, vidas sumarias de sus obispos, y breve, relación de todas siete Islas*. Madrid.
- CIORANESCU, Alejandro. 1977. *Historia de Santa Cruz de Tenerife I 1494-1803*. Santa Cruz de Tenerife: Caja General de Ahorros de Santa Cruz de Tenerife.
- DEVISSE, Jean, and Michel Mollat. 1979. *L'image du noir dans l'art occidental. II, 2, Les africains dans l'ordonnance chrétienne du monde (XIVe-XVIe siècles)*. Paris: Bibliothèque des Arts.
- DÍAZ FRÍAS, Nelson. 1999. *La Historia de Adeje*. Santa Cruz de Tenerife.
- DÍAZ PADILLA, Gloria, and José Miguel Rodríguez Yanes. 1990. *El señorío en las Canarias Orientales. La Gomera y El Hierro hasta 1700*. Santa Cruz de Tenerife: Cabildo de El Hierro, Cabildo de La Gomera.
- DUNCAN, T.B. 1972. *Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in seventeenth century commerce and navigation*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- FAJARDO SPÍNOLA, Francisco. 1992. *Hechicería y brujería en Canarias en la Edad Moderna*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- FREGEL LORENZO, Rosa Irene. 2009/10. *La evolución genética de las poblaciones humanas canarias: determinación mediante marcadores autosómicos uniparentales*. Universidad de La Laguna. <ftp://tesis.bbt.ull.es/ccppytec/cp330.pdf>.
- GAMBÍN GARCÍA, Mariano. 2015. *La Torre de Santa Cruz de la Mar Pequeña. La huella más antigua de Canarias y Castilla en África*. Santa Cruz de Tenerife: Le Canarien Ediciones.
- GARCÍA AÑOVEROS, Jesús María. 2000. *El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- HERRERA PIQUÉ, Alfredo. 1984. *Las Palmas de Gran Canaria*. Madrid: Rueda Editorial.
- KLEIN, Herbert S. 1986. *La esclavitud africana en América Latina y el Caribe*. Madrid: Alianza.
- LOBO CABRERA, Manuel. 1982. *La esclavitud en las Canarias Orientales en el siglo XVI (negros, moros y moriscos)*. Santa Cruz de Tenerife: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- LOBO CABRERA, Manuel. 1983. *Los libertos en la sociedad canaria del siglo XVI*. Madrid-Tenerife: Instituto de Estudios Canarios, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- LOBO CABRERA, Manuel. 1993. "La esclavitud en Fuerteventura en los siglos XVI y XVII." *V Jornadas de Estudios sobre Fuerteventura y Lanzarote*, Tomo I. Puerto del Rosario: 13-40.
- LOBO CABRERA, Manuel, and Ramón Díaz Hernández. 1984. "La población esclava de Las Palmas durante el siglo XVII." *Anuario de Estudios Atlánticos*, N^o 30: 157-316.
- LOBO CABRERA, Manuel, Ramón López Caneda, and Elisa Torres Santana. 1993. *La "otra" población: expósitos, ilegítimos, esclavos (Las Palmas de Gran Canaria. Siglo XVIII)*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- LOBO CABRERA, Manuel, and Pedro Quintana Andrés. 1997. *Población marginal en Santa Cruz de La Palma, 1564-1700*. Madrid: Ediciones La Palma.
- MACA MEYER, Nicole. 2002. *Composición genética de las poblaciones históricas y pre-históricas humanas de las Islas Canarias*. Universidad de La Laguna. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/cittes?info=link&codigo=1089&orden=102166>.
- MARCOS MARTÍN, Alberto. 1980. "La esclavitud en la ciudad de La Laguna durante la segunda mitad del siglo XVI a través de los registros parroquiales." *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 2: 5-36.
- MARTÍN CASARES, Aurelia and García Barranco (comp.). 2010. *La esclavitud negroafricana en la Historia de España siglos XVI y XVII*. Granada: Editorial Comares.
- MARÍN GONZÁLEZ, M.Á. 1999. *La historia de Santa Cruz de La Palma*. Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria.
- MARRERO RODRÍGUEZ, Manuela. 1966. *La esclavitud en Tenerife a raíz de la conquista*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Luis. 2011. *Esclavos en la pintura sevillana de los siglos de Oro*. Sevilla: Universidad de Sevilla-Ateneo de Sevilla.
- MORABITO, Vittorio. 2000. "San Benedetto il Moro, da Palermo, protettore degli africani di Siviglia, della penisola ibérica e d'America latina". In *Negros, mulattos, zambaigos: Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, edited by Berta Ares Queija and Alessandro Stella. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MORALES PADRÓN, Francisco. 1974. *Ordenanzas del Concejo de Gran Canaria (1531)*. Sevilla: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- MORGADO GARCÍA, Arturo. 2013. "The Presence of Black African Women in the Slave System of Cádiz (1650-1750)." *Slavery & Abolition. A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, vol. 34, issue 1: 61-76.

- MORGADO GARCÍA, Arturo. 2013. *Una metrópoli esclavista. El Cádiz de la modernidad*. Granada: Editorial Universidad de Granada.
- PEREIRA, D.A. n.d. *A situação da ilha de Santiago no 1.º quartel do século XVIII*. Praia: Alfa-Comunicações.
- PÉREZ EMBID, Florentino. 1948. *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Seville: Escuela de Estudios Hispano Americanos de Sevilla.
- PÉREZ MORERA, J. 1994. “El patronazgo de los señores.” In *La cultura del azúcar: los ingenios de Argual y Tazacorte*, edited by Ana Viña Sosa. La Laguna: Cabildo de La Palma.
- PICO, Berta, and Dolores Corbella (Dir.). 2000. *Viajeros franceses a las Islas Canarias. Repertorio bio-bibliográfico y selección de textos*. Instituto de Estudios Canarios.
- PIQUERAS, José Antonio. 2011. *La esclavitud en las Españas. Un lazo transatlántico*. Madrid: Catarata.
- QUINTERO REBOSO, Carlos. 1997. *El Hierro. Una Isla singular. Historia. Costumbres. Leyendas. Geografía,...* Santa Cruz de Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria.
- RIVERO SUÁREZ, Benedicta. 1992. “La población de Vegueta (Las Palmas de Gran Canaria) a finales del siglo XVII”, *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, N.º 0: 67-78.
- RODRÍGUEZ CALLEJA, Jesús Emiliano. 2007. *La población de Arucas y Moya en el siglo XVII*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- RODRÍGUEZ CALLEJA, Jesús Emiliano, and Alfredo Jesús Viera Ortega. 2007. *La población de Telde en el s. XVI*. Telde: Ayuntamiento de Telde, Caja Rural de Canarias.
- RODRÍGUEZ VICENTE, Encarnación. 1985. “Un proyecto de participación canaria en el comercio de negros con América española, 1785.” *V Coloquio de Historia Canario-Americana (1982). Coloquio Internacional de Historia Marítima*, tomo IV: 383-394.
- RODRÍGUEZ YANES, José Miguel. 1997. *La Laguna 500 años de historia. La Laguna durante el Antiguo Régimen. Desde su fundación hasta finales del siglo XVII*, tomo I. La Laguna: Ayuntamiento de San Cristóbal de La Laguna.
- ROMERO PELLITERO, Pablo. 2013. “Legitimaciones de la esclavitud. Iglesia y racismo”. In *Historia Atlántica e investigación en el aula*, edited by E. Botella Ordinas verdaderomanual.wikispaces.com/.../historia%2Batlantica%2Be%2Binves...

- RUMEU DE ARMAS, Antonio. 1956. *España en el África Atlántica*, tomo I. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SÁNCHEZ HERRERO, José. 1975. "La población de las Islas Canarias en la segunda mitad del siglo XVII (1676 a 1688)." *Anuario de Estudios Atlánticos*, nº 21: 237-418.
- SANTANA PÉREZ, Germán. 2000. *Mercado local en las Canarias Orientales durante el reinado de Felipe IV*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- SANTANA PÉREZ, Germán. 2015. "El comercio hispano con Angola durante el periodo de unidad de la Corona española." In *Comercio y cultura en la Edad Moderna. Actas de la XIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna*, edited by Juan José Iglesias Rodríguez, Rafael M. Pérez García and Manuel Francisco Fernández Chávez. Sevilla: 897-912.
- SANTANA PÉREZ, Germán. 2017. "Acción española y plazas atlánticas portuguesas en África tras la independencia portuguesa: lealtad, ruptura o interés." *Estudios Ibero-Americanos*, v. 43, n.1: 159-171.
- SALAFRANCA ORTEGA, Jesús F. 2004. "La cuestión de las cabalgadas canarias a Berbería." *XVI Coloquio de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria: 499-507.
- SANTOS, M. E. Madeira (Coord.). 1995. *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa-Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- SERRA RAFOLS, Elías, and Leopoldo de la Rosa. 1986. *Acuerdos del Cabildo de Tenerife*, vol. V, 1525-1533. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, Confederación española de Centros de Estudios Locales (C.E.C.E.L.).
- SOARES, Maria Joao Rodrigues. 2013. "De "baços e pretos" a "brancos da terra". A elite mestiça de Santiago de Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)." In *Mestiçagens e identidades. Intercontinentais nos espaços lusófonos*, edited by Manuel Lobato and Maria de Deus Manso. Braga: NICPRI.
- SOSA, Fray José. 1994. *Topografía de isla afortunada de Gran Canaria*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria.
- STELLA, Alessandro. 2000. *Histoires d'esclaves dans la Péninsule Ibérique*. París: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SUÁREZ GRIMÓN, Vicente J., and Pedro C. Quintana Andrés. 2003. *Historia de la villa de Agüimes (1486-1850)*, tomo I. Agüimes: Ayuntamiento de Agüimes.
- SWIADON, Glenn. 1998, "Los villancicos de negro: breve introducción al género", in *Dimensión Antropológica*, vol. 14: 133-147, <http://www.dimensionantropologica.inah.gob.mx/?p=1286>.

- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias. 2004. *A ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*. Lisbon: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa.
- TOLEDO BRAVO DE LAGUNA, Luisa, and Fernando Bruquetas de Castro. 1998. "La esclavitud en La Palma 1600-1650". *XIII Coloquio de Historia Canario-Americano*, Las Palmas de Gran Canaria: 2.260-70.
- TORRES SANTANA, Elisa. 1991. *El comercio de las Canarias Orientales en tiempos de Felipe III*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria.
- TORRES SANTANA, Elisa. 1989. "El comercio grancanario con Cabo Verde a principios del siglo XVII." *Actas do II Colóquio de História da Madeira*. Funchal: 761-778.
- TRUJILLO YÁÑEZ, Gustavo A. 2010. *Los otros terorenses. La población esclava de Teror (1605-1725)*. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart Ediciones.
- VAZ DO MACHADO, Margarida, Rute Dias Gregório and Susana Serpa Silva (coord.). 2013. *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*. Lisboa: CHAM.
- VIEIRA, Alberto. 1991. *Os escravos no arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VINCENT, Bernard. 2010. "Representaciones del negro en la Península Ibérica. Siglos XV-XVII." In *Violencia y conflictividad en el universo barroco*, edited by Julián José Lozano Navarro and Juan Luis Castellano. Granada: Editorial Comares.
- VIÑA BRITO, Ana. 2006. "La organización social del trabajo en los ingenios azucareros canarios (siglos XV-XVI)". *La España medieval*, 29: 359-381.
- WHEAT, David. 2016. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.

Questioning frontiers and comparing perspectives: noble archival practices in the Iberian Peninsula (15th-19th centuries)

Maria João da Câmara*

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 137-162. ISSN 0874-9671

Resumo

Na Península Ibérica foi produzido um número considerável de Arquivos de Família, também apelidados Arquivos de Nobreza. Este artigo visa compreender se existiram, no universo peninsular destes arquivos, diferenças significativas entre produção, conservação e inventariação de documentos. Relacionando a origem destes acervos com a disseminação e adopção do regime do morgadio, comparámos as diferentes práticas arquivísticas da nobreza em Portugal e em Espanha. Explanando alguns temas-chave como a nobreza ibérica e a configuração dos seus arquivos, bem como a relação dos arquivos com o poder, a memória e a perpetuação linhagística, coloca-se em questão a existência de fronteiras nos reinos ibéricos relativamente às práticas arquivísticas da nobreza.

Palavras Chave: Arquivos de Família; Portugal; Espanha; Práticas arquivísticas; Nobreza.

Data de submissão: 10/01/2018

Data de aprovação: 26/06/2018

Abstract

Iberian world produced a considerable number of nobility's archives, some of them kept by families until today. Connecting the origin of nobility's archives to family entail, we did a preliminary study to compare some nobility's archival practices both in Portugal and Spain. This paper's goal is to understand if there were significant differences in the Iberian Peninsula between production, keeping and inventorying documents. Explaining some key points like: Iberian nobility; configuration of noble archives; archives as a source of power; archive as memory and lineage perpetuation, we can also question "frontiers" between the Iberian reigns concerning nobility archival practices.

Keywords: Family Archives; Portugal; Spain; Archival practices; Nobility.

Date of submission: 10/01/2018

Date of approval: 26/06/2018

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. *E-mail:* mariajoaodacamara@gmail.com .

Questioning frontiers and comparing perspectives: noble archival practices in the Iberian Peninsula (15th-19th Centuries)

Maria João da Câmara

Europe was a diverse geographical space in which aristocratic models were exchanged continuously. Ignoring political frontiers, nobility spread a cultural model – a way of life and behaviour – that became recognized (and adulated) in places like Italy, France, Spain or Portugal (Carrasco Martínez 1993, 79).¹ Noble values like honor, fame, glory, family, or lineage were common to all European kingdoms. As regards the Iberian Peninsula, although nationalist authors used to emphasize the existing differences and the unquestionable antagonism between Portugal and Spain, modern historians consider the social Iberian space to be quite fluid and flexible insofar as nobility was concerned. For this reason, we narrowed our view to family archives in the Iberian Peninsula, although this frame can be adjusted to other geographies.

To be part of a noble family in the Iberian Peninsula meant having a lifestyle, a group culture, and a way of dealing with the family that did not depend on political or geographical frontiers. This group was shaped by its residences, properties, household-keeping, but also by patterns of marriage and descent, transmission of patrimony, and the social relations network that somehow linked Iberian nobility. These family paths crossed the political frontier; besides the kinship, cultural affinities, social and political relations held between them, the Iberian nobility also had properties and jurisdictions in different places and regions. Historians like Mafalda Soares da Cunha and Juan Hernández Franco (2010) agree that besides the institutional and political equality that we may find, there is a significant social sameness and connection, particularly where nobility is concerned. It is not difficult to find kinship between Spanish and Portuguese noble families, starting with the royal families of both kingdoms. The emphasis on the study of noble family paths, their kin and social relationships, is a useful way of understanding *ancien régime* society. This is true mostly because the noble family histories are relevant outside the context of nobility, not

¹ This ‘way of life’ finds its best expression in Baldassare Castiglione’s book *Il Cortegiano*, published for the first time in 1528 in Venice, translated into six languages across a number of editions along the sixteenth century.

only at a local level, but also further afield. This is true also because one of the practices that emerged between the fifteenth and the nineteenth centuries was the constitution of archives of noble families, in the Iberian Peninsula. In fact, these archives are one of the most valued sources for both historians and archivists to understand the society in which they were produced. This is particularly relevant because these archives are rare and, as present researchers are well aware, remain at risk of disappearing out of neglect from factors that include lack of awareness of the collections' historical importance, or dispersal amongst heirs.

In this paper, we will be questioning frontiers in the Iberian Peninsula by analysing the archival practices of some noble houses both in Portugal and Spain. In saying this, it is not our goal to compare Spanish and Portuguese noble families, titles, honors, or names, nor the archives themselves, but rather the actual practices that allowed the collection of documentation. Iberian nobility archives are quite unequal to each other in size, composition and preservation as well as in their historical relevance. The aim is to stress the fact that, despite the diversity of these archives, there are general practices which allowed for the production of specific groups of documents which would seem to appear in whatever collection from the Iberian Peninsula. We can generally identify different groups of documents, among documents of a patrimonial, genealogical, personal, and professional nature. The production of similar documents and similar archival practices across the Peninsula has shaped archives of nobility. Furthermore, we can see many kinds of resemblances inside the Iberian world, as Tamar Herzog has stressed (Herzog 2015).

In order to explain this point of view, we will look at the following: the Iberian nobility; the configuration of noble archives; these archives as a source of power; the archive as an instrument for the perpetuation and identification of lineages; the end of the *ancien régime* and its impact on family archives.

The Iberian Nobility. (Non-)Existent frontiers

Like the United Kingdom or the Holy Roman Empire, the Spanish Monarchy was a composite one, joining together under the authority of a king several regions with distinctive types of government, languages, customs, and territories. From 1473 different territories such as Aragon, Navarre, Flanders, Milan and Sicily, came to recognize the same king, but at the same time defended their own laws and privileges. In the case of Portugal,

it had been independent since 1143, but then became part of the Spanish Monarchy for sixty years (1580-1640). Nevertheless, as some authors have stressed, there were more differences between the north and south of Portugal or Spain, than between many Portuguese and Spanish neighbouring territories (Schwartz 2013; Cunha and Hernández Franco 2010).

In medieval times, the Christian *Reconquista* of the Iberian Peninsula offered to a military elite the possibility of becoming socially and economically powerful. As the kings were not able to subjugate the occupied territories sufficiently, they gave some parcels of it to valuable and loyal warriors or to military orders that could subordinate and control local communities and inhabitants with their own armies (Gómez Vozmediano 2007, 131). Although the unification of the two reigns had been a plan of both the Portuguese and Spanish kings on several occasions, as historians agree today, the plan never came through for reasons, such as increasing taxes, the opposition against Spanish authority, or the persistent and unresolved problems existing in the Portuguese empire (Schwartz 2003; Cunha 2010). Moving into the early modern age, government became more centralized and the king had greater control over his subjects, including the old noble families that had served the monarchy since the turbulent times of the past. The court, less itinerant and progressively centralized since the fifteenth century, became the centre of government. Most noble families moved near Lisbon or Madrid.

But this unequal society was not static. To serve the king and to attain his favour became one of the most important ways to rise up the social scale. In fact, the king was one of the key promoters of this scale. We can see, at the base of the pyramid of nobility, a wide range of privileged people (*fidalgos/hidalgos*) who did not work with their hands, who had a given family name and who therefore belonged to a lineage (Crawford 2014). These *fidalgos* could be important at a local level and hold peripheral military or administrative posts. Towards the top of this scale, noblemen occupied the most important military, diplomatic and administrative posts. Noblemen could also be part of the personal staff of the king's household or chamber with the unquestionable advantage of being in the monarch's proximity. At the highest level, these services could be paid for with (new) major military or diplomatic posts, counsellor offices, vice-kingdoms, local or imperial governorships and the corresponding benefits; with new *comendas* or *encomiendas*, more land, rents or rights of jurisdiction. A title of a military order was bestowed often, but the most sought-after was a title – of baron, viscount, count, marquis, or duke. For those who were awarded such a title,

their way of life really differed from that of the “common people”, not only in their clothes, consumption habits, or servants employed, but also in terms of the places they frequented, where they sat in church, and the place occupied in religious or public processions. In the lower layers of this “pyramid of nobility” there was greater social mobility and the top – title holders and grandees – tended to be rigid and more closed. The accumulation of titles and honors in the eighteenth century was quite common and in all ranks of Iberian nobility there was fierce competition over status (Cunha and Monteiro 2010, 51).

As the main source of benefits in the sixteenth and seventeenth centuries, the king’s service was responsible for most of the benefits awarded to nobility. The establishment of an obligation/chain of reward produced specific loyalties and responsibilities. Noble families needed the king’s favour to ascend in the social scale, and the king needed the services of loyal noble families in order to maintain his power and order over all subjects and territories.

Being and staying wealthy was a major requirement for the family to continue rendering good services to the king. After the end of the *Reconquista*, the source of wealth became more stable, predictable and controllable; primogeniture became the main reproductive strategy for the continuance of lineage because the number of descendants carried a distribution factor of wealth. The spread of the remarkable property entails in the Iberian world led to the gradual adoption of the male primogeniture, which, with its process of shaping lineage around its family name and manor under the authority of the father, promoted stability but also circumscribed co-residence and individual benefits, and thus allowed some families to become (and stay) stronger and wealthier. The firstborn male was the one to inherit the estate in order to maintain the patrimony of the lineage as it stood, thus providing for its own survival and being able to compete for the available resources and status (Boone 1986, 868). This system was adopted in several geographical and social layers of the Iberian world, such as Catalonia and the Basque Country, and although it was not exclusive to noble families (Casey 1998, 215-226) it became the main reproductive strategy. Documented since the middle ages, *morgadio* or *maiorazgo* was developed in the Iberian Peninsula during the sixteenth century and lasted until the nineteenth (Clavero 1974). As the *morgado* should pass from father to firstborn legitimate son, the social structure – and social reproduction – became strictly connected to family, kinship and lineage. A family could hold more than one *morgado* and many Iberian noble families

accumulated them, by inheritance or through the king's mercy. Yet, the establishment of a *morgado* required the king's permission; this was a way to control the power and wealth of the nobility. Not only properties but also offices and honors could be attached to an entail estate and became part of the family patrimony to be left to the descendants. In the Iberian Peninsula, the strict family discipline established a very particular economic and social system called *Casa* (household) (Monteiro 1998; Atienza Hernández 1987). The heir of a *Casa* was an administrator who did not really "own" the household. He – or she (Casaus Ballester 2004, 103-122) – should leave it to their heirs: it was the heir's duty to maintain this patrimony untouched and to increase both wealth and honors.

The relationships between families of the elite were based on the possibility of ascending mobility that one or two children (a bride to a more important family, or a groom to add honors or repute to another family) might provide. Against this background, we can easily understand that marriage covenants became a major concern in family strategy.

In the case of the eldest son, the aristocracy set up marriage covenants preferably inside the group (in a broad sense). These matrimonies allowed the integration of noble lineages from the crowns of Castile, Aragon, Italy, Flanders and Portugal. As a result, these families ended up being related by some kind of kinship (Alvariño 2006, 162). On the other hand, the heir of a *Casa* had some obligations towards his youngest brothers and sisters by providing them with some kind of subsistence. Usually the second sons were guided towards church careers, convents, military posts or offices in the king's local or central administration. As far as the daughters were concerned, they were mostly directed into celibate religious roles. Nevertheless, women had an important part to play in this society. We can see them managing the estate as widows, claiming for justice in court, or protecting their minor sons against the pretensions of other family members (namely brothers-in-law) towards the *Casa* (Coolidge 2011). They could also be a key element to family status. Mainly in the fifteenth and sixteenth centuries, if a daughter was meant to marry, the family would be required to choose for her a husband from the upper classes, clearly as an investment in a strategy of upwards social mobility (Cunha and Monteiro 2010, 51). Daughters were also encouraged to marry cousins to preserve family name. As the families saw their young daughters coming to the age of marriage dowries could be a problem: "From the later sixteenth century the dowries of the house of Gandia had reached their peak of 100,000 ducats, virtually twice the annual revenue of the estate." (Casey 1999, 147). On the other hand, some female

heirs with considerable patrimony might be the target of greedy aristocrats, like the Spanish count of Contamina. This landowner wrote a letter in 1740 to his wealthy cousin, Juan Agustín Mateo, informing him of the need to renew family bonds, by marrying his son to one of Juan Agustín's daughters. The letter closes with the following sentence: "The only thing left, is that you will let us know with which one of your daughters it will be" (Rubio Martín; Benedicto Gimeno and Emilio Benedicto, 2005 153). Another possible strategy was to marry a daughter to a wealthy fidalgo. Such was the case of the Portuguese lady Francisca Inês de Lencastre, daughter of the count of Valadares, who had the chance to marry Pedro de Figueiredo in 1695. This fidalgo, with no titles, had the advantage of being a landholder who patiently waited for his father's death to settle his marriage. By that time, Francisca Inês was already in her thirties, but for Pedro de Figueiredo, she was a major stepping stone towards entering the aristocracy (Sousa 1999).

As for the second born sons, each individual path depended on the family's ability to find a position for them. They could be the means to gaining more power. This is why we see second-borns occupying secondary posts in the court or major posts in peripheral cities (Chacón Jimenez 2006, 56; 149). They would also fight in the dangerous borders, in India or in the Philippines, in the Americas or in Africa. Should they be successful, the family would benefit. If not, probably they would be quickly forgotten – even by their family. Correspondence is one of the best testimonies to these expeditions and missions (if kept in the archives of the nobility).

The configuration of nobility archives

From the fourteenth and throughout the next century, in Castile and in Portugal the emerging adoption of the *morgadio* system was strictly linked to archival practices as highlighted by current authors. The succession practices compiled in the clauses of the *morgadio* would be expressed by the Castilian laws of Toro (1505) and by the Portuguese *Ordenações Manuêlinas* (1512-14). This inheritance system triggered the production and maintenance of specific documents and originated the maintenance of family archives (Gómez Vozmediano 2007, 178; Rosa *et al.* 2012, 18).

The processes were similar in both Spain and Portugal. Knowing that from the division of property would come poverty and the decline a representative of a lineage would create a *morgado*/*mayorazgo*, and would name his eldest son the heir. He would then build up the identity of the lineage

through the name and coat of arms of the family. These symbols were to be used as the social representation of a family, on chapels, tombs, houses, castles, books, seals or documents. The inheritance of a family entail was also strictly connected to spiritual obligations and to the memory of the ancestors. The heir was supposed to honor, pray for and remember the founder of the lineage. Monasteries under family patronage, private chapels, and family tombs are the physical evidence of a lineage's memory. In any case, since the twelfth or the thirteenth century we can see the close links emerging between noble families and monastic institutions. These provided a safe place to keep important family documents such as *morgados'* institution books or wills.² In early modern times, also certified copies of such documents could be kept in monasteries. Such is the case of the Portuguese *Morgado do Castelo*, founded in 1520 by Brás Afonso Correia, whom in addition to keeping its own *morgado* book, asked the king for copies to be kept in the royal archive (*Torre do Tombo*) and in the Monastery of St Aloysius (*Santo Elói*) in Lisbon (Sousa 2007, 90).

The peerage system implied that the successor of a household should be endowed with all this ancestor's honors. The newcomer demonstrated his (or her) rights with the corresponding documents. As the king played a fundamental role in the whole process, it was before him, or before his representatives, that nobles provided the documents to prove their right to inheritance of the privileges and titles. These documents were called *Carta Ejecutoria de Hidalguía* in Spain, and *Cartas de Brasão de Armas* in Portugal. Before them the king, or his agents, would confirm and renew all privileges to the new representative of the lineage.

In Spain, we can see a specific procedure called *Pleitos de Hidalguía*, resulting from the change of residence, of a family that wanted to maintain their status. In these cases, it was necessary to show that in the previous residence they were *hidalgos*. The result of these *Pleitos* – if favourable judgement was achieved – was the king's provision called *Carta Ejecutoria de Hidalguía*.³ The document could be transformed into a beautifully decorated

² See the Soria mayorazgo confirmation: founded by Martín de Soria e Inés de Lerma, left to their son Diego López de Soria, (in: Archivo de la Fundación Sancho El Sabio, Accessed in: 18-12-2017: <http://archinet.sanchoelsabio.eus:8080/ConsultaWeb/showInformacionNodo/5001748>).

³ Despite there's a thematic-functional classification chart, it is possible to see several examples of these documents, proceeding from several family archives, whether from Marqués de la Alameda or the Sáens de Tejada family archive. All of them available online in Fundación Sancho el Sabio (<http://archinet.sanchoelsabio.eus:8080/ConsultaWeb/index#fakelink>).

parchment with a painted coat of arms, according to the nobleman's economic standing (Ruiz García 2007, 251-76). In Portugal, the king gave *Cartas de Brasão de Armas*, granted for singular military deeds, or by recognition of the ancestor's nobility. From the sixteenth century onwards, to obtain this document, the petitioner needed to prove that he, and his relatives before him, had lived like noblemen with servants and horses. This meant that family members who belonged to a military order or were designated as *Fidalgos da Casa Real* (members of the royal household) could acquire a *Carta de Brasão de Armas*. This document represented the acknowledgement of the petitioner's noble qualities (Azevedo 1983) and this was something noblemen valued most, as a clear sign that noble social values did matter.

The ownership of "foundational documents" – such as demonstration manuscripts, *morgado* foundation books, letters of peerage or wills –, guaranteed the possession of a household (*Casa*), with all the entailed estate, honors, rights and privileges from one generation to the next. The archives of nobility were, in this sense, what we may call ownership and management archives (Peña Barroso and Guelfi Campos 2014, 27). This means that the documents were produced, preserved and, like moveable goods, passed on as a whole from father to son (in some cases for centuries). Through documents like *Tumbos* (Spain) (García Martínez and Rodríguez Díaz 2016, 318) or *Tombo* (Portugal) one could find exact information about the lands, its limits, and its returns. Through documents like *Autos de Posse* (Portugal) or *Autos de Tomas de Posesión* (Spain), it was possible to prove the renewal of ownership of a property.⁴ In fact, *Autos de Posse* testify the ceremony or ritual – clearing the houses, taking the palace's keys, closing and opening windows and doors, picking up a handful of soil – that assured the possession and peaceful acceptance and welcoming of the newcomer or his representative (Redal s.d., 45-61). But these documents were needed because peaceful acceptance of the new heir was not guaranteed. When the previous owner died without offspring, all the possible heirs fought for the inheritance and the handing over from one household-owner to his successor could lead to a case being filed at court. The potential applicants had to prove, through documents like birth certificates or/and genealogies, the degree of relatedness to the previous owner. After the court had reached a

⁴ See for example the "Toma de posesión de una parte de la casería de Sagasticho" of the Barrutia family; AFSS, Accessed in: 18-12-2017, Available in: <http://archinet.sanchoelsabio.eus:8080/ConsultaWeb/showInformacionNodo/1574498>.

decision, the new owner was to be recognized as such by all people in the household and the estates.

This is why part of the landlord's obligations towards the following generation was to keep documents in order to have good administration and to prove given rights to property. Just to give an example, in the Portuguese *Morgado dos Castilhos's* "foundation book",⁵ we read the following: "I ordered the writing of this book in the year 1764, and here we can find all the document copies concerning the *Morgados dos Castilhos*, founded by Bishop D. Pedro de Castilho. The original documents are in the family [household] archive, where they are to be kept forever. This is because some less careful managers lost many important estates because they did not take enough care in keeping the documents of possession, as they are the only weapons with which estates are to be preserved".⁶ The awareness of the importance of the archive as memoir of noble patrimony is very acute.

As will be understood, accumulating patrimony is the same as to say to accumulate documents. In the archives of the Iberian nobility, management documents are usually the most numerous, coming from the need to control the economic basis of the family's maintenance. The increasing complexity and management needs induced the production and accumulation of documents, usually housed in the lords' manors, near their properties. The bookkeeping, balance sheets, revenues, obligations, receipts, documents of sale or purchase, appear in profusion in the archives of Iberian nobility. The Spanish Marqués de Legarda's archive is an example of an archive that, despite containing various typologies, its documents concern mainly to estate's and pious' management issues (Peña Barroso and Guelfi Campos 2014, 26). Concessions, resignations, agreements and permits, also appear frequently in the manor or castle chests. Depending on the size of the archive and the commitment of the landlord to organizing and managing his household, some archives passed from chests to cabinets or to new and customized pieces of furniture. In some cases, archives were settled in a specific room, sometimes a secret and protected one, like the one of the Marquis de Los Vélez, who sent documents to his castle in Mula (in Murcia, Spain), and kept them in a place called "la mazmorra", i. e., the dungeon (Corbalán 2015, 139-189).

⁵ Arquivo da Casa de Belmonte (ACBL), *Instituição do Morgado dos Castilhos. Cópia dos papéis pertencentes à Instituição do Morgado e suas obrigações. Maço Iº*, livro n.º 32.

⁶ Author's translation from the original document.

As the accumulation of documents continued, it became more and more important to be able to retrieve the information. The production of inventories, mainly since the sixteenth century, was a first step in enabling efficient and quick access to information. In Iberian Peninsula, we can find multiple ways of making inventories and keeping documents. But the preservation and future organization of the archives depended on the needs and mostly on the practical choices and managing skills of each lineage's successors. The production of inventories as an instrument for improving the management of information was an important step in conceptual terms – producing some “archive consciousness” – and in estate management terms, as the retrieval of information was understood to be key to good administration (Iranzo 2010, 87; Head, Rosa, 2015). Inventories reflect the importance of the archive management process, organization skills, practical aspects, as well as the historical knowledge needed to decode all kinds of disused handwriting. The inventories may include not only lists of documents, but also the origin of each family entail, the family history, copies of documents, total or partial, and genealogical trees in a wide range of features that have been recently studied.⁷ Usually these inventories reflected a geographical (based on each parcel of the entailed estate), typological and thematic order. The mixed inventories, where we can see partial and full document copies, were common, and their production depended on a family's historical context; besides the retrieval of information, they could also be produced as proof of a document having been handed over to somebody (Corbalán 2015, 130-152).

In fact, the household's future depended on the good administration of both estate and archive. And that is why we can read in the instructions about the Spanish archive given by the landlord Marquis de Los Vélez to his descendants in 1635: “As for the management of papers, like a suitor that keeps his lady's belongings, so they should be in the hands of the secretary. He must see them and care for them [and] every day memorize them and keep them as the most precious jewels” (Gómez Vozmediano 2007, 184-185).⁸ We can also see this in the Portuguese *Morgado dos Castilhos's* Foundation Book.⁹ Dating from 1764, the author, possibly D. Tomás de Noronha Ribeiro Soares Castilho (1744-1809) or, more likely, his father D. José de Noronha (born 1720), tells his descendants that he found “the papers” in

⁷ See: INVENT.arq project – <http://www.inventarq.fesh.unl.pt/> Accessed in: 16-12-2017.

⁸ Translation from the original.

⁹ ACBL, *Instituição do Morgado dos Castilhos. Cópia dos papéis pertencentes à Instituição do Morgado e suas obrigações. Maço 1º*, livro n.º 32, fl. II.

no order, so it was hard to tell which document belonged to which property. This search had to be undertaken, as well as the organization of the whole archive. He revealed the problems with reading old documents “that only a few people with the appropriate skill can read”. He needed to hire a palaeographer who copied all the documents. When he started to arrange the archive, he also had to spend some money; however, “the big concern is that it has been so much work that I ask my descendants that they keep the archive as it is, to the benefit of their house, because if I was to find it like I leave it, I would spend my time improving it”. At this point he asks the succeeding administrator to observe two warnings: “The first one is: do not let any of the original documents leave the archive; only copies. Second: do not imitate the actions of others, who hand over the archive’s keys to a servant, to whom they would not trust 50 coins”. Knowing that after all his work, delivering the archive to a servant who knew nothing about it would cause the archive to revert to the same chaos, he concludes: “it is not enough to rely on your servant; a large amount of experience and skills are needed.”

The problem of organizing an archive led to the same advice and warning being given to the archivist of the Vélez family that had, in the office, a notebook where he should note every output, with date and shelfmark – “In order to know at all times where and when it [the document] was taken, so that it may be put back in its place” (Corbalán 2015, 155). But as the 18th century goes on, palaeographers were more and more needed either in Spain as in Portugal (Gómez Vozmediano 2015, 267-193; Leme and Nóvoa 2015, 164-165).

Archives of power

The document production and archival practices played a major role in the family’s social, economic and political position in the Iberian Peninsula. In this sense, the history of noble families is entwined with their archive history, because document production and management were the result of specific familial, social, political and economic contexts. The archives may be seen as a structure that allowed family groups to dominate by guaranteeing economic power and social dominance established by kinship and marrying within the family. These archives granted the family hereditary, social, political and economic control.

As noted previously, the nobility archives were mostly (but not exclusively) *ownership and management archives*. Without land the families did not

needed an archive (Iranzo 2010, 88). The importance of the preservation of documents such as royal grants, wills or *Morgado* foundation documents, could become crucial to the destiny of a family (Casaus Ballester 2004, 103-122). In fact, the right to inherit a *Casa*, could be held on a piece of parchment or paper. This is the main reason that nobility in the Iberian Peninsula held and carefully maintained their documents for centuries.

On the other hand, noble families fought for their rights in different positions: from a lower position if facing the king; in a “one-to-one situation” if facing other privileged groups or equals; or in a privileged situation towards other society opponents. We could say that Iberian nobility was characterized by conflict. Besides the struggle for land, privileges and new sources of income, misappropriation, denial of passage rights and the imposition of old medieval taxes became motives for litigation. Going to court was also a common practice for causes such as debate over fiscal rights, default in payment of rent, ownership of movable and immovable properties, or problems with creditors. For Iberian nobility defending the family patrimony from misuse, usurpation, or to be a candidate for new *morgadio* property, happened routinely. This is why we see in these archives evidence of lawsuits, processes, claims, complaints, charges and proceedings. In fact, it hardly any archive of any Iberian noble family will not include a section containing court sentences. As an example, this was one of the richest sections in the inventory of the Portuguese House of Belmonte, dating from 1807. Between the sixteenth century and the beginning of the nineteenth century, we find 225 court sentences, from a total of around 1200 items. The 1836 inventory of the Portuguese archive of Óbidos, Palma and Sabugal mentions out of a total of 1547 items, 302 court sentences (Leme 2010-2011, 5).

The appeal to courts of justice became almost a “tradition” for some families from the sixteenth century onwards, with the correspondent production of documents and *Pleitos* (Spain) (Casaus Ballester 1999, 256; Peña Barroso and Guelfi Campos 2014, 23) or *Sentenças*¹⁰ (Portugal), which could go on for decades. The representative of the Spanish lineage of Torres y Portugal contested the pretention of Jáen’s inhabitants to have tanneries and to be exempted from taxes that should be paid to the landholder. The Torres y Portugal presented at court all the privilege documents and letters of confirmation, as well as the similar sentences previously given to his

¹⁰ *Sentença* was the word most commonly used in the inventories for Portuguese family archives.

ancestors. The same happened to the inhabitants of the city of Ubeda, who contested medieval taxes which their lord wanted to collect. This conflict continued throughout the sixteenth century (Molina Martínez 1983, 42-53).

In Portugal, the Figueiredo family had problems from the beginning of the seventeenth century with the collection of *Maninhos da Covilhã's* payments. It all started with the establishment of land boundaries that had to be settled by a judge. The family had enjoyed the right to collect the rent of this king's land since the end of the fifteenth century, but by the end of the eighteenth the conflicts and the refusal by the people to pay rent, led to the loss of this income to the family (Sousa 2007, 162).

One of the reasons for going to a court of justice was the legal dispute for the ownership of a *morgado's* succession. The conflicts over *morgados*, noble titles, lands and inheritable posts, either in the kingdom or in its overseas territories, required documents such as wills, codicils, certified copies and genealogical information. We can see the fierce competition for the right to inherit an entailed estate, competition that could occur between brothers, uncles, cousins and all kinds of relatives. These claims usually led to courts of justice, and carried the crucial need for the main representatives of the Iberian lineages to prove the direct kinship with the founder or the last owner of a *morgado*.

At the beginning of the sixteenth century, the Portuguese *fidalgos* Rui de Figueiredo designated his second son, Jorge de Figueiredo Correia, as his successor to the *Quinta de Ota*, a farm that was included in the family's *morgado*. This led to a process that lasted almost thirty years (from c. 1520 to 1549). Overseas land ownership could also become a motive for dispute. Such was the case with the *Capitania dos Ilhéus*, Brazil, disputed by the heirs of Jorge de Figueiredo Correia in the second half of the sixteenth century. This claim was solved because the complainants withdrew and the *capitania* was sold. Nevertheless, in the eighteenth century (c. 1720-1757) the question arose again on the death without heirs of the last owner of the *capitania*. In this case, as in similar cases, the Crown kept the property of the *capitania*. Nevertheless, the traces of this effort are visible in the archive of the House of Belmonte, either in requests or certificates such as a beautiful family tree explaining the connection between the first owner and the representative of the Figueiredo lineage in the eighteenth century.

In the Spanish monarchy, there are several examples of litigation, such as the incorporation of the Medina de Rioseco's entailed estate into the Osuna family between 1779 and 1836. On D. Serafín Augustín Pimentel

Enríquez de Toledo's death, his will left D. Serafín's estate to his nephew Pedro de Alcántara Téllez Girón y Beaufort, eleventh duke of Osuna who went to court of justice to be the next heir. This did not occur before 57 years of pleading. On the other hand, the litigation by the ownership of the *Condado de Coruña y Vizcondado de Torija*, lasted from 1670 until the nineteenth century (Lafuente Urien 2000, 49-50).

Litigation within the family also occurred frequently, but sometimes it was possible to make agreements and solve the case without going to court. A document in the Portuguese House of Belmonte Archive, referring to an entail estate, called *Morgado do Seixal* exemplifies this. The *morgado* was to be given to female heirs rather than male heirs, and passed from an aunt (Isabel Coutinho) to her niece, Filipa Coutinho. It became the cause of a dispute in the Figueiredo family because Rui de Figueiredo de Alarcão (c. 1695-1679), was designated by Filipa to be the heir (despite the clause in the foundation document) instead of her daughter Mariana Coutinho. The reason? She had married a "new Christian" (a Jewish convert), without consent from her mother. In the end, it was agreed to give the *morgado* to the deprived female successor. This unusual case is interesting from several aspects. Firstly, it concerns a female *morgado*. Founded in the sixteenth century, it gave preference to women heirs. Instituting a *morgado* that benefited women was not common, but it was possible. In fact, this *morgado* indicates the ability of women to choose in a society where the female role was mostly restricted to male's decisions. This is the evidence that women also had a voice regarding their own assets and that there were specific female forms of solidarity. Secondly, the women's decision to marry was not always controlled by the parents. Filipa's daughter chose her own husband (Francisco Vaz de Sampayo) and married against her mother's wishes. Thirdly, the "blood purity" stigma could be overlooked when economic interest was at stake. Indeed, Mariana Coutinho reached an agreement where she would pay her mother's debts and give her a life pension. (Sousa, 2007).

But litigation could overrule "national" political boundaries. Following Terraza Lozano's argument (2009) presented in an interesting article about litigation, political frontiers had little meaning for Iberian families. Kinship and property, an entanglement of local elites, laws, privileges, estates and noble families could overcome all frontiers. In fact, as landlords could control different administration centres, their archives reflected the geographical dispersion of the patrimony, thus gathering information about laws, legislation, and reports from different political spaces. Lawsuits concerned

properties and titles of their ancestors, lands that belonged to their lineage, and they were there to claim them. Local prosecutors and lawyers who represented their masters before the local audiences or courts they were advising could be very useful. Knowing local agents and members of the elite was a considerable benefit. In these cases, archives of the main household might become a large-scale juridical space where secretaries would be familiar not only with the issues at hand but also with the different local laws, using them to their master's advantage. The production of documents was one of the issues that the secretaries had to deal with, as each local agent could request copies or documents from the main house. The case of the Spanish dukes of Pastrana is very significant as they were pursuing litigation in courts in Castile, Naples, Sardinia, Valencia and Portugal in the seventeenth century, their lawyers dealing therefore with four different national legislations regarding the duke's estate. In 1629, Miguel Gil, the duke of Pastrana's agent in Portugal, advised him to request Portuguese citizenship through claiming the inheritance of the childless duke of Odemira. This way he could become duke and a Portuguese citizen, improving his Portuguese lawsuits. Terraza Lozano compares Spanish nobility litigation to a sort of war where local agents fought symbolically in the name of their lord. "Their knowledge, skills and reports happened to be of high importance and provided the main households in Castile with an important transnational juridical background. As a result of this international background, noblemen and their lawyers could elaborate sophisticated legal strategies that made a big difference in court" (Terraza-Lozano 2009, 642-644).

The archive as an instrument of reproduction and identification of a lineage

The mechanisms that nobility employed in reproduction and social preservation are strictly connected to the relationship with the social group in power, to matrimonial alliances and to patrimonial accumulation. The construction of an archive stood as a guarantor that memory, identity and symbolic capital would be preserved at any time. To keep a family archive meant that an estate, a name, a reputation, and a social rank existed to keep and to pass on to an heir. As we have seen, this heir is more often than not the firstborn son. Maintaining privileges, inheriting the name and title, properties or position, were strictly connected to memory and lineage. In fact, lineage is the means to gain and to construct the social identity of a noble. In this sense, the genealogical chain is shaped through family name,

biological reproduction, bloodline and (fundamentally) legitimacy. The inheritance of a household, could – and usually did – imply the use of a specific family name. Family name indicates the belonging to a lineage, to be part of the nobility as a social group. It was to be used and exhibited on every possible occasion, in life but also in death. As has been mentioned, besides the common use in palaces and houses, the family coat of arms was displayed in family tombs and chapels (Seixas 2012). It is never too much to emphasize the importance of the political and social status as given by a name or title. A name could signify the difference between recognition and exclusion. This is why it was very common to select, in a genealogy, the “best” family branches and names with the clear objective of underlining social status.

Throughout the early modern age there was the need to communicate and to explain the identity of noble families. A lineage’s self-image and reproduction were outlined by genealogy. Genealogical texts were aimed at justifying and legitimizing not the past but the present (Berrendero 2009, 174). In the Iberian Peninsula, it seems that, in the main, family memories were transmitted in speaking until the late Middle Ages. After that, the ancestry and family memories, as well as genealogical texts and narratives, were put into writing. This kind of literature was produced in specific contexts and was valued as an historical source (Calleja Puerta 2010, 125-129; Ketelaar 2008). Besides written genealogies, typologies existed that enhanced this relationship between the useful genealogical data and the exhibition of social standing – family trees. In Iberian archives, there are beautiful examples of depictions of family trees throughout the early modern age. Some were artistic, richly decorated and elaborate, while others were very simple and practical, made to provide the necessary information visually.

Genealogy can be seen not only as a list of lineages, but also as a cultural model, a construction of a family image, a position and power statement, a claim of a place inside contemporary society. We can see genealogy documents as a family’s inner gaze, but also as a way of knowing who is excluded from it. Information of kinship was fundamental. Families would know exactly what their position was in the social patchwork through genealogy. This is the reason why we find all sorts of genealogical documents in Iberian nobility archives. The interest in this kind of document relies on its aims: they were texts of memory, remembering the ancestors and their deeds, praising relatives and building up a social reputation. Genealogical memory defines the importance of a family’s lineage on a wide scale. It

was one of the main elements that contributed to the nobility's sense of belonging: to the small domestic group, to kinship and the large family group, to the lineage and, in a broad sense, to nobility as a broad group. It showcased the family's strategy towards its peers, because the genealogical information, usually found in Iberian nobility archives, is rarely confined to the same family. These documents extend to other families; small, important, powerful, remote or very close families. Before the alliance to another family (by marriage) "finding" one's kinship was crucial. We must not forget that interfamilial marriage was a common practice in the Iberian Peninsula at that time, although the results of this could be a real problem. The frequent alliances within family branches, which had been taking place since the fifteenth and the sixteenth centuries, reached a peak in the eighteenth century (Rodríguez Pérez 2012, 3-20; Monteiro 1993). As an example, the Portuguese *Puritanos* group in the eighteenth century promoted precise, strict marriage covenants within the aristocracy, and thus the links between noble families are one of the most important ways to understanding the noble kinship system in the Iberian Peninsula.

But genealogy is also related to memory. The ancestors (whether authentic or fictitious) were a source of legitimacy for the family status, and their descendants should honor their memory. Families prized their ancestors and preserved the memory of their legendary origins. Awareness of ancestors became much valued, not just because of the inheritance system, but also as a "noble" reference and a cultural concept. The noble ancestry was valued not only because of the privileges that it carried, but also because it became a significant inequality factor. Knowing your favoured origins was a major condition in accessing important positions. This provided grounds for all kinds of genealogical products, such as family histories, genealogical descriptions and so on (Calleja Puerta 2010, 138-139). Manipulation of genealogical memory was common and offered the possibility of constructing a new identity. We must not forget that an Iberian lineage's "quality" came from its "blood purity", meaning that there should be no Jewish or Moorish ancestors. And although the Iberian world was a melting pot of races and cultures, the prejudice against Jews came from afar and became very intense. The first "purity of blood" laws in Spain dated from 1443 and spread in the Peninsula until 1492, by which time the Jews were effectively banished from the Hispanic Monarchy. Portuguese kings Manuel I and John III accepted some of these Jews and promoted their integration using particular measures. Despite the fact, they were called *New Christians*, some were integrated and some managed

to pass the control of the Inquisition and became “familiar” of this religious court, through the falsification of parish registers and/or the bribing of witnesses (Figueiroa-Rêgo 2015, 51-53). In Spain, there were many that overcame the exclusion and managed to be assimilated. There were cases of king’s officers who became members of the aristocracy, like Andres de Cabrera, first marquis de Moya (Rábade Obradó 2006, 356). In this society, based on inequality, to be an *Old Christian* (as opposed to newcomers and all kinds of different races) was a virtue. To prove *purity of blood* through documents somehow was important because more often than not the *mor-gadio*’s inheritance or the provision of military order status required proof of “clean” ancestry. Obviously, this was a field open to all sorts of genealogical and documentary manipulations. In the sixteenth century, purity of blood became almost an obsession in the Iberian world, because its absence implied a real veto to many privileged positions, such as the regular clergy, the access to the military orders or to university. In order that purity of blood be achieved, one should become a *familiar do Santo Officio*, or apply for the mantle of one of the military orders (Calatrava, Santiago, or Christ). These would certify someone’s “pure” and noble origins. The result was, in many cases, one of genealogical manipulation. The concealment of humble peasants or converts of Jewish origin among ancestors is one of the keys to understanding the obsession with nobility status. This is why we must also be aware that the choice of family names was a key factor in following the social mobility process. In this sense, we can see the “invention” or the forgery of names of noble ancestors. Names could be changed from *Oliveira* to *Silveira* just because they were more refined and distinct, and because people were less likely to be suspicious of the “doubtful” origins of the family.

Obviously, insistence on the importance of lineage (and genealogy) must be seen as a struggle for power, cloaking processes of social mobility. This is very clear during the sixty-year period rule of Portugal by the Spanish Habsburgs, during which competition between Portuguese and Castilian nobles in Madrid was fierce. In this period, to enhance family ties with the Castilian nobility was a major advantage. Once Portuguese independence was restored in 1640, it became crucial to highlight the old Portuguese branches of the family. Genealogy was pliable enough to be adapted to circumstances (Figueiroa-Rêgo 2015). Iberian nobility archives reflected this movement, as genealogies have a well-deserved place in a large part of these document collections. Genealogies might be shaped as narrative texts, enrolments of names, or family trees. Family trees could be

very simple or very artistic, according to the family's wealth. In fact, manuscript genealogies are very common in family archives both in Spain and Portugal. These manuscripts, dedicated in part to family reconstruction and genealogical memory, fill these archives, recalling the glories of the ancestors and evoking a glorious past even if mythical or false altogether (Calleja Puerta 2010, 149; Monteiro 1998, 93). The purpose of these manuscripts was to give family members not only a memory but also knowledge about their ancestors. This could also become crucial in court disputes for the inheritance of a *morgado*. The majority of these documents never passed the manuscript form and were kept in specific files within the archive collection. Others could be printed to honor someone or to disclose genealogical information. Some family histories, created by experts, were produced in order to obtain titles and honors. Sometimes not only had these experts to collect data in the family archive, but also to organize it (Pons Alós 2013, 64). Genealogical works like *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Portugal) or genealogical texts produced by Luis de Salazar y Castro (Spain) have great significance in this context.

The Portuguese D. José Maria do Carmo Vasconcelos (so-called *Morgado de Mateus*), who lived between 1758 and 1825, was a diplomat who spent almost all his life abroad. When he became the heir of his *Casa* in 1799, he returned to Portugal to care for the family businesses. He then continued the organization of the archive, a job which his father had started. Gathering the administration's documents in *drawers* (*Gavetas*), the main goal, as he writes to his son, was to protect the family's entail estate. And the first step towards achieving it was to write a genealogy: "The reason I write this document – that starts with our family's genealogy – is to show you what the *Casa* acquired (...). With it, you will learn all about the estate and our privileges, and why this genealogical study is useful to the *Casa*'s future manager".¹¹ Moreover, one of the drawers (nr 23) had "documents of biographical and genealogical interest" (Albuquerque 2005, 25).

The end of the *Ancien Régime*. Family archives as the remains of an Era

The abolishment of the *ancien régime* in the nineteenth century brought with it the end of the family entail, the untying of the *morgado* properties. This affected particularly Iberian nobility and in most cases resulted in the dismantling of the archives. The timeline for Spain and Portugal was more

¹¹ Author's translation.

or less parallel and the process lasted the whole of the century. Spain came up with the first laws in 1798, and in 1841 the Madoz Law ended the obligation to keep property undivided. Portugal started with the laws enacted by the marquis of Pombal in 1769, that controlled the institution of new *morgados* and required the king's permission to inherit a *Casa*. This resulted in the archives of Portuguese nobility becoming full of certificates. It was the beginning of a long journey to the disentail law of 1863.

The dismantling of the archives followed the changes in the nature of property that enabled the detachment of properties from the *morgadio*'s juridical frame. The possibility of selling or dividing properties into equal parts, and the fact that each son could inherit a parcel of an entail, led to the division of the related documents. This is the key to explaining the breakdown of many of these archives. In some cases, the documents were divided among the heirs. In other cases, at the same time as they were selling properties and houses, the aristocrats also sold their archives by auction. This is why some public institutions, national archives, universities, and public institutions inside and outside the Peninsula were able to buy them. Such is the case of the Spanish Altamira archive, divided between the British Museum, the University of Georgia, the *Valencia de Don Juan* Institute and the *Sección Noblezza del Archivo Nacional* (Lafuente Urién 2000). In Portugal the path was similar, as for example in the case of the Óbidos Palma e Sabugal's archive. After the death of the last count of Óbidos, in 1995, the archive was sold in parcels, but the largest portion of it was purchased by the Portuguese national archive, Torre do Tombo. Nevertheless, at least two inventories of this archive are in private hands.

It must be stressed that national and public Iberian archives play an important role in this matter, as they are open institutions for hosting family archives that are still in private hands. We refer particularly to the *Sección Noblezza del Archivo Histórico Nacional*, in Toledo, Spain, and the *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* in Lisbon, Portugal.

One must ask what happened to the archives that remained in private hands. There are several examples of family archives remaining in the hands of families but there are many stories of their destruction. Some archives were left behind in the houses that by chance remained in the families. The establishment of foundations, such as the *Fundação Casa de Mateus* in Portugal, and the *Fundación Casa Ducal de Medinacelli*, have allowed the families to keep their archives within reach. These archives are organized and researched, contributing to further knowledge and information about the families that produced them and their historical processes. But other

archives have stayed in the hands of the families, in the old manor houses, as part of the family's memory.¹² Some of them are open to investigation, like the archive of Castro Nova Goa that was studied by Patricia Marques, whose description is now online.¹³ Another example is the House of Belmonte's archive. It remains in the family, despite misfortunes and losses, holding documents from 1499 until this day, and was a PhD thesis' subject in 2017 (Sousa, 2017). Nevertheless, there are nobility archives still unknown. Despite all the problems associated with locating and maintaining these archives, some positive steps have been taken to ensure their preservation for future generations. The most crucial of these steps is to value archives of this kind in both Spain and Portugal.

In conclusion, Iberian nobility archives were crucial to maintain family's assets but they also project its social position and political power, sustaining its image and the claim of a specific place of noble families in coeval society.

References:

- ARQUIVO DA CASA DE BELMONTE [ACBL], Accessed January, 09, 2018. <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/informationobject/browse?limit=20; sort=alphabetic>.
- FUNDACIÓN SANCHO EL SÁBIO [FSS], Accessed, January, 09, 2018-01-09. <http://archinet.sanchoelsabio.eus:8080/ConsultaWeb/index#fakelink>.
- ARQUIVO CASTRO NOVA GOA [ACNG], Accessed December, 16 2017. <http://pandorabox.iict.pt/pmarques/arquivo-castro-nova-go-2; isad>.
- ARQFAM, Accessed December, 16, 2017. <http://fcsh.unl.pt/arqfam/>.
- INVENTARQ, Accessed December, 16, 2017. <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/>.
- AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco Borja de. 1992. "Los archivos de familia. Definición, estructura, organización". *Boletín de la Real Sociedad Bascongada de Amigos del País*. extra (5): 9-37.
- ALVARIÑO, Antonio Álvarez-Ossorio. 2006. "Las Esferas de La Corte: Príncipe, Nobleza y mudanza en la Jerarquía". In *Poder y movilidad social: cortesanos,*

¹² See some examples presented in: <http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/pt/index.html#page-top>; Accessed June 18, 2018.

¹³ See: <http://pandorabox.iict.pt/pmarques/arquivo-castro-nova-go-3; isdiah>; Accessed December 16, 2017.

religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX), 131-180. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio. 1987. *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna: la Casa de Osuna, siglos XV-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de. 1983. *Algumas palavras sobre dois documentos heráldicos do Arquivo Raposo d'Amaral, s.i.*
- BELTRÁN CORBALÁN, Domingo. 2014. *El archivo de la casa de los Vélez. Historia, estructura y organización*. PhD Thesis. Accessed in: 16-12-2017 <http://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/39349>.
- BOONE, James L. 1986. "Parental Investment and Elite Family Structure in Pre-industrial States: a Case Study of Late Medieval-Early Modern Portuguese Genealogies". *American Anthropologist* New Series 88 (4): 859-78.
- CALLEJA PUERTA, Miguel. 2010. "El Factor Genealógico: Posibilidades Y Límites De La Documentación De Archivo Para La Elaboración De Historias Familiares". *Emblemata* 16: 123-53.
- CARDIM, Pedro; Pedro, David Martín Marcos, and José María Iñurritegui (coord.). 2015. *Repensar a identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM.
- CARRASCO MARTÍNEZ, Adolfo. 1993. "Una aproximación a la documentación señorial: la Sección de Osuna del Archivo Histórico Nacional". *Cuadernos de historia moderna* 14: 265-76.
- ALBUQUERQUE, Teresa. (org.). 2005. *Casa de Mateus: catálogo do arquivo*. Serviços de Biblioteca e Documentação da FLUC. Fundação da Casa de Mateus. Accessed in: 30-11-2017 <https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/casa-de-mateus-cat%C3%A1logo-do-arquivo>.
- CASAS BALLESTER, María José. 1999. "La administración del Ducado de Híjar (siglos XV-XIX)". *Revista de historia Jerónimo Zurita* 74: 247-276.
- CASAS BALLESTER, María José. 2004. "La Casa de Híjar (Téruel) y el uso de algunos archivos". *Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas* 2: 103-122.
- CASEY, James. 1998. "Familia y comunidad: perspectivas sobre Cataluña y Europa". *Pedralbes: revista d'història moderna* 18: 215-26.
- CASEY, James. 1999. *Early Modern Spain: A Social History*. London: Routledge.
- CLAVERO, Bartolomé. 1974. *Mayorazgo*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- COOLIDGE, Grace E. 2011. *Guardianship, Gender, and the Nobility in Early Modern Spain*. Farnham: Ashgate Press.

- CRAWFORD, Michael. 2014. *The Fight for Status and Privilege in Late Medieval and Early Modern Castile, 1465-1598*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press.
- CUNHA, Mafalda Soares da, and Juan Hernández Franco. 2010. *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa = Sociedad, familia y poder en la Peninsula Iberica: elementos para una historia comparada*. Lisboa: Edições Colibri.
- FIGUEIROA-RÊGO, João de. 2015. “Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco” Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária”. in *Repensar a identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, 49-64. Lisboa: CHAM.
- GARCÍA MARTÍNEZ, António Claret and Rodríguez Díaz, Elena Esperanza. 2016. *La Escritura De La Memoria: Los Cartularios*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. 2007. “Archivos Nobiliarios Españoles: Pasado, Presente y ¿Futuro? Tipología Documental e Investigación Modernista”. In *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*, 139-210. Almería: Instituto de Estudios Almerienses.
- GUILLEN BERRENDERO, José Antonio. 2009. *Los Mecanismos Del Honor Y La Nobleza En Castilla Y Portugal, 1556-1621*. PhD Thesis. Madrid: Universidade Complutense de Madrid. Accessed in: 16-12-2017 <http://eprints.ucm.es/9469/1/T31078.pdf>.
- HERZOG, Tamar. 2015. *Frontiers of Possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Harvard University Press. Accessed in: 16-10-2017 <http://www.xiloca.com/data/Bases%20datos/Biblio%20electro/Archivo%20Mateo.pdf>.
- IRANZO, Teresa. 2010. “Arqueología del archivo: inventarios de los condes de Aranda”. In *El Condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*, 85-114. Zaragoza.
- KETELAAR, Eric. 2008. “The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries”. *Libraries; the Cultural Record* 44 (1): 9-28.
- LAFUENTE URIÉN, Aránzazu. 2000. “Archivos Nobiliarios custodiados en centros públicos. Evolución histórica y fuentes de investigación”. *Boletín de la ANA-BAD* 50 (2): 39-54.
- LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes. 2010-2011. “Inventários do Arquivo da Casa de Óbidos-Palma-Sabugal” (Trabalho do 2.º Semestre). Lisboa: FCSH – Universidade NOVA de Lisboa.

- MARTÍN RUBIO, Mercedes Gimeno, and Emilio Benedicto. 2005. *Archivo De La Familia Mateo*. Accessed in: 16-12-2017 <http://www.xiloca.com/data/Bases%20datos/Biblio%20electro/Archivo%20Mateo.pdf>.
- MOLINA MARTÍNEZ, Miguel. 1983. "Los 2000. Torres y Portugal. Del Señorío de Jaén al Virreinato peruano". *Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla*. Accessed in: 16-12-2017 <http://dspace.unia.es/handle/10334/324>.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 1993. "Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII". *Análise social* XXVIII (123-124): 921-950.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 1998. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PEÑA BARROSO, Efrén de la, and José F. Guelfi Campos. 2014. "El fondo del marquesado de Legarda en el Archivo Histórico de la Nobleza (Toledo)". *Documenta & Instrumenta* 12: 9-30.
- PONS ALÓS, Vicente. 2013. *Los Archivos Nobiliarios valencianos. Formación de vínculos y configuración de archivos*. Paper presented at Archifam, Madrid.
- RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar. 2006. "Judeoconvertos y monarquía: un problema de opinión pública". In *La monarquía como conflicto en la corona castellano-leonesa c. 1230-1504*, 299-358. Madrid: Sílex Ediciones.
- JUAN REDAL, Enric. (s.d.). Un Ejemplo De Dominio Feudal a Finales Del Siglo XVIII: La Toma De Posesión De La Villa De Alaquàs Por El Marqués De Manfredi El 18 De Enero De 1772. *Quaderns d'Investigació d'Alaquàs*. Accessed 18-12-2017 <http://quaderns.alaquas.org/ficheros/Q19890805JUAN.pdf>.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. 2012. "Endogamia Y Ascenso Social De La Nobleza Castellana: Los Chacón-Fajardo En Los Albores De La Edad Moderna". *Historia Social* 73: 3-20.
- ROSA, Maria de Lurdes. 2012. *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: Caminhos Romanos.
- ROSA, Maria de Lurdes, and Randolph Head. 2015. *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th centuries*. Lisboa: IEM.
- RUIZ GARCÍA, Elisa. 2007. *La carta ejecutoria de hidalguía: un espacio gráfico privilegiado en la España medieval. Proyecto de Investigación del Ministerio de Educación y Ciencia*, ref. HUM2005-03495/HIST, 251-76.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. 2012. "A heráldica e os Arquivos de Família". In *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* 449-462. Lisboa: Caminhos Romanos.

- SOUSA, Maria João Andrade e. 1999. *Pedro de Figueiredo, 1657-1722: uma biografia*, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna.
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e. 2007. *Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade social num grupo familiar no Portugal moderno (séculos XVI-XVII)*. (master thesis). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e. 2017. *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, Gestão e Poder*. (PhD Thesis). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Accessed in: 16-12-2017 Available in: <http://www.arquivisticahistorica.fesh.unl.pt/index.php/>.
- TERRASA-LOZANO, Antonio. 2009. "Aristocracy and Litigation in the Seventeenth Century: A Transnational Space for Family Lawsuits". *European Review of History: Revue Européenne D'Histoire* 16 (5): 637-53.

A Corte portuguesa no Brasil: o sistema de aposentadorias nas tramas da História e do jornal *Correio Braziliense* (1808-1821)

**Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio,
Reginâmio Bonifácio de Lima, Lucas Gomes do Vale***

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 163-188. ISSN 0874-9671

Resumo:

Neste artigo, temos como objetivo analisar os impactos da transferência da Corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX, discutindo as demandas em torno do sistema de aposentadorias, presentes em documentos e éditos publicados na Legislação Portuguesa e no jornal *Correio Braziliense*, a fim de identificar como esse regime lusitano influenciou na constituição do espaço urbano na nova capital do Império português nos Trópicos. A metodologia, qualitativa e de cunho bibliográfico e documental, teve como referencial teórico Michel de Certeau (2011) e sua concepção de “operação historiográfica”, e Roger Chartier (2002) e sua noção de “representações”. O *corpus* compôs-se de textos do jornal *Correio Braziliense*, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, bem como regimentos, alvarás e decretos referentes às aposentadorias encontrados na “Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa”, disponível na base de dados *Ius Lusitaniae* e na Coleção das Leis do Império, disponível no acervo brasileiro da Câmara dos Deputados. Com base na historiografia brasileira e estrangeira, são analisadas as consequências do famigerado sistema, apresentado pelo mensário como uma violência ao direito de propriedade, marcado pelo desalojamento de inúmeros moradores do Rio de Janeiro de suas casas para ceder lugar à Corte portuguesa.

Palavras-chave: Propriedade regencial; Imprensa luso-brasileira; Família Real portuguesa; discurso jornalístico.

Data de submissão: 11/01/2018
Data de aprovação: 11/07/2018

Abstract:

We aim to analyze in this article, the impacts of transferring the Portuguese Court to Brazil in the early nineteenth century, discussing the demands surrounding the retirement systems, through documents and papers published in the Portuguese Legislation and in the newspaper *Correio Braziliense*, in order to identify how this Portuguese government influenced the constitution of urban space in the new capital of Portuguese Empire in the Tropics. The methodology, qualitative and bibliographical and documental interest, had as a theoretical reference, Michel de Certeau (2011) and his conception of “historiographical operation”, and Roger Chartier (2002), and his notion of “representations”. The *corpus* comprised of texts from the newspaper *Correio Braziliense*, available in the digital collection from Brasileira Guita e José Mindlin, as well as Regiments, Licenses and Decrees referring to the retirements found in the “Chronological Collection of Portuguese Legislation”, available in the database of *Ius Lusitaniae* and the Empire Laws Collection, available in the Brazilian House of Representatives Library. Based on the Brazilian and Foreign historiography, the consequences of this infamous system are analyzed, presented by this member as a violence to the property right, marked by the eviction of countless residents of Rio de Janeiro from their homes to give place to the Portuguese Court.

Keywords: Regency property; Luso-Brazilian press; Portuguese Royal Family; retirements.

Date of submission: 11/01/2018
Date of approval: 11/07/2018

* Universidade Federal do Acre, Brazil. *E-mails:* iracildagcb@gmail.com, reginamiobonifacio@yahoo.com.br, lucas_locke@outlook.com .

A Corte portuguesa no Brasil: o sistema de aposentadorias nas tramas da História e do jornal *Correio Braziliense* (1808-1821)

**Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio,
Reginâmio Bonifácio de Lima, Lucas Gomes do Vale**

Introdução

No contexto das revoluções (Malerba 2006), Napoleão, no auge da conquista de mais poder, pretendia destronar príncipes e reis, exaurindo à extinção as monarquias absolutistas, além do ambicioso plano de submeter toda a Europa Continental à sua influência e à almejada hegemonia francesa nos mercados do continente. Portugal, não aderindo ao Bloqueio Continental, estava prestes a ser ocupado pelas tropas napoleônicas, quando no dia 29 de novembro de 1807 a Família Real portuguesa e sua Corte embarcaram em navios sob a proteção da marinha inglesa, optando assim pela retirada estratégica para sua colônia mais rica (Armitage 1837).

É esse contexto que vai motivar a vinda do Príncipe Regente Dom João VI e a transferência de toda a Corte portuguesa para o exílio em uma de suas colônias, o Brasil. Tal ato se tornaria ímpar, pois pela primeira vez na história um monarca europeu pisava em solo americano e governaria do outro lado do Atlântico. Todo o aparelho institucional e burocrático foi transferido para a capital da colônia, na época, o Rio de Janeiro – garantindo a sobrevivência da dinastia de Bragança.

Adotamos o termo “transferência”¹ em vez de “fuga”, embora reconheçamos que há ampla discussão entre os historiadores sobre a necessidade de se considerar as várias implicações para a escolha de um termo preciso para se referir a esse processo. Primeiramente, partimos do pressuposto de que D. João VI, apesar de ser caracterizado em muitos escritos como um monarca bonachão, sabia exatamente o que estava fazendo ao escolher estrategicamente o Brasil como a colônia para a qual seguiria com seu séquito.

De acordo com José Jobson de Arruda (Arruda 2008, 13), no contexto da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, os eventos que se

¹ Alguns historiadores se referem a uma “transladação da corte portuguesa”, outros defendem a ideia de uma “retirada ou transplantação da família real para o Brasil”. Alguns usam expressões como “transmigração” ou “fuga”. Neste artigo, adotamos o termo “transferência estratégica”.

sucederam à abertura dos portos, em 1808, e os tratados de 1810, não apenas favoreceram as importações de produtos britânicos em detrimento dos portugueses e de outras nações, como também foram determinantes para se extinguir o monopólio dos portugueses, provocando uma estagnação da indústria lusitana, que vinha crescendo com a política implementada desde 1750 pelo Marquês de Pombal.

A transferência da Corte acelerou o processo de descolonização do Brasil e teve suas bases estabelecidas quando as tropas francesas ocuparam Lisboa entre os anos de 1807 e 1822, causando uma crise política no império português. É perceptível o fato de o projeto luso-brasileiro de modernização do império (Paquette 2013, 99-100) ter seu clímax em 1815, com a precedência política estabelecida pela elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A pesquisa que forneceu as bases para este artigo² foi conduzida segundo uma abordagem qualitativa, aliando procedimentos de estudo bibliográfico e documental, tendo como *corpus* textos publicados no *Correio Braziliense*, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, assim como regimentos, alvarás e decretos referentes às aposentadorias encontrados na “Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa”, disponível na base de dados *Ius Lusitaniae*³ e na Coleção das Leis do Império⁴, disponível no acervo brasileiro da Câmara dos Deputados.

Para interpretação do *corpus*, utilizamos como referenciais os procedimentos de análise e crítica documental segundo os pressupostos da “operação historiográfica” formulados por Michel de Certeau (2011), associados à noção de “representações” de Roger Chartier (2002). Pela noção de “operação historiográfica”, de Michel de Certeau, compete ao historiador sempre relacionar as ideias aos lugares, compreendendo-se a história como decorrente de uma condição marcada por um discurso e uma prática e fruto de uma atividade humana no processo histórico. Para Roger Chartier, ao fazer

² Este artigo é resultado do Projeto de Pesquisa “O Discurso nas Redes do Poder: a imprensa escrita no Período Joanino no Brasil (1808-1822)”, desenvolvido a partir de estudos baseados na análise do discurso da imprensa luso-brasileira no início do século XIX. O *corpus* da pesquisa constituiu-se de edições do jornal *Correio Braziliense*, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (disponível para consulta no site: <https://www.bbm.usp.br/>) e documentos e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Municipal de Lisboa (disponível para consulta no site: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>).

³ Fontes documentais disponíveis no site do Projeto “O Governo dos Outros: Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961)”; endereço eletrônico: <http://www.governodossoutros.ics.ul.pt>.

⁴ Coleção das Leis do Império disponíveis no endereço: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara>.

uma reflexão sobre o conceito de cultura enquanto *prática* e sugerir para seu estudo as categorias de *representação* e *apropriação*, o principal objeto da história cultural é identificar o modo como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler em diferentes lugares e momentos históricos.

É perceptível nos escritos de Paquette (2013, 4) a inserção do império português no horizonte teórico-metodológico da história atlântica, apontando para o paradigma da “era das revoluções”, embora não haja tantos apontamentos comparativos como o que se tem ao analisar o atlântico espanhol.

Neste artigo, buscamos discutir os impactos do jornalismo de vertente iluminista na Corte de D. João VI, as consequências do “processo civilizatório”⁵ empreendido no Rio de Janeiro oitocentista e o sistema de aposentadorias presente tanto na história documentada nos compêndios de Leis portuguesas, disponíveis na base de dados *Ius Lusitaniae* e na Coleção das Leis do Império, como no jornal *Correio Braziliense* – periódico editado em Londres que circulou no Brasil durante o período joanino (1808-1822) –, trazendo um panorama das transformações políticas, econômicas e culturais da época.

O *Correio Braziliense*: jornalismo e ilustração na Corte de D. João VI

O *Correio Braziliense ou Armazem Litterario* foi um periódico publicado em Londres, de junho de 1808 a dezembro de 1822. Dividido em quatro seções, o jornal mensal trazia nas colunas *política, comércio e artes, literatura e ciências, e miscelânea* um panorama dos conflitos de interesses no contexto europeu, especialmente as transformações políticas e econômicas que envolviam Portugal, Brasil e Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX (Lima Sobrinho 1977, 21). O jornal trazia em suas páginas uma contundente análise das situações portuguesa e brasileira no turbilhão de acontecimentos históricos que se seguiram à invasão francesa, empreendida por Napoleão Bonaparte, em 1807.

O *Correio* era um jornal vanguardista para os padrões da época, produzido e editado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823). Nascido na colônia de Sacramento, em uma região situada às

⁵ Conforme defende Malerba (Malerba 2000, 40), a ideia de “processo civilizatório” foi disseminada desde a colonização brasileira. No entanto, mesmo com a Corte portuguesa transferindo o centro de poder para a colônia, a nova elite nacional manteve internamente a mesma configuração de poder representada segundo os moldes europeus. Desse modo, reafirmava a diferenciação hierárquica entre os indivíduos, tendo como parâmetros valores semelhantes àqueles que serviram à ideologia colonizadora.

margens do Rio do Prata, terra então pertencente aos domínios portugueses, o editor do *Correio Braziliense* viveu por algum tempo com a família na região que atualmente corresponde à cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul – Brasil (Dutra e Mollier 2006, 435-6). Em Coimbra, em 1792, estudou Filosofia e Direito e, em 1798, nos Estados Unidos da América, especializou-se em temas como o clima e a agricultura. Nessa ocasião teve contato com a maçonaria, e esse envolvimento com o universo maçom fez com que, por determinação do Santo Ofício, fosse condenado à prisão, de onde fugiu em 1805, exilando-se na Inglaterra.

O *Correio Braziliense* trazia desde a publicação de documentos oficiais até comentários com forte teor opinativo, doutrinário e argumentativo (Sodré 1999, 30). Em suas páginas, é possível entrever a adesão de seu redator aos valores do liberalismo, a simpatia pelo sistema constitucional inglês e a intenção, não apenas de informar seus compatriotas das transformações políticas que o Brasil passava, mas também, de trazer à discussão os acontecimentos a partir de uma perspectiva estrangeira:

Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos políticos civis, e literários da Europa, em prendi este projecto, o qual espero mereça a geral aceitação daquelles a quem o dedico. [...] Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longínqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. (*Correio Braziliense*, junho de 1808, p. 1)

As reflexões no *Correio Braziliense* têm como base os textos que versavam sobre fatos ocorridos em Portugal com intrínsecas implicações para o Brasil.

É interessante observar que, antes de 1808, a atividade tipográfica era proibida nas colônias portuguesas, a fim de impedir a circulação de ideias contrárias (Jancsó e Slemian 2002, 605) aos interesses da metrópole. Com a chegada do Príncipe Regente ao Brasil, foi fundada a Imprensa Régia⁶, o que possibilitou a criação, em setembro do mesmo ano, do primeiro jornal

⁶ A Imprensa Régia, criada pelo decreto expedido a 13 de maio de 1808, constituiu-se como a única tipografia existente no Rio de Janeiro até a Independência do Brasil, em 1822. Em sua tipografia, publicavam-se desde decretos, avisos, editais e ordens régias, necessários para a administração da nova capital da corte portuguesa, até jornais, revistas, livros e panfletos. Sua administração competia a uma junta diretora, responsável pelo gerenciamento e exame de conteúdo de todos os textos encaminhados à publicação, cabendo-lhe também a análise e veto dos temas que atentassem contra o governo e o poder político, a religião e os costumes da época. Os livros impressos por ordem de sua alteza real eram distribuídos gratuitamente, e os que não tinham a chancela da Coroa recorriam à subscrição para enfrentar os custos (Barbosa 2010, 40).

oficial brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, caracterizado como órgão de divulgação dos interesses da Coroa portuguesa.

Apesar da aparente abertura à atuação de uma imprensa tutelada pelo governo português, o *Correio Braziliense* enfrentou a ferrenha oposição das autoridades portuguesas por sua defesa declarada da liberdade de imprensa e da independência do Brasil. Além disso, são inúmeros os textos em que Hipólito da Costa critica os desmandos cometidos pelas altas autoridades brasileiras e a postura de Portugal em relação às atividades mercantis com o Brasil. Dado o teor cáustico de seus artigos, que criticavam de modo veemente a política do governo português, a circulação do *Correio Braziliense* tornou-se ilegal.

Segundo Tengarrinha (2018), a atitude das autoridades portuguesas foi muito oscilante, sendo alvo de inúmeras negociações por parte dos representantes diplomáticos portugueses em Londres. Em 1809, o jornal sofreu a oposição do Governador da província do Pará, que orquestrou a apreensão de inúmeros exemplares; em meados de 1810, foi a vez do Governador do Rio Grande do Sul de apreender e mandar depositar na Casa da Conferência Mercantil de Porto Alegre os exemplares de junho e julho (Rizzini 1957, 29).

Em setembro de 1811, por meio de uma ordem régia, foi proibida a entrada e circulação do *Correio Braziliense* nos domínios portugueses. Participada à Mesa do Desembargo do Paço em 22 de março de 1812, e expedida em um Edital posteriormente, a ordem chamava a atenção para a necessidade de se preservar o reino português dos perigos do incendiário periódico. Em seu teor, lia-se:

O Príncipe Regente Nosso Senhor tem sido servido determinar imediatamente, que se proíba neste Reyno e seus Domínios, a entrada e publicação do Periódico intitulado Correio Braziliense; assim como de todos os mais escriptos do seu furioso e malévolo Author. O que V. Exa. fará presente na Meza do Desembargo do Paço, para que haja de expedir ao dicto respeito as ordens necessárias. — Deus guarde a V. Exa. Palácio do Governo, em 2 de Março, de 1812. (*Correio Braziliense*, julho de 1817, 64)

A censura ao jornal seguiu-se por vários anos, e, em 1817, a ordem régia foi reeditada, com sérias sanções para aqueles que ousassem ter em seu poder algum exemplar do mensário editado por Hipólito da Costa. Esta reedição, porém, materializou-se por meio de uma Portaria dos Governadores do Reino, tornando-se motivo de galhofa ao ser transcrita no *Correio*, como uma “Porcaria dos Governadores de Portugal, proibindo o Correio Braziliense”, na qual lia-se:

MANDA EL Rey Nosso Senhor excitar a exacta observância da sua Real Ordem de 17 de Setembro 1811 participada á Meza do Desembargo do Paço, em 22 de Março de 1812, e que prohibio nestes Reynos a entrada e publicação do periódico intitulado Correio Braziliense e de todos os escriptos de seu furioso e malvado Author – E por que ainda são mais sediciosas e incendiarias, se he possível, as terríveis máximas do outro periódico intitulado o Portuguez, que também se dirige a concitar tumultos e revoluções nos povos, para perturbar a harmonia estabelecida, em todas as ordens do Estado, e introduzir a anarchia, fazendo odiosos os dous supremos poderes, que Deus ordenou para governar os homens, com o evidente objecto de destruir os altares e os thronos: manda outro sfim Sua Majestade, que seja igualmente prohibida a entrada e publicação nestes Reynos do dicto Periódico o Porttoguez: manda finalmente o mesmo Augusto Senhor, que todos os vassallos destes Reynos não recebam nem vendam ou retenham em seu poder os referidos dous periódicos, e menos os espalhem por qualquer modo que seja, antes entreguem na Secretaria respectiva da Meza do Desembargo do Paço os que vierem as suas mãos, debaixo das penas impostas pelas leys contra os que divulgam ou retém livros ou papeis impressos, sem licença, ou prohibidos pelas suas Reaes determinações. (*Correio Braziliense*, julho de 1817, 3-4)

Dadas as contundentes críticas ao governo de D. João VI e aos desmandos das autoridades nas províncias brasileiras, o *Correio Braziliense* foi proibido, apreendido e censurado por diversas ocasiões. Por meio de éditos e avisos, o poder monárquico empreendeu uma vertiginosa caçada buscando impedir sua circulação, declarando que sua simples leitura fosse considerada um ato de violação da lei passível de prisão, multa e exílio.

O Príncipe Regente, porém, ainda buscava controlar o conteúdo do que podia ou não ser publicado e lido por meio de um mecanismo de censura, que contava com a Junta Diretora da Imprensa Régia, os censores da Mesa do Desembargo do Paço e a Intendência de Polícia. Esse aparato de controle funcionou como um instrumento pelo qual se tentava evitar a propagação das ideias contrárias aos interesses da Coroa portuguesa. Entretanto, isso não impediu que publicações de diferentes naturezas circulassem pelo Brasil, fossem jornais, revistas, panfletos ou livros, tendo em vista que não existiam critérios de controle rígidos ou que garantissem sua inspeção minuciosa.

Outro fator que contribuiu para que a censura tivesse uma face mais branda no Brasil foi a formação dos censores, muitos deles simpatizantes das ideias iluministas. Isso permitiu que a inspeção dos impressos no Brasil gozasse de certa indulgência, fazendo com que os responsáveis pela chancela oficial às publicações, por diversas ocasiões, mantivessem certa condescendência para com os impressos que traziam em seu bojo certo

potencial para materializar as reformas iluministas, como o mensário *Correio Braziliense*, por exemplo.

Nas páginas deste jornal, portanto, encontramos rico material para a compreensão não apenas da instituição da liberdade de imprensa no circuito Brasil-Portugal, mas também da forma como se configuraram as relações políticas e econômicas quando da transferência da Família Real portuguesa para os Trópicos, em 1808. A singularidade deste periódico evidencia-se, sobretudo, por atribuir ao Brasil o *status* de nação, como se nota pela adoção do gentílico “Braziliense” em seu título.

O sistema de aposentadorias nas tramas da história portuguesa

Ao longo da história de Portugal, há vários registros de usos e abusos do direito de aposentadoria, existindo na Legislação portuguesa inúmeras menções aos problemas causados durante a implementação dessa normativa. Considerado um dos privilégios da nobreza e da fidalguia portuguesas, as aposentadorias consistiam no direito que alguém tinha de tomar a outrem a pousada para si, ou de conservar a que tinha contra as pretensões de outrem.

Nesse contexto, a “aposentadoria ativa” consistia no direito de que gozavam alguns indivíduos privilegiados de tomarem para si e para o seu séquito as moradias de outras pessoas. Já a denominada “aposentadoria passiva” referia-se ao privilégio que algumas pessoas tinham de não poderem ser despejadas das suas pousadas pelos que gozavam do privilégio da “aposentadoria ativa”.

O ato de despojar a pessoa de sua casa era um costume antigo da nobreza portuguesa. Desde a dinastia de Borgonha, os reis usavam e abusavam desse princípio. Encontramos registros ao sistema de aposentadorias no século XIII: em 1211, na “Lei pela qual se proíbe aposentadoria nas Igrejas e casas dos clérigos” (Silva 1211, 16); em 1272, na “Lei sobre assuadas e aposentadoria em Mosteiros” (Silva 1272, 154); em 1297, na “Lei que proíbe a aposentadoria de nobres que não sejam filhos legítimos em Mosteiros e Igrejas” (Silva 1297, 196). Também não se podiam usar para aposentos adegas, lojas de mercadorias, albergarias, hospitais e outros lugares semelhantes.

A prerrogativa do direito de aposentadoria foi amplamente utilizada pela Corte portuguesa. Para tanto, o aposentador-mor encarregava-se de prevenir a pousada do rei quando este saía da Corte. Nesse sentido, partia com alguns dias de antecedência a fim de tomar todas as providências

necessárias para o alojamento do monarca, assim como para o séquito que o acompanhava. O aposentador-mor não possuía exercício na Casa Real, a exemplo do armador-mor, que apenas punha as armas ao rei quando este assim o determinava. No entanto, tinha assento com o monarca nos atos públicos, juntamente com os demais oficiais da casa⁷.

Ao longo dos séculos, as demandas se avolumaram tanto que o Rei D. Filipe I precisou editar o Regimento da Aposentadoria, de 7 de setembro de 1590. O documento, composto por 44 diretrizes, tinha como fundamento racionalizar a concessão das aposentadorias, devido aos significativos abusos cometidos em virtude do elevado número de criados régios que tinham direito a receber tal benefício.

Pelo Regimento de 7 de setembro de 1590, D. Filipe I buscava refrear a “carga e opressão ao povo”, tendo em vista darem-se casas de aposentadoria a todos os moradores da Casa Real, sendo inúmeros os que gozavam de tal benefício. Desse modo, ordenou que:

(...) daqui em diante se não guarde tal costume, nem se deem casas de aposentadoria mais que aos oficiais de minha fazenda, e aos Oficiais de justiça. Casa de Suplicação, e às pessoas, que seguem a Corte por razão de meus officios, e parecendo ao aposentador-mor, que por alguns respeitos se devem de dar a alguma outra pessoa, mo dará primeiro a saber, para nisso mandar prover como houver seu serviço.

Todas as ditas pessoas, a quem forem dadas as casas de aposentadorias serão obrigadas a pagar aluguel delas aos primeiros seis meses seguintes, posto que nelas não more, e se as não quiserem por outros seis meses, as poderão deixar, fazendo primeiro saber aos donos das ditas casas quinze dias antes que se delas saiam, para as alugarem a outrem, ou fazerem o que lhes bem vier; e no princípio de cada seis meses dará penhores bastantes, para que esteja seguro o aluguel das ditas casas, salvo as pessoas, que tem aposentadoria à custa de minha fazenda, porque elas hei por bem que não depositem pois por ela está seguro o aluguel das casas. Porém sendo elas de maior aluguel, do que minha fazenda lhe paga, em tal caso serão obrigados a depositar os penhores pela mesma quantia. (Coelho e Souza 1590, 384)

Conforme o Regimento mencionado acima, permaneciam com direito à Aposentadoria Ativa as pessoas nomeadas, posto que tinham foro ou moradia na Casa Real. De semelhante modo, ficavam assegurados àqueles que eram despojados de suas casas o direito de receber valor referente ao aluguel de suas moradias, a fim de amenizar os transtornos causados pelo sistema de aposentadorias.

⁷ Biblioteca da Ajuda. *Do governo da Casa Real*. Códice 51-VI-17, fl. 150.

No contexto do século XVII, perduraram as queixas contra aqueles que, valendo-se do privilégio da aposentadoria, pediam casas específicas que já se encontravam habitadas por outras pessoas. Nessa perspectiva, em 14 de julho de 1648 (Silva 1648, 11), D. João IV resolve que não se deveriam dar “nunca as que o pretense hóspede pedisse”, usando como justificativa o fundamento de se evitar as “grandes vexações” a seus vassalos e as ocasionais “brigas” e outras “desordens”. Assim, considerando-se ainda como norteador máximo o disposto no Regimento do aposentador-mor, dali por diante, se deveria também observar que não se desse o aposento no local indicado pelo privilegiado, mas que se acomodasse tal pessoa no mesmo bairro, procurando dar primeiro as residências que estivessem vazias.

A cada ano, aumentavam as ocorrências de abusos cometidos no aposentamento da fidalguia portuguesa. Nesse sentido, o Rei D. Pedro II, por meio do decreto de 26 de maio de 1696 (Silva 1696, 384), reafirmou o Regimento das Aposentadorias de 1590, ordenando que o aposentador-mor observasse e cumprisse aquele Regimento:

Manda que o Aposentador-Mor “observe e cumpra o Regimento das Aposentadorias de 7 de setembro de 1590, para não dar aposentadoria senão às pessoas nele declaradas, e de modo nenhum a outras, ainda que tenham o foro, ou moradia na Casa Real, sem primeiro o fazer presente a Sua Majestade”. (Silva 1696, 384)

No Regimento de 1696, disciplinou-se que o aposentador-mor poderia dispor de dois aposentadores pequenos, um dos quais era o chamado aposentador da Corte, e o outro, o da Cidade, além de um escrivão da aposentadoria e um “repositário”.

Em 1672, algumas dúvidas surgiram entre as atribuições do aposentador-mor e do Provedor das Obras, definindo-se que o aposentador-mor aposentava as pessoas reais em toda a parte “assim dentro, como fora do Paço”, o que ficou registado em apostilha no ano seguinte. No tocante ao Provedor das Obras, definiu-se que lhe competia a responsabilidade de mandar fazer as obras necessárias para a acomodação dos fidalgos acompanhantes e da Família Real que se agasalhasse dentro do Paço ou em qualquer outra parte.

Mais tarde, pela Ordem Régia de 2 de novembro de 1708, ordenou-se que todos os que tivessem o foro de Fidalgo tinham direito à Aposentadoria Passiva. Outra alteração importante a respeito do Direito de Aposentadoria foi ordenada por meio do alvará de 7 de janeiro de 1750, o qual disciplinava sobre os ordenados e emolumentos destinados ao sustento

dos Desembargadores do Paço, da Casa de Suplicação e do Porto, bem como os demais Ministros de Justiça. Neste ordenamento há uma breve mas importante menção ao sistema de aposentadorias, por meio da qual não deveriam esses ministros receber dinheiro algum para tal fim, mas

de casas, cama, lenha, e louça para a cozinha, e meza, e tudo o mais será á sua custa; nem consentirão que os Corregedores, Ouvidores, e outros quaisquer Ministros, e officiaes levem mais que a referida aposentadoria: e em huns, e outros será o excesso culpa especial de residencia, com as penas de restituírem em dobro o que de mais levarem, e de dez annos de suspensão de Meu Real serviço. (Silva 1750, 24)

Observa-se, assim, ao longo de vários séculos, que o direito de aposentadoria em Portugal foi sempre alvo de inúmeros ordenamentos, que buscavam amenizar as constantes disputas judiciais entre a fidalguia e aqueles que eram despojados de suas casas.

O Correio Braziliense e o sistema de aposentadorias na Capital portuguesa dos Trópicos

O alvorecer do século XIX traria a Portugal novas nuances dessa prática do sistema de aposentadorias. A chamada “Era das Revoluções” (Hobsbawn 2010, 69) parecia ter transformado o mundo, com uma série de inovações tecnológicas, agitações políticas, conquistas e conseqüentemente, o resultado de uma ruptura com o Antigo Regime. Essa era a situação em que se encontrava a Corte portuguesa recém-chegada ao Rio de Janeiro em 1808, falida. Ironicamente, neste período, a colônia era bem mais rica que a metrópole. D. João VI buscou conquistar e obter apoio financeiro da elite carioca, oferecendo-lhe a distribuição de títulos de nobreza e prestígio; em contrapartida, os habitantes do Rio de Janeiro tinham boas casas, e outros bens que podiam ser usufruídos. As aposentadorias não foram uma exclusividade da cidade do Rio de Janeiro. Há diversos relatos sobre elas no interior da colônia, em cidades como São Salvador e São Vicente.

Como descreveu o comerciante inglês John Luccock, figura que se destacou dentre milhares de estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX após a abertura dos portos: “Enquanto isso, os ricos brasileiros tinham casas e coisas boas que por de lado; nisso é que eles levavam vantagem [...] eram visitas bem-vindas à corte, não só pelo desejo de lhes conquistar a amizade, mas ainda por terem eles a capacidade de retribuir honrarias ocas com benefícios maciços” (Luccock 1875, 68-69).

Por ser o Rio de Janeiro uma cidade relativamente pequena na época, a vida de seus habitantes sofreria mudanças profundas, pois era preciso acomodar a Corte de D. João VI e os milhares de pessoas que o acompanhavam. Assim, como ao longo dos séculos os deslocamentos dos reis de Portugal pelo país eram precedidos por um personagem da casa real, o aposentador-mor, que ia à frente escolhendo os aposentos que lhes serviriam de pouso, nada mais natural, portanto, que invocar o direito de aposentadoria para instalar toda aquela gente que chegava no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, diversos habitantes de propriedades luxuosas do Rio de Janeiro tiveram que sair de suas residências para dar lugar à Corte portuguesa. Os fidalgos, então, escolhiam as melhores residências para se estabelecerem na cidade. Os desafortunados tinham que abandonar suas moradias com mobília e escravos dentro, e raramente havia pagamento de aluguel ou indenização. Esse processo de apropriação, conhecido como sistema de aposentadorias, seria um marco nas relações entre a metrópole e a nova sede dos domínios portugueses.

As casas escolhidas eram marcadas a giz na porta com as iniciais “AP”, que significava Aposentadoria, ou P.R., de Príncipe Regente, rapidamente interpretadas pela população como “Propriedade Roubada” ou “Ponha-se na Rua” (Mello Moraes 1872, 96). Os donos dos imóveis poderiam, assim, viver do aluguel do aposento – a “aposentadoria”. Por esse sistema, implementado em 1808 pelo Conde dos Arcos⁸, as melhores moradias do Rio de Janeiro foram requisitadas para uso da nobreza e dos quase 15 000 portugueses que vieram com D. João VI.

O próprio Príncipe Regente, descontente com sua residência na antiga Casa da Moeda, residência do Vice-Rei (Conde dos Arcos), aceitou “de presente” uma moradia nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Para Debret (1978, 139), “o Príncipe regente D. João VI [...] habitava a contragosto o palacete do vice-rei”; por isso queria a chácara *São Cristóvão*, também conhecida como *Quinta da Boa vista* (Luccock 1975, 176). Thomas O’Neil (2007), no entanto, parece impressionado com o palacete, uma vez que imaginava construções rústicas e se deparou com uma casa suntuosa na colônia. Com isso, como qualquer monarca europeu, o Príncipe Regente teve as melhores residências da cidade.

⁸ Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos (1771-1828), foi o último vice-rei do Brasil. Exerceu notável atuação política como Ministro Conselheiro de D. João VI, desempenhando também importante papel no desenrolar dos acontecimentos que culminaram na Independência do Brasil, em 1822.

A chegada do Príncipe Regente não movimentou apenas a ocupação das terras na cidade do Rio de Janeiro; provocou também profundas mudanças no contexto político local, ganhando espaço nas páginas dos jornais que circulavam na colônia. Dentre eles, destaca-se o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa, membro do que se denominou a “Geração de 1790”, termo cunhado por Kenneth Maxwell (1998, 157) para designar o grupo de intelectuais naturais da América que, na virada do século XVIII para o XIX, procuravam discutir os problemas do Império e nele introduzir reformas, orbitando em geral ao redor da Real Academia de Ciências. Hipólito participou ativamente das discussões sobre os problemas que enfrentava a Metrópole portuguesa ao instalar-se na colônia dos Trópicos, tendo papel decisivo no processo de emancipação do Brasil. A respeito da famigerada prática das aposentadorias, assim se manifestou o jornal *Correio Braziliense*:

Pelos últimos navios chegados daquelle Paiz se receberão vários papeis officiaes, e noticias do Estado da quelle novo Império; eu tenho de lamentar, que se adoptasse ali o systema antigo das aposentadorias, um dos mais opressivos regulamentos do intolerável Governo feudal; e que não pode deixar de fazer o novo Governo do Brazil odioso ao Povo; porque na verdade, apenas se pode soffrer um ataque tão directo aos sagrados direitos de propriedade, qual he o demandar sahir um homem para fora de sua caza, para accommodar outro, que a ella não tem direito. (*Correio Braziliense*, Londres, outubro de 1808, 420)

No discurso do *Correio Braziliense*, este sistema foi representado nos comentários de Hipólito da Costa como um “regulamento medieval”, um “ataque direto ao sagrado direito de propriedade”, responsável por “tornar o novo governo do Brasil odioso para seu povo”. Já nos documentos oficiais, expedidos pelo poder regencial, é representado como uma medida necessária para assegurar a continuação do governo português dos Trópicos e a acomodação da Corte portuguesa.

Segundo relata Oliveira Lima (2006, 502), quando a Família Real estava para chegar, o Conde dos Arcos mandou pedir para todas as pessoas, que habitavam em boas casas, que as cedessem para se acomodarem os fidalgos e as pessoas de distinção que vinham com o Príncipe Regente. Acrescenta o autor que todos os moradores da cidade assentiram ao pedido, deixando para trás suas grandes e espaçosas propriedades mobiliadas, com o melhor que tinham e seguindo com suas famílias para habitar em pequenas moradias.

De início, os principais negociantes da cidade e demais proprietários das casas cederam de bom grado suas residências, vislumbrando a concessão de títulos de nobreza por parte do Príncipe Regente. Além disso, alguns

moradores compraram mobílias e objetos de valor para melhor guarnecer as casas, muitos deles deixando até mesmo suas carruagens, animais, escravos de serviço e de estado, dispensas sortidas e os mais que havia de melhor (Macedo 1862, 22).

De acordo com Joaquim Manuel de Macedo, pelo sistema de aposentadorias, o clima de suspeição e insegurança tomara conta dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, não havendo “quem dormisse tranquillo na sua casa própria, e que acordasse com a certeza de anoitecer debaixo do mesmo teto”. Nesse contexto, quanto mais bela e ampla era uma casa, mais exposta ficava à apropriação unilateral dos nobres portugueses.

Acrescenta Macedo (1862, 22) que a incumbência de desalojar os moradores de suas residências cabia, a princípio, ao juiz aposentador, que executava a aposentadoria em um arranjo que ocorria em cinco tempos:

- 1.º tempo. — O privilegiado dirigia-se ao aposentador e dizia-lhe que precisava da casa tal da rua tal;
- 2.º tempo. — O aposentador encarregava a um meirinho de ir satisfazer o desejo do privilegiado;
- 3.º tempo.— Sahia o meirinho com um pedaço de giz na mão, e chegando á casa designada escrevia na porta P. R. (Príncipe Regente);
- 4.º tempo. — O proprietário ou morador da casa mudava-se em vinte e quatro horas.
- 5.º tempo. — O privilegiado aposentava-se e ficava muito á sua vontade. (Macedo 1862, 22)

Como uma das primeiras medidas assim que chegou ao Rio de Janeiro, Dom João VI proibiu que ninguém possuísse mais de uma residência, ordenança que se aplicava também a armazéns e lojas, determinando que fossem entregues não apenas aos membros da Corte, mas também aos comerciantes que migravam de várias partes do mundo para o Brasil. Curioso é o fato de que, mesmo com as marcações das residências, por meio das quais os moradores tinham apenas 24 horas para deixá-las, levando apenas objetos pessoais, é que, muitas vezes, os moradores as entregavam de muito bom grado no intuito de obter prestígio e honrarias.

Como afirma Jonh Luccock em seus relatos:

Havia, de resto, pouca necessidade de uma ordem real para induzir os homens de categorias e posses, entre os da colônia, a que ajudassem os infelizes estrangeiros. Seja por tanto político, seja por uma simpatia real pelas mágoas de que eram testemunhas, o fato é que eles se adiantavam em seus oferecimentos, emprestando espontaneamente seu dinheiro, suas casas e quase que todas as suas comodidades. (Luccock 1975, 68-69)

Porém, toda essa expectativa, muitas vezes, era em vão. Por mais que se sacrificassem e esforçassem para atender aos desejos da Corte, os moradores eram apenas retribuídos com poucas palavras gentis e cortesias por parte do Príncipe.

Logo a boa recepção e a hospitalidade aos recém-chegados resultariam em casos de abusos. Como relata Mello Moraes (1872, 96), este foi o caso do patrão-mor do Porto, que tinha fazia pouco tempo finalizado a construção de sua residência e nem sequer a havia habitado. O primeiro fidalgo a requisitar a casa foi o marquês de Lavradio, que a ocupou durante dois anos. Acrescenta o autor que o Conde de Belmonte morou durante dez anos sem sequer pagar aluguel. O pobre proprietário e sua numerosa família foram obrigados a morar em uma casa pequena ao lado, privado dos poucos bens de valor que possuíam. Por vezes pedia de volta a sua casa, mas tudo que ouvia era o Conde lhe dizer que não achava outra boa residência para morar, e que iria pagar o aluguel estipulado.

A duquesa de Cadaval permaneceu de 10 a 11 anos na casa e chácara do coronel das milícias Manoel Alves da Glória, sem pagar ao menos um aluguel. Quando o coronel decidiu reclamar sua casa de volta, a duquesa se recusou a entregar e propôs que pagaria o aluguel no valor de 600 000 mil réis, o qual foi recusado.

Esses são alguns dentre vários exemplos de abusos que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. Militares, desembargadores, empregados civis que vieram na esquadra real, passavam pelas ruas e tomando gosto pela casa, mandavam marcá-la. O abuso chegou a tal ponto que os próprios funcionários do Paço Real, tomavam as casas pelo sistema de aposentadorias e as alugavam a quem lhes pagasse mais. Havia casos de o indivíduo chegar a requisitar aposentadoria três a quatro vezes por ano. Posteriormente, para gerenciar tal situação, foi criado o cargo de aposentador-mor, bem antigo na monarquia portuguesa e já existente em Lisboa.

Foi dado o ofício ao Conde das Galvêas, D. Francisco de Almeida. Segundo Mello Moraes, era este:

[...] homem de algum talento, e formado em direito, passava, porém, a vida tão dissoluta, que o vulgo de doudo. Foi na mão deste homem que se depositou o uso do direito de propriedade, e o socego das famílias, em um país que ele não estimava, e nem tinha pelos seus habitantes a menor consideração. Ele queria primar pela insolência e desprezo com que tratava aos naturais do país. Fez do seu ofício uma verdadeira inquisição de iniquidades, chegando a sua animosidade a dar aos parentes de suas amantes aposentadorias para que elas agitassem. (Mello Moraes 1872, 96)

A fim de dar seguimento a seu “projeto civilizatório” na nova capital do império português nos Trópicos, as transformações na fisionomia da cidade tiveram a intenção de adaptar-se à Corte.

Era necessário também instalar as instituições públicas oficiais e os órgãos que então se criavam para possibilitar que o príncipe governasse a partir do Brasil todos os domínios portugueses. D. João VI, dona Carlota Joaquina e os filhos ficaram nos primeiros dias instalados no Paço real, um arranjo temporário. A rainha Maria I ficou no convento dos Carmelitas, ligados ao paço Real, onde também ficou a cozinha e a ucharia, onde guardavam-se os mantimentos da Corte (Macedo 1862, 19).

Com a transladação da Corte e todo o seu aparato governamental para o Rio de Janeiro, além das constantes ondas migratórias de estrangeiros após a abertura dos portos, houve um crescimento populacional acentuado. De acordo com Kirsten Schultz (2008, 161), “uma resposta ordeneira à necessidade de habitações, particularmente por meio de requisições, foi obstada pelo crescimento extraordinário da população do Rio de Janeiro, que dobrou para 80 mil habitantes entre 1810 e 1821”.

Esse crescimento desencadeou uma crise de habitações, além dos altos preços dos aluguéis e das requisições na cidade. Ninguém poderia ter, simultaneamente, duas casas na Corte (Luccock 1975, 68) e quem tinha pouca influência tinha dificuldades de conservar mesmo uma.

Com os crescentes casos de abusos por meio do sistema de aposentadorias, os proprietários de imóveis desenvolveram mecanismos de resistência visando diminuir suas perdas. A saída foi abster-se de construir casas com mais de um pavimento, optando por aquelas desprovidas de requinte e luxo; estas não seriam alvo das requisições, confrontando-se assim uma ordem oficial.

A animosidade se acirrou porque nem todos os vassalos eram iguais perante o príncipe. Mais que de procedência ou divisas, a própria lógica da Corte estava envolta nos conflitos entre os súditos que, na aproximação ao rei, almejavam, não bens pecuniários, mas a honra de “ser aristocrático”, o que elevaria a vaidade destes novos súditos. Muitos se desfizeram de suas residências de bom grado para agradar ao príncipe, mas, ao perceber que não receberiam a atenção que achavam conveniente, ou o erário de honra correspondente aos bens dos quais se despuseram, ficaram descontentes. Malerba (2000), ao retratar a Corte no Exílio, afirma que:

Um caso muito visível à época a fazer crescer a animosidade dos habitantes do Rio de Janeiro contra aqueles a quem tão penhoradamente receberam foi o das “aposentadorias”. Muitas contendas foram parar na parcial justiça daqueles tempos. (Malerba 2000, 282)

O alvará de 27 de junho de 1808 estabeleceu o imposto da décima para os prédios urbanos, nas condições favoráveis dentro dos limites das cidades e vilas, que estivessem localizadas a beira-mar, em todo o Brasil e nos domínios portugueses. O tributo consistia no pagamento anual para a Real Fazenda, por parte dos proprietários, de 10% dos rendimentos líquidos dos prédios, recaindo ainda sobre os prédios aforados.

ALVARÁ DE 27 DE JULHO DE 1808

Crea, o imposto da decima dos predios urbanos.

Eu O Príncipe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem, que tendo mostrado a experiencia e a constante pratica, de Portugal, que o imposto da décima nos predios, tem a vantagem de ser o mais geral e repartido com mais igualdade, pois que pagando-o por fim os inquilinos que os alugam, por lh'o carregarem os donos no aluguel e os proprietários pelos em que habitam, chega a todos os meus fieis vassallos que teem igual obrigação de concorrer para as despesas publicas [...] tendo ouvido o parecer de pessoas muito doudas e muí zelosas do meu serviço; hei por bem determinar o seguinte:

I. Os proprietarios de todos os prédios urbanos que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte e de todas as mais Cidades e Villas e Logares notáveis situados à beiramar neste Estado do Brazil e de todos os meus Dominios, menos os da Asia que pela decadência em que se acham, merecem esta isenção, e os que pertencem às Santas Casas das Misericordias, pela piedade do seu instituto, pagarão daqui em diante anualmente para a minha Real Fazenda 10% do seu rendimento liquido.

II. Os prédios urbanos serão reputados todos aquelles que, segundo as demarcações das Camaras respectivas, forem compreendidos nos limites das Cidades, Villas e Logares notáveis.

III. Os mesmos 10% pagarão os senhores directos pelos fóros, que perceberem, instituidos nos referidos prédios urbanos acima designados.⁹

Como se observa no *caput* deste decreto, a cobrança da décima sobre os prédios urbanos teve como justificativa a “necessidade do aumento das rendas do Estado”. Associada ao sistema de aposentadorias, esta medida agravou ainda mais a situação dos habitantes do Rio de Janeiro quando da chegada da Família Real portuguesa, em 1808. Como resistência a tal medida, os brasileiros passaram a construir casas térreas, em sua maioria, tornando difícil a instituição do “projeto civilizatório” de D. João VI no Brasil.

Para tentar solucionar os problemas de habitação, o intendente Paulo Fernandes Viana propôs que os residentes deveriam ocupar novas áreas,

⁹ *Coleção das Leis do Brazil de 1808*. 1891. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Imprensa Nacional. <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319>.

localizadas nos pântanos que cobriam a maior parte da cidade do Rio de Janeiro. A medida buscava que os moradores fossem estimulados a construir casas em uma área que seria enobrecida, fazendo assim com que mais habitações estivessem disponíveis e os preços dos aluguéis, consequentemente, caíssem.

Para estabelecer essas medidas, foi editado o decreto de 26 de abril de 1811, por meio do qual ficaria concedida isenção da décima por dez a vinte anos aos proprietários que edificassem casas de sobrado nos terrenos que mais tarde dariam origem ao bairro chamado Cidade Nova, de acordo com alinhamento aprovado pelo Intendente de Polícia da Corte. Este decreto justificava-se pelo crescimento exponencial da população da cidade do Rio de Janeiro, que tendia a aumentar, ainda mais acompanhando o desenvolvimento “do comércio, o estabelecimento das artes, o progresso da indústria e de muitos outros motivos que chamam e convidam às Cortes muitas pessoas”, como se observa a seguir:

[...] desejando remover estes inconvenientes, e pelo menos diminuir-os, facilitando o edificarem-se mais casas e terrenos que estão desaproveitados e ainda por aterrar e enxugar, por meio da isenção do imposto da decima, e do favor de conseguirem com mais facilidade materiaes e officiaes, uma vez que as edifiquem nos referidos logares, de sobrados, com melhor regularidade do que até aqui se tem edificado: resultando destas providencias haver maior manifesta utilidade da saúde publica: sou servido, enquanto não estabeço inspeção das obras publicas, e dou amplas proviencias a este respeito, ordenar que todos os que edificarem casas de sobrado nos terrenos situados na Cidade Nova, desde a ponte até o logar marcado para a caldeira, e em qualquer outro logar pantanoso, no termo de dous annos, a contar da data deste, sejam isentos de pagar decima por 10 annos, sendo as casas de um só sobrado, e de menos de cinco portas ou janellas de frente, e por 20 annos, se forem de mais de um sobrado, ou de cinco ou mais portas ou janellas da frente, edificando-as depois de preceder alinhamento e divisões de ruas aprovadas, e feitas por ordem do Intendente Geral da Policia, enquanto não houver Inspector de Obras Publicas.¹⁰

Nesta época, havia poucas casas disponíveis para a acomodação desta crescente população, que chegava às lavas à nova capital dos domínios portugueses nos Trópicos, muitos vindos pela necessidade do “real serviço”. Conforme o decreto, a medida tinha como fundamento proporcionar as condições necessárias para resolver ou amenizar o problema habitacional do Rio de Janeiro, concedendo aos “fiéis vassallos” do Príncipe Regente

¹⁰ *Colecção das leis do Brazil de 1811 – Parte 2*. 1891. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Imprensa Nacional. <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18323>.

novas possibilidades de local para residirem comodamente, por preços razoáveis, “sem ser necessário recorrer-se a aposentadorias continuadas com muito incommodo dos que são em virtude delas despejados”.

Por intermédio das isenções do pagamento da décima, as construções seriam mais controladas reforçando a autoridade do poder real, pondo fim às “liberdades” de construir como quisessem os moradores da cidade, sendo proibidas casas de um só pavimento. Dentre as determinações da coroa portuguesa para embelezar a nova capital do reino, estava a ordem para que se abolissem as rótulas e gelosias¹¹ de urupema das janelas das casas brasileiras, sob o pretexto de que estas “barbarizavam ainda o aspecto da maior parte das ruas principais”.

Por meio do edital de 11 de junho de 1809, o Intendente-Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, ordenou a remoção das rótulas existentes nas sacadas das casas de um ou mais andares, e sua substituição por grades de ferro ou balaústres de madeira, a fim de proporcionar a adesão ao estilo de habitações europeias e possibilitar melhor iluminação nas residências (Santos 1825, 135-136). No mês seguinte, por meio da Resolução n.º 30, de 15 de julho de 1809, concedeu-se provisoriamente “aposentadoria passiva” aos mercadores de retalho da cidade do Rio de Janeiro que se matriculassem na Real Junta do Comércio. Com essa medida, buscava-se conter os inúmeros problemas ocasionados pela concessão de aposentadorias em áreas comerciais da cidade.

A problemática habitacional e o sistema de aposentadorias estabelecidos no Rio de Janeiro foram fundamentais para a configuração das novas relações entre Brasil e Portugal. A extinção desse sistema, porém, se daria gradativamente, sendo medida essencial para tanto a concessão de aposentadorias passivas, estabelecida por força de decreto expedido no dia da coroação de D. João VI, dia 6 de fevereiro de 1818, e publicado em maio do mesmo ano, no jornal *Correio Braziliense*:

Querendo dar ao povo da cidade do Rio-de-Janeiro uma demonstração da minha Real benevolência, pela occasião da rainha coroação nesta cidade; hei por bem que todos os seus habitantes fiquem gozando d’ora em diante do privilegio de aposentadoria passiva, e aquelles que tiverem servido ou servirem na Câmara e mais cargos de Governança da mesma cidade, ficarão gozando dos privilégios concedidos pela ordenação do Reyno, livro segundo, titulo cincoenta e oito, para os fidalgos e seus cazeiros e lavradores. (*Correio Braziliense*, maio de 1818, 497)

¹¹ Edital disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: ANRJ, Polícia da Corte, códice 323, v. 1, fls. 88-89, 11/6/1809.

Como se nota, a concessão das aposentadorias passivas foi direcionada, em um primeiro momento, aos moradores das cidades, “fidalgos, caseiros e lavradores”. Somente em um segundo momento, foram estendidas aos comerciantes do Rio de Janeiro, conforme se observa no alvará a seguir, publicado no *Correio Braziliense*:

Por Alvará com força de Ley, de 31 de Janeiro deste anno, foi S. M. servido conceder provisoriamente aos mercadores da cidade do Rio-de-Janeiro, sendo matriculados na Juncta do Commercio do Reyno do Brazil, o privilegio de aposentadoria passiva nas lojas e casas que habitam, e conservam o seu negocio, salvos porêm os direitos dos proprietários dellas. (*Correio Braziliense*, novembro de 1818, 559)

Até mesmo casas de comerciantes cujo negócio se localizava no mesmo edifício eram requisitadas, e isso gerou polêmica (Lahuerta 2009, 26). Os comerciantes organizaram protestos¹² contra o fato de “pessoas de fora” requisitarem como aposentadoria suas casas de negócio. Nesse contexto, é válido ressaltar que gozavam do direito à “Aposentadoria Ativa” todos os Mercadores das Cinco Classes¹³, e esse conhecimento pertencia ao aposentador-mor, ou a quem, por algum motivo, estivesse a cargo dessa função. As aposentadorias concediam a permanência de um mercador em determinado imóvel, de acordo com o arruamento, conforme normativa fixada em 22 de abril de 1709¹⁴.

Ainda em 1818, se amenizariam os constantes conflitos pela disputa de propriedades no Rio de Janeiro, arrefecendo o movimento de resistência dos residentes, que se recusavam a construir casas de dois pavimentos ou a concluir as já iniciadas, uma vez que havia o receio de que elas fossem tomadas (Carvalho 2003, 115-116). O decreto de D. João VI expedido no

¹² Rio de Janeiro – Comerciantes. 1808. *Requerimento de aposentadorias das casas de negócio onde reside*. BNRJ, Manuscritos, II 30, 24, 27.

¹³ A referência aqui diz respeito às cinco classes de mercadores estabelecidos em Portugal e à determinação dos espaços públicos que deveriam ser ocupados por cada uma dessas categorias. São elas: Mercado de Lã e Seda, Mercadores de Lençaria, Mercadores de Meias de Seda, Mercadores de Meias de Lã, Mercadores de Lojas de Retrós.

¹⁴ Os “arruamentos” foram criados visando não apenas ao embelezamento da cidade, mas também como forma de possibilitar a vistoria por parte de Juízes e Almotacés das Execuções, que deveriam fazer diligência a fim de examinarem o trabalho dos oficiais de manufaturas. Assim, deveriam estes trabalhadores viver “arruados”, habitando uma mesma região das cidades, cada um conforme suas manufaturas para que os Juízes examinassem se em suas oficinas se achava algum engano ou malefício em prejuízo do povo, o que não se podia executar facilmente vivendo todos apartados pela cidade (Coelho e Souza 1709, 209).

dia de sua coroação foi essencial para oficializar a extinção do sistema de aposentadorias à época.

Anos depois, pelo decreto de 14 de maio de 1821, D. João VI fixava a determinação exarada no alvará de 7 de janeiro de 1750, no qual se disciplinava a concessão de “roupas, camas, e outros objectos que se dão aos ministros a título de aposentadoria, indo em correição ou diligência”. Por esse decreto de 1821, fixava-se que os ministros em diligência ou correição poderiam exigir somente uma cama para si, outra para cada escrivão, outra para o inquisidor, e contador, caso houvesse, outra para o meirinho, e duas para criados.

Com o intuito de evitar os já conhecidos abusos relativos à concessão de aposentadorias, D. João VI ordena que tanto as camas, como as louças, e demais mobílias que eram comuns serem disponibilizadas aos oficiais em diligência por ocasião das aposentadorias, deveriam ser tais quais as terras o permitissem. Além disso, antes que partissem para outro lugar, os Ministros e Oficiais deveriam indenizar o que lhes tivesse sido entregue.

O decreto de extinção das aposentadorias só viria em 1821, quando D. João VI chancelaria o fim tanto das aposentadorias ativas quanto das passivas. O inteiro teor desta normativa foi publicado no *Correio Braziliense* de julho de 1821:

Decreto das Cortes, abolindo as aposentadorias

As Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituinte da Nação Portuguesa, considerando que a inviolabilidade do direito de propriedade, sancionada nas bases da Constituição, não pôde soffrer restricções, que não sejam exigidas por uma necessidade publica urgente, decretam: —

1.º Os privilégios de aposentadoria, assim activa como passiva, ficam abolidos, e revogadas na parte correspondente as leys, ou ordens, em que se fundam.

2.º Ficam somente subsistindo os estabelecidos em tractados, em quanto estes se não alterarem competentemente: os concedidos aos actuaes contractos públicos, durante a existência dos mesmos contractos; os dos commerciantes e artífices, obrigados a armamentos, dentro dos limites destes, e em tanto que especialmente se não revogarem as leys dos dictos arruamentos: os dos officiaes militares, na conformidade da portaria de 22 de Novembro de 1814, até se organizar nova legislação a esse respeito —, e o dos magistrados, que andam em diligencias, na forma do decreto de 11 do corrente. (*Correio Braziliense*, n.º 158, julho de 1821, 6-7)

As aposentadorias ativas e passivas foram assim abolidas, subsistindo apenas as estabelecidas em Tratados, as concedidas nos contratos públicos durante sua existência, as dos commerciantes e artífices obrigados ao arruamento, as dos officiaes militares – conforme a portaria de 22 de novembro de

1814 – e as dos magistrados em diligência – conforme as leis de 14 de maio de 1821 e de 25 de maio de 1821, da Constituinte Portuguesa, em vigor pela lei de 20 de outubro de 1823, art. 2.^o.

Os impactos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, portanto, trouxeram em seu bojo a necessidade de acomodação tanto para os exilados quanto para a crescente população fluminense, que havia dobrado desde a chegada de D. João VI. Nessa perspectiva, a provisão e a regulamentação de moradias representaram um dos principais problemas quando da acomodação da Corte portuguesa em terras brasileiras. A “solução” momentânea, posta em prática recorrendo-se ao antigo regulamento das aposentadorias, trouxe não apenas novos padrões de vida pública, mas também novas demandas e conflitos sociais, acompanhados de desordens políticas que marcaram as novas relações entre Brasil e Portugal.

Considerações finais

A crise da habitação ocorrida no Rio de Janeiro e o uso das aposentadorias mostram que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe novos padrões que, não apenas passaram a mediar as relações da vida pública na nova capital dos Trópicos, mas também estabeleceram um novo marco relacional entre Brasil e Portugal.

Para tornar o Rio de Janeiro uma capital à altura do Reino, a cidade e seus habitantes passaram por um processo de intensa transformação de hábitos e costumes. A construção de uma Corte real no Brasil significava forjar uma cidade “civilizada” do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, bem como criar uma comunidade imaginada, aos moldes dos princípios da ilustração europeia.

Nesse sentido, a circulação do mensário *Correio Braziliense* contribuiu de modo especial para trazer ao debate da sociedade brasileira não só as principais medidas do poder regencial, mas também o comentário agudo sobre os desmandos que se cometiam em seu nome, como o famigerado sistema de aposentadorias. Esse processo, porém, encontrou nos habitantes do Rio de Janeiro resistência, tendo em vista que se negaram a continuar sofrendo os terríveis danos de tal sistema, deixando de construir casas nos moldes requisitados pelos decretos regenciais.

Com base na relação entre a noção de “representações” propostas por Roger Chartier (2002) e o espaço social da Corte no Rio de Janeiro, observamos a configuração de um quadro de intensas disputas nos campos econômico, político e cultural. Para Chartier, essa categoria ou noção é

fundamental na configuração da história cultural, sendo portanto universal, pois resulta de posições e práticas sociais. A representação alude ao modo como, socialmente, os homens constroem o mundo, configurando sentidos e atribuindo significados ao que os circunda.

Partindo, pois, do pressuposto de que os grupos constroem suas representações para atender a demandas vitais, concretas, a construção imaginária da nova capital portuguesa nos Trópicos necessitava dialogar com esse novo paradigma de “urbanidade” e “civilização”. Segundo Chartier (2002), as representações seriam, pois, esquemas perceptivos, construções engendradas no contexto da vida coletiva. Necessitava-se, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, construir socialmente os elementos de uma sociedade cortesã, desenvolvendo um processo de trocas entre a Corte que se estabelecia e a sociedade local, ainda pontuadamente rural.

A presença da Corte na Capital brasileira inaugurava um processo de imersão do imaginário local em uma atmosfera cortesã, forjada pelas referências a um tipo de experiência social diversa da que se experimentava no Brasil de então. Nesse sentido, as representações deste imaginário europeu de civilidade e cortesia trazidas pelo séquito de D. João VI chocava-se com o modelo rural-escravista da sociedade brasileira. Logo, tornava-se necessário desconstruir as tradições coloniais, estabelecendo novas relações de poder legitimadas pelas representações sociais.

O ordenamento das aposentadorias apresentava-se como meio mais fácil para inserção desse grande contingente populacional em condições que não propiciavam a devida preparação por parte dos moradores do Rio de Janeiro.

Apesar de o sistema de aposentadorias ser mencionado em diversas obras da historiografia colonial brasileira, poucas aprofundam a temática, sendo imprescindíveis estudos que se debruçam sobre os efeitos devastadores desta prática no contexto da história do Brasil. Em um momento em que as instituições brasileiras são colocadas em xeque, em que impera a corrupção e os jogos de interesse, faz-se imprescindível voltar os olhos ao passado para confrontar as ideias “fundadoras da identidade nacional”. Afinal, é com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que se intensifica a propagação de um discurso nacionalista, pois, até então, não havia claramente distinção entre “brasileiros” e “portugueses”.

Constata-se assim que, entre o período investigado e o contexto contemporâneo, existe estreita relação. A história repete os mesmos procedimentos de exclusão, empurrando, sob o pretexto de “urbanização”, os “pobres” ou a “população indesejada” para os lugares mais longínquos da cidade.

Referências

1. Fontes Históricas

- Biblioteca da Ajuda. Do governo da Casa Real. Códice 51-VI-17, fl. 150.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1858-1859. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1640-1647, 1648-1656, 1657-1674, 1675-1683, 1683-1700, 1701*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva. <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt>.
- Coleção das Leis do Império. 1908-1821. Acervo da Câmara dos Deputados do Brasil. <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara>.
- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro [ANRJ], Polícia da Corte, Códice 323, v. 1, fls. 88-89, 11/6/1809.
- Rio de Janeiro – comerciantes. Requerimento de aposentadorias das casas de negócio onde residem, 1808, BNRJ, Manuscritos, II 30, 24, 27.
- COELHO E SOUZA, José Roberto Monteiro de Campos. 1590. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1683-1700*.

2. Periódico

- Correio Braziliense: 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821*. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. <https://www.bbm.usp.br/>.

3. Bibliografia

- ARMITAGE, João. 1837. *História do Brasil: desde a chegada da Real Família de Bragança até a abdicação do Imperador D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Villeneuve e Comp.
- ARRUDA, José Jobson de A. 2008. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos, 1800-1808*. Bauri: EDUSC.
- BARBOSA, Marialva. 2010. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. 2003. *Uma Ideia da cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808, 1821)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ.
- CERTEAU, Michel de. 2011. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CHARTIER, Roger. 2002. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

- COELHO e Souza, José Roberto Monteiro de Campos. 1709. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1686-1783*.
- DEBRET, Jean-Baptiste. 1978. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- DUTRA, Eliana de Freitas e Jean-Yves Mollier. 2006. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume.
- HOBBSAWM, Eric J. 2010. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25.^a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- JANCSÓ, Islván, e Andrea Slemian. 2002. Um caso de patriotismo imperial. In *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*, ed. Alberto Dines, Volume XXX, 605-667. Estudos. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado: Correio Braziliense.
- LAHUERTIA, F. M. 2009. *Geografias em Movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/US.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. 1977. *Antologia do Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/MEC/INL.
- LUCCOCK, John. 1975. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país, de 1808 a 1818*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- MALERBA, Jurandir. 2000. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAXWELL, Kenneth. 1998. A Geração de 1790 e a idéia do Império Luso-brasileiro. In *Chocolate, piratas e outros malandros – Ensaios Tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MELLO Moraes, A. J. de. 1872. *História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil – 1807-1808*. Rio de Janeiro: E. Dupont Editor.
- MOURA, D. A. S. 2013. Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions. *História* 32 (1). <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742013000100023>.
- OLIVEIRA Lima, Manuel de. 2006. *D. João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- O'NEIL, Thomas. 2007. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, Secretaria Municipal das Culturas.
- PAQUETTE, Gabriel. 2013. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770-1850*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- RIZZINI, Carlos. 1957. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- SANTOS, Luís Gonçalves dos. 1825. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra, e glória; escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas à S. Magestade Elrei nosso senhor D. João VI.* Lisboa: Impressão Régia.
- SCHULTZ, Kirsten. 2006. A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In Jurandir Malerba, *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SCHULTZ, Kirsten. 2008. *Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1211. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1272. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1297. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1648. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1648-1656*.
- SILVA, José Justino de Andrade. 1696. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1683-1700*.
- SILVA, Antonio Delgado da. 1750. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, 1750-1762*.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- TENGARRINHA, José. 2018. *Hipólito em Londres: Jornalismo de convergências e de confrontos*. <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/jornalismo-de-convergencias-e-de-confrontos-2/>.

Do Novo ao Velho Mundo: indígenas da Amazônia na Alemanha dos naturalistas Spix e Martius

Maria Leônia Chaves de Resende*
Klaus Schönitzer**

Anais de História de Além-Mar XIX (2018): 189-220. ISSN 0874-9671

Resumo:

Durante uma expedição no início do século XIX (1817-1820), os naturalistas e viajantes bávaros Johannes Baptist Spix e Carl Friedrich Philipp Martius tiveram contato com diversos povos indígenas no Brasil. Eles acabaram por levar duas crianças indígenas da região amazônica para Munique, Alemanha, onde estas morreram alguns meses depois, vítimas de doenças pulmonares e intestinais. Foram batizados de Isabella Miranha e Johannes Juri, nomes dos grupos a que pertenciam. Este artigo procura compreender como o contato com as populações indígenas de diferentes procedências e, em especial, o convívio com essas duas crianças redimensionaram a percepção desses viajantes sobre a natureza dos índios.

Palavras-chave: povos indígenas, viajantes Spix e Martius, etno-história.

Data de submissão: 09/01/2018

Data de aprovação: 28/11/2018

Abstract:

During their expedition in the early XIX century (1817-1820), Bavarian naturalist travellers Johannes Baptist Spix and Carl Friedrich Philipp Martius, kept contact with various indigenous peoples in Brazil. They ended up taking two indigenous children from the Amazon region to Munich, Germany, where they died a few months later, victims of bowel and lung diseases. They were baptized as Isabella Miranha and Johannes Juri, names of the groups they belonged. This article aims understand how the contact with different indigenous peoples and, specially, their relationship with these two children, redimensioned these travellers' conceptions about the nature of indigenous from Brazil.

Keywords: indigenous peoples, travellers Spix and Martius, ethnohistory.

Date of submission: 09/01/2018

Date of approval: 28/11/2018

* Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil. E-mail: leonia@ufsj.edu.br .

** Zoologische Staatssammlung München, Alemanha. E-mail: klaus@schoenitzer.de .

Do Novo ao Velho Mundo: indígenas da Amazônia na Alemanha dos naturalistas Spix e Martius

Maria Leônia Chaves de Resende
Klaus Schönitzer

Introdução

O Brasil do início do século XIX, ainda colônia de Portugal, era relativamente inexplorado. Em 1808, com a transferência da coroa portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o centro do império português. Pouco depois, em 1815, Dom João VI elevou a condição do Brasil para reino unido a Portugal, criando as condições para profundas mudanças, entre elas a abertura aos cientistas estrangeiros. Foi nesse contexto que os naturalistas da Baviera Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Phillip Martius¹, ao final dos anos 1820, se embrenharam pelo território no que ficou reconhecida com uma das maiores expedições realizadas à época. Dos rincões da Amazônia, levaram duas crianças indígenas, batizadas como Isabella Miranha e Johannes Juri, para Munique, Alemanha.

Até o momento, somente existem algumas poucas publicações alemãs, notícias isoladas nos jornais e uma narrativa ficcional sobre o assunto (Leonhardt 1987). Na historiografia brasileira, esse fato foi tratado pontualmente. O foco foi sobre a crítica à abordagem dos relatos de viagem, tratados como fontes para a história por serem «testemunhas» dos acontecimentos ou, ainda, por

¹ Johann Baptist Spix nasceu em 7 de fevereiro de 1781, em Höchstadt/Aisch, no meio de Francônia. Frequentou a escola básica em Bamberg e adquiriu seu doutorado de Filosofia. Logo após, estudou Teologia em Würzburg, até que seu interesse em ciências o persuadiu a mudar de objeto de estudo, acabando por obter seu segundo doutorado em Medicina, em 1806. Posteriormente, foi indicado como cientista assistente (*Adjunkt*) na Academia Bávara de Ciências e Humanidades (*Bayerische Akademie der Wissenschaften*), com a tarefa de melhorar a coleção zoológica. Entre 1808 e 1810 ele esteve em Paris para aprender zoologia no *Musée National d'Histoire Naturelle* e fez excursões para o norte da França e Itália. De volta a Munique, ele foi indicado como curador e coordenador das coleções zoológicas. Nesse momento começa a coleção zoológica do estado da Baviera (*Zoologische Staatssammlung München*). Spix publicou alguns livros e artigos antes de ser indicado para se juntar à expedição austríaca para o Brasil como zoólogo. Carl Friedrich Philipp Martius nasceu em 17 de abril de 1794 em Erlangen, onde frequentou a escola básica. Estudou medicina e adquiriu seu doutorado em 1814, com a composição de uma lista sistemática de plantas do jardim botânico de Erlangen. Em 1816 foi indicado como cientista assistente em Munique e acompanhou Spix como botânico na expedição para o Brasil. Para maiores detalhes sobre a vida de Johann Baptist Spix, ver Klaus Schönitzer 2011a e Klaus Schönitzer 2011b. As biografias de Martius estão publicadas em: Scharamm 1869, Sommer 1953, Grau 1994.

constituírem uma visão estrangeira e, por isso, mais capaz de descrever com propriedade e isenção as características brasileiras (Leite 1997, 9-10). Nessa perspectiva da «descolonização do conhecimento», alguns estudos abordaram a relação entre o narrador e as viagens a partir da construção de representações estereotipadas sobre o «outro» (Alegre 1994, 59-72). No caso dos relatos de Spix e Martius, procurou-se identificar como os conceitos de natureza e civilização compuseram a própria construção de «nação» do Brasil (Lisboa 1997).

No entanto, ainda é preciso prosseguir nas investigações e recuperar a vivência do «viajante» com o «viajado», e vice-versa. Neste artigo, coletamos informações em fontes inéditas e jornais da época com o propósito de recuperar particularmente a visão de Spix e Martius sobre os indígenas no Velho e no Novo Mundo, ao mesmo tempo que recuperamos a experiência vivida pelos indígenas na Alemanha. Esse convívio acabou por influenciar as percepções dos viajantes sobre as populações nativas.

Desde as «conquistas» no século XVI, o Novo Mundo foi objeto de debates intensos, procurando dar inteligibilidade à existência daquele continente como também aos seus habitantes. Não somente a exuberante natureza, mas também o caráter dos seus habitantes despertaram grande interesse. Uma das primeiras crônicas que influenciou o conhecimento sobre os povos indígenas na Alemanha foi a de Hans Staden (1525-1576). Ele descreveu e ilustrou o ritual antropofágico dos Tupinambá, que causou grande comoção sobre as práticas nativas. Assim, os indígenas foram logo considerados como «comedores de homens». Essa narrativa só reforçou a visão de que os indígenas eram social e culturalmente inferiores. Por outro lado, a ideia do «selvagem nobre» como ser inocente também foi largamente difundida, como ficou expresso na literatura e filosofia desde o século XVII (Kurella 2002, 77-111).

A partir da noção da «civilização» construída no século XVIII, formularam-se outras hipóteses a respeito do mundo nativo. O ponto de partida foi a ideia da inferioridade do «selvagem» americano, arquitetada na obra do francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), que reuniu pela primeira vez, de forma sistemática, as observações, conceitos e preconceitos registrados nos relatos de viajantes, naturalistas e missionários. Os estudos de Buffon, publicados em meados do século XVIII, postulavam a «debilidade» do continente americano. Segundo ele, os habitantes da América não dominavam a natureza, «não tendo jamais submetido nem os animais nem os elementos, não tendo domado os mares nem direcionado os rios, nem trabalhado a terra». Assim, os indígenas eram «somente um animal de primeira classe, e existia para a natureza apenas como um ser sem consequência, uma espécie de autômato impotente, incapaz de reformá-la ou auxiliá-la» (Gerbi 1996, 21).

Buffon também atribuiu aos selvagens certa frieza, característica comum a outros animais americanos considerados inferiores, como répteis e insetos. De acordo com ele, isso ocorria principalmente em virtude do estado bruto no qual a natureza se encontrava ali. Configurava-se uma espécie de círculo vicioso, pois a natureza era bruta justamente em função da incapacidade do homem em transformá-la. Na verdade, essas teorias tentavam responder ao problema de definir o Novo Mundo em relação à Europa, com sua gente e suas espécies naturais, além de procurar justificar com «rigor científico» um espectro evolutivo.

O clima, em particular, serviu para «mediar o abismo lógico entre a tese da debilidade física do continente americano e a de sua inferioridade civil e política», como defendiam Bodin, Montaigne, Charon, Botero e Campanella, dentre outros. Voltaire (1694-1788), no entanto, questionava frontalmente a influência do clima. Ele argumentava que, através dos séculos, houve uma significativa mudança no caráter dos povos, enquanto o clima permanecera o mesmo. Discordando também de Buffon, afirmava que cada continente podia produzir seus animais, e não existia problema nem na semelhança de certas espécies, nem na diversidade ou singularidade de outras, não sendo pertinente classificá-las como inferiores ou superiores. A América seria pouco habitada, porque estaria coberta de pântanos que tornavam o ar muito nocivo, pois a terra produzira uma série de venenos, e, por fim, porque seus habitantes eram pouco industriais. O resultado de tais deficiências era uma extraordinária escassez de alimentos, devido à qual os animais eram em geral desnutridos e os homens não podiam se multiplicar (Gerbi 1996, 50).

Outro filósofo francês, o abade Raynal (1713-1796), também contribuiu para a polêmica. Ao analisar a altitude excessiva das montanhas do Peru, bem como os grandes rios e pântanos, Raynal deduziu que essas eram assimetrias reveladoras de um mundo nascente. Por isso, encontravam-se no Antigo Continente dois terços a mais de espécies animais que no Novo, além de animais consideravelmente maiores, nas mesmas espécies. Os homens, por sua vez, seriam menos fortes, menos corajosos, imberbes e desprovidos de pelos, degradados em todos os sinais da virilidade e de amor, sentimento sem o qual nenhum dos outros laços possuiria força nem durabilidade (Gerbi 1996, 52).

A polêmica sobre a natureza americana chegou ao seu extremo com o abade Corneille De Pauw. Enciclopedista típico, De Pauw reunia a crença no progresso e a ausência completa de fé na bondade natural do homem, julgando que essa última só seria capaz de aperfeiçoar-se quando em

sociedade. Assim, os indígenas americanos, na medida em que ignoravam a necessidade de organização social, eram incapazes de efetivar o progresso. Contrariando a ideia de Buffon de que a natureza do Novo Mundo era imatura, ele afirma que ela não seria imperfeita, mas «decaída ou decadente». Os americanos, portanto, seriam degenerados, piores até que os animais. Seriam débeis, pouco vigorosos, com menos sensibilidade e humanidade, menos gosto e instinto, menos coração e inteligência. Assemelhavam-se a «bebês raquíticos, irreparavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental» (Gerbi 1996, 58).

O fato é que o debate era acirrado e se espalhava por toda a Europa, sensivelmente na Alemanha², que acabou por resultar, no campo das ideias, em uma «disputa sobre o Novo Mundo», implicando, inclusive, em um ponto fundamental: a partir de que fontes e autoridade se deveria escrever a história das Américas (Cañizares-Esguerra 2011, 22)? De fato, durante o século XVIII, algo estava mudando radicalmente na Europa em relação ao crédito dado às narrativas do Novo Mundo feitas no século XVI. Relatos que até então não haviam sido postos em dúvidas passaram a ser considerados indignos de confiança. A credibilidade de relatos que não fossem escritos por «viajantes filosóficos» passou a ser questionada por um grupo de estudiosos no último quarto do século XVIII. Embora o ceticismo em relação aos viajantes e fontes tradicionais tivessem raízes profundas no século XVII, essas observações revelariam uma forma diferente e um novo modo de ler as fontes.

Nessa perspectiva, Spix e Martius foram apresentados nessa polêmica como homens acadêmicos e testemunhas oculares de uma humanidade que, desde o século XVI, estava colocada à prova. Sobre essa questão, Martius expressou claramente sua posição, quase 20 anos após a expedição:

Em quanto aos meus estudos sobre a história primitiva dos autóctones do Brasil e da América *in genere* [...], consta-me a persuasão, como de um fato geral, que toda a primeira povoação da América em tempos muito remotos tem vivido em um estado mais civilizado do que [aquele] no qual achamos tanto Mexicanos ou Peruvianos como mesmos os ferozes índios selvagens do Brasil. Toda essa povoação tem caído de uma posição mais enobrecida por diversos caminhos [d'huma desgraça] [...]. O assunto de descobrir as íntimas causas da sua decadência seria digníssimo de objeto da Ciência.³

² As informações sobre a natureza dos indígenas foram amplamente debatidas na Alemanha. Ver Lisboa 1997, Kreuzer 2003, Kurella 2002, Schulze 2008.

³ Bayerische Staatsbibliothek (BSB) – Biblioteca Estadual da Baviera. Martiusiana, II. A. 1, Carta de Martius a Januário da Cunha Barbosa, em 24 de fevereiro de 1840.

Há, então, uma tendência em se reforçar que esses naturalistas encarnaram uma visão pessimista dos indígenas, expressa nos seus relatos. Se isso não pode ser contestado por inúmeras passagens depreciativas, um estudo mais acurado da expedição e, sobretudo, das reflexões posteriores à viagem demonstra que essa visão foi de fato contraditória, provocada possivelmente pela experiência do contato com os indígenas, que ora reforçava uma visão detratora, ora favorecia uma idéia mais positiva.

Nesse sentido, para uma vertente de estudiosos, Spix e Martius, embora fossem «eruditos e sensíveis», representantes da elite intelectual universitária da Alemanha, com formação clássica e sólida, não estavam propriamente preparados para o encontro com a cultura indígena da Amazônia em função das «circunstâncias da sua vida e formação antecedente». A literatura baseada na antropologia cultural tem investigado justamente essa questão sob a perspectiva da «xenologia», entendida como «a observação e investigação do comportamento humano frente ao fenômeno da alteridade, a reação mental e intelectual frente ao estranho, ao desconhecido, ao outro» (Kreutzer 2003, 89-90). Além disso, pouco sabiam previamente sobre o Brasil, reduzindo seu conhecimento, segundo eles próprios, aos relatos de La Condamine e de Acuña. Há forte razão para se acreditar que também conhecessem os volumes de Alexander von Humboldt. Assim, os bávaros nunca [*teriam*] ultrapassado «a ideia de que ser civilizado era melhor de que ser selvagem» (Kreutzer 2003, 94).

Se é possível entender essa perspectiva, é importante notar que a experiência no Brasil e o convívio com os indígenas em Munique colocaram em xeque suas visões anteriores e mudaram sensivelmente sua percepção sobre o mundo «civilizado». Portanto, não é possível limitar a visão de Spix e Martius apenas pela leitura dos volumes de «Viagem ao Brasil», mas confrontá-los com a experiência anterior e posterior que contribuíram para a reconsideração de suas teses, pois foi na dinâmica desse processo como um todo que se construiu uma percepção sobre a questão da humanidade dos indígenas do Brasil. É possível acompanhar a ambivalência vivida pelos viajantes, divididos entre as ideias difundidas e debatidas na Europa sobre a humanidade dos ameríndios e a própria experiência vivida no contato com povos indígenas de diversas procedências étnicas e, em especial, o que a proximidade com Johannes e Isabella provocou no pensamento dos naturalistas.

Spix e Martius: naturalistas entre povos indígenas do Brasil

Entre 1817 e 1820, Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Philipp Martius assumiram uma expedição científica por extensas partes do Brasil. Originalmente, essa viagem foi planejada como um apêndice da expedição austríaca de Natterer, acompanhando a arquiduquesa Maria Leopoldine von Österreich (1797-1826) para o Brasil (Riedl-Dorn 2000, Helbig 2012, Bujok e Helbig 2014). Ambos os cientistas não investigaram apenas animais (Spix) e plantas (Martius); receberam também uma lista extensa de tarefas hercúleas e outras incumbências das autoridades. Eles deveriam examinar todas as áreas da zoologia e da botânica e realizar pesquisas geológicas, mineralógicas e geomorfológicas, bem como coletar dados sobre clima, campos magnéticos e hidrobiologia. Além disso, as autoridades esperavam que eles pesquiassem, de forma detalhada, as línguas, costumes, tradições, religiões e facilidades técnicas dos habitantes, incluindo os indígenas, reportando, sobretudo, o que pudesse ser de interesse econômico ou científico. Entretanto, focaremos aqui em um único ponto: a experiência com as duas crianças indígenas que foram levadas para a Alemanha.

Spix e Martius chegaram ao Rio de Janeiro em 14 de junho de 1817, onde ficaram investigando os arredores. Inicialmente, como testemunharam, foi muito interessante e estranho ver tantas pessoas com «cores de pele diferentes». Eles escreveram em seus relatórios durante a viagem:

O que lembra de imediato os viajantes de que eles se encontram em uma parte estrangeira do mundo é, sobretudo, a multidão de pessoas negras e de cor, a classe operária, com a qual se deparam em toda parte e imediatamente assim que colocam os pés no chão. [...] A natureza sorrateira e rude desta gente seminua e intrometida fere o sentimento do europeu, que acaba de deixar sua terra de costumes refinados e hábitos cortesês.⁴

⁴ Johann Baptist Spix; Carl Friedrich Philipp von Martius, *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. König von Baiern in den Jahren 1817-1820 gemacht*. 3 vols. and 1 Atlas – Verlag M. Lindauer, München, p. 1388 (vol. I: 1823, vol. II: 1828, vol. III: 1831) reprinted 1967/68, 1980. Todas as citações traduzidas foram feitas a partir desta publicação original. Há ainda uma versão em inglês por H. E. Lloyd, London, vol. I (1824, em 2 tomos). Em português, uma versão por L. Furquim Lahmeyer, Rio de Janeiro (1938 e edições seguintes em 1961, 1981). J. Spix; C. Martius 1823, 91: «Was jedoch den Reisenden alsbald erinnert, dass er sich in einem fremden Welttheile befinde ist vor Allem das bunte Gewühl von schwarzen und farbigen Menschen, die ihm als die arbeitende Classe, überall und sogleich begegnen, wenn der den Fuss ans Land setzt. [...] Die niedrige rohe Natur dieser halbnackten, zudringlichen Menschen verletzt das Gefühl des Europäers, der sich soeben aus dem Vaterlande feiner Sitte und gefälliger Formen hierher versetzt sieht».

Seus escritos demonstram que a jornada produzira um choque cultural para os dois bávaros, que então nunca haviam estado fora da Europa. Os dois cientistas ficaram fascinados com o meio ambiente tropical e coletaram sistematicamente animais e plantas. Em seus primeiros relatórios ao rei da Baviera, eles escreveram, entusiasticamente:

Nem a imaginação mais luxuriante é capaz de abarcar a diversidade e o luxo das formas pelas quais a natureza adornou esta região. [...] a terra parece ter derramado toda sua riqueza de cores e formas. [...] – Não! O Brasil e nenhum outro país é o paraíso arcaico esperado na terra, desde sempre almejado.⁵

Spix e Martius estavam bastante despreparados para o encontro com diferentes culturas indígenas (Helbig 2014, 42). Suas ideias sobre «raça» foram muito influenciadas pelo cientista alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) (Lisboa 1997). Antes do embarque, tiveram apenas uma informação muito básica e prévia sobre o Brasil, em parte advinda dos relatórios de Charles Marie de La Condamine (1771-1774) e Christóbal de Acuña (1597-1675), e sabiam sobre as viagens de Alexander von Humboldt (Kreutzer 2003, 92), com quem Spix tivera contato em Paris durante sua estada na cidade em 1808. De toda forma, Spix e Martius colecionaram as impressões de todo tipo de pessoas. Eles foram influenciados e dependentes das informações dos habitantes que conheceram, como um pastor nas proximidades de Jacaréí, que descreveu o povo indígena como «bastante entediante e desagradável» (Spix e Martius 1823, 212). Só mesmo posteriormente tiveram a oportunidade de contactar os povos indígenas e suas culturas.

Spix e Martius observaram atentamente as «tribos» indígenas que conheceram e coletaram diversos itens considerados como característicos daquelas culturas. Ambos fizeram listas de palavras de diferentes línguas e descreveram muito de sua vida cultural⁶. Dessas incursões, levaram muitos objetos e artefatos, vestígios de cultura material de 40 grupos étnicos diferentes para

⁵ Spix e Martius 1818, 11: «Die üppigste Einbildungskraft vermag nicht die Mannigfaltigkeit und den Luxus der Formen zu fassen, womit die Natur diese Gegend ausgeschmückt hat. [...] scheint die Erde allen Reichtum an Farben und Formen ausgegossen zu haben. [...] Nein! Brasilien und kein anderes Land ist jenes schon in der Urzeit geträumte hesperische und das hoffnungsreiche Paradies unserer Erde».

⁶ No BSB, há vários manuscritos com listagens lexicais de diferentes povos indígenas do Brasil. Veja-se como exemplo o caso dos indígenas de Minas Gerais. BSB Martiusiana I A1, 10, 4. Sobre os Botocudos: I) Encrekmung, Crecmun ou Craemun (7 fólhos, com lista em português e latim com o respectivo significado em língua nativa (botocudo); II) Crecmun (4 fólhos); III) Nac-Nanouc (9 fólhos); IV) Djiopouroca (Jüporocas) (10 fólhos); Sobre os Puris (2 fólhos); Sobre os Coroados (44 fólhos); Sobre os Malalis (1 fólho).

Munique (Zerries 1980, 273). Spix descreveu, por exemplo, o tradicional ritual dos Ticunas e levou algumas máscaras de rituais, as quais ainda hoje se encontram no Museu dos Cinco Continentes em Munique. Muitas das descrições são detalhadas, embora o entendimento sobre a cultura indígena fosse caracterizado por «mal-entendidos», influenciados pelas ideias de outros naturalistas da época.

O primeiro nativo que eles conheceram foi um garoto dos «Botocudos, comedores de homens», que estava na casa do germano-russo Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), no Rio de Janeiro (Spix e Martius 1823, 96). Esse é um relato notável descrito no caderno de viagens. O médico e antropólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach buscava um crânio botocudo para investigação anatômica. Como o comandante não tinha um crânio para tal, ele enviou um botocudo vivo para o Baron Von Langsdorff. Esse botocudo foi capturado pelos soldados do comandante Langsdorff, que acabou se afeiçoando por ele e o manteve como servo. Ele foi nomeado como «peça de apresentação viva» (Spix e Martius 1823, 97)⁷. Spix e Martius ficaram atordoados com a ideia de matar um homem para examinar seu crânio⁸. Posteriormente, Spix obteve o crânio de um outro botocudo, o qual examinou, mediu e ilustrou em um estudo comparativo com os crânios de indivíduo da Europa, da África e da Ásia, sendo na verdade uma retomada de sua investigação anterior de crânios de animais (Spix 1815).

Os bávaros separaram-se dos cientistas austríacos e deixaram o Rio de Janeiro em dezembro de 1817, em direção a São Paulo. Durante as primeiras semanas, eles foram acompanhados do pintor Thomas Ender (1793-1875), que proporcionou pinturas e esboços inestimáveis e ilustrou a primeira parte da viagem de Spix e Martius. Após investigar os arredores de São Paulo, prosseguiram viagem para o norte, em Minas Gerais, no distrito dos diamantes, perto de Porto Salgado (hoje Januária), cruzaram o rio São Francisco e dirigiram-se para o leste, até a costa de Salvador na Bahia e São Luís do Maranhão. Eles sofreram terrivelmente sob o fardo da seca e de várias doenças, escapando da morte em várias ocasiões. O último e mais importante trecho da viagem foi até o rio Amazonas. Lá, separaram-se em Ega (Tefé), tomando diferentes caminhos para explorar o território. Spix subiu o Solimões até Tabatinga, na fronteira do Brasil com o Peru, Martius subiu ao longo do rio Yapurá (Japurá). Ele recrutou um número considerável de

⁷ Spix e Martius 1823, 97: «da jener nicht Gelegenheit fand, eines solchen todtten Documentes habhaft zu werden, so schickte er dem Grafen zwei lebendige Botocudos, [...] den einen derselben, welcher ihm [...] als lebendiges Kabinettstück [...] diente».

⁸ *Reise in Brasilien*, 1828, Vol. 2: 96.

indígenas e soldados para ajudar e recebeu ajuda do adepto e experiente Capitão Francisco Ricardo Zany, que também conhecia a «língua geral», língua comum falada pelos habitantes indígenas e portugueses⁹. Nessa viagem, Martius fez uma parada em um assentamento do povo miranda, conhecido como Porto dos Miranhas.

No aldeamento dos Miranhas havia um chefe indígena «tuxaua» que adotou o nome cristão de João Manoel (Spix e Martius 1831, 1241). Esse chefe vendia escravos para os colonos portugueses «como trabalhadores para as fazendas ou como servos para remar». «O tuxaua dos Miranhas, que aqui reside, tem o costume de vender cativos de guerra para os brancos, assim como os chefes dos negros, e por isso ele sempre tem um grande número de combatentes prontos para lutar»¹⁰. «Pelo fato de o tuxaua ter oferecido fazer uma incursão contra seus inimigos a fim de capturar índios adultos para o Capitão Zany e algumas crianças para nós, Dr. Martius deixou sua companhia [Capitão Zany] assim como a de outro homem enfermo para acelerar sua expedição de guerra»¹¹.

De lá, Martius viajou até as cachoeiras de Arara-Coara, colocando fim em sua expedição, após a qual retornou ao Porto dos Miranhas. A saúde do capitão Zany deteriorou-se e a maioria dos companheiros também adoeceu, provavelmente devido à malária ou a infecções enteroparasitárias (Spix e Martius 1831, 1262). A essa altura, eles também tiveram que construir um novo barco, que está ilustrado no atlas. O tuxaua retornou da incursão. Anos depois, em 1831, Martius o descreveu como uma pessoa bastante incivilizada:

⁹ Capitão Zany colheu seus préstimos. Relatou em carta a Martius em 1829 que recebera do Rei, pelos serviços prestados na Amazônia, o posto de Coronel da Primeira Linha, adido ao Estado Maior e Comendador da Ordem de Cristo. Sua filha casara-se com o Desembargador da Relação do Maranhão, Domingos Nunes Ramos Ferreira, e o filho, José, assentara praça de cadete na artilharia e estava na ocasião estudando na corte. BSB, Martiusiana II. A, 2. Carta de Francisco Ricardo Zany a Martius, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1829.

¹⁰ Spix e Martius 1821 (4), 16: Escrita por Martius em Lisboa, 8 de Outubro de 1820, ou seja, antes dos dois cientistas terem regressado a Munique: «... als Arbeiter in ihre Faziendas oder Ruderknechte [...] Der Tuxana der Miranhas nämlich, welcher hier residiert, pflegt auf ähnliche Weise, wie die Negerfürsten, die im Kriege gemachten Gefangenen an die Weißen zu verkaufen, und hält deßhalb immer eine große Anzahl streitbarer Männer bereit.» O texto escrito mais tarde é menos claro quanto à caça de escravos do tuxana (Spix e Martius 1831, 1241).

¹¹ Johann Baptist Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius. *Letzter Bericht der Akademiker Dr. v. Spix und v. Martius aus Brasilien*, Lissabon, 8. Oktober 1820. In: *Kunst und Literaturblatt aus Bayern, Eine Beilage zur EOS*, 1821 (Januar und Februar); (1) 2-4, (2) 7-8, (3) 10-12, (4) 14-16, (5) 18-20, (6) 23-24, (7) 26-28, (8) 30-32, (9) 36 <29>. J. Spix; C. Martius 1821 (5), p. 19: «Da sich der Tuxana erbot, einen Ausflug gegen seine Feinde zu machen, um erwachsene Indier für Capit. Zany und einige Kinder für uns einzufangen so ließ Dr. Martius seinen Begleiter nebst dem Kranken hier zurück um diese kriegerische Expedition zu beschleunigen [...]».

Ele [João Manoel] pediu para traduzir para mim, sorrindo abertamente em minha direção e apontando para a cabana com os prisioneiros: ele provavelmente havia feito sua parte. Obviamente, ele não via nenhuma razão para minha presença ali além de barganhar seus prisioneiros; ele mal pôde acreditar então, quando eu lhe dei tantos machados e facas quantos ele esperava pelos cativos, pelo adorno de penas, pelas armas e por uma bela samambaia em forma de leque (*Schizaea*), que ele me apresentara. Ele então adicionou cinco jovens índios, duas garotas e três garotos, ao presente. Destas criaturas infelizes que eu tanto desejava tirar das mãos daquele desumano assumido – já que ali estariam certamente condenadas à morte, pois todos eles estavam doentes com febre –, a mais velha, uma menina, foi trazida por nós para Munique.¹²

O texto supracitado transmite ao leitor a impressão de que Martius levou a garota para a Alemanha graças à sua compaixão por ela, e não para fazê-la escrava. Erroneamente, fica implícito que Martius a aceitou como um presente. Martius não menciona no citado livro que ele havia pedido ao tuxaua para capturar crianças e, de fato, isso não foi mencionado em nenhuma publicação posterior. No entanto, até mesmo em publicações recentes, é estabelecido que Martius recebeu a garota como um presente (Helbig 2012, 47). Posteriormente, Martius deixou duas crianças em Ega e Pará, e outras duas morreram pouco após embarcarem para a Europa (Spix e Martius 1831, 1265, 1381). No relatório *Über Brasilien*¹³, pode-se ler mais adiante:

Os índios selvagens e capturados, no entanto, não podem facilmente abrir mão de suas florestas e habitações e, assim, dificilmente se adaptam à comida e ao estilo de vida dos brancos. [...] De todos que levaram, [Spix e Martius] só conseguiram salvar dois deles, e, com o máximo de esforço e cuidado, os trouxeram para a Europa e então para Munique.¹⁴

¹² Spix e Martius 1831, 1264-1265: «Mir liess er verdolmetschen, indem er mich grässlich angrinzte und auf die Hütte der Gefangenen deutete: seine Sache habe er wohl gemacht. Ohne Zweifel hatte er meinem Hierherkommen keinen andren Grund geliehen, als den, Gefangene von ihm einzuhandeln; er konnte daher kaum fassen, als ich ihm für den Feder schmuck, die Waffen und ein schönes, fächerförmiges Farnkraut (*Schizaea*), welche er mir überreichte eben so viele Beile und Messer gab, als er für die Gefangenen erwartet hatte. Er fügte nun seinem Geschenke [sic] noch fünf junge Indianer, zwei Mädchen und drei Knaben, bei. Von diesen unglücklichen Geschöpfen, die ich um so lieber aus den händen des Unmenschen annahm, als sie hier ohne Fürsorge einem gewissen Tode entgegen gingen – ist das älteste, ein Mädchen von uns nach München gebracht worden.»

¹³ Anonymus, *Über Brasilien*. In: *EOS, eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung*, n. 23, 1821, 93-95.

¹⁴ Anonymus 1821b, 94. «Die wilden und eingefangenen Indier können jedoch nicht leicht ihrer Wälder und Wohnung entbehren, und gewöhnen sich daher sehr schwer an die Kost und Lebensart der Weißen. [...] Von allen die sie mitnahmen, gelang es ihnen nur 2 zu retten, und unter äusserster Anstrengung und Sorgfalt nach Europa, und so nach München zu bringen.»

Tratava-se de Isabella e Johannes, os únicos que seguiram viagem até Munique. A alegação dada para levar os indígenas para a Alemanha foi a de educá-los¹⁵, para que, quando retornassem ao Brasil, pudessem auxiliar nas atividades dos missionários. No entanto o motivo dessa decisão não fica realmente claro. Martius adquiriu essas crianças como escravos enquanto viajava sem Spix e deu versões contraditórias de como conseguira de fato os jovens. Posteriormente, ele afirmou que os levou para Munique por compaixão e para salvá-los de uma vida de escravidão. Até recentemente, essa versão é reiteradamente citada. Todavia, na velhice, Martius confessou em um diário que foi um «ato obscuro». De fato, essa sua atitude ambivalente, em particular em relação à escravidão, foi abordada em outros trabalhos (Lisboa 1997, Kreutzer 2003, Helbig 2012, Schulze 2008), mas mereceria um estudo à parte.

A garota que Martius levou à Munique foi chamada de Isabella ou Miranha (fig. 1).



1 Miranha ou Isabella.
Atlas de Spix & Martius para
Viagem pelo Brasil, 1823/1831.

¹⁵ BSB, Martiusiana, A, 1. Na Carta de Martius para José do Pará, R.^{do} Vigário-Geral, Bispo do Pará, de 10 de maio de 1846, ele alegou que tinha a «intenção de os educarem, influírem e mandá-los de volta para a sua pátria. Porque esse plano foi frustrado, vi com uma dor inexprimível todos eles morreram, dois na viagem e dois em Munich. A minha simpatia para com aquela raça tão miserável e negligida [sic!] não tem enfraquecida, no contrário com o aumento dos anos senti mais e mais de que como ela merecia o benigno patrocínio d'hum governo paternal e fiquei mais intimamente persuadido que o único meio de a trazer do seu estado de miséria é proporcionado pela doutrina cristã».



2 Juri ou Johannes.
Atlas de Spix & Martius para
Viagem pelo Brasil, 1823/1831.

Ao longo de sua narrativa, Martius descreve o chefe dos Miranhas, João Manoel, e seus soldados como sendo negativos e cruéis. Eles estavam dançando, cantando e realizando cerimônias que assustaram os europeus a noite toda. Martius escreveu, por exemplo:

Passamos a noite toda perturbados e sem dormir entre aqueles filhos do desejo selvagem e cruel. Minha mente ainda fica obscurecida quando penso na terrível degeneração daqueles meio-homens. [...] A alma deste selvagem caído não é imortal; manifesta-se apenas na consciência do ser, não do pensamento. (Spix e Martius 1831, 1263-1268)¹⁶

Ao longo desse famoso caderno de viagens, Martius provavelmente desejou denegrir os Miranhas e seu tuxaua como uma justificativa por ter levado as crianças (Schönitzer 2011a, 140). Em outro texto de 1832, Martius já descreve esse homem com um tom muito mais positivo. Ele relata a vida social desses indígenas e como teve que conviver com o tuxaua ao perambular pela floresta na sua companhia (Martius 1832, 18, 22, 42). Notavelmente, Martius não escreveu muito sobre como conseguiu a segunda criança, o garoto Juri (fig. 3), a quem também levou para Munique.

¹⁶ Spix e Martius 1831, 1263-1268: «Wir brachten unter diesen Söhnen viehisch wilder Lust die Nächte sorgenvoll und schlaflos zu; [...] Noch trübt sich mein Gemüth, wenn an die grässliche Entartung dieser Halbmenschen zurückdenke. [...] Die Seele dieses gefallenen Urmenschen ist nicht unsterblich; sie thut sich nur in dem Bewusstseyn des Seyns, nicht in dem des Denkens kund.» Nesta passagem reconhecemos a ideia de Martius (1832) de que estes indígenas eram «homens degenerados» (ver Helbig 2012, 57-58).



3 Desenho de Juri por P. Lutz, com data equivocada de morte escrita à mão por Martius. Bayerische Staatsbibliothek, Martiusiana, I, A, 1,7, 55,5×47,5 cm.



4 Desenho a lápis de Miranha com data equivocada de sua morte escrita à mão por Martius, sem assinatura. Bayerische Staatsbibliothek, Martiusiana, I, A, 1,7, 47,5×38 cm.

No itinerário, lemos apenas:

[...] Eu, afortunadamente, vim para Manacapuru, [...] Ali, Juri, da família Comá-Taputiã, juntou-se à nossa tripulação, acompanhou-nos a Munique, mas infelizmente não conseguiu suportar a mudança de clima e outras circunstâncias, tal como sua companheira, a jovem Miranha, pagando com suas vidas.¹⁷

Mais detalhes podem ser encontrados em uma nota manuscrita em um dos diários de Martius, datado de 1862, o que significa que foi escrito muitos anos depois e que não fora sua intenção publicá-lo:

Quando eu retornei de Japurá para Maracapuru, a corte de Zany (ele permanecera, ainda doente, em Ega), o capataz me mostrou os índios sob o comando de seu senhor, dos quais me foi permitido escolher um, que me atrevi a mostrar na Europa e educar à humanidade europeia. Na manhã antes da nossa partida,

¹⁷ Spix e Martius 1831, 1277. «[...] kam ich glücklich nach Manacapurú, [...] Hier sties ein junger Juri, von der Familie der Comá-Taputiã, zu der Mannschaft, welcher uns nach München begleitet, leider aber, wie seine Gefährtin die junge Miranha, den Wechsel des Klima und der übrigen Aussenverhältnisse mit dem Leben bezahlt hat.»

os índios homens apareceram enfileirados no pátio na frente da casa, e eu escolhi! Eu aponte para um belo menino, Juri, o capataz o tirou da fila.¹⁸

De acordo com outra carta da rainha Caroline à sua mãe sobre as duas crianças, escrita logo após o retorno de Spix e Martius a Munique, Juri fora comprado¹⁹. Notavelmente, Martius nunca mencionou em suas publicações que ele havia comprado Juri. Conforme sua carta, assim como um relatório publicado em 12 de dezembro de 1820 no jornal, Juri era o «filho do líder de uma horda indígena que morreu em um combate»²⁰. Entretanto, como já vimos acima, isso não era verdade.

Em um relatório posterior, publicado no jornal EOS, lê-se que Spix e Martius planejavam trazer até oito nativos do Brasil para Munique para investigação («objeto para pesquisas futuras»)²¹. Nesse texto, é claro que ambos os cientistas queriam levar nativos para a Alemanha, e essa não fora somente uma intenção de Martius. Embora tenha sido Martius quem realmente levou as duas crianças, muito possivelmente Spix deve ter concordado com essa decisão. A esse respeito, Spix escreveu uma carta da Bahia, datada de 28 de janeiro de 1819: «Nosso índio, que levamos conosco de Villa Rica, desertou em Ilhéus, onde viu outros selvagens»²². Diante disso, pode-se presumir que ele também havia planejado levar nativos do Brasil. Por outro lado, parece que Martius assumiu o comando da expedição gradualmente, porque Spix ficara muito doente durante a última parte da

¹⁸ BSB, Martiusiana, II. A.3.4. Martius 1862: *Tagebuch* (diário escrito à mão) (também citado em Schönitzer 2011a, 141. Ver também nota 64): «Als ich aus dem Yapurá nach Maracapurú zurückkehrte, [...] führte mir der Factor auf seines Herrn Befehl die Indianer vor, aus den ich einen auswählen durfte, den ich in Europa zeigen und dann zur europäischen Menschlichkeit zu erziehen mich vermaß. Am Morgen vor der Abreise stellte sich im Hofe, vor dem Wohnhaus die Reihe der männlichen Indianer auf und ich wählte. Ich deutete auf den hübschen Knaben Juri». De acordo com Helbig, entretanto, Martius escreveu que libertara Juri do cativeiro dos Miranhas (Helbig 2012, 47).

¹⁹ GHM, Nachlass Prinz Adalbert, 17, 384. Carta de rainha Caroline para sua mãe, Munique, 9 de dezembro de 1820. Texto escrito à mão pelo príncipe Adalbert von Bayern (1886-1970), citado também em von Bayern 1957: 796: «Der Knabe ist der Sohn eines Königs seines Stammes, Schouri [*sic*] genannt. Er ist mit vielen anderen gefangen genommen und von diesen Herren gekauft worden – für zwei Äxte».

²⁰ Münchner Politische Zeitung, 12.dez.1820: 1459-1460. Miscellen. Anonymus 1820b: «der Knabe [...] der Sohn eines im Gefechte umgekommenen Anführers einer indianischen Horde seyn soll».

²¹ Anonymous 1821b, p. 94: «Als Beleg und Gegenstand weiterer Forschung waren beyde Gelehrte darauf bedacht gegen acht Individuen von verschiedenen Stämmen und Sprachen, mit sich nach Europa zu bringen».

²² Brief von Spix an Direktor von Schrank, 28.jan.1919. EOS Nr. 29: 115: «Unser Indier, den wir aus den Wäldern von Villa Ricca mitgenommen hatten, ist uns leider in Ilheros, wo er andere Wilde wieder zu Gesichte bekam, desertiert».

viagem. No caminho de volta para o baixo rio Amazonas, Spix tomou a rota diretamente de volta a Belém, pois estava enfermo, enquanto Martius fez várias outras incursões (Schönitzer 2011b, 141, 142).

Nesse período, era comum levar indígenas para a Europa, como Spix e Martius fizeram. Exemplos são o botânico austríaco Johann Emanuel Pohl (1782-1834), participante da «Expedição Natterer», que levou dois botocudos para Viena (Schreibers 1822, 101-102), e o precursor alemão de Spix e Martius, Maximilian zu Wied-Neuwied (1782-1867), que levou um botocudo jovem e servo do Brasil para sua casa em Neuwied, Rheinland-Pfalz (Willscheid 2002, 178-192). Todos eles foram objeto de curiosidade e mal-entendidos (Riedl-Dorn 2000, Löschner 1988, Dreesbach 2005).

O interesse dos europeus pelas populações ameríndias era notório. O próprio rei parece ter encorajado os dois cientistas a levarem indígenas com eles. A rainha Caroline escreveu em dezembro de 1820: «Schouri, o brasileiro de Martius, quase morreu (fluxão no peito), de febre hepática [...] – o rei ficou profundamente aflito, ontem, temendo perder o pobre Schouri, de quem esperava muita satisfação»²³. Assim, o rei estava fortemente interessado pela criança. A palavra «satisfação» é certamente interpretada como «curiosidade científica», uma vez que é bem conhecido que o rei Maximiliano I era interessado em ciência²⁴.

Entre travessias para o Velho Mundo

Spix, Martius e as crianças viajaram do baixo Amazonas para Belém, onde pegaram uma embarcação para Portugal, que zarpou em 14 de junho de 1820 (Spix e Martius 1831, 1377). A travessia pelo Atlântico foi penosa, por causa das «tiránias» e «arbitrariedades»²⁵ do capitão, que não lhes permitiu

²³ Geheimes Hausarchiv München (GHM), Nachlass Prinz Albert, 17, 384. Carta da rainha Caroline (1776-1841) para sua mãe, de 18 de dezembro, segunda-feira. (Cartas escritas pelo príncipe Adalbert von Bayern; as cópias não estão completas, e as cartas originais, em parte francesas, em parte alemãs, foram provavelmente perdidas durante a Segunda Guerra Mundial): «Schouri, dieser Brasilianer von Martius wäre beinahe gestorben (fluxion de poitrine), une fièvre bilieuse [...] – le Roi était bien affecté hier de la crainte de perdre ce pauvre Schouri don't il se promet beaucoup de satisfaction [...]».

²⁴ No século XIX, investigar os povos exóticos de forma lógica e/ou antropológica foi um objetivo científico amplamente aceito, e as exposições etnológicas cooperaram bem com os cientistas e suas sociedades. Thode-Arora 1989; Dreesbach 2005.

²⁵ Spix e Martius 1831, 1381: «Wir befanden uns unter der Tyrannie eines Schiffscapitains, dessen Benehmen nur durch Geiz, Eigennutz und geflissentliche Nichtachtung aller sittlichen Verhältnisse geleitet schien. [...] und erlaubte sich überhaupt jede Art von Willkür. Wir hatten den Kummer, zwei unserer indianischen Begleiter in Folge dahinsterven zu sehen, und wurden beyde selbst von Leberkrankheiten ergriffen.»

acesso à comida e água suficientes, mesmo tendo eles levado esses mantimentos a bordo do navio para consumo próprio, para as crianças, bem como para as plantas e animais vivos.

Spix e Martius sofreram de doenças do fígado e duas crianças indígenas morreram em consequência do comportamento do capitão – como declara Martius (Spix e Martius 1831, 1381). O grupo chegou em Lisboa em 23 de agosto, e de lá eles foram por terra via Espanha e França até Munique, tendo chegado em 8 de dezembro²⁶. Inicialmente, as crianças foram de grande interesse e curiosidade para todos. Diversos jornais noticiaram sobre elas e sua chegada foi divulgada em Paris²⁷. Spix e Martius ficaram primeiramente com as crianças no *Golden Rooster (Inn Zum Goldenen Hahn)* na Weinstrasse, no centro de Munique. Muitos estiveram lá para ver as crianças indígenas:

Assim como ontem muitas pessoas vieram até a hospedaria Golden Rooster, onde afortunadamente nossos viajantes regressos do Brasil tomaram suas acomodações, também hoje um grande número de moradores locais foi em sua residência no Max-Palais real, onde os dois jovens índios permanecem, e onde os dois doutores, Spix e Martius, permitiram a entrada de todos por cortesia até agora.²⁸

²⁶ De acordo com o caderno de viagens de Martius (Spix e Martius 1831, 1386), eles chegaram a Munique em 10 de dezembro. No jornal policial (“Polizei-Anzeiger von München”) de 10 de dezembro, isso é observado (ver Leonhardt 1987, 13). Por outro lado, 8 de dezembro é a data de chegada, de acordo com «Flora. Ein Unterhaltungsblatt», publicado em 12 de dezembro de 1820 (número 94, 374-375). Em uma carta da rainha Caroline, pode-se ler claramente que Spix e Martius visitaram a família real no dia 9 de dezembro; portanto, devem ter chegado no dia anterior: «[...] Sábado [...]. Tive uma manhã interessante hoje. Spix e Martius vieram e anunciaram o seu selvagem, a quem eu tenho mantido [ou supervisionado] aqui por um longo tempo. O menino é o filho do rei da sua tribo e chama-se Schuri [Juri]. Ele foi capturado junto com muitos outros e comprado por estes cavalheiros por dois machados. É alto para sua idade (10 anos) e vem de uma raça que não come a carne dos homens. Mas a menina tem cerca de 8 anos de idade, ela é enorme, de porte robusto. Ela descende de uma espécie que se alimenta de homens». [“Menschenfresser”]. Anônimo 1821a, EOS, Nr. 7, p. 31: «Isabelle ist von einem Indierstamme, der aus Menschen fressern besteht, Juri aber aus einem Stamme, welcher den Weißen dient.» EOS, Nr. 7, p. 36: «Isabella von einem der rohesten Urstämme der Indianer entsprossen».

²⁷ Esses relatos aparecem nos seguintes periódicos: *Flora*, 12 dezembro 1820; *Allgemeine Zeitung*, Augsburg, 11 dezembro 1820; *Münchener Politische Zeitung*, 12 dezembro 1820.

²⁸ *Münchener Politische Zeitung*, 12.dez.1820: 1460-1461. Miszellen: «So wie gestern nach dem Gasthof zum goldenen Hahn, wo unsere glücklich zurückgekehrten brasilianischen Reisenden ihr Absteigquartier nahmen, begab sich heute eine große Menge der hiesigen Einwohner nach der ihnen im königlichen Max-Palais angewiesenen Wohnung, wo sich beyde jungen Indianer befinden, zu denen, aus Gefälligkeit der Herren Doktoren Spix und Martius, der Zutritt Jedermann bisher gestattet war.»

A tatuagem ao redor da boca de Juri foi usualmente mencionada, assim como seu cabelo negro e sua pele marrom. Os jornais também comentaram sobre os corpos fortes de crianças e sobre o fato de elas não se comunicarem bem entre elas próprias, uma vez que ambas falavam línguas nativas diferentes. As feições e expressões usadas por Juri eram descritas como mais vívidas, enquanto as de Miranha eram bastante severas.

As duas crianças indígenas, Juri e Miranha, foram batizadas. Nesse contexto, pode ser de interesse notar que Spix era católico, enquanto Martius era protestante. As crianças receberam os nomes cristãos Isabella e Johannes, embora obviamente seus nomes de origem permaneçam desconhecidos. As idades das duas crianças indígenas também são desconhecidas. De acordo com o relatório de EOS, «Über Brasilien» (Anonymus 1821b), elas tinham por volta de 13 anos, sendo Miranha possivelmente um pouco mais nova. Segundo a carta abaixo da rainha de Baviera, foram consideradas com oito e dez anos. Foi relatado em outro lugar que elas tinham 12 anos de idade – 13 no máximo – ou entre 13 e 15 anos²⁹.

Miranha e Juri brincavam com bonecas vestidas, «nenhuma das duas compreendendo que os brinquedos não eram vivos. Foi dito que eles permaneceram sérios na crença de que estavam vivos»³⁰. Miranha aprendeu a costurar:

Além disso, a garota indígena demonstra ter talentos e uma extraordinária perseverança em executar determinadas tarefas; em apenas alguns dias, após ver outras costurando, ela imitou tudo, tão bem quanto suas mestras, provavelmente devido ao fato de as mulheres indígenas possuírem um olhar mais experiente e mais perspicaz.³¹

Spix, Martius e as duas crianças passaram a viver em uma casa de propriedade do rei. Os jornais noticiaram que eles seriam aprovisionados de todo o necessário, às expensas do rei, como, por exemplo, lenha, essencial para o inverno frio depois de retornarem dos trópicos. Eles receberam 11

²⁹ Münchner Politische Zeitung, 12.dez.1820: 1460-1461. Miscellen. Anonymus 1821b; Kunst- und Literaturblatt aus Baiern. Eine Beilage zur EOS. Miscellen aus Baiern, dez. 1820, Nr. 47, p. 185.

³⁰ Anonymus 1821a, Nr. 8, p. 35. «Viele Freude verursachen dem Knaben, wie dem Mädchen, große, vollkommen gekleidete Puppen, von denen beyde noch jetzt nicht verstehen können, daß dieselben leblos seyn. Man hört sie oft in vollem Ernste behaupten, daß sie leben.»

³¹ Anonymus 1821b, 95: «Uebrigens zeigt diese Indierin gute Anlagen, und eine ausserordentliche Beharrlichkeit, in der Ausführung der vorgelegten Arbeiten; gleich nach einigen Tagen, nachdem sie Andere nähen sah, macht sie alles dieses sogleich nach, und zwar eben so fein, als ihre Meisterinen, vermuthlich weil die Indianerinen ein schärferes und mehr geübtes Auge haben.»

cômodos na chamada Maxburg, onde moraram juntamente com a viúva Martini³², que cuidava da casa com a ajuda de duas criadas e um servo³³. No começo, as duas crianças dormiram no mesmo quarto que Martius (e Spix?)³⁴. Mesmo assim, a mãe de Martius reclamou em uma carta que ele não a deixava ter ciência da saúde das crianças. Aparentemente, Spix deu mais atenção a elas do que Martius. O famoso filólogo bávaro Johann Andreas Schmeller (1785-1852) visitou Spix e Martius e posteriormente escreveu em seu diário:

As crianças, como Spix as chama, Schuri e Isabel, iam na cama um do outro para apertar as mãos, dizer boa noite e receber de Spix um sinal da santa cruz, que também lhes dizia algo sobre Topana (Deus). Ele as trouxe para Maria Aich [um lugar de peregrinação perto de Munique] hoje. Schuri foi com um chapéu na cabeça até o altar da pequena igreja, provavelmente escandalizando todos os fiéis que ali oravam, até que Spix, com um misterioso aceno, indicou a ele a santidade peculiar do lugar, e ele tirou o chapéu.³⁵

As crianças, compreensivelmente, tiveram complicações por causa do clima frio do inverno³⁶. Spix e Martius também tiveram problemas com o frio depois de anos de exposição ao clima tropical do Brasil. Foram até obrigados a solicitar mais lenha na corte³⁷. Em muitos relatórios, pode-se notar que Juri e Miranha ressentiam-se nas baixas temperaturas do inverno. Juri

³² Sabemos pouco sobre a Sra. Martin. Ela cuidava da casa de Spix antes da expedição e também após o retorno a Munique. Viveu com Spix, Martius e as crianças no Maxburg, após a viagem ao Brasil. Ver a respeito o Diário de Johann Andreas Schmeller (anos de 1801-1852, 19 de julho de 1816 e 13 de maio de 1826 (publicado como livro em 1990). Também GHM, MF53,716; Huber e Huber 1993 (Spixiana, 16, 97-104). Ou ainda, Schönitzer (2011a, 39, 145, 146).

³³ GHM, 25 de março de 1821, Fm 15.530. O edifício de Maxburg foi destruído durante a Segunda Guerra Mundial, sendo restaurada somente uma torre em Lenbachplatz.

³⁴ BSB, Martiusiana II. B1. Carta de Regina Martius, mãe de C. F. Ph. Martius, a seu filho, Erlangen, 1821.

³⁵ Johann Andreas Schmeller (1801-1852), *Tagebücher*. In: *Lauter gemähte Wiesen für die Reaktion. Die erste Hälfte des 19. Jahrhunderts in den Tagebüchern Johann Andreas Schmellers*, Bauer, Reinhard & Ursula Münchhoff (Hg.), München 1990. Em 1 de maio de 1821: «Die Kinder, wie Spix sie nennt, Juri und Isabel, kamen vor dem Schlafengehen, uns die Hand zu reichen, gute Nacht zu sagen, und von Spix ein Kreuz über sich schlagen zu lassen, der ihnen auch etwas von Topana [Gott] vorsagte. Er [Spix] hatte sie heute nach Maria Aich geführt. Juri war mit dem Hut auf dem Kopf, vermutlich zum Skandal der anwesenden Beter im Kirchlein bis zum Altar vorgegangen, bis ihm Spix mit geheimnisvollem Winken die besondere Heiligkeit dieses Hauses zu ahnen gab, und den Hut abnehmen ließ.» Ver também nota de 27 de outubro de 1820, citada em Schönitzer 2011, 150.

³⁶ Kunst und Literaturblatt aus Baiern. Eine Beilage zur EOS, Miscellen aus Baiern. 1820, Nr. 47, p. 185.

³⁷ GHM, F.M. 21, 322. Brief von Spix und Martius an den König, 21 de agosto, 1821.

tossia muito e teve uma inflamação torácica grave³⁸ (bronquite e, possivelmente, pneumonia e tuberculose), que quase o matou, e o fez passar pelo tratamento de transfusão de sangue cinco vezes. Segundo as descrições, ele parecia sentir medo dos médicos, que tiraram seu sangue diversas vezes, mas se recuperou³⁹. Miranha também teve tosse e febre, e também foi submetida a tratamento médico⁴⁰.

No entanto, logo Spix e Martius tiveram de pagar pelas despesas das duas crianças. A mãe de Martius considerou um grande fardo e escreveu a ele uma carta em 22 de fevereiro de 1821:

Tente se livrar das duas crianças indígenas, pois elas ainda lhe trarão muitos transtornos. De outro modo, você não será compensado pela comida dada a esses dois até agora; eu passaria a limpo tais custos e assim demonstraria que você não os alimentou nas custas do rei. Pois todos os jornais dizem que, no castelo do Duque Maximiliano, vocês são providos com todo o necessário às custas do rei.⁴¹

Tempos depois, relatou-se que as duas crianças foram separadas. Miranha viveu na casa do *Hofffistersmeisterswitwe*, Kreszenz Jacobi, e Juri ficou no Castelo de Duque Max. Mas é provável que isso seja resultado de erro de interpretação de Spengler. Juri, enquanto viveu, provavelmente permaneceu com Spix e Martius no Castelo de Duque Max, e Miranha, acima de tudo, estava morando junto com eles, ainda que provavelmente por doação da Sra. Jacobi, que tinha quartos para alugar, mesmo que não fossem muito bons (Leonhardt 1987, 179). Por vezes, foi relatado que a rainha Caroline, que perdera sua filha Maximiliane com apenas dez anos em 1821, cuidou das duas crianças ela mesma. Provavelmente, isso é devido à interpretação de uma frase da carta acima citada da rainha Caroline para sua mãe: «Spix e Martius vieram e anunciaram seus pequenos selvagens que eu mantinha

³⁸ Anonymus 1821a, Nr. 7, 31: «Kaum als Isabellens Gesundheit sich zu bessern begann, erkrankte Juri, und die Brustkrankheit, welche ihn befiel, stieg bis zu einem Grade, daß man für sein Leben fürchtete. Eine heftige Entzündung stellte sich ein, und veranlaßte die Aerzte, ihn neunmal zur Ader zu lassen. Die größte Heftigkeit des Fiebers ist zwar vorüber, aber doch leidet Juri noch stark an Husten.»

³⁹ Anonymus 1821a, Nr. 7, 31-32.

⁴⁰ Flora, 18 de dezembro; Flora, 28 de dezembro; Allgemeine Zeitung, 22 de dezembro; Leonhardt 1987, 64, 72.

⁴¹ Leonhardt 1987, 184: «Mache nur, daß Du die Indier vom Halse bekommst, denn diese machen Dir noch viel Pein. Solltest Du für die diesen beiden Fratzen gegebene Kost nicht auf eine andere Weise entschädigt werden; so würde ich solche sauber berechnen und dadurch käme es auch an den Tag, daß ihr die Kost nicht auf Königl Rechnung erhieltet. Denn wenn in allen Zeitungen steht, daß ihr auf der Maxburg auf Königl Kosten mit dem Nöthigen versehen würdet [...]».

[ou supervisionava] aqui há um longo tempo»⁴². É possível que isso signifique, no entanto, que Spix, Martius e as crianças ficaram lá por um tempo extraordinariamente longo, e não propriamente que a rainha cuidou das crianças.

As crianças viveram em Munique pouco tempo. Morreram meses depois, após contraírem doenças atribuídas à «mudança de clima». Juri morreu, em 11 de junho de 1821, de pneumonia crônica e foi enterrado em 16 de junho. No registro paroquial consta que «Juri da América / Johann Jury do Brasil morreu no dia 11, às 18h da noite, de doença pulmonar»⁴³. O jornal de Munique EOS escreveu a nota:

[...] o jovem indígena Juri, que os dois Drs. von Spix e von Martius haviam libertado do cativo do Brasil e trazido para cá, faleceu em decorrência de uma pneumonia crônica e de uma supressão pulmonar, que foram causadas [...] pelos estímulos do clima local, estranhos ao seu organismo. [...] Suportara uma enfermidade duradoura com muita tranquilidade, assim como mostrava seu caráter sempre brando. Gentil como foi em vida, também adormeceu.⁴⁴

O corpo de Juri foi dissecado para investigar e confirmar a causa de sua morte. O pulmão estava altamente congestionado e cheio de pus. Além

⁴² Provavelmente, essa interpretação equivocada remonta a Spengler 1962, 51 (ver nota 53). Carta da rainha Caroline à mãe, Munique, 9 de dezembro de 1820: «[...] j'ai eu une matinée bien intéressante aujourd'hui; Spix et Martius sont arrivés et m'ont annoncé leurs petits sauvages que j'ai gardé longtemps chez moi. Le garçon fils d'un roi de sa caste appellée Schouri a été fait prisonnier avec beaucoup d'autres et acheté par les Messieurs pour deux haches – il est grand pour son age (10 ans), fort et d'une espèce qui ne mange pas de chair humaine – mais la fille âgée de 8 ans énorme et toute carée est de l'espèce des Menschenfresser [...] ». Deutsche Übersetzung: Bayern 1957: 796 (teilweise). Foi frequente a menção de que as crianças tinham sido separadas, mas isso se deveu ao mal-entendido de publicações (Spengler, 1962, Leonhard 1987). A palavra *Hofffistersmeisterswitwe* está correta, o termo *Hofffisteri* ainda é bem conhecido hoje em Munique.

⁴³ «Jury aus Amerika / Johann Jury aus Brasilien 11 J. a. starb den 11ten abends 6 Uhr an der Lungensucht», Sterbebuch der Pfarrei Zu unserer Lieben Frau, Archiv des Erzbistums München und Freising, Matrikel München 59, fol. 184-185. De acordo com Pfisterer, Münchner Kindl. Ungewöhnliche Lebensläufe aus dem alten München im Spiegel der Pfarrmatrikeln, Ausstellungen im Archiv des Bistums München Freising, Kataloge, 2008, vol. 7, p. 28.

⁴⁴ EOS, *eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung, Miscellen*, 1821, n. 48, p. 194: «Am Sonntag den 11. d. M. Abend um 6 Uhr starb hier der junge Indianer Jury, welchen die beyden Akademiker Dr. v. Spix und v. Martius aus der Gefangenschaft in Brasilien erlöst, und hierher gebracht hatten. An den Folgen einer kronischen Lungen-Entzündung und Lungen-Vereiterung, welche vorzüglich durch die seinem Organism. fremdartigen Reize des hiesigen Klimas hervorgebracht wurden. Man fand bey der Sektion die Lunge ganz vereitert. Er hatte eine langdauernde Krankheit mit vieler Ruhe ertragen, wie er überhaupt einen sehr milden Charakter immer bewiesen hatte. Sanft wie er im Leben war, ist er auch entschlafen.»

disso, um molde de gesso foi feito de seu rosto⁴⁵. Mais tarde, antes da Segunda Guerra Mundial, relatou-se que a cabeça de Juri estava alojada no Instituto de Anatomia da Universidade, como um objeto anatômico⁴⁶. É possível que uma cópia de cera tenha sido feita a partir do gesso, já que esse processo era realizado com frequência naqueles tempos e em Munique também. Havia um museu enorme no centro de Munique durante a segunda metade do século XIX com uma variedade grande de figuras anatômicas, preparações, máscaras de morte e cópias de cera⁴⁷.

Por ocasião da morte de Juri, o jornal EOS escreveu sobre Miranha: «A garota Isabela está indo muito bem, ela faz progressos diários nas línguas europeias e na educação»⁴⁸. O plural «línguas» indica que ela provavelmente aprendeu português, bem como alemão. Durante os meses seguintes, não foi possível encontrar mais informações sobre Miranha. Ela morreu um ano depois, em 22 de maio de 1822, de uma infecção intestinal crônica. No registro paroquial constava: «Uma americana / Izabella do Brasil, 14 anos, morreu no dia 20, às 3h30min da madrugada em consequência de uma infecção crônica generalizada do intestino do abdômen inferior»⁴⁹. A morte de Miranha não foi mencionada no EOS, nem mesmo em seus apêndices – parece que este não era mais de interesse especial para o público. A família real, no entanto, mostrou compaixão para com Miranha, expressa na carta da rainha à sua mãe⁵⁰. Ambos, Juri e Miranha, foram enterrados no antigo cemitério da cidade (*Alter Münchner Südfriedhof*), onde também Spix e Martius foram enterrados após suas mortes (Huber e Huber 1993). O epitáfio que foi feito no túmulo das crianças foi projetado por Johann Baptist Stiglmaier (1791-1844), chefe da fundição de minério real (*Königliche Erzgießerei*). Esse epitáfio está agora alojado no Museu da Cidade de Munique (*Stadtmuseum*) e está

⁴⁵ EOS, *eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung, Miscellen*, 1821, n. 48, p. 194.

⁴⁶ Isto foi reivindicado por Spengler (Spengler 1962, 46). Na verdade, o texto do autor está incorreto em muitos detalhes, como também mencionado em outra parte desta publicação. No entanto, é citado repetidas vezes, como por exemplo: Bahl 2013, Pfeiffer 2013.

⁴⁷ Emil E. Hammer; Carl Gabriel (ca. 1895): *Führer durch das internationale Panopticum und anthropologische Museum*. 2 vols. München.

⁴⁸ EOS, *eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung, Miscellen*, 1821, Nr. 48, p. 194: «Das Mädchen Isabella befindet sich sehr wohl, und macht täglich Fortschritte in den Sprachen und der Bildung der Europäer.»

⁴⁹ «Eine Amerikanerin / Isabella aus Brasilien 14 J. a. starb den 20ten früh um ½ 4 Uhr an den Folgen einer allgemeinen chronischen Entzündung der Eingeweide des Unterleibes;» *Sterbe-buch der Pfarrei Zu unserer Lieben Frau, Archiv des Erzbistums München und Freising, Matrikel München 72, 200. P. Pfister, op. cit., p. 21.*

⁵⁰ GHM, *Nachlass Prinz Adalbert, Segundo fascículo: 17, 384. Carta da rainha Caroline à sua mãe, Tegernsee, 19 de março de 1822.*



5 Detalhe da lápide de Juri e Miranha, c. 1824, bronze, 40 × 48 cm. Projetado por Johann Baptist Stiglmaier (1791-1844), Inv. Nr. K-67/509. Foto: P. Fliegautf. © Münchner Stadtmuseum, Sammlung Angewandte Kunst.

aberto ao público. A inscrição no túmulo diz: «Distantes de sua casa, eles encontraram amor e cuidado em um continente distante, mas o inverno áspero do norte é implacável»⁵¹. Uma vez que a sepultura já não existe, pois foi exumada e reutilizada em 1895 para um enterro posterior (Pfister 2008), o epitáfio no Museu da Cidade de Munique, pelo menos, continua a ser um lembrete público do destino implacável que acossou essas duas crianças indígenas.

Surpreendentemente, Martius escreveu datas incorretas de suas mortes abaixo dos desenhos a lápis dos dois indígenas: Juri «Feb 1821» e Miranha «Oct. [1]822». Em geral, é bastante notável quantas das informações dadas por Martius no livro de viagem ou em outras fontes são contraditórias ou insuficientes.

⁵¹ Inscrição em seu túmulo: «Der Heimat entrückt, fanden sie Sorgfalt und Liebe im fernen Welttheile, jedoch unerbittlich des Nordens rauher Winter». Museu da Cidade de Munique, em exibição permanente.

Após sua viagem ao Brasil, Spix viveu apenas mais alguns anos, pois estava inapto a se recuperar dos rigores da expedição. Apesar dos problemas de saúde, ele conseguiu publicar diversos livros sobre os animais do Brasil, morrendo aos 45 anos em Munique, em 13 de maio de 1826, a poucos anos de publicar os resultados de sua grande expedição. Martius, que era mais jovem, recuperou-se dos esforços feitos e viveu até 74 anos, trabalhando como professor na Universidade de Munique e tornando-se um membro conhecido da sociedade muniqueense⁵². Casou-se, teve quatro filhos e publicou livros famosos sobre palmeiras (*Historia Naturalis Palmarum*), além de iniciar o grande e pioneiro *Flora Brasiliensis*, editado em 40 partes, de 1840 a 1906. Posteriormente, ele continuou publicando o caderno de viagens (Spix e Martius 1823-1831, três volumes mais um atlas), bem como as listas de palavras das línguas indígenas que os dois cientistas haviam coletado⁵³, encorajando estudantes de zoologia a continuar o trabalho de Spix sobre a fauna brasileira. Ele editou parcialmente as suas publicações, por exemplo, sobre peixes, moluscos e insetos do Brasil. Martius morreu em Munique em 13 de dezembro de 1868. Como Juri e Miranha, Spix e Martius foram enterrados nos terrenos do antigo cemitério da cidade (*Alter Münchner Südfriedhof*), mas somente o túmulo de Martius ainda existe aos cuidados de seus descendentes. O túmulo de Spix foi desocupado e uma pedra memorial está agora em seu lugar (Huber e Huber 1993, 97-104).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, ficou evidente que os escritos de Martius são repletos de contradições. Primeiro, ele disse claramente que havia comprado Miranha e Juri como escravos; depois, ele se retratou, dizendo que fora um ato de humanidade para salvá-los da escravidão, e assim ele se enredou em incontáveis incoerências. É de especial interesse comparar os três escritos diferentes de Martius nos anos de 1831 e 1832. Como já foi dito, ele escreveu de maneira muito negativa sobre o chefe dos Miranhas no famoso caderno de viagens (Spix e Martius 1831, 1263). Entretanto, na mesma época, ele

⁵² Mais detalhes e literatura correspondente estão listadas em K. Schönitzer 2011a. A universidade foi transferida de Landshut para Munique em novembro de 1826, ou seja, após a morte de Spix.

⁵³ Carl Friedrich Philipp von Martius, *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Brasiliens. II. Zur Sprachenkunde. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen*. Verlag Junge & Sohn, Erlangen. 1863. Há uma versão em português. Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossário de diversas línguas e dialectos que fallao os índios no Imperio do Brazil. Erlangen, Druck von Junge & Sohn, 1967. Carl Friedrich Philipp von Martius, *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's I. Zur Ethnographie*. Leipzig, 1867.

publicou seu ensaio sobre a organização social dos povos indígenas (Martius 1832). Nessa obra, ele mencionou frequentemente esse chefe, por vezes com palavras negativas, como «a gravidade sombria desse chefe»⁵⁴, mas em geral descreveu-o de modo muito menos negativo do que no caderno de viagem. Em um terceiro texto, o romance *Frey Apollonio* (Martius [1831]), podemos encontrar uma tentativa de compreensão dos povos indígenas. Todavia, Martius não chegou a ver publicado seu próprio romance, que foi editado muito depois⁵⁵. Um amigo de Martius (Ricardo, isto é, o capitão Francisco Ricardo Zany), que viveu com os povos indígenas por anos, referia-se a eles de forma positiva (Martius 1832, 108). Assim, podemos ver uma inconsistência nos escritos de Martius, que pode ser entendida como um certo conflito moral, descrito pelo poeta alemão J. W. Goethe, quando Fausto diz: “Duas almas, infelizmente, estão morando em meu peito, – E cada uma vai lutar para o domínio dela”⁵⁶. Com o passar do tempo, Martius sugere que o que ele fazia era inaceitável. Ele percebeu a sua negligência, quando viu as crianças sofrendo, mas levou muitos anos até que pudesse escrever sobre isso com algum grau de isenção, como finalmente fez em um diário em 1862:

Eu aponte para o belo rapaz Juri, o capataz o retirou da fila e o pai do menino não o acompanhou; ao invés disso, seguiu-me com um olhar fixo: era uma pergunta ou era raiva? Eu não me esqueci desse olhar. Quando o menino morreu em Munique em decorrência de uma pulmonia, um ano depois, isso pesou muito sobre mim. Não corro mais o risco de endurecer a mente e aprendi isso com o amor e adoração que ele tinha para com toda a natureza humana. Por meio de um ato maligno, me tornei humanitário.⁵⁷

⁵⁴ «die düstere Gravität des Häuptlings». Martius 1832, 19.

⁵⁵ Para mais detalhes, ver Helbig 2012, 53.

⁵⁶ Goethe manteve correspondência com Martius. BSB, Martiusiana II. A. 2, Briefe an Martius. Há 10 cartas de Goethe entre 1823 e 1829.

⁵⁷ Martius, C. F. Ph. Von 1862: Tagebuch (diário, manuscrito), BSB, Martiusiana, II.A.3.4; ver também nota 19, citada de acordo com Lenhardt 1987, 257, e igualmente citada em Tiefenbacher 1997, 44. «Als ich aus dem Yapurá nach Maracacru [...] zurückkehrte, [...] führte mir der Factor auf seines Herrn Befehl die Indianer vor, aus den ich einen wählen durfte, den ich in Europa – zeigen und dann zur europäischen Menschlichkeit zu erziehen, mich vermaß. Am Morgen vor der Abreise stellte sich im Hofe, vor dem Wohnhaus die Reihe der männlichen Indianer auf, und ich wählte! Ich deutete auf den hübschen Knaben Juri, der Factor nahm ihn aus der Reihe, und der Vater des Knaben folgte ihm nicht nach, aber verfolgte mich mit einem Blicke: wars Frage, wars Zorn? Ich habe den Blick nicht vergessen. Als ein Jahr später der Knabe in München an der Lungensucht starb, da kam es wie ein schweres Gewicht über mich! Ich habe die Gefahr der Verhärtung des Gemüthes gebüßt und aus ihr Liebe und Verehrung aller menschlichen Natur gelernt. Durch eine Übelthat bin ich zum Menschenfreund geworden.» A propósito, Martius nomeou-se «Menschenfreund» também em outras publicações.

No que diz respeito a Spix, dificilmente podemos fazer suposições sobre suas percepções pessoais sobre os povos indígenas. Uma coisa que sabemos definitivamente é que ele cuidou das crianças, as educou e as doutrinou no cristianismo, e deve ter aceitado a decisão de levá-las para a Alemanha. É bastante claro que Spix relatou sobre os povos indígenas com muito mais imparcialidade do que Martius⁵⁸. Porém, uma análise mais acurada merece ser feita. Não seria justo evocar um julgamento retrospectivo sobre Spix e Martius, afirmando que suas ações são indesculpáveis diante de nosso atual imperativo moral, como Pfeiffer e Bahl fizeram, e nem devemos os desculpar pelas atitudes para com os dois indígenas, como Tiefenbacher. As ações de Spix e Martius só podem ser entendidas dentro do contexto de seu tempo.

O intento deste artigo foi justamente apresentar uma outra perspectiva da visão dos viajantes sobre os indígenas. Mais do que construir um libelo de julgamentos sobre os atos dos bávaros, procuramos, com base na análise das fontes disponíveis, compreender como o contato com os povos indígenas e o convívio com Juri e Miranha foram decisivos para redimensionar as suas convicções sobre a natureza dos índios, que, se não foram suficientes para colocar em xeque as ideias então em voga no debate europeu, acabaram por suscitar e estimular um questionamento sobre quem eram os povos indígenas. Tudo indica que o contato pessoal entre Martius e as duas crianças influenciou seus pensamentos e provocou uma mudança em suas ideias – como de fato se constatou mais tarde nos seus escritos. Ainda assim, este estudo aponta para o imperativo de se proceder a um exame da prática generalizada de tráfico de indígenas para a Europa, o que revela o quanto a própria história indígena ainda está por ser reescrita.

⁵⁸ Schönitzer 2011a, 128, nota 75.

Arquivos

Bayerische Staatsbibliothek [BSB].

Bibliothek der LMU.

Bayerisches Hauptstaatsarchiv III — Geheimes Haussarchiv [GHM].

Zoologische Staatssammlung München.

Archiv der Stadt Höchststadt an der Aisch.

Fontes

ANONYMUS. 1821a. Miscellen. In: *EOS, eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung* 7: 31-32; 8: 35-36 (23.01.1821, 25.01.1821).

ANONYMUS. 1821b. Über Brasilien. In: *EOS, eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung* 23: 93-95.

HAMMER, Emil E., & Carl Gabriel. ca. 1895. *Führer durch das internationale Panopticum und anthropologische Museum*. 2 vols. München.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. 1832. *Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern Brasiliens. Eine Abhandlung*. München. Martius, Carl Friedrich Philipp von 1863: *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Brasiliens. II. Zur Sprachenkunde. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen*. Erlangen: Verlag Junge & Sohn. (Portuguese translation: 1967 *Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossario. De diversas linguas e dialectos que fallao os indios no Imperio do Brazil*. Erlangen, Druck von Junge & Sohn).

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. 1867. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's I. Zur Ethnographie*. Leipzig.

SCHREIBERS, K.F.A. 1820/1822. *Nachrichten von den kaiserlich österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit*, 2 vols. Brünn.

SPIX, Johann Baptist. 1815. *Cephalogenesis sive Capitis Ossei Structura, Formatio et Significatio per omnes Animalium Classes, Familias, Genera ac Aetates digesta, atque Tabulis illustrata, Legesque simul Psychologiae, Cranioscopiae ac Physiognomiae inde derivatae*. München: Typis Francisci Seraphici Hübschmanni.

SPIX, Johann Baptist. 1823. *Simiarum et Vespertilionum Brasiliensium species novae ou Histoire Naturelle des espèces nouvelles de singes et de chauves – souris observées et recueillies pendant le voyage dans l'intérieur du Brésil exécuté par ordre de S M Le Roi de Bavière dans les années 1817, 1818, 1819, 1820, I-VIII*. München: Typis Francisci Seraphi Hübschmanni.

- SPIX, Johann Baptist, & Carl Friedrich Philipp von Martius. 1818. Erster Bericht aus Brasilien. In: *EOS, eine Zeitschrift aus Baiern, zur Erheiterung und Belehrung*, (1) 3-4, (2) 7-8, (3) 10-12, (4) 16, (5) 17-18.
- SPIX, Johann Baptist, & Carl Friedrich Philipp von Martius. 1821. Letzter Bericht der Akademiker Dr. v. Spix und v. Martius aus Brasilien, Lissabon, 8. Oktober 1820. In: *Kunst und Literaturblatt aus Bayern, Eine Beilage zur EOS*, 1821 (Januar und Februar); (1) 2-4, (2) 7-8, (3) 10-12, (4) 14-16, (5) 18-20, (6) 23-24, (7) 26-28, (8) 30-32, (9) 36.
- SPIX, Johann Baptist, & Carl Friedrich Philipp von Martius. 1823-1831. Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. König von Baiern in den Jahren 1817-1820 gemacht. 3 vols. and 1 Atlas. München: Verlag M. Lindauer, p. 1388 (vol. I: 1823, vol. II: 1828, vol. III: 1831) reprinted 1967/68, 1980.

Referências bibliográficas

- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. 1994. Imagem e representação do índio no século XIX. In *Índios no Brasil*, org. Luis Donisete Benzi Grupioni, 59-729. Brasília: MEC.
- APPEL, Michaela, Elke Bujok & Wolfgang Stein. 2009. Ein Annexum des zoolog[ischen] Cabinetes. In *Wissenswelten. Die Bayerische Akademie der Wissenschaften und die wissenschaftlichen Sammlungen Bayerns*, ed. Dietmar Willoweit, 274-286. München.
- BAHL, E. 2013. Juri und Miranha – begierigen Blicken ausgesetzt, vermessen und vergessen. *Infoblatt* 81. www.oeku-buero.de/info-blatt-81/Juri-und-miranha.html, 13.11.2015.
- BAYERN, Adalbert, Prinz von. 1957. *Max I. Joseph von Bayern. Pfalzgraf, Kurfürst und König*. München.
- BUJOK, Elke. 2007. Johann Baptist von Spix und Karl Friedrich Philipp von Martius. In *Exotische Welten*, eds. Claudius Müller et al, 81-94. Dettelbach.
- BUJOK, Elke, & Jörg Helbig. 2014. The “Brazilian-Bavarian Expedition” of Spix and Martius. *Archiv Weltmuseum Wien* 63-64: 101-131.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. 2011. *Como Escrever a História do Novo Mundo. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico*. São Paulo: Edusp.
- DARWIN, Charles D. 1839. *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836, describing their examination of the Southern shores of South America, and the Beagle's circumnavigation of the globe*, Vol. III. London.

- DREESBACH, Anne. 2005. *Gezähmte Wilde: Die Zurschaustellung "exotischer" Menschen in Deutschland 1870 bis 1940*. Frankfurt a.M.
- FEEST, Christian. 2012. Johann Natterer und die ethnographischen Sammlungen der Österreichischen Naturforscher in Brasilien. In *Beyond Brazil: Johann Natterer and the Ethnographic Collections from the Austrian Expedition to Brazil (1817-1835)*, ed. Claudia Augustat, 21-31. Vienna. (Also in German and Portuguese.)
- GERBI, Antonello. 1996. *O Mundo Novo: História de uma Polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GRAU, Jürke. 1994. Erlebte Botanik – Martius als Wissenschaftler. In *Brasilianische Reise*, ed. Jörg Helbig, 75-84. München.
- GUTH, Klaus. 2009. Mit den Augen des Fremden. Die Erforschung der indigenen Bevölkerung Brasiliens durch Johann Baptist von Spix (1781-1826) und Carl Philipp Friedrich von Martius (1794-1868) – Voraussetzungen, Arbeitsweisen, Einstellungen. *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung* 69: 213-228.
- HELBIG, Jörg (ed.). 1994. *Brasilianische Reise 1817-1820. Carl Friedrich Philipp von Martius zum 200. Geburtstag*. Schirn-Kunsthalle Frankfurt, Staatliches Museum für Völkerkunde München.
- HELBIG, Jörg. 2012. Observações sobre o legado da expedição bávara ao Brasil. In *Um Brasil para Martius (Memória do saber)*, eds. P. Diemer e M. Fátima Costa, 34-81. Rio de Janeiro.
- HUBER, Berta, & Walter Huber. 1993. Dr. Johann Baptist Ritter von Spix – eine "berühmte Münchner Persönlichkeit". *Spixiana* 16: 97-104.
- KREUTZER, Winfried. 2003. Encontro com o Outro. Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich von Martius e os Índios na Amazônia. In *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão. 6. Deutsch-Portugiesisches Arbeitsgespräch*, Org. O. Grossegeesse *et al.*, vol. I: 89-101. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- KURELLA, Doris. 2002. Indianische Völker und europäischer Erforschungs- und Eroberungsdrang in Amazonien – Versuch einer Ethnogeschichte. In *Amazonas-Indianer: LebensRäume – LebensRechte – LebensRituale*, eds. Doris Kurella & Neitzke Dietmar, 77-111. Berlin.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. 1997. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- LEONHARDT, Henrike. 1987. *Unerbittlich des Nordens rauher Winter. Eine Geschichte*. München.

- LÖSCHNER, Renate (ed.). 1988. *Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH*. Vol. 2, *Nachlass des Prinzen Maximilian zu Wied-Neuwied, Part I. Illustrationen zur Reise 1815 bis 1817 in Brasilien*. Stuttgart.
- LISBOA, Karen M. 1997. *A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. 1992 [1831]. *Frey Apollonio: Ein Roman aus Brasilien, erlebt und erzählt von Hartoman*. Edited and commented by E. Th. Rosenthal. Berlin.
- PFEIFFER, Zara. 2013. Die Erforschung der Anderen. *Hinterland* 23: 34-40 <http://www.hinterland-magazin.de/pdf/23-34.pdf> (13.11.2015).
- PFISTER, Peter. 2008. *Münchner Kindl. Ungewöhnliche Lebensläufe aus dem alten München im Spiegel der Pfarrmatrikeln, Ausstellungen im Archiv des Bistums München Freising, Kataloge*, Vol. 7: 28.
- RIEDL-DORN, Christa. 2000. *Johann Natterer und die Österreichische Brasilienexpedition*. Petrópolis.
- SCHMELLER, Johann Andreas (1801-1852). 1990. Tagebücher. In: *Lauter gemähte Wiesen für die Reaktion. Die erste Hälfte des 19. Jahrhunderts in den Tagebüchern Johann Andreas Schmellers*, ed. Reinhard Bauer & Ursula Münchhoff (Hg.). München.
- SCHULZE, Frederik. 2008. Konzepte von Physiognomie und Rasse bei Martius. *Revista Contingentia* 3 (2): 117-132.
- SCHÖNITZER, Klaus. 2011a. *Ein Leben für die Zoologie. Die Reisen und Forschungen des Johann Baptist Ritter von Spix*. München: Edition Monacensia.
- SCHÖNITZER, Klaus. 2011b. Johann Baptist von Spix (1781-1826). Brasilienforscher und Gründer der Zoologischen Staatssammlung München. *Naturwissenschaftliche Rundschau* 64: 466-471.
- SCHRAMM, Hugo. 1869. *C.F. Ph. v. Martius. Sein Lebens- und Characterbild insbesondere seine Reiseerlebnisse in Brasilien*. Leipzig.
- SOMMER, Frederico W. 1953. *A vida do botânico Martius: "pai das palmeiras"*. São Paulo.
- SPENGLER, Karl. 1962. *Es geschah in Munchen*. München.
- THODE-ARORA, Hilke. 1989. *Für fünfzig Pfennig um die Welt*. Frankfurt/M.
- TIEFENBACHER, Ludwig. 1982. Der rauhe Nordwind blies ihr Leben aus. Die ersten Indianer in München. *Charivari: Die Zeitschrift für Kunst, Kultur und Leben in Bayern* 8: 26-29.
- TIEFENBACHER, Ludwig. 1997. Rückblick auf das Leben des großen Brasilienforschers Johann Baptist Ritter von Spix anlässlich seines 170. Todestages am 13

- Mai 1996. (Vortrag, gehalten am 8. Mai 1996 vor dem “Ritter von Spix-Förderverein” in Höchststadt a. d. Aisch). *Martius-Staden-Jahrbuch* 1997/1998: 28-46.
- WILLSCHIED, Bernd. 2002. Der Botokuden-Indianer Quäck in Neuwied. *Heimatsjahrbuch des Landkreises Neuwied 2002*: 178-192.
- ZERRIES, Otto. 1980. *Unter Indianern Brasiliens. Sammlung Spix und Martius 1817-1820*. Innsbruck.

procedimentos & normas editoriais

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) são uma revista científica de periodicidade anual, publicada pelo CHAM – Centro de Humanidades (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores) e referenciada e indexada em bases de dados internacionais.

Foram fundados em 2000, por Artur Teodoro de Matos, com o objetivo principal de divulgar trabalhos académicos originais e relevantes sobre a expansão portuguesa, desde as primeiras «grandes navegações» (século xv) até ao final do «Império Ultramarino» (século xx), no seu enquadramento histórico, contemplando a comparação com fenómenos paralelos e as articulações entre as histórias e as sociedades dos espaços envolvidos. Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, os AHAM estão abertos à submissão de artigos sobre outras regiões, especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

Os AHAM acolhem propostas de publicação de artigos originais, documentos/fontes inéditas, recensões críticas e notícias, em português, espanhol, francês, inglês e italiano. Aceitam, igualmente, propostas de *dossiers* de carácter temático.

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) (*Annals of Overseas History*) are a scientific journal published yearly by CHAM – Centre for the Humanities (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), referenced and indexed in international data bases.

The journal was founded in 2000 by Artur Teodoro de Matos with the main objective of publishing original and relevant academic works about the Portuguese overseas expansion, from the outset of the first “great navigations” (15th century) to the end of the “Overseas Empire” (20th century). The historical framework, and the comparison of parallel phenomena and articulations between the history and societies of the spaces involved should also be contemplated in these works. Although most of the articles published focus on the Portuguese reality, the AHAM are open to articles about other regions, especially if they offer innovative visions from a comparative and analytical perspective.

The AHAM welcome original articles, unpublished sources, critical reviews, and news in Portuguese, Spanish, French, English and Italian. They also accept proposals of thematic *dossiers*.

PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

A fim de garantir as boas práticas e a sua transparência, explicitam-se abaixo os principais passos de todo o processo editorial, em particular dos procedimentos de avaliação.

ARTIGOS

1. submissão de propostas

- a) Proposta Espontânea: sem obediência a datas precisas. Os AHAM estão abertos, em permanência, a propostas espontâneas.
- b) Proposta em resposta a «chamadas para artigos» divulgadas no sítio Internet da revista e através dos canais oficiais do CHAM.
- c) Proposta por convite dos coordenadores de *dossiers* temáticos ou do Conselho de Redacção (CR).

2. notificação de recepção e breve explicação do processo

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

Os autores podem ser informados, nesta fase, da necessidade de procederem a alterações formais aos textos, de forma a cumprir com as «normas para elaboração e apresentação de textos» dos AHAM.

3. primeira avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede a uma primeira leitura de todas as propostas e decide sobre a sua passagem à avaliação científica externa.

Nesta primeira avaliação, o coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo Conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

A notificação de recusa é feita até 15 dias depois de formalizada a recepção das propostas.

4. preparação da arbitragem externa

De acordo com os critérios em vigor nos periódicos científicos de circulação internacional, todas as propostas de artigos, seleccionadas na primeira avaliação, são submetidas à avaliação científica externa de dois árbitros, em regime de duplo anonimato (*double blind peer review*).

As propostas resultantes de convites formalizados por coordenadores de *dossiers* temáticos ou do CR são submetidas à leitura dos mesmos e do coordenador do CR, sendo igualmente consultado um árbitro externo em regime de duplo anonimato.

A direcção dos procedimentos de escolha dos árbitros cabe ao coordenador do CR, assessorado por outro integrante do mesmo conselho e, eventualmente, por um dos membros do Conselho Consultivo.

Os árbitros nomeados devem:

- ser externos à direcção e ao CR dos AHAM;
- não apresentar quaisquer impedimentos de natureza ética ou profissional para uma avaliação adequada e isenta – como, por exemplo, pertencerem à mesma instituição dos autores ou terem com eles trabalhado nos últimos três anos;
- ser de instituições distintas e, inclusive, de países diferentes.
- um dos avaliadores deverá ser da língua nativa do texto proposto.

Prazo estimado: uma semana.

5. preparação dos materiais necessários aos árbitros

Muito embora se peça aos autores que tenham o cuidado de omitir quaisquer elementos que possam indicar a sua identidade, o secretariado do CR procede a uma segunda despistagem desses indícios, antes da conversão dos ficheiros enviados aos AHAM num formato que garanta a integridade dos originais.

Ao secretariado do CR, cabe igualmente personalizar as fichas de avaliação.

6. árbitros seleccionados: verificação de disponibilidade

Os árbitros seleccionados são questionados pelo CR sobre o seu interesse pelo tema proposto e a sua disponibilidade para assumirem o compromisso de realizar a avaliação em cerca de um mês.

7. avaliação dos artigos

Após aceitação do convite, o secretariado do CR remete aos árbitros os materiais necessários à avaliação.

Os árbitros devem preencher todos os campos da «ficha de avaliação» e fundamentar o seu parecer sobre se os artigos se adequam ou não a publicação. Os árbitros são ainda encorajados a fazer sugestões ao autor, no sentido de proceder a alterações e ao desenvolvimento de ideias ou de aspectos particulares que melhorem significativamente o seu trabalho.

Após o seu preenchimento, a ficha de avaliação deve ser enviada ao CR, por correio electrónico, dentro do prazo acordado.

Cabe ao coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, interpretar a classificação resultante das avaliações recolhidas. Se os pareceres externos não forem unânimes, o desempate é feito pelo coordenador do CR, podendo ser solicitada uma avaliação a um terceiro árbitro.

Feita sempre com base nos mesmos quesitos, a avaliação deve ficar concluída em cerca de três meses.

8. comunicação de resultados

Os autores são notificados da aceitação ou recusa dos artigos para publicação nos AHAM no prazo de 15 dias após a conclusão do processo de avaliação.

No caso de serem necessárias alterações aos textos, estabelece-se um prazo de duas a quatro semanas para a sua entrega.

Se as alterações recomendadas forem substanciais, o artigo pode ser reencaminhado para o(s) árbitro(s) para reavaliação.

9. ajustes finais

A eventual permanência de aspectos menos precisos ou em desacordo com a avaliação realizada pode levar a um novo diálogo entre o coordenador do CR e os autores das propostas, para um conjunto de últimos ajustes.

Este passo não deve exceder duas semanas.

10. revisão de prova

Será facultada aos autores uma prova para revisão e eventual introdução de pequenas correcções. Nesta fase, não são permitidas alterações significativas à estrutura e à dimensão do texto. A prova deve ser devolvida à Redacção dos AHAM num prazo máximo de duas semanas.

11. oferta de separata e de exemplar

A cada autor será oferecido um exemplar impresso do volume da revista onde o seu texto for publicado, bem como uma separata do artigo em formato digital.

12. direito de autor e acesso aberto

O conteúdo dos trabalhos é da responsabilidade dos seus autores e não dos AHAM ou do CHAM.

A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de *copyright* para o editor da revista.

Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores, o que deverá ser referido nos casos em que se aplique.

Após a publicação de cada volume, o CHAM reserva-se o direito de disponibilizar todos os conteúdos em acesso aberto no sítio Web da revista e no RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa, abrangidos por uma Licença Creative Commons BY-NC 4.0.

A política de auto-arquivo em repositórios institucionais dos AHAM é a seguinte: o autor pode arquivar a versão pós-impressão/PDF do editor | cor RoMEO: azul.

DOCUMENTOS, RECENSÕES & NOTÍCIAS

A publicação de fontes inéditas (documentos), resenhas críticas e notícias está sujeita aos mesmos procedimentos editoriais indicados nos pontos 1, 2, 10, 11 e 12 referentes aos ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

1. avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede à leitura de todas as propostas e decide sobre a sua publicação.

O coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho e/ou ser solicitado um parecer externo.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

2. livros para recensão

Os AHAM aceitam obras para recensão, devendo ser remetidas ao cuidado de João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

DOSSIERS TEMÁTICOS

1. submissão de propostas

Os AHAM aceitam propostas para *dossiers* temáticos. Estas poderão ser submetidas por via espontânea ou a convite do CR.

As propostas devem considerar:

- a coordenação do *dossier* por, pelo menos, dois especialistas, um dos quais de uma instituição estrangeira;
- notas biográficas dos coordenadores (máximo de 200 palavras);
- um texto de apresentação do tema em português e inglês (máximo de 250 palavras cada);
- uma lista de tópicos de interesse;
- adicionalmente, os coordenadores poderão submeter uma lista de artigos a integrar o *dossier* por autores convidados.

2. notificação de recepção

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

3. apreciação

A selecção das propostas cabe ao CR, que decide sobre a originalidade, relevância e pertinência do tema para o perfil editorial dos AHAM e sobre a sua possível calendarização.

A decisão é comunicada aos proponentes até um mês depois de formalizada a recepção das propostas.

4. cronograma e chamada para artigos

Após a aprovação da proposta de *dossier* temático, o secretariado dos AHAM prepara o cronograma para a publicação e o documento para divulgação da «chamada para artigos», em colaboração com o coordenador do CR e os coordenadores do *dossier*.

A «chamada para artigos» é difundida através do sítio Web dos AHAM e dos canais oficiais do CHAM, recomendando-se a participação activa dos coordenadores do *dossier* nesta tarefa, com a divulgação através dos seus contactos e redes.

5. notificação de recepção de propostas de artigos

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

6. avaliação prévia das propostas de artigos

A selecção das propostas cabe aos coordenadores do *dossier* e ao CR, que decidem sobre o interesse dos tópicos para a análise do tema.

A notificação de aceitação ou recusa das propostas é comunicada aos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

Depois de aceites as propostas, os artigos devem ser enviados pelos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

A partir desta fase, o procedimento é o mesmo seguido para os ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

SUBMISSÃO E FORMATAÇÃO: DIRECTRIZES GERAIS

1. submissão

Todos os textos devem ser submetidos por *e-mail* para o endereço dos AHAM (anais.cham@fch.unl.pt).

2. formatação

Os originais devem ser enviados em ficheiros Word, com a seguinte formatação: fonte Times New Roman, tamanho 12 pt, alinhamento justificado com espaçamento 1,5 pt, parágrafos não indentados, numeração das páginas sequencial, notas de rodapé em numeração automática.

3. extensão

É recomendável que os artigos não excedam as 10 000 palavras.

4. título, resumo e palavras-chave

O título deve ser claro e sintético, sendo opcional a escolha de um subtítulo.

Os resumos dos artigos, até 100 palavras (máximo), devem ser entregues em português e em inglês.

Para cada artigo deverão ser indicadas quatro a seis palavras-chave, em português e em inglês.

5. autoria

As propostas de artigo devem ser entregues livres de marcas de autoria, acompanhadas de um documento em separado com a indicação do nome do autor, afiliação institucional, endereço institucional e contacto de e-mail actualizados e breve nota biográfica (máximo de 200 palavras).

6. línguas de publicação e questões de estilo

Aceitam-se artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Para cada uma das línguas de publicação devem seguir-se as normas ortográficas vigentes e as regras de estilo mais indicadas.

Nomes próprios e apelidos de origem europeia citados no corpo do texto têm a sua grafia modernizada.

Em cada circunstância, o tipo de aspas recomendado (angulares rectas, curvas ou plicas) varia de acordo com a língua de redacção. Em textos escritos em português, os AHAM recomendam, de um modo geral, o uso de aspas angulares rectas ou francesas («»), e aspas curvas ou inglesas (“”) em situações de aspas dentro de aspas.

Os subtítulos de divisões do texto devem ser grafados a negrito.

O uso de itálico restringe-se a expressões estrangeiras e a destaques realizados em citações. No caso de os artigos integrem palavras em outros alfabetos ou com sinais diacríticos, os autores devem providenciar o respectivo *software* de leitura, no acto de entrega do texto.

7. referências bibliográficas

Aplica-se o sistema “Autor-Data” do Chicago Manual of Style.

No fim dos artigos, deve figurar a relação integral das fontes e bibliografia citadas ao longo do texto.

8. citações

As citações de documentos ou textos até três linhas figuram no corpo do texto, entre aspas. Com mais de três linhas, destacam-se em parágrafo próprio, tamanho 11, indentação de 1,25 cm à esquerda e espaço simples, sem aspas.

A introdução de palavras ou termos no corpo das citações assinala-se entre parênteses rectos - [].

Omissões de trechos de citações identificam-se por reticências, entre parênteses rectos — [...]. Citações em línguas estrangeiras devem fazer-se no original, disponibilizando-se em nota de rodapé a respectiva tradução para a língua do texto, sempre que o original seja em língua diversa das admitidas pelos AHAM (português, espanhol, francês, inglês e italiano).

9. transcrição de manuscritos

Accepta-se o estrito respeito pela grafia dos textos manuscritos, a sua modernização ou, ainda, uma via intermédia, desde que as normas de transliteração sejam expressas pelos autores.

10. notas de rodapé

Identificadas com algarismos indo-arábicos, as notas de rodapé devem ser escritas em letra de tamanho 10 e espaço simples.

11. ilustrações

Fotografias, desenhos, tabelas, gráficos, mapas devem ser fornecidos em ficheiros jpg. ou tiff. Com uma resolução mínima de 300 dpi's (mínimo). A revista é impressa a uma cor.

Deverá ser entregue um ficheiro independente com a lista de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda e fontes/créditos associados, e menção ao seu local exacto a inserir no texto.

12. direitos relativos a ilustrações (copyright)

Cabe exclusivamente aos autores assegurarem que as imagens têm as autorizações exigidas pela legislação vigente em matéria de direitos de autor e assumir os eventuais encargos associados à sua obtenção.

13. recensões

As recensões críticas devem ter entre 500 e 2000 palavras.

A obra recenseada deverá ser identificada da seguinte forma: autor/coordenador. ano de publicação. *título*. local de edição: editora. ISBN; DOI:

A citação de outras obras para além da recenseada deve ser feita em nota de rodapé.

Deve ser indicado no final do texto o nome do autor da recensão, afiliação institucional e contacto de *e-mail*.

As recensões deverão seguir as restantes normas dos artigos, designadamente: 1, 2, 6, 7, 8 e 10.

PUBLISHING PROCEDURES

In order to ensure good practices and transparency in the publishing process, listed below are the main steps, with emphasis on the evaluation stage.

ARTICLES

1. submission of proposals

- a) Spontaneous proposals: no specific deadline. The AHAM are permanently open to spontaneous proposals.
- b) Proposals resulting from “calls for articles” divulged in the journal’s website and through official channels of CHAM.
- c) Proposals of thematic dossiers by invitation of the coordinators and the Editorial Board (EB).

2. notification of reception and brief explanation of the procedure

The secretary of the EB is responsible for notifying authors within the space of a week. Authors may be advised at this stage to make formal alterations to their texts in order to comply with AHAM’s “norms of elaboration and presentation of texts”.

3. first evaluation

The selection of texts for publication is done by the EB. After an initial appraisal of all proposals those eligible for external scientific evaluation are chosen.

In this initial evaluation the coordinator of the EB, advised by a second member of the Board, evaluates the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the theme to the profile of the journal.

If an agreement is not reached, the case may be discussed by the full Board.

Authors are informed of all decisions taken concerning the proposals.

A rejection notification will be issued within 15 days after the receipt of proposals is formalized.

4. preparation of external referees

In accordance with standards for international scientific journals, all articles selected in the first evaluation are submitted to two referees for external scientific evaluation. This journal uses double blind peer review to provide double anonymity.

Proposals ensuing from formal invitations by coordinators of thematic *dossiers* or from the EB are submitted to review by the above mentioned coordinators and coordinator of the EB. An external referee is also consulted on a double anonymity basis.

Referees must:

- be external to the administration and EB of the AHAM;
- not have any impediments of an ethical or professional nature that could hinder a correct and impartial evaluation – like belonging to the same institution as an author, or having worked with them in the last three years;
- be from different institutions, or even from different countries.
- one of the evaluators must be a native speaker of the language of the text under evaluation.

Estimated deadline: one week.

5. preparation of materials necessary for the referees

Although the authors are requested to omit anything that could indicate their identity, the secretary of the EB does a second screening before the files sent to the AHAM are converted into a format that guaranties the integrity of the originals.

It is also the responsibility of the secretary of the EB to personalize the evaluation forms.

6. selection of referees: confirmation of availability

Selected referees are questioned by the EB about their interest in the proposed subject and their availability to commit to an evaluation within a month.

7. evaluation of articles

Once an invitation has been accepted, the secretary of the EB delivers the necessary evaluation material to the referees.

The referees must fill in all the fields of the “evaluation form” and substantiate their view about whether the articles are appropriate or not for publication. The referees are also encouraged to make suggestions to the author regarding alterations, development of ideas, or specific aspects that could significantly improve their work.

Once the evaluation form has been filled out, it must be sent to the EB by e-mail within an agreed time limit.

It is up to the EB, advised by a second member of the board, to interpret the classification resulting from the (collected) evaluations. If feedback from the external evaluators is not unanimous, a decision is taken by the coordinator of the EB, whereby an opinion may be solicited from a third referee.

Based always on the same criteria, the evaluation should be concluded within three months.

8. disclosure of results

Authors are notified of acceptance or rejection of their articles for publication in the AHAM within a 15 day period after the close of the evaluation process.

If alterations are necessary, an additional 2 – 3 week period will be allotted for submission.

If there is a substantial amount of recommended alterations, the article may be forwarded to the referee(s) for re-evaluation.

9. final adjustments

If any aspects are less precise or in divergence with the evaluation, there may be further dialogue between the EB coordinator and authors of proposals to decide on a set of final adjustments.

This stage should not exceed two weeks.

10. proof reading

A manuscript will be given to the authors for revision and possible inclusion of small corrections. In this stage major alterations in the structure and length of the text are not permitted. The manuscript should be returned to the editorial staff of the AHAM within a maximum period of two weeks.

11. free offprint and copy

Each author will be given a printed copy of the edition of the journal in which his/her text is published, as well as an offprint of the article in digital format.

12. copy right and open access

The content of all work is of the responsibility of the authors and not of the AHAM or CHAM. The acceptance of a text for publication infers transferal of the copyright to the publisher of the journal.

Rights over any images included in the articles are the exclusive responsibility of the authors, and should be mentioned.

After the publication of each volume, CHAM reserves the right to provide open access of the contents, making them available in the journal's website and RUN - Repositório da Universidade NOVA de Lisboa covered by a Creative Commons license BY-NC 4.0.

The policy of self-archiving in institutional repositories of the AHAM is as follows: the author may file a printed version/PDF to the publisher / colour RoMEO: blue.

DOCUMENTS, REVIEWS AND NEWS

Publication of unpublished sources (documents), critical reviews and news follows the publishing procedures indicated in points 1, 2, 10, 11 and 12 referring to Articles (see 1st chapter of the Procedures).

1. evaluation

Selection of texts is done by the EB, who read all the proposals and decide whether they will be published.

The coordinator of the EB, advised by a second member of the board, assesses the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the subject to the journal's profile.

In the absence of an agreement, the case may be debated by the full Board and/or an external opinion may be solicited.

Authors are informed of all decisions concerning the proposals.

2. book reviews

The AHAM accept works for review, which must be delivered to the care of João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

THEMATIC DOSSIERS

1. submission of proposals

The AHAM accepts proposals for thematic dossiers. These can be submitted spontaneously or by invitation of the EB.

Applications should consider:

- Coordination of the *dossier* by at least two specialists, one of which should be from a foreign institution;
- Biographical notes of the coordinators (maximum of 200 words);
- A text of presentation of the subject in Portuguese and in English (maximum of 250 words each);
- A list of important topics;
- In addition, the coordinators may submit a list of articles by invited authors to be part of the *dossier*.

2. notification of receipt

Notification takes place within a week. It is the responsibility of the secretary of the EB.

3. appraisal

Selection of proposals is done by the EB, who evaluate the originality, relevance and pertinence of the subject for the editorial profile of the AHAM and future scheduling.

Applicants are informed within a month after the receipt of proposals has been formalized.

4. schedule and call for articles

Once the proposal of a thematic *dossier* has been accepted, the secretary of the AHAM prepares the publication schedule and the document for putting out the “call for articles”, in collaboration with the EB coordinator and the *dossier* coordinators.

The “call for articles” is made known through the AHAM website and official channels of CHAM. *Dossier* coordinators are recommended to participate actively by divulging through their contacts and networks.

5. notification of receipt of article applications/proposals

Notification will be given within a week and is the responsibility of the EB secretary.

6. previous evaluation of submitted articles

Selection is done by the *dossier* coordinators and the EB, who assess the interest of the topics for analysis of the subject.

Authors are notified of acceptances or rejections before the closing date indicated in the “call for articles”.

Accepted articles must be sent by the authors before the closing date indicated in the “call for articles”.

After this phase the process is the same as for ARTICLES (see 1st chapter of PROCEDURES).

NORMS FOR ELABORATION AND SUBMISSION OF TEXTS

SUBMISSION AND FORMAT: GENERAL GUIDELINES

1. submission

All texts should be submitted by e-mail to the AHAM (anaís.cham@fch.unl.pt).

2. format requirements

Originals should be sent in Word files, in the following format: font Times New Roman, size 12 pt, justified alignment with 1.5 pt spacing, non-indented paragraphs, pages numbered sequentially, and footnotes in automatic numeration.

3. length

It is recommended that articles do not exceed 10 000 words.

4. title, abstract and keywords

The title should be clear and concise. Use of a subtitle is optional.

The abstract, with a maximum of 100 words, must be submitted in Portuguese and in English. Each article should have between four and six keywords, in Portuguese and in English.

5. authorship

Articles must be submitted without any indication of the authors' identity (in a "blinded" version), and accompanied by a separate document with the name of the author, institutional affiliation, current institutional address and e-mail contact, and a brief biographical note (maximum of 200 words).

6. languages of publication and style

Articles can be submitted in Portuguese, Spanish, French, English and Italian.

Current spelling rules and appropriate style guidelines for each language must be followed.

First names and surnames of European origin cited in the body of the text must have updated spelling.

The type of quotation marks recommended (angled, curved or straight) will vary according to the language the text is written in. For Portuguese texts the AHAM generally recommend the use of straight angled or French quotation marks («»), and curved or English ("") for quotations within quotations.

Section headings/subheadings in the text must be written in bold.

The use of italics is restricted to foreign expressions, and for emphasis in citations.

If an article contains words in other alphabets or with diacritical marks, the author must provide the respective software upon submission of the text.

7. bibliographical references

All references should abide by the Autor-Date System of the Chicago Manual of Style.

The entire list of sources and bibliography used throughout the text should figure at the end of the articles.

8. citations

Citations of documents or texts of up to three lines are included in the body of the text, in quotation marks. Citations that consist of more than three lines should be placed in a separate paragraph, size 11, left indentation of 1.25 cm, single spaced, without quotation marks.

Words or terms introduced in the body of citations must be indicated by square brackets - [].

Omissions of excerpts of citations are indicated by suspension points between square brackets - [...] .

Citations in any language other than those accepted by the AHAM (Portuguese, Spanish, French, English and Italian) must be original, with a translation into the language of the text provided in a footnote.

9. transcription of manuscripts

Strict respect for the spelling of the manuscript texts is accepted, their modernization, or also, an intermediary way, as long as the norms of transliteration are specified by the authors.

10. footnotes

Identified in Hindu-Arabic numerals, footnotes must be written in size 10 and single-spaced.

11. illustrations

Photographs, drawings, tables, graphs, maps should be submitted in jpg. or tiff files.

A minimum resolution of 300 dpi's is required. The journal is printed in greyscale.

A separate file with the list of all the illustrations (images, tables, etc.) sequentially numbered, with captions and sources/ credits, and indication of their exact placement in the text.

12. copyrights regarding illustrations

It is exclusively the authors' responsibility to ensure that images have legal authorization to be reproduced according to their copyright status, and authors must assume any expenses incurred.

13. reviews

Critical reviews should have between 500 and 2000 words.

The reviewed work must be identified as follows: author/editor. year of publication. title. place of publication: publishing house. ISBN:, DOI:

Citations of works other than the one being reviewed must be done in a footnote.

The name of the author of the review should be indicated at the end of the text, as well as his/her institutional affiliation and *e-mail* contact.

Reviews should follow the rest of the regulations for articles, namely 1, 2, 6, 7, 8 and 10.

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

